

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Tese de Doutorado

**Terminologia em Conservação de bens culturais em
papel: produção de um glossário para profissionais em
formação**

Silvana de Fátima Bojanoski

Pelotas, 22 de março de 2018

Silvana de Fátima Bojanoski

**Terminologia em Conservação de bens culturais em
papel: produção de um glossário para profissionais em
formação**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na linha de pesquisa Instituições de Memória e Gestão de Acervos da Universidade Federal de Pelotas, para obtenção de título de Doutor.

Orientadora: Francisca Ferreira Michelin

Coorientadora: Cleci Regina Bevilacqua

Pelotas, 22 de março de 2018

Dados de catalogação na fonte:
Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901
Biblioteca de Ciência & Tecnologia - UFPel

B685t Bojanoski, Silvana de Fátima
Terminologia em conservação de bens culturais em papel:
produção de um glossário para profissionais em formação /
Silvana de Fátima Bojanoski. – 292p. – Tese (Doutorado).
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio
Cultural. Universidade Federal de Pelotas. Instituto de Ci-
ências Humanas. Pelotas, 2018. – Orientadora Francisca Fer-
reira Michelin; Coorientadora Cleci Regina Bevilacqua.

1.Terminologia. 2. Preservação. 3. Conservação. 4. Res-
tauração. 5. Obras em papel. I. Michelin, Francisca Ferreira.
II. Bevilacqua, Cleci Regina. III.Título.

CDD: 069.53014

Silvana de Fátima Bojanoski

**Terminologia em Conservação de bens culturais em papel:
produção de um glossário para profissionais em formação**

Tese de doutorado, aprovada, para obtenção do grau de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural do Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data de defesa: 22 de março de 2018.

Banca examinadora:

Prof. Dra. Francisca Ferreira Michelin (Orientadora)
Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS

Prof. Dra. Maria Luisa Ramos de Oliveira Soares
Doutora em Conservação-restauração de Patrimônio Cultural, pela Universidade Politécnica de Valência, Espanha.

Prof. Dra. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard
Doutora em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Prof. Dra. Juliane Conceição Primon Serres
Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Prof. Dr. Thiago Sevilhano Puglieri
Doutor em Química pela Universidade de São Paulo – USP.

Aos meus pais, Neucy e Ervino, com gratidão.

Ao meu filho Caio, com amor.

À Solange Zúñiga, com admiração (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar a pesquisa de doutorado identifiquei uma rede de apoio e incentivo desde longa data. Alguns anos atrás, conversando com Solange Zúniga, ela contava das dificuldades com as traduções dos textos do projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA). A nossa querida professora e colega, sempre enxergando muito à frente, pensava que as discussões terminológicas eram urgentes para a área da preservação e conservação dos bens culturais no Brasil. Tempos depois voltamos a falar sobre o assunto e ela me estimulou a desenvolver uma pesquisa sobre terminologia e também me entregou suas primeiras anotações sobre este tema. Agradeço a Solange Zúniga, *in memoriam*, pelo apoio inicial a um projeto que ela iria gostar de ver o quanto ele cresceu.

Nas anotações da Solange constava o *link* da RITerm — Rede Ibero-americana de Terminologia. Em uma rápida pesquisa na Internet identifiquei pesquisadores brasileiros e, melhor ainda, vinculados ao Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul — UFRGS. Após a troca de poucas mensagens, o grupo de pesquisadores do TERMISUL me recebeu para falarmos de um projeto ainda em fase inicial. A profícua relação que ali se estabeleceu resultou não somente em uma tese de doutorado, mas em um projeto de pesquisa maior dedicado à conservação e restauração de bens culturais, que desde 2016 aproximou os pesquisadores do TERMISUL aos professores do Curso de Conservação e Restauração da UFPel.

O meu projeto de pesquisa inicial foi revisto e ampliado, depois apresentado e aceito no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel. Agradeço à Prof. Dra. Francisca Ferreira Michelin por acreditar na importância da minha pesquisa e aceitar ser a minha orientadora da tese. A Prof. Dra. Cleci Bevilacqua, uma das pesquisadoras do TERMISUL, generosamente assumiu a co-orientação e sou grata por seu apoio ao projeto desde o início e por me guiar pelos caminhos da Terminologia.

No processo de desenvolvimento da pesquisa as instituições e, principalmente, as pessoas que ali estão, são fundamentais. Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, na pessoa da Prof. Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, por proporcionar as condições para que eu realizasse os estudos de doutorado. À CAPES, que me contemplou com uma bolsa-sanduiche para fazer um estágio de quatro meses em Portugal. Ao Museu da Ciência e História Natural, vinculado à Universidade de Lisboa, onde fui acolhida durante o estágio de doutorado.

A rede se expandiu além-mar e agradeço, na pessoa da Prof. Dra. Maria da Conceição Lopes Casanova, ao grupo de conservadores-restauradores do Arquivo Histórico Ultramarino, que generosamente participaram das discussões terminológicas

realizadas durante estágio de doutorado em Lisboa.

Os agradecimentos se estendem a todos os colegas professores do Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais, cujo apoio possibilitou o afastamento das minhas atividades de ensino durante dois anos para me dedicar integralmente à pesquisa. Gratidão aos colegas Thiago Sevilhano Puglieri e Michelli Afonso que dispuseram do seu tempo para conversarmos sobre as complexidades da organização da nossa área.

Na rede de apoio também estavam os colegas da Conservação de obras em papel, que generosamente enviaram um texto de difícil acesso, disponibilizaram ementas de disciplinas, estavam dispostos a trocar ideias sobre termos e comentar o glossário. Agradeço, especialmente, a Thais Helena Almeida Slaibi, Ozana Hanesch, Lorete Mattos, Aloisio Arnaldo Nunes de Castro, Márcia Almada, Ana Utsch, Ana Paula Correa e Maria Luisa Soares.

Por fim, agradeço aos meus familiares, pelo apoio incondicional e paciência durante as inevitáveis horas de ausência, por conta da dedicação à pesquisa.

(...) sin terminología no se hace ciencia, ni se describe una técnica, ni se ejerce una profesión especializada. Maria Teresa Cabré

RESUMO

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminologia em Conservação de bens culturais em papel**: produção de um glossário para profissionais em formação. 2018. 292f. Tese (doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018.

Esta tese tem como objetivo realizar um estudo terminológico sobre a Conservação de bens culturais, com enfoque em obras em papel, para melhor entender a conformação desta área no campo patrimonial. A motivação para esta pesquisa é o entendimento de que os termos são essenciais para a construção epistemológica de uma disciplina. Entende-se que a consolidação de uma área de conhecimento, além de estabelecer seus pressupostos teóricos, definir seu objeto e delimitar o campo de atuação de seus profissionais, também exige a construção de um vocabulário próprio. Neste sentido, a análise terminológica permite problematizar como a Conservação, mais especificamente, a Conservação de obras em papel, está se estruturando como área de conhecimento especializado. O trabalho foi desenvolvido a partir da aproximação com a Terminologia, disciplina do campo da Linguística, que estuda as unidades de significação especializadas (termos e fraseologias) e as linguagens especializadas. A Terminologia, em uma perspectiva descritivista, comunicativa e textual, privilegia termos e textos especializados em um contexto social e estabelece os princípios metodológicos para a elaboração de obras de referência, como glossários e dicionários técnicos. Além disso, ela possibilita a análise da produção do conhecimento de um determinado domínio, a partir dos termos usados pelos agentes sociais que nele atuam. Adotou-se, especificamente, o referencial teórico estabelecido por duas vertentes da Terminologia: a Socioterminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia – TCT. Na metodologia foram seguidas as seguintes etapas propostas pela Terminografia, parte prática e aplicada da Terminologia: identificação das características da área e da estrutura de conhecimentos; produção de um *corpus* textual de estudo; coleta de termos; elaboração de definições; organização e apresentação do produto terminográfico final. Como resultado concreto do estudo, elaborou-se um glossário sobre Conservação de obras em papel, voltado para o público de profissionais em formação, ou seja, alunos dos cursos de graduação, de recente implantação no Brasil. Ainda como resultados da pesquisa ressaltam-se os seguintes aspectos: realizou-se uma discussão sobre os termos fundamentais da área (*preservação, conservação, restauração, conservação preventiva*); delineou-se um panorama sobre como a Conservação de bens culturais está se estruturando como disciplina especializada; descreveu-se, com objetivo de divulgação, uma metodologia adequada para elaborar os glossários e dicionários, visando suprir a carência deste tipo de obra na área da Conservação no Brasil. Ao final, conclui-se que as discussões terminológicas são necessárias para alcançar a harmonização dos termos empregados pelos conservadores-restauradores, de forma a melhorar os processos de comunicação dentro do grupo, com os profissionais de áreas afins e com o público geral. Além disso, ainda é necessário construir um meta-discurso eficiente para a consolidação e avanço da Conservação como disciplina especializada dentro do campo patrimonial. A expectativa é de que este estudo contribua para tais mudanças.

Palavras-chave: terminologia; preservação; conservação; restauração; obras em papel

ABSTRACT

BOJANOSKI, Silvana de Fátima. **Terminology in Conservation of cultural property in paper**: production of a glossary for professionals in training. 2018. 291f. Doctoral thesis (Ph. D. in Social Memory and Cultural Heritage) – Graduate Program in Social Memory and Cultural Heritage, Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, Brazil, 2018.

This thesis aims to perform a terminological study on the Conservation of Cultural Objects, with an approach in the works on paper, to better understand the conformation of this area in the patrimonial field. The motivation for this research is the understanding that terms are essential for the epistemological construction of a discipline. It is understood that the consolidation of an area of knowledge, besides establishing its theoretical assumptions, defining its object and delimiting the field of action of its professionals, also requires the construction of a vocabulary of its own. In this sense, the terminological analysis allows us to problematize how Conservation, more specifically, the Conservation of works on paper, is being structured as an area of specialized knowledge. The work was developed from the approach with Terminology, discipline of the field of Linguistics, which studies specialized units of meaning (terms and phraseologies) and specialized languages. Terminology, in a descriptive, communicative and textual perspective, privileges terms and specialized texts in a social context, and establishes the methodological principles for the elaboration of reference works, such as glossaries and technical dictionaries. In addition, it allows the analysis of the knowledge production of a specific domain, from the terms used by the social agents that work in it. Specifically, the theoretical framework established by two current strands of Terminology was adopted: Socioterminology and Communicative Theory of Terminology (CTT). In the methodology were followed the following steps proposed by the Terminology, practical and applied part of the Terminology: identification of the characteristics of the area and the structure of knowledge; production of a textual corpus of study; collection of terms; elaboration of definitions; organization and presentation of the final terminological product. As a concrete result of the study, a glossary was prepared on the Conservation of paper works, aimed at the public of professionals in the process of formation, that is, undergraduate students, recently established in Brazil. Also as a result of the research the following aspects are highlighted: a discussion was held on the fundamental terms of the area (preservation, conservation, restoration, preventive conservation); an outline of how the conservation of cultural objects is being structured as a specialized discipline is established; a suitable methodology for the elaboration of glossaries and dictionaries was described with a view to dissemination, aiming to supply the lack of this type of work in the area of Conservation in Brazil. In the end, it is concluded that terminological discussions are necessary to achieve a harmonization of the terms used by conservative-restorers, in order to improve communication processes within the group, professionals in related areas and also with the general public. In addition, it is still necessary to construct an efficient meta-discourse for the consolidation and advancement of Conservation as a specialized discipline within the heritage field. The study is expected to contribute to these changes.

Key-words: terminology; preservation; conservation; restoration; works on paper

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Organização do campo patrimonial	39
Figura 2 – Os grupos de trabalho do ICOM-CC que se constituem em especialidades dentro do campo patrimonial	40
Figura 3 – Especialidades existentes no AIC	40
Figura 4 – Tipologia de materiais que integram a Conservação de obras em papel	76
Figura 5 – Termos definidos na Resolução do ICOM-CC	101
Figura 6 – Termos estabelecidos no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil	102
Figura 7 – Nuvem com 100 primeiros termos do <i>corpus</i> de estudo dos Anais da ABRACOR.	104
Figura 8 – Algumas disciplinas que compõem a Preservação dos bens culturais móveis	107
Figura 9 – Distribuição dos textos sobre Conservação de obras em papel identificados no levantamento bibliográfico, período de 1969 a 2016.	150
Figura 10 – Imagem da tela do AntConc	161
Figura 11 – Imagem de tela do TermoStat	162
Figura 12 – Estrutura do glossário representada em um mapa conceitual	166
Figura 13 – Parte da árvore de domínio elaborada para o Glossário de Conservação de obras em papel	167
Figura 14 – Guia de usuário	174
Figura 15 – Ficha terminológica referente ao termo <i>banho</i>	238

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Termos identificados no <i>corpus</i> de estudo dos anais da ABRACOR	103
Tabela 2 – Categorias e quantidades de textos produzidos na área de Conservação e Restauração de obras em papel — Período de 1969 a 2016.	148
Tabela 3 – Eventos realizados pela ABRACOR no período de 1985 a 2009, indicando o número de textos publicados nos anais dos eventos. . .	157
Tabela 4 – Distribuição dos textos dos anais da ABRACOR pelas regiões do Brasil	159
Tabela 5 – Identificação de periódicos e revistas com publicações de artigos em Conservação e Restauração de obras em papel	232

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABER	Associação Brasileira de Encadernação e Restauro
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRACOR	Associação Brasileira de Conservadores-restauradores de Bens Culturais
AERPA	Agência de Estudos e Restauro do Patrimônio
AIC	American Institute for Conservation of Historic and Artistic Works
ARAAFU	Association des Restaurateurs d'Art et d'Archeologie de Formation Universitaire
BPG	Book and Paper Group
CCI	The Canadian Conservation Institute
CECOR	Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais
CEN	European Committee for Normalization
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CICRAD	Curso de Introdução à Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel
CPBA	Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos
ECCO	European Confederation of Conservator-Restorers' Organisations
GCI	The Getty Conservation Institute
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICA	International Council of Archives
ICCROM	International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICN	Netherlands Institute for Cultural Heritage
ICOM	International Council of Museums
ICOM-CC	International Council of Museums - Committee for Conservation
ICOMOS	International Council on Monuments and Sites

ICR	Istituto Centrale del Restauro
IFLA	The International Federation of Library Associations and Institutions
IIC	International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works
IRPA	The Royal Institute for Cultural Heritage
ISO	International Organization for Standardization
IULA	Instituto Universitário de Linguística Aplicada
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
ONU	Organização das Nações Unidas
PREMA	Programa de Prevenção dos Museus Africanos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SPAB	The Society for the Protection of Ancient Buildings
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TERMCAT	Centro de Terminologia Catalã
TGT	Teoria Geral da Terminologia
UCE	Unidade de Conhecimento Especializado
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPeI	Universidade Federal de Pelotas
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UKIC	United Kingdom Institute for Conservation
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UT	Unidade Terminológica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	O CAMPO PATRIMONIAL: PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA . .	28
2.1	O contexto do campo patrimonial	28
2.2	O contexto do desenvolvimento das atividades de conservação e restauração	41
2.3	A conservação preventiva	54
2.4	A Conservação na confluência de vários conhecimentos	63
2.5	A especialidade da Conservação de obras em papel	73
3	UMA DISCUSSÃO TERMINOLÓGICA A PARTIR DA LITERATURA	85
3.1	Os termos macroestruturais: <i>preservação, conservação, restauração, conservação preventiva</i>	85
3.2	Os termos propostos pelo ICOM-CC	93
3.3	Os termos usados pelos conservadores-restauradores brasileiros	101
3.4	A nossa opção de uso dos termos	105
4	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA	109
4.1	Terminologia	109
4.1.1	<i>A Teoria Geral da Terminologia — TGT</i>	112
4.1.2	<i>A Socioterminologia</i>	116
4.1.3	<i>A Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT</i>	119
4.1.4	<i>A aplicação dos pressupostos teóricos na pesquisa</i>	122
4.2	Terminografia	124
4.2.1	<i>O uso de corpora nos estudos terminológicos</i>	128
4.2.2	<i>Organização dos termos e conceitos em um sistema: mapas conceituais e árvores de domínio</i>	133
4.2.3	A composição da nomenclatura	135
4.2.4	<i>Registro de dados: as fichas terminográficas</i>	137
4.2.5	<i>A elaboração das definições terminológicas</i>	138
4.2.6	<i>Componentes estruturais das obras terminográfica: a macroestrutura e microestrutura</i>	142
5	A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA TERMINOLÓGICA NO ESTUDO DA CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL	146
5.1	O processo de elaboração do glossário	146

5.1.1	<i>Preparo do trabalho: caracterização da área de estudo</i>	146
5.1.2	<i>Delimitação da pesquisa terminológica</i>	154
5.1.3	<i>A definição do corpus de estudo</i>	155
5.1.4	<i>Organização e preparo do corpus de estudo</i>	159
5.1.5	<i>A coleta dos termos candidatos com o uso de ferramentas terminológicas</i>	160
5.1.6	<i>Elaboração da árvore de domínio da Conservação de obras em papel</i>	163
5.1.7	<i>Definição da nomenclatura</i>	168
5.1.8	<i>Elaboração e preenchimento da ficha terminológica</i>	169
5.1.9	<i>Elaboração das definições</i>	171
5.1.10	<i>Apresentação do trabalho — a macroestrutura e microestrutura do glossário</i>	173
5.2	Considerações sobre os resultados alcançados no estudo terminológico	175
5.2.1	<i>Sobre os termos que faltam</i>	175
5.2.2	<i>Uso, circulação e apropriação de termos da disciplina de Conservação de obras em papel</i>	178
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	185
	REFERÊNCIAS	190
	APÊNDICES	202
	APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE TEXTOS SOBRE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL	203
	APÊNDICE B – LISTA DOS TEXTOS QUE CONFORMAM O CORPUS DE ESTUDO, ORGANIZADOS A PARTIR DOS CÓDIGOS ESTABELECIDOS NO TRABALHO TERMINOLÓGICO	222
	APÊNDICE C – PERIÓDICOS E INSTITUIÇÕES COM PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL	232
	APÊNDICE D – LISTA DE TEMAS QUE CONSTAM DO PAPER CONSERVATION CATALOG, ELABORADO PELO BOOK AND PAPER GROUP — BPG	235

APÊNDICE E – EMENTAS DE DISCIPLINAS CONSULTADAS PARA A ELABORAÇÃO DA ÁRVORE DE DOMÍNIO DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL	236
APÊNDICE F – EXEMPLO DE UMA FICHA DE TRABALHO TER- MINOLÓGICA USADA NA ELABORAÇÃO DO GLOS- SÁRIO	238
APÊNDICE G – LISTA DA DOCUMENTAÇÃO DE APOIO AOS ES- TUDOS TERMINOLÓGICOS	239
APÊNDICE H – GLOSSÁRIO DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL	241

1 INTRODUÇÃO

A consolidação de uma área de conhecimento, além da necessidade de estabelecer seus pressupostos teóricos, definir seu objeto e delimitar o campo de atuação dos seus profissionais, também exige a construção de um vocabulário próprio. O desenvolvimento da terminologia é fundamental para a estruturação e o reconhecimento social de um novo domínio de conhecimento. Como bem afirma Benveniste (1989, p. 252), “a constituição de uma terminologia própria marca, em toda ciência, o advento ou o desenvolvimento de uma conceitualização nova, assinalando assim, um momento decisivo de sua história.” O linguista francês afirma ainda:

Poder-se-ia mesmo dizer que a história particular de uma ciência se resume na de seus termos específicos. Uma ciência só começa a existir ou consegue se impor na medida em que faz existir e em que impõe seus conceitos, através de sua denominação. Ela não tem outro meio de estabelecer sua legitimidade senão por especificar seu objeto denominando-o, podendo este constituir uma ordem de fenômenos, um domínio novo ou um modo novo de relação entre certos dados (BENVENISTE, 1989, p. 252).

Maria Aparecida Barbosa associa o desenvolvimento de uma ciência à construção de um discurso metalinguístico específico, sobre o qual faz a seguinte afirmação:

(...) é lícito dizer-se que a prática de uma ciência básica ou aplicada, a sua produtividade e crescimento demonstram a imperiosa necessidade de construção e permanente reconstrução de um vocabulário próprio, preciso e consensual, instrumento de análise e descrição, que não somente permite defini-las e circunscrevê-las, enquanto disciplinas, como também lhe proporciona a aplicação mais rigorosa, produtiva, eficaz dos princípios, métodos e técnicas. Uma ciência que não conseguisse autodefinir-se não teria identidade, não poderia delimitar nem o seu objeto de estudo nem os seus processos de atuação. (...) com a precisa definição dos seus termos, e somente assim, determinam-se claramente os fatos próprios ao seu universo, seus métodos e técnicas. É legítimo afirmar, pois, que a construção da ciência é indissociável da construção de sua metalinguagem. À proporção de [sic] se vai constituindo, consolida-se a ciência e sua identidade epistemológica (BARBOSA, 2004, p. 314-315).

A Conservação¹ de bens culturais centra-se na pesquisa, estudo e práticas voltadas para preservar os objetos que constituem o patrimônio cultural de uma sociedade. Os procedimentos de conservação e de restauração são aplicados nos objetos e/ou monumentos que a sociedade define como bens de interesse cultural, por

¹ Neste trabalho usa-se o termo *Conservação*, grafado com maiúscula, para denominar a área de conhecimento, que inclui as outras especialidades que dela fazem parte: a *conservação*, a *restauração* e a *conservação preventiva*. No próximo capítulo discutiremos o uso destes termos dentro da área e justificaremos a nossa opção ao longo do texto.

caracterizarem-se como portadores de múltiplos significados e sentidos, em geral, associadas com a memória e a identidade de uma sociedade, comunidade ou de um grupo social. Trata-se de uma disciplina relativamente recente, ainda em um processo de consolidação e que ainda não tem seu vocabulário bem estabelecido. Como veremos, é uma disciplina que se encontra na interseção de vários outros domínios. Se no século XVIII se confundia com o fazer artístico, no século XX, especialmente em decorrência das imensas destruições ocasionadas pelas duas grandes guerras no patrimônio cultural europeu, a Conservação alcançou um desenvolvimento maior, tendo seu caráter interdisciplinar e científico reconhecido. Por sua natureza, é uma área que se estrutura a partir da articulação entre os conhecimentos técnico, humanístico e científico. Como uma área inserida no campo da preservação patrimonial, mobiliza conhecimentos de vários campos de saber, que convergem para a salvaguarda dos bens culturais nos seus vários aspectos.

O presente trabalho tem como motivação o potencial avanço da área de Conservação de bens culturais² e sua fundamentação epistemológica como disciplina especializada. O objetivo é realizar um estudo terminológico, com um recorte nos bens culturais móveis³, com suporte em papel e, a partir de tal análise, problematizar como a Conservação está se estruturando como uma área de conhecimento especializado. Ao final, como resultado concreto do estudo, elabora-se um glossário sobre Conservação de obras em papel, voltado para o público de profissionais em processo de formação, ou seja, alunos dos cursos de graduação, de recente implantação no Brasil.

O problema de pesquisa foi definido a partir da percepção das dificuldades de desenvolvimento da área de Conservação no Brasil, especialmente em relação à produção e atualização de conhecimentos e técnicas para o tratamento dos bens culturais móveis. No século XX, principalmente no pós-segunda guerra, como se verá adiante, a área alcançou avanços significativos em muitos países. No Brasil, ainda que as políticas de preservação do patrimônio cultural venham sendo paulatinamente implantadas desde os anos 1930, a Conservação desta tipologia de bens não tem acompanhado esse desenvolvimento. Entendemos que tal lacuna compromete e, frequentemente, coloca em risco a integridade de acervos que compõem o patrimônio cultural brasileiro.

² Sobre o conceito de bem cultural, concordamos com Carsalade (2015, p. 14), que ao discutir o verbete “bem” no Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural, afirma que qualquer bem produzido pela cultura é, tecnicamente, um bem cultural, mas que na prática o termo se aplica mais àqueles bens culturais escolhidos para preservação. Contudo, Carsalade correlaciona a preservação apenas aos processos oficiais de tombamento de bens culturais feitos por instituições públicas. Neste texto, entendemos a preservação de bens culturais em um sentido mais amplo, que se articula em várias instâncias para salvaguardar os bens culturais.

³ A categorização dos bens culturais é uma discussão extensa, conforme mostra Carsalade (2015). Contudo, no campo patrimonial, em relação aos bens materiais, existe uma divisão tradicional, com origem na Revolução Francesa, que os divide em *bens imóveis* e *bens móveis*. Mais recentemente, considera-se também a categoria dos *bens integrados*.

São vários os indicadores da fragilidade da área de Conservação de bens culturais móveis no Brasil: o mercado de trabalho ainda é incipiente, apesar do significativo patrimônio sob a guarda de instituições; são frequentes as notícias de intervenções em bens patrimoniais realizadas por pessoas sem a devida qualificação profissional; a profissão do conservador-restaurador⁴ ainda não é oficialmente reconhecida; a implantação de cursos de graduação para a formação dos profissionais voltados para os bens culturais móveis é tardia, se comparada com outros países.

Para completar esse cenário problemático, identificamos que a produção de conhecimento, especialmente com uma abordagem científica, é incipiente. O número de publicações em língua portuguesa sobre as atividades de conservação e de restauração é reduzido. Como não existem periódicos específicos da área, alguns poucos artigos e textos são publicados em revistas de áreas afins. Isto é resultado, em grande parte, pela falta das estruturas para a formação dos profissionais, uma vez que, em geral, a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimentos especializados acontecem no meio universitário. Ademais, é preciso considerar que existe uma barreira da língua, especialmente entre os estudantes, o que dificulta o acesso aos conhecimentos já elaborados nos países desenvolvidos, em geral, publicados na língua inglesa. Também são raras as traduções de textos especializados.

No Brasil, até muito recentemente, a possibilidade de formação do conservador-restaurador acontecia em instituições estrangeiras ou em alguns poucos cursos locais em nível de especialização ou técnicos. São exemplos o curso de especialização do Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais (CECOR)⁵ e os cursos de formação técnica ministrados pela Escola SENAI Theobaldo de Nigris em parceria com a Associação Brasileira de Encadernação e Restauro (ABER)⁶. Muito frequentemente a formação se dava em estágios realizados em ateliês particulares ou em laboratórios de instituições locais detentoras de acervos, em um processo similar ao ensino de ofícios.

Observamos atualmente um novo contexto, com o deslocamento do *locus* de ensino e aprendizagem para os espaços das universidades. Desde 2007, a partir do

⁴ Ainda que no Brasil seja frequente o uso do termo *restaurador* para definir o profissional, adota-se neste texto a forma *conservador-restaurador*, que foi definida em 1984 pelo ICOM no documento *The Conservator-Restorer: a Definition of the Profession* (ICOM, 1984). Este também é o termo adotado pela Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores – ABRACOR e, mais recentemente, no encaminhamento de projeto de lei para o reconhecimento formal da profissão.

⁵ O Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis foi criado em 1978 na Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais. O CECOR, criado em 1980 para dar apoio a este curso, consistiu no principal centro de formação de especialistas em Conservação durante 30 anos. A partir da experiência e tradição do CECOR, em 2008, a UFMG implantou o seu Curso de Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

⁶ O Curso de Conservação-Restauração de Documentação Gráfica – Material de Arquivos e Bibliotecas começou a ser ministrado em 1990, através do convênio entre a ABER - Associação Brasileira de Conservação e Restauro e a Escola SENAI Theobaldo de Nigris (CASTRO, 2012, p. 240). Este curso, reformulado em alguns aspectos, continua formando profissionais de nível técnico para atuar em arquivos e bibliotecas.

programa governamental Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foram implantados os seguintes cursos de graduação em Conservação e Restauração nas universidades federais brasileiras: o Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Pelotas, o Curso de Conservação e Restauração da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Curso de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Universidade Federal de Minas Gerais. No ensino particular foi criado o curso Superior de Tecnologia em Conservação e Restauo na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Desta forma, a questão da formação profissional do conservador-restaurador alcança outro nível. Ainda que o processo de criação dos cursos universitários seja tardio, em comparação com outros países onde existem cursos deste tipo desde meados do século XX, tem-se agora uma situação mais promissora, tanto para a estruturação de uma formação profissional como para produção de conhecimento especializado. Com a criação dos cursos de graduação surgem novas exigências e situações. A formação profissional do conservador-restaurador se torna mais complexa, agora necessariamente atrelada às principais funções sociais das universidades: ensino, pesquisa e extensão. Ainda que existam muitos desafios a serem vencidos, especialmente em relação à necessidade de implantação dos cursos de pós-graduação, cumpre-se uma etapa importante para o reconhecimento e legitimação da área da Conservação na sociedade brasileira.⁷

Entendemos que a partir da transferência da formação das competências profissionais para os espaços universitários torna-se fundamental discutir as questões relacionadas às teorias, métodos e práticas que estruturam a disciplina de Conservação, inserida agora no contexto do campo acadêmico. Cria-se assim um ambiente propício para o desenvolvimento e divulgação de um conhecimento especializado, mais consistente e concreto, voltado para a pesquisa e aplicação de técnicas e de tratamentos de preservação, conservação e restauração dos bens culturais. Acreditamos que tais avanços repercutirão positivamente na salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro.

No entanto, a estruturação da Conservação como um domínio especializado, além da necessidade de estabelecer as especificidades do seu objeto de estudo, de delimitar um campo de conhecimento e de definir os seus métodos e técnicas, também exige a construção de um vocabulário próprio, como já se apontou nos primeiros

⁷ Para se ter uma dimensão da defasagem da formação profissional no Brasil, nos países europeus o conservador-restaurador está inserido no Marco Europeu de Qualificações desde 2009. Para receber o título de conservador-restaurador e exercer a profissão exige-se uma formação correspondente ao mestrado universitário (ECCO - EUROPEAN CONFEDERATION OF CONSERVATOR-RESTORERS' ORGANISATIONS, 2013).

parágrafos.

A área da Conservação, inerentemente marcada pela interdisciplinaridade, necessita de obras terminográficas que possibilitem a harmonização de seus termos especializados e que também facilitem a comunicação, tanto entre os profissionais da área específica, assim como com os especialistas das áreas afins. Não se pode desconsiderar a necessidade de comunicação com outros públicos, também envolvidos ou interessados nas questões relativas ao campo do patrimônio cultural.

No processo de elaboração de obras terminográficas podem ser seguidos diferentes metodologias, que atendem a objetivos e interesses específicos. Duas possibilidades se colocam: 1) a metodologia estabelecida pela área da Ciência da Informação, com o objetivo de criar vocabulários controlados e que resulta na elaboração dos tesouros; 2) a metodologia desenvolvida pela disciplina de Terminologia⁸, em uma perspectiva linguística, que se caracteriza como um campo teórico e aplicado voltado aos estudos das unidades de conhecimento especializados (UCE) e das linguagens especializadas e que também possibilita gerar produtos terminográficos, como, por exemplo, glossários e dicionários especializados.

Sobre a primeira abordagem, o desenvolvimento dos tesouros está diretamente relacionado ao aumento exponencial da informação, do crescente uso de bases de dados e da necessidade de controlar o vocabulário para a recuperação da informação. De acordo com Dobedei (2002, p. 66), a partir de 1940 o termo *tesauro* começou a ser utilizado na esfera da Ciência da Informação e no processo de recuperação da informação, sendo entendido como um instrumento capaz de transportar conceitos e suas relações mútuas, tal como expresso na linguagem dos documentos, em uma língua regular, com controle de sinônimos e estruturas sintáticas simplificadas. Na obra *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri for information retrieval* publicada pela UNESCO, consta que em termos de estrutura, um tesouro é um vocabulário controlado e dinâmico de termos relacionados semântica e genericamente, que abrange de forma ampla um domínio específico do conhecimento (UNESCO, 1970b, p. 5).

As terminólogas Maria da Graça Krieger e Maria José Bocorny Finatto, ao abordarem as aproximações entre a disciplina da Terminologia e o campo da Documentação, mostram que, na segunda possibilidade, o enfoque maior recai sobre o componente lexical especializado, “que em larga medida, integra a linguagem de indexação dos documentos cadastrados nas bases de dados das bibliotecas”. De acordo com essas autoras, a estrutura básica de um tesouro reflete uma preocupação com a repre-

⁸ Adota-se neste texto grafar com letra maiúscula – Terminologia – quando se referir à disciplina, como forma de diferenciar a mesma palavra – terminologia, usada para designar o conjunto de termos de uma área do conhecimento.

sentação codificada da organização conceitual das áreas do conhecimento e que, nessa perspectiva, a construção da linguagem documentária é uma linguagem artificial, que segue uma série de convenções que criam descritores, termos normalizados consensualmente e referendados pelos próprios gestores para uso nos sistemas de informação (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 58).

Para a presente pesquisa, a aproximação com a disciplina de Terminologia, em uma perspectiva linguística e, mais especificamente, comunicativa e textual, se mostrou mais interessante, uma vez que os seus pressupostos teóricos e metodológicos permitem melhor compreender o processo de estruturação de uma determinada área de conhecimento no seu contexto sociocultural. Além de permitir elaborar obras de referência que auxiliam no desenvolvimento da área, como glossários e dicionários especializados, a Terminologia também possibilita analisar a produção do conhecimento de um determinado domínio, a partir dos termos empregados pelos agentes sociais que nele atuam.

Tal abordagem é possível a partir dos pressupostos teóricos da Terminologia com um viés Linguístico e que privilegia uma metodologia descritivista. Desta forma, nesta pesquisa, nos distanciamos de uma proposta de terminologia prescritivista ou normatizadora, defendida pela chamada teoria clássica da Terminologia.

As terminólogas Krieger e Finatto afirmam que a elaboração de glossários e dicionários é a aplicação mais reconhecida da Terminologia, mas não é a única, pois, tendo em vista o papel das obras de referência, a disciplina tem construído suas teorias em grande medida ocupando-se da descrição das terminologias, usualmente compreendidas como repertórios de designação de uma dada área do conhecimento. De acordo com as autoras, “à medida que, em Terminologia, um fazer dicionarístico técnico-científico assume valor ímpar, ao mesmo tempo, fornece material para a reflexão teórica da disciplina” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 123).

Essa potencialidade dos estudos dos termos se concretiza a partir do reconhecimento de que um universo socialmente significativo se manifesta pela linguagem, uma vez que as palavras têm o poder de nomear, identificar e categorizar a realidade. Termos nada mais são do que palavras empregadas em um contexto específico. Por suas características, os termos estão relacionados aos conceitos e funcionam como representações estabelecidas pelos agentes sociais a partir dos seus usos, apropriações e circulação em um determinado domínio de conhecimento especializado (GAUDIN, 2014).

No texto intitulado “O conhecimento, a terminologia e o dicionário”, Maria Tereza Camargo Biderman, mostra que é a partir da palavra que as entidades da realidade podem ser identificadas e nomeadas. Por sua vez, a nomeação dessas realidades cria um universo significativo revelado pela linguagem, resultando em um processo de categorização. De acordo com esta autora,

(...) a nomeação da realidade pode ser considerada como a etapa primeira no percurso científico do espírito humano de conhecimento do universo. Ao identificar semelhanças e, inversamente, discriminar os traços distintivos que individualizam estes referentes em entidades distintas, o homem foi estruturando o conhecimento do mundo que o cerca, dando nomes (palavras e termos) a essas entidades discriminadas (BIDERMAN, 2006, p. 35).

No caso das denominações técnicas, de acordo com Krieger e Finatto (2004, p. 17), o componente lexical especializado permite ao homem denominar objetos, processos e conceitos que as áreas científicas, técnicas, tecnológicas e jurídicas criam e delimitam conceitualmente. Para essas autoras, o léxico temático configura-se em um componente linguístico inerente e a serviço de comunicações especializadas, posto que os termos transmitem conteúdos próprios de cada área. Por isso, os termos realizam duas funções essenciais: a de representação e a de transmissão do conhecimento especializado.

A abordagem dos termos como representação permite entender as características socialmente estabelecidas pelos agentes que atuam numa área específica de conhecimento. Ainda que estudos terminológicos possam ser aplicados nos mais variados temas do saber humano, interessa nesta tese a construção epistemológica da área da Conservação de bens culturais móveis, que busca se afirmar como uma disciplina dentro do campo científico, ao mesmo tempo que mantém estreita relação com outros domínios, como o da cultura e das artes. A análise dos termos como representação também possibilita lançar luzes sobre os processos de construção da identidade dos profissionais, neste caso, do conservador-restaurador, uma vez que a estruturação de um campo de conhecimento pressupõe o domínio de uma linguagem em comum, estabelecida a partir de normas sociais, o que permite não somente a comunicação, mas também define uma identidade de grupo.

Os termos e os textos nos quais estão inseridos, apresentam-se assim como uma possibilidade de conhecer e reconhecer uma área de conhecimento e os atores sociais que nela atuam. De acordo com Krieger e Finatto, os textos técnicos, e sobretudo os científicos, revelam-se como frutos de uma prática societária de linguagem, que identificará um grupo profissional que se expressa de um modo convencional e culturalmente estabelecido. Ainda segundo essas autoras, é com base nesses textos, “ambiente natural das terminologias, que são percebidos segmentos profissionais que se escrevem e se inscrevem como grupos sociais com o apoio de uma linguagem que os marca” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 126).

O estudo dos termos também está relacionado com os processos de comunicação em vários níveis. Em tempos de globalização e de avanços dos conhecimentos científicos, existe a necessidade de comunicação entre profissionais de diferentes

países, seja em eventos ou nas traduções de textos especializados e de divulgação. Considerando que o campo da preservação patrimonial é inerentemente multidisciplinar e interdisciplinar, também existe grande necessidade de comunicação com os profissionais de áreas afins. Com o avanço da formação profissional dos conservadores-restauradores nas instituições universitárias também entra em questão a comunicação entre especialistas e aprendizes. Não se pode ignorar que o domínio da terminologia específica da área faz parte do processo de aprendizagem, sendo uma das etapas fundamentais da formação profissional. Por fim, considerando as necessidades de reconhecimento social do valor do patrimônio cultural, não menos importante são as necessidades de comunicação com o público em geral, uma vez que hoje em dia, em todos os campos, o conhecimento não está restrito a grupos de especialistas, mas ultrapassa fronteiras e necessariamente inclui inúmeros outros agentes sociais.

A partir desse cenário, que justifica o interesse pelo estudo de terminologia da Conservação de bens culturais, temos como objetivo analisar e entender a conformação desta área no contexto do campo patrimonial. A aproximação com a Terminologia, como veremos nos capítulos subsequentes, propiciou discussões fundamentais, tanto sobre os termos estruturais da área da Conservação, assim como sobre os termos específicos de uma das suas especialidades. Buscamos assim contribuir para a construção epistemológica da Conservação como disciplina especializada. Consideramos que as discussões terminológicas e a elaboração e divulgação de produtos terminográficos da área de Conservação de bens culturais em língua portuguesa possibilitam revisar os conhecimentos elaborados na área, especialmente quando os termos identificados são confrontados com o que já foi desenvolvido em outros centros de pesquisa mais avançados. Temos ainda como objetivo, discutir e divulgar entre os profissionais do campo da preservação do patrimônio cultural a metodologia proposta pela disciplina de Terminologia, de forma que ela se torne mais conhecida e possa ser efetivamente aplicada, uma vez que, até onde se identificou no levantamento bibliográfico realizado em uma das etapas da pesquisa, são escassas as publicações com esse viés neste campo.

Por conta do interesse nos termos como representação e como unidade de comunicação, adotamos como referencial teórico os pressupostos estabelecidos por duas vertentes atuais da Terminologia: a Socioterminologia, a partir dos textos de François Gaudin (1993, 2005, 2014), e a Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT, estruturada a partir dos trabalhos de Maria Teresa Cabré (1993, 2005). Tais teóricos propõem uma abordagem da Terminologia inserida no campo da Linguística, tendo em comum a proposta de analisar as unidades de significação especializadas a partir do seu contexto sociocultural. Ambos trabalham com uma proposta descritivista do termo e se distanciam de uma terminologia denominada clássica, fundada em uma metodologia prescritivista, cujo objetivo é estabelecer termos unívocos, monorreferenciais, normali-

zados e padronizados.

Um trabalho terminológico pode ser qualificado como pontual ou sistemático a partir de dois critérios básicos: o número de termos considerados e a motivação inicial. De acordo com (CABRÉ, 1993, p. 339-340), o trabalho sistemático de terminologia se leva a cabo com a finalidade de coletar de forma estruturada um grande número de termos, que, dentro de uma área ou subárea temática, designam noções específicas. Já o trabalho pontual é motivado pela necessidade de resolver um problema ou uma dúvida terminológica e trabalha com um número reduzido de termos. Assim, nesta pesquisa, se fez uma análise sistemática e extensiva sobre os termos da área da Conservação de obras em papel, com o objetivo de gerar ao final um produto terminológico. Contudo, o primeiro capítulo foi construído considerando questões de um trabalho terminológico pontual.

O estudo terminológico sistemático foi feito a partir da análise de um *corpus* textual constituído pelas comunicações publicadas nos Anais dos Congressos da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores — ABRACOR, escolhido considerando os critérios de representatividade e de autoridade que a Associação possui dentro do grupo de especialistas que desenvolvem atividades de conservação e restauração.

Por conta do grande número de especialidades que conformam a Conservação, definimos como recorte estudar os termos da área dos bens culturais em suporte papel. Tal recorte, como se verificará adiante, é bastante extenso e complexo. Este recorte também se justifica por ser a nossa área de conhecimento e de especialização, uma vez que o olhar do especialista facilita o estudo dos termos especializados. Como são praticamente inexistentes pesquisas similares no Brasil, os estudos dos termos da área de Conservação de obras em papel poderá ser posteriormente expandidos para outras especialidades.

Sobre a estrutura do trabalho, buscamos estabelecer uma sequência que permita acompanhar os passos necessários para a realização de um estudo terminológico, sendo que os dois primeiros capítulos tratam da caracterização da área em estudo e os demais abordam a metodologia adotada para o estudo sistemático. Ao final apresentamos o resultado, que foi a elaboração do glossário de Conservação de obras em papel, destinado aos profissionais em formação nos cursos universitários brasileiros.

No segundo capítulo analisamos os processos de desenvolvimento da área, dentro do campo patrimonial, partindo-se do contexto social e histórico da formulação das noções de patrimônio, preservação, conservação, restauração e conservação preventiva. Neste capítulo, direcionamos a análise para a especialidade da Conservação de obras de papel, de acordo com o recorte proposto para a realização do estudo terminológico e da elaboração do seu produto final, o glossário.

No capítulo três discutimos os termos e conceitos macroestruturais da área: *preservação, conservação, conservação preventiva e restauração*. Como se mostrará, por tratar-se de um campo emergente, ainda existem muitas discordâncias sobre estes termos. Tal discussão, além de apontar para algumas características e representações da área, permitiu explicitar a nossa posição em relação a estes termos, adotada ao longo da pesquisa e, especialmente, na escrita deste texto.

Além de apresentar o contexto da área de estudo, estes dois primeiros capítulos subsidiam as decisões em relação a uma das etapas da metodologia adotada, que é a representação e organização do conhecimento da área especializada, a partir do desenho de uma árvore de domínio.

O quarto capítulo, além de explicitar o referencial teórico que sustentou a pesquisa, também foi construído com a motivação de discutir e divulgar, na área de Conservação, uma metodologia estruturada e eficiente, proposta pela disciplina da Terminologia. No levantamento bibliográfico realizado para identificar o estado da arte da área, observamos que os raros glossários e dicionários técnicos existentes foram elaborados a partir de iniciativas individuais e sem critérios metodológicos claros. Atende-se, assim, a um dos objetivos da pesquisa, que é discutir e divulgar uma metodologia mais consistente para a elaboração de produtos terminológicos.

Neste capítulo, primeiro descrevemos o contexto do desenvolvimento da disciplina da Terminologia. Em seguida, são discutidas as diversas vertentes dos estudos terminológicos, iniciando-se pelas escolas clássicas, detendo-se mais especificamente na escola vienense, a partir da qual se estruturou a Teoria Geral da Terminologia — TGT. Tal abordagem foi necessária para se compreender o contexto o desenvolvimento da Socioterminologia e da Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT, que são os referenciais teóricos adotados na pesquisa. Também compõem este capítulo as questões da Terminografia, que consiste da parte aplicada da Terminologia, a partir da qual se estabeleceu as etapas para a elaboração do glossário.

No quinto capítulo apresentamos a aplicação da metodologia da Terminologia em todas suas etapas para a realização da elaboração do produto final, o glossário. Descrevemos o trabalho terminográfico a partir de três blocos de atividades: a delimitação do tema e definição do trabalho terminográfico; preparo, organização do *corpus* e recompilação dos termos; estruturação e apresentação do produto final. Em uma segunda parte deste último capítulo analisamos alguns termos que fazem parte do glossário para exemplificar como é possível identificar algumas características da área em estudo a partir do uso e apropriação dos seus termos especializados.

Por fim, nas considerações finais revisamos os resultados alcançados a partir dos objetivos estabelecidos inicialmente, assim como ressaltamos a importância das discussões terminológicas para uma área especializada em processo de estruturação.

O glossário, resultado da aplicação dos pressupostos teóricos e da aplicação da metodologia da Terminologia, composto por 188 termos, é apresentado no Apêndice final desta tese.

2 O CAMPO PATRIMONIAL: PATRIMÔNIO, PRESERVAÇÃO, CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Neste capítulo iniciamos discutindo as características do campo patrimonial e suas mudanças decorrentes da expansão dos bens culturais a serem preservados. Na sequência abordamos o desenvolvimento das atividades de conservação e de restauração e, em um tópico específico, da conservação preventiva. Por fim, abordamos especificamente o desenvolvimento da área especializada de interesse para esta pesquisa: a Conservação de obras em papel.

2.1 O contexto do campo patrimonial

Ao analisar o campo patrimonial não se pode, inicialmente, desconsiderar a noção de colecionismo. Ainda que tenha adquirido distintos sentidos e significados ao longo da história, o ato de colecionar determinados objetos, conjuntamente com os cuidados para preservá-los, é antigo e universalmente difundido. O interesse do homem em preservar alguns objetos portadores de significados especiais pode ser identificado desde tempos remotos, em geral, associado aos valores religiosos e ritualísticos. Pomian (1984) estabeleceu o termo específico quando analisou o conceito de coleção. Para este autor os *semióforos* são objetos que existem fora das atividades econômicas e de uso, que servem apenas para serem expostos ao olhar e são dotados de significados muito subjetivos porque representam a ligação entre o visível e o invisível.

O ato de colecionar objetos para serem expostos e vistos pode ser identificado desde os templos das musas (*mouseion*) da antiguidade greco-romana, passando pelos botins de guerra que faziam parte das coleções reais em muitas épocas, pelos objetos raros considerados milagrosos da Idade Média, pelas antiguidades e obras de arte valorizadas pelos homens cultos do Renascimento, pelos gabinetes de curiosidades contendo plantas, fósseis e espécies zoológicas associadas com a história natural, objetos etnográficos e folclóricos provenientes do descobrimento do Novo Mundo, dentre tantos outros. Porém, é no século XVIII, com o surgimento dos museus, arquivos e bibliotecas públicos, que o colecionismo alcança uma dimensão maior.

Contudo, a noção de patrimônio é mais abrangente do que o colecionismo de objetos, uma vez que atualmente incorpora inúmeros outros bens, como os monumentos, os conjuntos arquitetônicos, os sítios arqueológicos, as paisagens.

No seu sentido original em latim, a palavra *patrimônio* está ligada ao conceito de herança e posses familiares transmitidas entre gerações e associa-se ao sentido de propriedade. Na contemporaneidade, o termo *patrimônio* abre-se para um vasto e complexo universo de conceitos e noções, tornando-se polissêmico, com múltiplos sen-

tidos e significados. Requalificado por diversos adjetivos, para a historiadora francesa Françoise Choay, o patrimônio é um conceito nômade. Nas palavras dessa autora:

Patrimônio. Esta bela e antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômica e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito “nômade”, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante (CHOAY, 2001, p. 11).

Hoje, como explicam Ballart Hernández e Tresseras (2007, p. 11), entende-se que patrimônio, seja na categoria do patrimônio histórico, do patrimônio cultural ou do patrimônio natural, é sempre uma construção cultural e, como tal, sujeito a mudanças em função das circunstâncias históricas e sociais.

A importância alcançada pelo patrimônio na contemporaneidade, não somente nos seus aspectos culturais e simbólicos, mas também sociais e econômicos, é ressaltada por diversos estudiosos, de distintas áreas. O historiador da arte Poulot (2009, p. 9), por exemplo, afirma que o patrimônio participa de uma metáfora central de nossa modernidade e que na nossa vida cultural, raros são os termos que possuem um poder de evocação tão grande quanto ‘patrimônio’.

Choay, ao resgatar o processo histórico de formação da noção de patrimônio histórico, identificou nas sociedades contemporâneas um verdadeiro culto patrimonial, a partir do qual ela verifica uma síndrome narcisista, onde “o patrimônio histórico parece fazer hoje o papel de um vasto espelho no qual nós, membros das sociedades humanas do fim do século XX, contemplaríamos a nossa própria imagem” (CHOAY, 2001, p. 240).

Ao comparar as relações estabelecidas entre o patrimônio individual e o coletivo, Ballart Hernández e Tresseras sintetizam o que caracteriza esse último: o patrimônio como herança coletiva cultural do passado (nosso passado, o passado de uma comunidade, o passado de toda a humanidade) conecta e relaciona os seres humanos de ontem com os homens e mulheres do presente, em benefício de sua riqueza cultural e de seu sentido de identidade. Para estes autores a herança cultural ou legado cultural é um ativo útil a todas as sociedades e serve a distintos propósitos (bons e maus) e, se o direito as gerações que as recebem é desfrutar plenamente de seus valores, o dever que adquirem é transmiti-las nas melhores condições para as próximas gerações (BALLART HERNÁNDEZ; TRESSERAS, 2007, p. 12).

Alguns autores consideram o patrimônio um conceito moderno e o associam à formação dos Estados Nacionais. Fonseca (1997, p. 31), por exemplo, afirma que a noção de patrimônio é datada, produzida, assim como a ideia de nação, no final do século XVIII, durante a Revolução Francesa. Esta autora acrescenta que a noção foi

precedida na civilização ocidental pela 'autonomização' das noções de Arte e de História. Ela entende que a questão do patrimônio se situa em uma encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os Estados Modernos na objetivação e legitimação da ideia de nação. Fonseca complementa que permeando essas dimensões está o uso simbólico, tanto de produção, conservação ou destruição, que os diferentes grupos fazem dos seus bens na elaboração das categorias de espaço e tempo, a partir da articulação das noções de História e Arte (FONSECA, 1997, p. 49). Fundamentando seu argumento sobre os usos simbólicos e os valores estabelecidos pelos grupos sociais, a autora acrescenta:

Ou seja, o valor que [os grupos sociais] atribuem a esses bens enquanto meios para referir o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento. Esses diferentes valores atribuídos são, na civilização ocidental, regulados por duas noções que se articulam sobre as categorias de espaço e tempo — a noção de História e a de Arte. A primeira, enquanto reelaboração do passado, a segunda, enquanto fruição *in praesentia*. Nesse sentido, os bens que constituem os patrimônios culturais se propõem como marcas do tempo no espaço (FONSECA, 1997, p. 49).

Na obra *El pasado es un país extraño*, ao analisar as múltiplas possibilidades sobre como o homem moderno ocidental se relaciona com o seu passado, em um capítulo específico, David Lowenthal, discute o impulso e paixão moderna pela conservação do patrimônio histórico. Lowenthal afirma que as instâncias da conservação podem ser documentadas desde tempos imemoriais e que é óbvio que existe certo hábito de atesourar alguns resíduos — restos mortais enterrados, relíquias da fé religiosa, ícones tangíveis do poder. No entanto, reter uma porção substancial do passado é uma meta que pertence claramente aos últimos tempos (LOWENTHAL, 1998, p. 537).

O historiador norte-americano contextualiza os acontecimentos que despertaram o interesse por conservar os restos do passado. Para esse autor, o primeiro acontecimento foi a emergência de uma nascente consciência da historicidade, ou seja, o despertar de uma consciência de que a história não estava estruturada pelo destino e nem por nenhuma constante da natureza humana, mas sim por um processo orgânico, polifacético e variado, sujeito a múltiplas contingências (LOWENTHAL, 1998, p. 545).

O segundo acontecimento, ainda de acordo com este autor, estava relacionado com o surgimento do nacionalismo. Nas suas palavras:

Um impulso similar à conservação foi o nacionalismo: as línguas vernáculas, o folclore, as artes materiais e as antiguidades se converteram nos focos da consciência de grupo e na identidade popular

dos estados nacionais, emergentes e frequentemente sitiados, da Europa (LOWENTHAL, 1998, p. 545, tradução nossa).⁹

O terceiro impulso conservacionista identificado por Lowenthal foi um agudo sentimento de perda que resultou de uma mudança sem precedentes, por conta da Revolução Francesa e das Guerras Napoleônicas, uma vez que tudo o que havia sido antes parecia pertencer a um mundo perdido para sempre. Nas suas palavras: “Os padrões de vida tradicionais se quebraram, os monumentos foram destruídos, os tesouros artísticos foram saqueados — tudo isto provocou uma reação de preocupação pela conservação [...]” (LOWENTHAL, 1998, p. 547, tradução nossa).¹⁰

Para Lowenthal a Revolução Industrial potencializou o sentimento de perda ocasionado pelas convulsões sociais, sobretudo na Inglaterra, onde a miséria relacionada com a rápida urbanização incrementou a nostalgia pelos velhos tempos (LOWENTHAL, 1998, p. 548).

A quarta nova perspectiva foi a consciência crescente de uma identidade individual, a partir da qual as pessoas ao olharem para trás e verem a vida como uma corrida em que as ações do passado haviam tido consequências, encontravam significados em recordar e voltar a visitar os cenários de sua infância (LOWENTHAL, 1998, p. 548).

Por último, Lowenthal aponta como motivações para o impulso conservacionista as escavações arqueológicas e atividades antiquárias, que marcaram especialmente o século XIX, além da expansão da educação e das atividades de ócio, que estimulavam o nascente turismo. Para Lowenthal, o redescobrimto dos jazigos e monumentos antigos despertou um sentimento para conservá-los. As escavações arqueológicas nos berços da civilização nas regiões do Nilo e Mediterrâneo, assim como o crescimento das atividades antiquárias em cada país, ampliaram o interesse pelos restos materiais (LOWENTHAL, 1998, p. 548).

Lowenthal (1998, p. 548) alerta que nem todos os impulsos conservacionistas culminaram em um dado momento, que podem ter variado bastante em distintos lugares e circunstâncias. No entanto, o início do século XIX marcou uma linha divisória, quando esses impulsos se fizeram especialmente intensos, despertando iniciativas sem precedentes para a conservação das relíquias do passado.

Fato é que a preservação patrimonial, como a entendemos atualmente, está relacionada com uma nova percepção do passado, individual e coletivo e que se concretiza, em grande parte, a partir de políticas de Estado, estruturadas desde o século

⁹ No texto original: *Un impulso similar hacia la conservación fue el nacionalismo: las lenguas vernáculas, el folklore, las artes materiales y las antigüedades se convirtieron en los focos de la consciencia de grupo y en la identidad popular de los estados nacionales, emergentes y a menudo sitiados, de Europa.*

¹⁰ No texto original: *Los patrones de vida tradicionales se desbarataron, los monumentos se destrozaron, los tesoros artísticos se saquearon — todo esto provocó una reacción de preocupación por la conservación (...)*

XVIII e ao longo do século XIX. França, Inglaterra, Alemanha e outras nações europeias criaram, no século XIX, instituições públicas e privadas voltadas para a preservação, elaboraram leis e realizaram trabalhos de inventário, de conservação e de restauração de monumentos. Tudo isto estruturou uma prática preservacionista, consolidando um modelo, que sob vários aspectos, perdura até os dias atuais (LONDRES, 2007, p. 158).

Asseguram-se, assim, os chamados processos de patrimonializações oficiais ou institucionalizadas, estabelecidos especialmente a partir de organismos e normas jurídicas em relação aos bens que se pretende preservar e transmitir para as futuras gerações. No entanto, é preciso ressaltar, essa é apenas uma das dimensões do patrimônio. Analogamente aos processos estatais, existem processos individuais, comunitários ou sociais de patrimonialização que, de acordo com Márcia Sant'Anna, iniciam-se

com a escolha do que deve sobreviver à passagem do tempo e constituir o fio que liga o passado ao presente e este ao futuro, pois é sempre o presente — suas demandas, disputas e questões — o que orienta a identificação e a escolha do que deve ser preservado (SANT'ANNA, 2015, p. 2).

No século XX assiste-se a uma rápida e crescente expansão do campo patrimonial, assim como de ampliação das categorias de bens culturais que dele fazem parte. Londres (2007, p. 160), ao analisar o patrimônio histórico na sociedade contemporânea, chama a atenção para uma situação complexa em que fatores como a ampliação da noção de patrimônio cultural, a diversificação dos instrumentos de proteção e o envolvimento de novos atores, expandiram o âmbito de alcance dessas políticas para muito além das tradicionais ações de identificação e proteção de monumentos que haviam sido elaboradas no século XIX.

Nessa expansão, em que se ultrapassa as tradicionais noções de patrimônio histórico e artístico, foram paulatinamente sendo incluídas novas categorias de bens culturais. Nessa perspectiva, Poulot assim delinea o campo patrimonial no século passado:

No decorrer do século XX, o patrimônio assume, cada vez mais explicitamente, sua implementação positiva, segundo juízos de valor que afirmam uma verdadeira escolha. Os desafios ideológicos, econômicos e sociais extrapolam amplamente as fronteiras disciplinares (entre a história, estética ou história da arte, folclore ou antropologia) —, como pode ser notado, no decorrer das décadas de 1970 – 1980, pelo reconhecimento de “novos patrimônios”, que abrange uma profusão de esforços públicos e privados em favor de múltiplas comunidades (POULOT, 2009, p. 9).

Identifica-se nesse período, além de um processo de expansão dos bens a serem preservados, um movimento de internacionalização do patrimônio, com um en-

tendimento de que o interesse e necessidade da preservação dos bens culturais em situação de risco ultrapassava as fronteiras nacionais. Zanirato e Ribeiro, ressaltam as mudanças que ocorreram nas últimas décadas neste sentido, em relação à noção do patrimônio cultural.

Nos últimos anos, o conceito “patrimônio cultural” adquiriu um peso significativo no mundo ocidental. De um discurso patrimonial referido aos grandes monumentos artísticos do passado, interpretados como fatos destacados de uma civilização, se avançou para uma concepção do patrimônio entendido como o conjunto dos bens culturais, referente às identidades coletivas. Desta maneira, múltiplas paisagens, arquiteturas, tradições, gastronomias, expressões de arte, documentos e sítios arqueológicos passaram a ser reconhecidos e valorizados pelas comunidades e organismos governamentais na esfera local, estadual, nacional ou internacional (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 251).

É possível identificar estes complexos processos de alterações na noção de patrimônio no século XX nos documentos produzidos pelas convenções da UNESCO. Criada no contexto de pós-segunda guerra mundial, a UNESCO, braço das Nações Unidas para as políticas de educação, ciência e cultura, é responsável, em grande parte, pelo processo de internacionalização do patrimônio e expansão da noção de bens culturais. De acordo com Zanirato e Ribeiro (2006, p. 255), a preocupação central desse organismo internacional foi a de efetivar a conservação do patrimônio dentro de uma dimensão internacional e, nesse sentido, assumiu o encargo de articular e regular de forma eficaz as medidas de tutela e de ação internacional, de elaborar os textos jurídicos e recomendações internacionais com conteúdos, objetivos e alcances distintos.

A partir das Convenções da UNESCO em reuniões com os seus Estados-membros, foram então elaborados documentos e recomendações. Ainda que não assumam um papel impositivo, tais documentos atestam intenções e acabam por influenciar significativamente as ações e políticas adotadas pelos participantes e signatários. Assim, tais documentos permitem identificar como os conceitos e noções de patrimônio mudaram e se alargaram ao longo das últimas décadas.

A Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação e exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais, promovida pela UNESCO (1970), por exemplo, estabeleceu a definição e as categorias dos bens culturais a serem preservados. Observamos nessa Convenção a significativa expansão dos bens a serem protegidos, em comparação com o século XIX, em que prevaleciam os bens com valores históricos e artísticos, com ênfase especial dos bens arquitetônicos. O primeiro artigo define que,

para os fins da presente Convenção, a expressão 'bens culturais' significa quaisquer bens que, por motivos religiosos ou profanos, tenham

sido expressamente designados por cada Estado como de importância para a arqueologia, a pré-história, a história, a literatura, a arte ou a ciência (UNESCO, 1970a).

Neste documento também foi definida uma extensa lista de categorias de bens culturais a serem protegidas:

- a) as coleções e exemplares raros de zoologia, botânica, mineralogia e anatomia, e objetos de interesse paleontológico;
- b) os bens relacionados com a história, inclusive a história da ciência e da tecnologia, com a história militar e social, com a vida dos grandes estadistas, pensadores, cientistas e artistas nacionais e com os acontecimentos de importância nacional;
- c) o produto de escavações arqueológicas (tanto as autorizadas quanto as clandestinas) ou de descobertas arqueológicas;
- d) elementos procedentes do desmembramento de monumentos artísticos ou históricos e de lugares interesse arqueológicos;
- e) antiguidades de mais de cem anos, tais como inscrições, moedas e selos gravados;
- f) objetos de interesse etnológico;
- g) os bens de interesse artísticos, tais como: quadros, pinturas e desenhos feitos inteiramente a mão sobre qualquer suporte e em qualquer material (com exclusão dos desenhos industriais e dos artigos manufaturados a mão); produções originais de arte estatutuária e de cultura em qualquer material; gravuras, estampas e litografias originais; conjuntos e montagens artísticas em qualquer material;
- h) manuscritos raros e incunábulo, livros, documentos e publicações antigos de interesse especial (histórico, artístico, científico, literário, etc.), isolados ou em coleções;
- i) selos postais, fiscais ou análogos, isolados ou em coleções;
- j) arquivos, inclusive os fonográficos, fotográficos e cinematográficos;
- k) peças de mobília de mais de cem anos e instrumentos musicais antigos (UNESCO, 1970a).

Em 1972, dentro de um contexto de discussões dentro da ONU sobre as questões do meio ambiente, a UNESCO assumiu a preservação dos bens naturais, a partir de então, integrados aos bens culturais. A Convenção de 1972 é um marco significativo porque incluiu as categorias do patrimônio natural, assim definidas:

- Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;
- As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;
- Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural (UNESCO, 1972).

Além de assumir o duplo aspecto do patrimônio — cultural e natural, a Convenção de 1972 reveste-se de especial importância por ter estabelecido a noção de patrimônio mundial da humanidade, cuja preservação deveria ser garantida a partir da

cooperação da comunidade internacional. Assim, a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural”, estabeleceu no seu artigo sexto:

Com pleno respeito pela soberania dos Estados no território dos quais está situado o patrimônio cultural e natural referido nos artigos 1.º e 2.º, e sem prejuízo dos direitos reais previstos na legislação nacional sobre o referido patrimônio, os Estados parte na presente Convenção reconhecem que o referido patrimônio constitui **um patrimônio universal para a proteção do qual a comunidade internacional no seu todo tem o dever de cooperar** (UNESCO, 1972, grifo nosso).

Outra questão importante colocada pela Convenção de 1972 é a noção de “valor universal excepcional”. É a partir dessa Convenção que a UNESCO estabeleceu os critérios para a inserção dos bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial. Márcia Sant’Anna comenta que a Convenção criou polêmica ao estabelecer o ‘valor universal excepcional’ calcado nos aspectos materiais do patrimônio e em noções de ‘integridade’ e ‘autenticidade’ vinculadas à permanência da matéria que lhe dá suporte. Para essa autora, essa concepção, de corte eminentemente ocidental, entrou em choque com concepções orientais que associam a autenticidade do patrimônio a outros predicados e desagradou países em desenvolvimento que não viram o seu patrimônio contemplado nessa ideia (SANT’ANNA, 2015, p. 8).

Isso começou a ser revertido nos eventos seguintes, como a Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais, realizada no México em 1985, a Conferência de Paris de 1989, a Conferência de Nara, organizada pela UNESCO, ICCROM e ICOMOS em 1994.

A inovação na Declaração do México se deu pela inclusão na definição de patrimônio cultural das criações “anônimas surgidas da alma popular“, abrindo-se um espaço para as obras modestas que não se encaixavam no critério dos valores excepcionais. No texto da Declaração consta:

O patrimônio cultural de um povo compreende as obras dos seus artistas, arquitetos, músicos, escritores e sábios, assim como **as criações anônimas surgidas da alma popular** e o conjunto de valores que dão sentido à vida. Ou seja, as obras materiais e não materiais que expressam a criatividade desse povo: a língua, os ritos, as crenças, os lugares, e monumentos históricos, a cultura, as obras de arte e os arquivos e bibliotecas (ICOMOS, 1995, grifo nosso).

Os questionamentos que já vinham sendo feitos à ideia de *valor universal excepcional* proposto pela Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, resultaram na aprovação da Recomendação para a salvaguarda da cultura tradicional e popular, na Conferência Geral da Unesco de 1989. A chamada Conferência de Paris de 1989, assim define a cultura tradicional e popular:

A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores que se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os rituais, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes (UNESCO, 1989).

De acordo com Marcia Sant’Anna, a Convenção de Nara, realizada em 1994, foi capitaneada pelo Japão, considerando o seu descontentamento com a recusa do Comitê do Patrimônio Mundial de acolher a candidatura de monumentos religiosos japoneses, os quais são ritualmente reconstruídos em determinados intervalos de tempo, sob a alegação de não serem “materialmente autênticos”. O documento final foi então concebido para questionar a noção de autenticidade eurocêntrica e de parâmetros absolutos que está expressa na Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural de 1972. Ainda de acordo com esta autora, a principal contribuição da Conferência de Nara foi estabelecer uma nova ideia de autenticidade, “não mais fundada em critérios fixos e externos, mas a partir do contexto que produziu o bem cultural” (SANT’ANNA, 2015, p. 10).

Essa nova abordagem é explicitada no seguinte trecho da Convenção de Nara:

Todos os julgamentos sobre atribuição de valores conferidos às características culturais de um bem, assim como a credibilidade das pesquisas realizadas, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de uma mesma cultura, não sendo, portanto, possível basear os julgamentos de valor e autenticidade em critérios fixos. Ao contrário, o respeito devido a todas as culturas exige que as características de um determinado patrimônio sejam consideradas e julgadas nos contextos culturais aos quais pertencem (UNESCO, 1994).

Por fim, completando o redimensionamento do patrimônio cultural, a Convenção de 2003 incorporou a noção de “patrimônio cultural imaterial”. A Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial estabeleceu que:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas — junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados — que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Identificamos, assim, uma evidente mudança de paradigma no conceito de patrimônio, que vinha sendo construída desde as Convenções anteriores. Ao analisar a importância da Convenção de 2003, Sant'Anna (2015, p. 11) afirma que a noção de patrimônio, ainda mais ampliada pela inclusão de bens culturais de natureza imaterial, abriu espaço para novos atores no campo da preservação. De acordo com essa autora, a principal novidade da Convenção de 2003 está expressa no artigo 15, que recomenda:

Artigo 15: Participação das comunidades, grupos e indivíduos — No quadro de suas atividades de salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, cada Estado Parte deverá assegurar a participação mais ampla possível das comunidades, dos grupos e, quando cabível, dos indivíduos que criam, mantêm e transmitem esse patrimônio e associá-los ativamente à gestão do mesmo (UNESCO, 2003).

Pode-se observar que desde a Convenção de 2003 houve um deslocamento, a partir do qual o patrimônio deixa de ser o campo exclusivo do especialista. Nas palavras da autora:

Os especialistas dividem, cedem espaço, convivem ou atuam como porta-vozes das comunidades, grupos e indivíduos detentores ou produtores de bens culturais imateriais, reconhecidos então como os principais sujeitos da seleção, constituição e, ainda, da gestão de seus patrimônios, ou seja, esses novos atores não somente “dizem” o que é patrimônio, mas estabelecem também como tratá-lo e “mantê-lo”. Em suma, como devem ser conduzidas as ações de preservação que promoverão sua continuidade (SANT'ANNA, 2015, p. 11).

Essas alterações nos conceitos estabelecidos pelas conferências internacionais da UNESCO nas últimas décadas apontam para o estabelecimento de uma acepção antropológica da cultura, na qual passa-se a valorizar as manifestações simbólicas dos grupos sociais, seus saberes e fazeres.

De acordo com Pelegrini, no âmbito do patrimônio, o restabelecimento da acepção antropológica da cultura, fomentada desde o início da década de 1980 nas convenções internacionais promovidas pela UNESCO, provocou a ampliação do conceito. “Este passou a abarcar também as maneiras do ser humano existir, pensar e se expressar, bem como as manifestações simbólicas dos seus saberes, práticas artísticas e cerimoniais, sistemas de valores e tradições” (PELEGRINI, 2006, p. 117).

Sant'Anna (2015, p. 9) argumenta que as décadas de 1970 e 80, foram marcadas pela consolidação de uma noção ampliada de patrimônio cultural, especialmente no que toca à sua articulação com o meio ambiente, e pelo desenvolvimento de políticas de preservação específicas para cada tipologia patrimonial. Essa autora também identifica a partir dos anos 1960 o crescimento da importância de funções econômica e

social do patrimônio, ressaltando a sua inserção como mercadoria. Nas palavras desta autora:

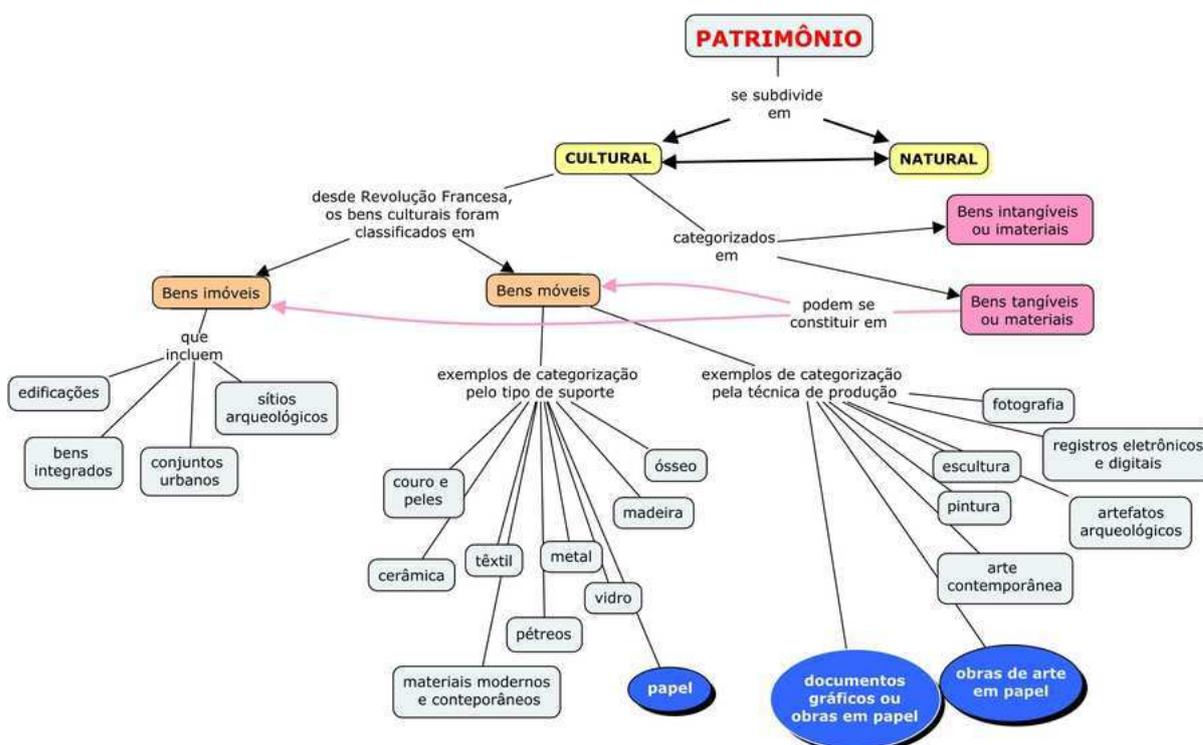
A “função” do patrimônio, por outro lado, claramente se transformou e, com isso, as medidas implementadas para lhe dar viabilidade. De referência artística e testemunho histórico, com um papel essencialmente memorial e formador do gosto, verifica-se, a partir dos anos 1960, o crescimento da importância de uma função “econômica” e “social” do patrimônio. Em outras palavras, verifica-se sua progressiva captura, de um lado, pelos circuitos da mercadoria associados ao turismo, à espetacularização urbana e à produção imobiliária, e, de outro lado, pelas reivindicações relacionadas a identidades grupais, à emancipação social, à qualidade de vida, ao desenvolvimento sustentável, à valorização da diversidade cultural (SANT’ANNA, 2015, 15).

Londres (2007, p. 160) ressalta que no século XXI surgiram novos desafios associados com a preservação de bens culturais que passaram a integrar a agenda das políticas de preservação, tais como a questão ambiental nas áreas de interesse histórico, a inserção dos centros históricos urbanos na dinâmica de desenvolvimento das grandes cidades, a demanda por bens culturais pela indústria do turismo, o reconhecimento dos bens culturais de natureza imaterial como parte do patrimônio cultural da nação, os direitos de propriedade intelectual coletivos sobre conhecimentos tradicionais associados ou não a recursos genéticos.

Delimita-se assim um quadro complexo no campo patrimonial, marcado por sucessivas ampliações do conceito de patrimônio, pela inserção de novos agentes sociais, movidos por questões identitárias e também socioeconômicas. No entanto, não existe uma linearidade que poderia indicar um sentido de progresso. Os valores, funções e representações do patrimônio históricos e artísticos, tão marcantes no século XIX, não se extinguiram, mas permanecem em alguns contextos, em outros foram reformulados e recontextualizados. Nesse contexto de mudanças e ampliações, os conceitos de preservação, conservação e restauração dos patrimônios também sofreram importantes alterações, como se verá na segunda parte deste capítulo.

Na Fig. 1 buscamos sintetizar em um mapa conceitual como o campo patrimonial se organiza, com maior desdobramento dos bens culturais móveis, por ser esta a área de interesse nesta pesquisa.

Figura 1 – Organização do campo patrimonial

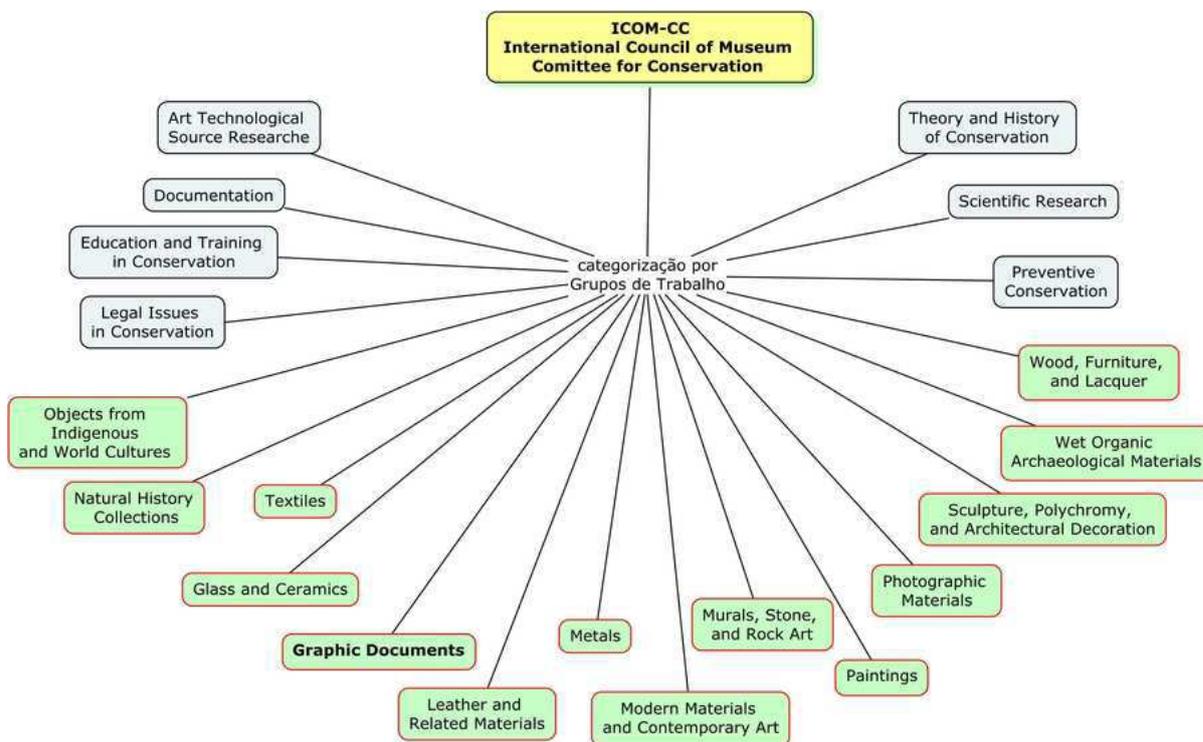


Elaborado pela autora

A multiplicidade de sentidos do patrimônio cultural discutida neste capítulo se reflete na variedade de tipos de bens, que dentro do domínio da preservação dos bens culturais tangíveis ou materiais, são abordados em inúmeras especialidades. Ainda que não exista uma classificação estabelecida destas tipologias, os bens culturais podem ser organizados por similaridades de materiais (p. ex.: metais), por técnicas de produção (p. ex.: pintura) ou, ainda, por áreas de conhecimento (p. ex.: objetos etnográficos).

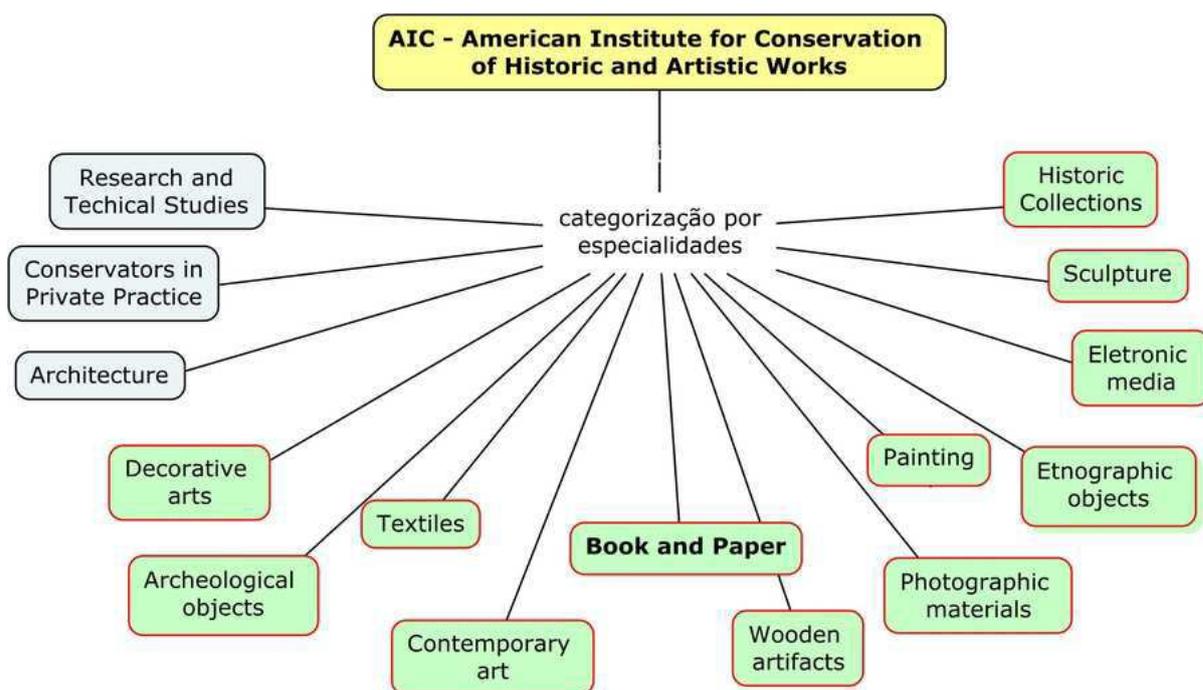
Para concluir esta caracterização do campo patrimonial, apresentamos, também em forma de mapa conceitual, dois exemplos de como duas importantes instituições organizam os bens culturais aos quais se dedicam. A Fig. 2 mostra os grupos de trabalho do ICOM-CC (2018), que reúnem os profissionais das diferentes especialidades. A Fig. 3 representa as especialidades do *American Institute for Conservation of Artistics and Historics Works* (AIC, 2018). Nas duas figuras, marcamos na cor verde os bens culturais tangíveis, que se enquadram na categoria dos bens móveis, com destaque em negrito para os bens circunscritos na nossa pesquisa.

Figura 2 – Os grupos de trabalho do ICOM-CC que se constituem em especialidades dentro do campo patrimonial



Fonte: Elaborado pela autora

Figura 3 – Especialidades existentes no AIC



Fonte: Elaborado pela autora

2.2 O contexto do desenvolvimento das atividades de conservação e restauração

As discussões apresentadas a seguir têm como objetivo estabelecer um panorama sobre como as atividades de conservação e restauração e, em um tópico específico, de conservação preventiva, se estruturam dentro do campo patrimonial e da área da Conservação. Não se pretende esgotar o assunto, mas sim pontuar alguns fatos e contextos históricos que permitem melhor delimitar a área em estudo.

Como mostrado antes em relação ao patrimônio, as noções de conservação e restauração também foram elaboradas em um determinado momento e contexto muito específico: nos países europeus, em fins do século XVIII e ao longo do século XIX. Já a noção de conservação preventiva, como se verá, foi elaborada em períodos mais recentes.

Para alguns autores, desde tempos remotos podem ser identificadas ações que visam preservar ou recuperar os objetos portadores de determinados valores. É possível identificar intervenções nos objetos, seja por motivos estéticos, funcionais, ritualísticos, simbólicos, dentre outros, em tempos muito recuados. Algumas obras buscam resgatar a história das intervenções nos objetos. Ruiz de Lacanal (2010, p. 20), por exemplo, tenta rastrear atividades de restauração e cita vários registros na Antiguidade de medidas relacionadas com o cuidado, manutenção e limpeza em objetos variados. Na obra *Historia y teoría de la Conservación y Restauración artística*, Martínez Justicia (2008) identifica os conceitos de conservação e de restauração de pinturas, esculturas, arte sacra e arquitetura desde as culturas gregas e romanas. Macarrón Miguel (2013), por sua vez, na sua análise histórica encontra as primeiras notícias de atitudes conservadoras e de restaurações no Egito e Oriente Médio.

Ainda que estas autoras reconheçam que a tendência da humanidade de proteger e preservar objetos valiosos tenham sentidos diferentes ao longo da história, estas abordagens atribuem uma noção muito ampliada para a conservação e restauração, como se observa nas palavras de Macarrón Miguel logo no primeiro parágrafo do seu livro *Historia de la conservación y la restauración*:

É difícil determinar com exatidão quando se começa a conservar e restaurar. A simples manutenção de uma obra preciosa já é um tratamento de conservação. Um exemplo destas intenções encontramos em sítios pre-históricos, onde foram encontrados objetos pertencentes a períodos anteriores (MACARRÓN MIGUEL, 2013, p. 1, Cap. 1, tradução nossa).¹¹

¹¹ No texto original: *Es difícil determinar con exactitude cuando se empieza a conservar y restaurar. El*

Apesar de ser recorrente na literatura da área estes recuos longínquos, entendemos que as noções de preservação, conservação e restauração, com o sentido aceito nos dias atuais não podem ser desvinculadas do contexto de desenvolvimento da categoria do patrimônio cultural. Além disso, como mostraremos no próximo capítulo, as origens etimológicas das palavras *preservação*, *conservação* e *restauração* somente são registradas nos vocabulários de origem latina a partir do século XIV.

É nesta perspectiva que a arquiteta Beatriz Mugayar Kühl, ao analisar as origens das tendências de preservação, identifica mudanças no século XV, “quando, de forma paulatina, as intervenções em obras de épocas passadas deixam de ter como moventes questões de ordem essencialmente prática e utilitária e começam a ter motivação cultural” (KÜHL, 2006, p. 18).

Discorrendo sobre a preservação arquitetônica, Kühl afirma que ao longo do tempo as intervenções nos edifícios eram adaptações às necessidades da época e ditadas por exigências práticas e de uso. No entanto, para essa estudiosa, as noções que floresceram a partir do Renascimento e amadureceram entre os séculos XV e XVIII, foram posteriormente conjugadas na formação das vertentes teóricas da restauração, assim identificadas pela autora: o respeito pela matéria original; a ideia de reversibilidade e distinguibilidade da intervenção; a importância da documentação e de uma metodologia científica; o uso como um meio de preservar os edifícios e não com a finalidade da intervenção; o interesse por aspectos conservativos e de mínima intervenção; a noção de ruptura entre passado e presente (KÜHL, 2006, p. 18-19).

Também foram preponderantes no desenvolvimento da área, ainda de acordo com Kühl (2006, 19), o despontar do Iluminismo, os debates gerados pelas aceleradas transformações decorrentes da Revolução Industrial e pelas destruições após a Revolução Francesa. Assim, para essa autora, no caso dos monumentos históricos, a preservação assume um significado essencialmente cultural, pautada nos valores formais, históricos, simbólicos e memoriais, em contraposição às ações de cunho prático.

Como se mostrou na primeira parte deste capítulo, David Lowenthal pontuou os seguintes acontecimentos que despertaram o interesse do homem moderno pela conservação: a emergência de uma consciência da historicidade; o surgimento dos nacionalismos; o sentimento de perda decorrentes da Revolução Francesa, das Guerras Napoleônicas e da Revolução Industrial; a expansão das escavações arqueológicas e das atividades antiquárias, a expansão da educação e ainda as atividades de ócio, que estimulariam o nascente turismo.

simple mantenimiento de una obra preciada es ya un tratamiento de conservación. Un ejemplo de estos talentos lo encontramos en yacimientos prehistóricos, donde hán aparecido objetos pertenecientes a otros períodos anteriores.

É a partir destes contextos que, no século XIX, se perfilam as duas grandes tendências, que irão influenciar as posturas sobre conservação e restauração no século XX, especialmente em relação ao patrimônio arquitetônico e às obras de arte. Macarrón Miguel e González Mozo (2011, p. 55) apontam que de um lado estavam os partidários da restauração radical, com o objetivo da recuperação do “original”. De outro, os defensores de uma intervenção mínima, mais conservadora, de modo a conservar o que havia de original, com um critério mais arqueológico e respeitoso, atendendo às exigências da autenticidade estética e histórica.

Segundo Choay (2001, p. 153), assiste-se nessa época o confronto entre duas doutrinas: uma intervencionista, que predomina no conjunto dos países europeus; a outra, anti-intervencionista, que é mais própria da Inglaterra.

Vaccaro (1996b, p. 308) pontua que a dicotomia essencial que atravessa o século XIX, e que se manifesta tanto nas relações entre Classicismo e Romantismo, assim como dentro do movimento Romântico, também se reflete na ética da restauração, e pode ser exemplificada, especialmente no campo da arquitetura, pelos conflitos entre Eugène-Emmanuel Viollet-le-Duc¹², de um lado, e William Morris¹³ e John Ruskin¹⁴, do outro.

John Ruskin é considerado o principal teórico da conservação no século XIX, especialmente sobre o papel da arquitetura e de sua preservação para a sociedade moderna. Foi um dos maiores expoentes da crítica romântica, de cunho socialista, à sociedade capitalista industrial e suas evidentes mazelas, como a miséria generalizada, a injustiça social, o inchaço urbano, a destruição da natureza (PINHEIRO, 2008, p. 10).

Fundadores também de um movimento chamado de Anti-restauração¹⁵, os britânicos Ruskin e Morris, são críticos resolutos da restauração e preconizavam que no máximo se fizesse a manutenção dos edifícios históricos. Choay (2001, p. 154) afirma que Ruskin, seguido por Morris, defende um anti-intervencionismo radical que deriva de sua concepção do monumento histórico. Para Ruskin o trabalho das gerações passadas

¹² Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc (1814-1879), arquiteto francês, restaurador, historiador da arquitetura, designer e teórico (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996, p. 481).

¹³ William Morris (1834-1896), designer britânico, artesão, poeta e pensador político. É um dos principais defensores e inspiradores do *The Arts and Crafts Movement*, movimento estético que defendia o artesanato criativo como alternativa à mecanização e à produção em massa e que pregava o fim da distinção entre o artesão e o artista (WIKIPÉDIA, 2016).

¹⁴ John Ruskin (1819-1900), nascido na Inglaterra, foi crítico de arte, escritor e pensador político e patrono das artes. Foi professor de artes na Universidade de Oxford (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996, p. 479).

¹⁵ Em março de 1877 William Morris, junto com alguns membros da Confraria dos Pré-rafaelistas, fundou a *Society for the Protection of Ancient Buildings – SPAB*. Em 25 de Agosto do mesmo ano, Morris lançou o *Manifesto of the Society for the Protection of Ancient Buildings*, dando início ao Movimento Anti-Restauração. Essa instituição existe até os dias atuais. O seu site informa que, embora o Manifesto tenha sido produzido em resposta aos problemas de conservação do século XIX, ele estende a proteção para “todas as épocas e estilos” e permanece até hoje a base filosófica para o trabalho da SPAB (THE SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANCIENT BUILDINGS, 2017).

confere aos edifícios que nos deixaram um caráter sagrado e as marcas que o tempo neles imprimiu fazem parte da sua essência.

Os textos de Ruskin são marcados por um profundo sentimento de reverência pelos edifícios antigos, explicitado na seguinte frase do texto intitulado *A lâmpada da memória*: “É como centralizadora e protetora dessa influência sagrada, que a Arquitetura deve ser considerada por nós com a maior seriedade. Nós podemos viver sem ela, e orar sem ela, mas não podemos rememorar” (RUSKIN, 2008, p. 54).

Defensor fervoroso da conservação, Ruskin era um crítico radical das restaurações. Nos seus escritos prevalecem posturas claramente contrárias às intervenções e à restauração. Em um dos aforismos que compõe o texto *A Lâmpada da Memória*, alertava:

Ela [a restauração] significa a mais total destruição que um edifício pode sofrer: uma destruição da qual não se salva nenhum vestígio: uma destruição acompanhada pela falsa descrição da coisa destruída. Não nos deixemos enganar nessa importante questão; é impossível, tão impossível quanto ressuscitar os mortos, restaurar qualquer coisa que já tenha sido grandiosa ou bela em arquitetura (RUSKIN, 2008, p. 79).

Sobre a conservação, Ruskin tinha uma posição também bastante radical:

Cuide bem dos seus monumentos, e não precisará restaurá-lo. Algumas chapas de chumbo colocadas a tempo num telhado, algumas folhas secas e gravetos removidos a tempo de uma calha, salvarão tanto o telhado como as paredes da ruína. Zele pelo edifício antigo com ansioso desvelo; proteja-o o melhor possível, e a *qualquer* custo, de todas as ameaças de dilapidação. Conte suas pedras como se fossem as joias de uma coroa; coloque sentinelas em volta dele como nos portões de uma cidade sitiada; amarre-o com tirantes de ferro onde ele ceder; apoie-o com escoras de madeira onde ele desabar; não se importe com a má aparência dos reforços: é melhor uma muleta do que um membro perdido; e faça-o com ternura, e com reverência, e continuamente, e muitas gerações ainda nascerão e desaparecerão sob sua sombra. Seu dia fatal por fim chegará; mas que chegue declarada e abertamente, e que nenhum substituto desonroso e falso prive o monumento das honras fúnebres da memória (RUSKIN, 2008, p. 81-82, itálico do autor).

Assim, apesar das posições anti-intervencionistas radicais de Ruskin, ele admitia que os edifícios fossem consolidados, até que chegasse o tempo do seu fim derradeiro. Nesse sentido, Ruskin é considerado por alguns autores como um precursor da conservação e, até mesmo, da conservação preventiva. No entanto, estas leituras do pensamento de Ruskin também são questionadas. Luis Casanova, por exemplo, argumenta que,

(...) o facto de [Ruskin] ser inimigo confesso do restauro também não o faz, *ipso facto*, precursor da Conservação como hoje a entendemos, até

porque não nos parece que a recusa do restauro seja um dos pilares dos atuais movimentos de preservação (CASANOVAS, 2008, p. 51).

Do lado francês, as práticas de restauração propostas por Eugène Viollet-le-Duc se contrapõem fortemente à conservação defendida por Ruskin. O arquiteto e restaurador Viollet-le-Duc é considerado o grande expoente de um movimento denominado *restauração estilística*, cujos adeptos pensam a restauração como imitação e como a reconstrução “no estilo do original”. Este grupo acreditava que com uma documentação meticulosamente precisa e detalhada do estilo, bem como dos detalhes do edifício e do método de construção, eles poderiam tornar possível a reconstrução completa de partes inteiras destes edifícios (VACCARO, 1996b, p. 308).

Viollet-le-Duc é autor do *Dictionnaire Raisonné de l' Architecture Française du XI^e au XVI^e Siècle*, uma obra vasta, publicada em dez volumes, entre 1854 e 1868. Nesta obra Viollet-le-Duc expõe detalhadamente seus conhecimentos sobre a arquitetura medieval. A partir do universo da arquitetura gótica, o arquiteto concebe um sistema ideal de correspondência entre forma, estrutura e função, formando um sistema lógico, perfeito e fechado em si. Essa tendência, de encarar um objeto segundo uma concepção idealizada, será depois aplicada nas práticas de restauração desenvolvida pelo arquiteto (KÜHL, 2000, p. 17).

Essa linha de pensamento de Viollet-le-Duc é explicitada no primeiro parágrafo do verbete *Restauração* no seu Dicionário, no qual afirma: “Restaurar um edifício não é mantê-lo, repará-lo ou refazê-lo, é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em um dado momento” (VIOLLET-LE-DUC, 2000, p. 29).

A tradutora do verbete *Restauração*, Beatriz Mugayar Kühl, explica a lógica que Viollet-le-Duc aplica nas restaurações dos edifícios góticos. Para essa autora, Viollet-le-Duc,

Procura entender a lógica da concepção do projeto que, quando compreendida como um todo, daria respostas unívocas. Não se contenta unicamente em fazer uma reconstituição hipotética do estado de origem, mas procura fazer uma reconstituição daquilo que teria sido feito se, quando da construção, detivessem todos os conhecimentos e experiências de sua própria época, ou seja, uma reformulação ideal de um dado projeto. O seu procedimento se caracterizava por, inicialmente, procurar entender profundamente um sistema, concebendo então um modelo ideal e impondo, a seguir, sobre a obra, o esquema idealizado (KÜHL, 2000, p. 18).

Kühl (2000, p. 18) complementa que as formulações teóricas apresentadas no *Dictionnaire* podem ser verificadas nas obras restauradas por ele, “que muitas vezes resultaram em intervenções incisivas, fazendo largo uso de reconstituições ou mesmo ‘corrigindo’ o projeto onde ele se mostrava defeituoso.”

Reconhecido e criticado por realizar restaurações agressivas e radicais, Choay (2001, p. 157) sugere relativizar esse retrato grotesco sobre Viollet-le-Duc, inserindo-o no contexto intelectual da época e, também, lembrando o estado avançado de degradação em que se encontravam na França a maioria dos monumentos sobre os quais pairava a suspeita de desconfiguração.

Contudo, esses dois pensamentos que se apresentavam naquela época como antagônicos permaneceram no cerne de muitas discussões conceituais, assim como das práticas de preservação dentro da área. Diversas teorias posteriores serão marcadas pelos esforços para conciliá-los.

Dentre as novas propostas para resolver esses dilemas, as ideias do italiano Camillo Boito¹⁶, no último quartel do século XIX, trariam nuances a essas discussões. De acordo com Françoise Choay (2001, p. 164), confrontado com as duas doutrinas antagônicas de Ruskin e Viollet-le-Duc, Boito recolhe o melhor de cada uma, extraíndo delas, em seus escritos, uma síntese sutil.

Considerado o fundador da abordagem moderna da restauração, nos seus textos Boito enunciou os princípios fundamentais da *restauração filológica*, também denominada por alguns autores como *restauração científica*.

De acordo com Kühl, Camillo Boito é um analista arguto do seu próprio tempo, ocupando um papel relevante na transformação da historiografia da arte e na formação de uma nova cultura arquitetônica na Itália. Sobre Boito, esta autora destaca que,

Como restaurador e teórico, tem um lugar consagrado pela historiografia da restauração, sendo a ele reservada uma posição moderada e intermediária entre Viollet-le-Duc, cujos preceitos seguiu durante certo tempo, e Ruskin, sintetizando e elaborando princípios que se encontram na base da teoria contemporânea de restauração (KÜHL, 2002, p. 9).

Segundo Martinez Justicia (2008, p. 241), Boito tenta uma reconciliação entre a teoria de Ruskin e a necessidade de restaurar. Assim, aceita a crítica radical do teórico inglês, mas evita participar de sua visão fatalista, em termos da condenação a que a obra de arte está sujeita ao longo do tempo, não permitindo sua ruína através da aplicação de diferentes instrumentos técnicos.

De acordo com Kühl (2002, p. 22), Boito considera a conservação e a restauração como essencialmente diversas, “insistindo que a conservação é, muitas das vezes, a única coisa a se fazer, além de ser obrigação de todos, da sociedade e do governo. (...) Concebe a restauração como algo distinto e, às vezes, oposto à conservação, mas necessário.”

¹⁶ Camillo Boito, (1836-1914), italiano, arquiteto, restaurador, crítico, historiador, professor, teórico, literato (KÜHL, 2002).

Boito também rejeita o princípio da unidade estilística na restauração, o qual considera uma “falsificação enganosa” porque remove todos os vestígios da passagem do tempo. Ao invés disso, ele propõe uma abordagem do monumento como um documento de arte e história. Preocupado com o problema de autenticidade, Boito defende, além do critério da intervenção mínima, os princípios da visibilidade de elementos não originais adicionados durante a restauração. Boito também é defensor da documentação escrupulosa das intervenções que forem realizadas (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996, p. 460).

Kühl (2002, p. 21-2) assim sintetiza os principais pontos estabelecidos por Camillo Boito:

- 1) Ênfase no valor documental dos monumentos;
- 2) Preferencialmente os monumentos deveriam ser consolidados a reparados e reparados a restaurados;
- 3) Evitar acréscimos e renovações, e se fossem necessários, deveriam ter caráter diverso do original, mas não poderiam destoar do conjunto;
- 4) Os complementos de partes deterioradas ou faltantes, mesmo se seguissem a forma primitiva, deveriam ser de material diverso ou ter incisa a data da restauração;
- 5) As obras de consolidação deveriam limitar-se ao estritamente necessário, evitando-se a perda dos elementos característicos, ou mesmo, pitorescos;
- 6) Respeitar as várias fases do monumento, sendo a remoção de elementos admitida se tivessem qualidade artística manifestamente inferior à do edifício;
- 7) Registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase, antes, durante e depois da intervenção.

Estes pontos definidos por Boito, a princípio estabelecidos para serem aplicados na arquitetura, constituem o primeiro quadro deontológico da restauração e ainda são os critérios básicos seguidos pelos restauradores contemporâneos que, com pequenas variações, são usados em todos os campos da conservação de bens culturais (SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, 2008, p. 6).

As proposições de Boito teve, e ainda têm, forte influência nas teorias da restauração do século XX, especialmente a partir da atuação do arquiteto e urbanista italiano

Gustavo Giavannoni¹⁷, um dos mais importantes pensadores da restauração na Itália na primeira metade do século XX. Os princípios propostos por Boito foram levados por Giavannoni para a Conferência Internacional de Atenas em 1931, o primeiro evento internacional a discutir as questões do patrimônio. O evento promovido pela Sociedade das Nações resultou na Carta de Atenas de 1931, que dentre várias questões importantes, recomendava abandonar as reconstituições integrais e adotar a manutenção regular e permanente dos edifícios, com uma abordagem mais conservadora do que interventiva.¹⁸

Em meados do século XX, especialmente em decorrência dos grandes estragos promovidos no patrimônio entre as duas guerras mundiais, o chamado “restauro filológico” passou por uma extensa releitura. Kühl (2007, p. 199) afirma que os princípios do restauro “científico” não perderam a validade e tiveram papel fundamental no respeito pelo monumento, com todas suas complexas estratificações, mas se mostraram incapazes de ir além da realidade documental da obra no contexto de destruições verificadas naquele período.

Claudia dos Reis Cunha, ao analisar este contexto de destruição pós-segunda guerra e a necessidade de reconstrução em grande escala, explica que:

Não se podia pensar nos monumentos destruídos apenas como documentos, ignorando sua existência como obra figurativa com significação social e simbólica. Em razão da grande escala das intervenções não se podia cogitar o tratamento de lacunas como “neutros”. Assim, esses questionamentos suscitaram o pensamento de que o restauro era, para além de um ato científico de filólogo, também um ato crítico (CUNHA, 2004, p. 2).

Sobre as mudanças conceituais na restauração em meados do século XX, Kühl afirma que

(...) por proposições de variados autores, passa-se a encarar o restauro como ato histórico-crítico, o qual deve respeitar as várias fases por que passou a obra e preservar as marcas da própria translação da obra no tempo. Ademais, assume-se que qualquer ação sobre a obra intervém inexoravelmente em sua realidade figurativa, e a restauração assume para si a tarefa de prefigurar e controlar, justificar e fundamentar essas alterações, respeitando seus aspectos documentais, materiais e formais (KÜHL, 2007, p. 199).

¹⁷ Gustavo Giavannoni (1873-1947), nascido na Itália, com formação em arquitetura e engenharia, foi historiador e crítico da arquitetura, planejador urbano e professor. Dirigiu a Escola de Arquitetura em Roma e participou da implantação da primeira faculdade universitária de arquitetura da Itália, onde ocupou as cadeiras de Restauração de monumentos (WIKIPEDIA, 2017b).

¹⁸ Cf. Carta de Atenas de 1931. (ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS., 1995)

Neste período foram os textos de Roberto Pane¹⁹, Renato Bonelli²⁰, Paul Philippot²¹ e Cesare Brandi²² que contribuíram para formular os fundamentos da chamada *restauração crítica*, que de acordo com Kühl, foi assim denominada por se entender a restauração, essencialmente, como processo histórico-crítico que parte de uma por menorizada análise da obra e não de categorias genéricas pré-determinadas. Desta forma, ainda segundo esta autora, Bonelli e Pane alicerçaram suas posições a partir das análises das transformações pelas quais passou a restauração ao longo do tempo, reformulando-as e articulando-as a correntes do pensamento sobre estética e a outras proposições da época. Brandi, por sua vez, fundamentava seus enunciados essencialmente pela estética e pela história. Assim, na restauração crítica, passou-se a dar maior ênfase aos valores formais, sem desprezar, porém, os aspectos históricos e as várias fases do monumento histórico (KÜHL, 2007, p. 199-200).

As proposições da restauração crítica ganham especial proeminência na figura de Cesare Brandi. De acordo com Kühl (2007, p. 200), movendo-se nas interfaces entre história e crítica de arte, estética, teoria e prática do restauro, o objetivo de Brandi era afastar o restauro do empirismo, vinculando-o às ciências, sendo essa a tônica que imprimiu na direção do *Instituto Central di Restauro* — ICR, no período de 1939 até 1960, enquanto foi o seu diretor.

Brandi atuou intensamente em missões e consultorias para vários países e, também, para a UNESCO desde 1948. A partir de 1955 desenvolveu atividades acadêmicas como professor das disciplinas de pintura, e depois de história e teoria da restauração, na Universidade de Roma.

Os estudos acadêmicos de Brandi, associados com suas atividades profissionais, conduziram à formulação de uma nova teoria da restauração, a qual foi sistematizada na obra *Teoria del Restauro*. Sobre as convergências das atividades profissionais de Brandi para a formulação de sua teoria, Giovanni Carbonara, ao apresentar a obra

¹⁹ Roberto Pane (1897-1987), nascido na Itália, foi arquiteto e historiador da arquitetura. Foi um dos primeiros graduados em Arquitetura na Itália na Escola de Arquitetura de Roma, fundada dois anos antes por Gustavo Giovannoni, de quem foi discípulo por alguns anos. Na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Nápoles ministrou a cadeira de Restauração de Monumentos (WIKIPEDIA, 2017e).

²⁰ Renato Bonelli (1911-2004), nascido na Itália, foi historiador da arquitetura e arquiteto. Defendeu tese sobre restauração sob a orientação de Gustavo Giovannoni. Foi professor de história da arte e história da arquitetura na Universidade de Palermo (WIKIPEDIA, 2017d).

²¹ Paul Philippot (1925-2016), nascido na Bélgica, doutor em história da arte e arqueologia. Foi professor da Universidade Livre de Bruxelas onde lecionava história da pintura e da arquitetura, estética e teoria geral da conservação. Também ministrou cursos em outros centros da Bélgica. na Universidade de Roma e no ICCROM. Foi vice-diretor e depois diretor do ICCROM de 1959 a 1977, participando de inúmeras missões técnicas comandadas pelo ICCROM em vários países (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996, p. 478).

²² Cesare Brandi (1906-1988), nasceu na Itália, foi historiador da arte e crítico. Fundou o *Istituto Centrale del Restauro*, ministrou aulas de pintura, história e teoria da restauração na Universidade de Roma. Participou de inúmeras missões e consultorias em vários países como representante da UNESCO (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996, p. 473).

brandiana, afirma:

Por várias décadas e, em especial, a partir da fundação do Istituto Centrale del Restauro (Instituto Central de Restauração, ICR) em Roma, Cesare Brandi buscou — junto com as pesquisas conduzidas no campo estético e crítico e com as experimentações efetuadas no próprio Instituto — a configuração de uma ampla e sistemática enunciação filosófica do problema da restauração, traduzível tanto em uma “teoria” geral quanto em princípios operativos válidos (CARBONARA, 2004, p. 10).

Na sua teoria, Brandi estabelece claramente as duas instâncias que marcam as obras de arte, uma estética e outra histórica. Nas suas palavras:

Como todo produto da atividade humana, a obra de arte coloca, com efeito, uma dúplici instância: a instância estética que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte; a instância histórica que lhe compete como produto humano realizado em um certo tempo e lugar e que em certo tempo e lugar se encontra (BRANDI, 2004, p. 29-30).

É a partir do reconhecimento da obra de arte como tal que Brandi (2004, p. 30) estabelece a famosa definição de restauração, como sendo “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas para a sua transmissão para o futuro”.

Considerando o seu conceito de restauração, Brandi estabeleceu seus dois axiomas:

- 1) restaura-se somente a matéria da obra de arte
- 2) a restauração deve visar ao restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, desde que isso seja possível sem cometer um falso artístico ou um falso histórico, e sem cancelar nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo (BRANDI, 2004, p. 33).

Retomando as questões propostas anteriormente por Boito e Giovannoni, Brandi reafirma claramente na sua teoria dois princípios fundamentais para a restauração contemporânea: a clara identificação da intervenção realizada e reversibilidade. Dessa forma, Brandi defende que:

(...) a integração deverá ser sempre e facilmente reconhecível; mas sem que por isto se venha a infringir a própria unidade que se visa a reconstruir. Desse modo, a integração deverá ser invisível à distância de que a obra de arte deve ser observada, mas reconhecida de imediato, e sem necessidade de instrumentos especiais, quando se chega a uma visão mais aproximada (BRANDI, 2004, p. 47).

Sobre a questão da reversibilidade nas intervenções, Brandi (2004, p. 48) prescreve “que qualquer intervenção de restauro não torne impossível, mas, antes, facilite as eventuais intervenções futuras”.

Estes conceitos estabelecidos por Brandi foram aplicados na formulação da *Carta do Restauero*, elaborada pelo Ministério da Instrução Pública da Itália. Dado de 1972, esse documento permanece como uma importante referência para as discussões e práticas de restauração.

A obra *Teoría del Restauero* de Brandi segue sendo considerada por muitos como uma das principais referências para a restauração, ainda que existam críticas ao texto, considerado uma obra de difícil compreensão e também de aplicação, especialmente no contexto das novas abordagens em relação aos bens culturais.

Muñoz Viñas (2007, p. 125)²³, por exemplo, questiona o emprego reiterado no texto brandiano de noções como *esquema preconceptual, tempo extemporâneo e unidade orgânico-funcional da realidade existencial*, dentre outras expressões, que não estão suficientemente explicadas. Outras críticas referem-se à sua difícil aplicação em bens que não se encaixem na categoria das artes. Uma vez mais, Muñoz Viñas (2007, p. 131) é um crítico contundente, ao afirmar que a teoria brandiana é, na verdade, uma “teoría de la restauración de obras de arte”, que não se aplica à enorme variedade de objetos que se incluem atualmente na categoria dos bens culturais. Sobre as dificuldades em se aplicar a teoria, Muñoz Viñas afirma:

Muitos dos problemas que os restauradores encontram para aplicar a teoria de Brandi ao seu trabalho derivam deste fato tão simples. A instância estética, ou o valor estético se se preferir, somente é aplicável em algumas restaurações. Quando se restaura, por exemplo, uma vasilha da era do bronze, a instância estética (que é a base de toda a Teoría do restauero) é simplesmente irrelevante, inaplicável: não pertinente. O crescimento da restauração como disciplina deixou obsoleta a teoría do restauero como tal. O âmbito da discussão em que deveria se inserir esta teoría não é propriamente a restauração tal como se entende atualmente, mas apenas algumas especialidades dentro da restauração, ou uns quantos tipos de restauração: em particular aqueles nos quais o que se restaura tem um valor primordialmente artístico. Quando o valor do objeto é essencialmente histórico (como no caso de um documento escrito, ou de um resto arqueológico), a teoría de Brandi não pode pretender funcionar bem. Quando o objeto tem uma utilidade prática de outro tipo (por exemplo, um edifício histórico destinado à sede administrativa, ou uma escultura empregada em um ritual religioso, ou um resto fossilizado de um animal extinto), a teoría é ainda menos aplicável (...) (MUÑOZ VIÑAS, 2007, p. 131-132, tradução nossa).²⁴

²³ Salvador Muñoz Viñas é Professor titular do Departamento de Conservação e Restauração da Universidade Politécnica de Valência, na Espanha. Seu livro, *Teoría Contemporánea de la Restauración*, alcançou uma grande repercussão entre os profissionais por questionar as teorias clássicas da Conservação e Restauração.

²⁴ No texto original: *Muchos de los problemas que los restauradores encuentran para aplicar la teoría de Brandi a su quehacer se derivan de este hecho tan simple. La instancia estética, o el valor estético si se prefiere, sólo es aplicable en unas cuantas restauraciones. Cuando se restaura, por ejemplo, una vasija de la edad de bronce, la instancia estética (que es el puntal de toda la Teoría del restauero) es sencillamente irrelevante, inaplicable: no pertinente. El crecimiento de la restauración como disciplina ha dejado obsoleta a la teoría del restauero como tal. El marco de discusión en el que debiera insertarse esta teoría no es propiamente la restauración tal y como se entiende en la actualidad, sino sólo unas cuantas*

As críticas de Muñoz Viñas aos cânones da restauração fortemente estabelecidos desde os anos 1960, convergem em uma das publicações de maior repercussão em tempos recentes: *La teoría Contemporánea de la Restauración*. No primeiro parágrafo Salvador Muñoz Viñas explicita a sua posição:

Este texto não é completamente inocente ou neutro. Falar de *teoría contemporánea da restauração* implica que existe uma teoria da restauração que não é contemporânea, quer dizer, que existe uma teoria da restauração que pertence ao passado (e que por esta razão provavelmente tenha ficado obsoleta), e que existe uma teoria distinta da anterior, que é atual e que responde aos problemas de hoje, a partir de uma perspectiva do nosso tempo (MUÑOZ VIÑAS, 2010b, p. 14, tradução nossa).²⁵

Segundo Muñoz Viñas (2010b, p. 13), o que ele denomina *teoría contemporánea da restauração* ainda não possui textos canônicos, mas está difusa, expressa em artigos, em conferências, na Internet, em congressos, em conversas privadas e nos próprios trabalhos de restauração. O que ele fez ao propor esta teoria foi vislumbrar um fio condutor que une ideias ainda dispersas. Assim, a partir da identificação e articulação de questões propostas por vários pensadores contemporâneos, Muñoz Viñas constrói um texto que questiona e problematiza os conceitos que ele define como “clássicos”, incluindo os princípios por muito tempo tão caros aos restauradores, como os princípios de *autenticidade, objetividade, reversibilidade*, assim como os preceitos científicos.

Ao resenhar *La Teoría Contemporánea de la restauración*, Caldas assim resume as propostas de Muñoz Viñas:

O autor muda o olhar, antes direcionado ao objeto e sua materialidade, para a função e o significado que esse objeto representa em relação a seus grupos de pertencimento. Não obstante, questiona vários paradigmas da teoria da restauração, especialmente aqueles oriundos da teoria do italiano Cesare Brandi, publicada em meados do século XX. Critérios legitimados como mínima intervenção, distinguibilidade e reversibilidade, referências ainda fundamentais na justificativa das ações interventivas, são discutidos à exaustão. Partindo dessa análise minuciosa, o texto faz uma crítica explícita aos conceitos clássicos, apresentando a teoria contemporânea como alternativa para suprir suas

especialidades dentro de la restauración, o unos cuantos tipos de restauración: en concreto, aquellos en los que lo que se restaura tiene un valor primordialmente artístico. Cuando el valor del objeto es esencialmente histórico (como en el caso de un documento escrito, o un resto arqueológico), la teoría de Brandi no puede aspirar a funcionar bien. Cuando el objeto tiene una utilidad práctica de otro tipo (por ejemplo, un edificio histórico destinado a sede administrativa, o una escultura empleada en un ritual religioso, o un resto fosilizado de un animal extinguido), la teoría es aún menos aplicable (. . .)

²⁵ No texto original: *Este texto no es completamente inocente ou neutral. Hablar de teoría contemporánea de la restauración implica que existe una teoría de la restauración que no es contemporánea, es decir, que existe una teoría de la restauración que pertenece al pasado (y que por ello mismo probablemente haya quedado obsoleta), y que existe una teoría, distinta de la anterior, que es actual y que responde a los problemas de hoy desde una perspectiva de nuestro tiempo.*

limitações. Traz à discussão a necessidade de adoção de uma ética mais democrática e menos aristocrática a fim de que a restauração atenda a mais sensibilidades e contemple o maior número possível de formas de entender o objeto e atender equilibradamente a todas as suas funções e usuários (CALDAS, 2013, p. 1-2).

Contudo, talvez o que melhor sintetize as mudanças identificadas por Muñoz Viñas são os questionamentos de “o que”, “para que” e “para quem” se preserva. Neste sentido, este pensamento contemporâneo da Conservação tão-somente reflete as mesmas questões delineadas em outras discussões, como aquelas exemplificadas nos documentos da UNESCO, já discutidas antes neste capítulo.

Por fim, cabe ressaltar que no mundo heterogêneo da preservação patrimonial, essas diversas teorias apontadas sucintamente nos parágrafos anteriores não seguem uma trajetória unívoca e linear, em que uma suplanta a outra. De fato, as teorias, assim como o pensamento humano, podem se manter, se modificar ou conviver na sociedade de forma coetânea. Concordamos com Kühl (2016, p. 2), que ao examinar as transformações pelas quais a preservação passou nos últimos séculos, afirma que sempre houve, e continua a existir na atualidade, diferentes correntes, mas que isso não é um problema, ao contrário, é desejável.

Observamos também que as questões teóricas e conceituais apresentadas estão fortemente demarcadas em torno da restauração, especialmente em relação à arquitetura e as obras de arte. No entanto, o campo é mais complexo, existindo outras abordagens em relação à preservação dos bens culturais. Ao longo do tempo, observa-se o deslocamento da restauração das obras de arte para uma visão mais integrada da conservação e restauração de bens culturais e, também, com um sentido mais ampliado.

Neste universo patrimonial cabe ressaltar as especificidades dos acervos de bibliotecas e arquivos. Os acervos documentais constam das listas dos patrimônios definidos pela UNESCO e se situam dentro do campo patrimonial. Contudo, por suas características, aos acervos de livros e documentos também se agregam outros valores, como os informacionais. Como discutiremos um pouco à frente, alguns dos princípios da restauração, em grande parte elaborados nas discussões sobre as obras de arte e os bens arquitetônicos, não são adequadas à Conservação das obras em papel.

De acordo com Sánchez Hernánpérez, os problemas específicos enfrentados pelas políticas de preservação em bibliotecas e arquivos resultaram em uma crise latente no paradigma do que ele denomina “restauração ortodoxa”. Nas palavras deste autor,

[...] é necessário repensar a nossa disciplina em seus objetivos e cri-

térios de ação. Devemos nos perguntar se a restauração é uma disciplina capaz de resolver os problemas enfrentados pelos documentos no final do século XX e, como parece, ela não é, ver em que aspectos ela falha e criar novas teorias para trabalhar (SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, 2008, p. 7, tradução nossa).²⁶

O movimento da conservação preventiva surge, em grande parte, a partir deste tipo de questionamento. Assim, nos próximos parágrafos discutimos as questões relacionadas ao desenvolvimento deste outro aspecto importante da preservação dos bens culturais.

2.3 A conservação preventiva

Mesmo sendo uma área de conhecimento recente, existem distintas versões sobre como a conservação preventiva se organiza, especialmente porque é difícil estabelecer uma fronteira precisa, considerando o tempo e espaço, entre os domínios que compõem a área da preservação de bens culturais. Sem pretender uma abordagem exaustiva, pontuamos a seguir alguns acontecimentos que permitem delimitar a conservação preventiva.

Alguns autores, assim como o fazem em relação à conservação e a restauração, encontram referências sobre procedimentos de conservação preventiva em tempos muito recuados. Ana Maria Macarrón Miguel, por exemplo, identifica a conservação preventiva na Grécia. Nas suas palavras:

Na Grécia encontramos um interesse mais do que qualquer outra coisa conservacionista, que se manifesta segundo um critério de conservação preventiva, com a escolha cuidadosa dos materiais e das técnicas empregadas na produção artística e em medidas posteriores para evitar ou retardar a degradação (MACARRÓN MIGUEL, 2013, Cap. 2, p. 9, tradução nossa).²⁷

Outra abordagem frequente propõe que John Ruskin é o precursor da conservação preventiva, como afirmamos antes. Sobre um trecho do texto em que ele defende a conservação, até que o edifício tenha um final digno e honroso (Cf. citação na p. 42), Ana Maria Macarrón Miguel conclui que

[Ruskin] proclama a conservação preventiva primeiro, depois a consolidação, ainda que tenha que utilizar materiais estranhos, e, por último, a

²⁶ No texto original: *Es por tanto necesario replantear nuestra disciplina en sus objetivos y criterios de acción. Debemos preguntarnos si la restauración es una disciplina capaz de resolver los problemas a los que se enfrentan los documentos a fines del siglo XX y, si como parece no lo es, ver en que aspectos falla y crear nuevas teorías en las que trabajar.*

²⁷ No texto original: *En Grecia encontramos un interés más que nada conservacionista, que se manifiesta según un criterio de conservación preventiva, en una cuidadosa elección de los materiales y las técnicas empleadas en la producción artística y en medidas posteriores para evitar o ralentizar la degradación.*

“morte digna” do monumento, quando chegar o seu momento (MACARRÓN MIGUEL, 2013, Cap. 3, p. 31-32, tradução nossa).²⁸

Como já se argumentou antes, ao fazer uma defesa contundente da conservação dos edifícios históricos, o pensamento de Ruskin é marcado por uma posição anti-restauração, o que não o torna o precursor ou o patrono da conservação e, tampouco, da conservação preventiva. (Cf. CASANOVAS, 2008).

Na verdade, ainda que possam ser identificadas raízes distantes, concordamos com os autores que estabelecem um contexto específico de desenvolvimento da conservação preventiva, muito mais próximo dos dias atuais e relacionado, principalmente, aos novos problemas enfrentados pelas instituições.

Se Inicialmente, nas instituições museológicas, estava associada ao controle do clima, ao longo do tempo outras questões foram sendo paulatinamente agregadas ao que se concretizaria, a partir dos anos 1980, como uma disciplina autônoma dentro do campo da preservação dos bens culturais e aplicável a todos os tipos de bens culturais.

No seu texto sobre a história da conservação preventiva, García Fernández identifica como antecedentes, ainda no contexto do século XIX, dois fatos fundamentais associados ao controle do clima em museus: primeiro, a instalação de sistemas de calefação em muitas moradias e edifícios públicos, utilizando radiadores alimentados por carvão, que conduziam água quente pelas tubulações; segundo, a introdução das lâmpadas de gás para a iluminação. De acordo com esta autora, estes dois fatores, ademais dos altos níveis de poluentes associados à revolução industrial, propiciaram o aparecimento de uma série de problemas de conservação que não existiam nos séculos anteriores. Desta forma, no século XX, cientistas e restauradores teriam que enfrentar estes e outros problemas que surgiriam pouco a pouco (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2013, p. 29).

Ainda de acordo com esta autora, o nascimento da conservação preventiva como disciplina não está muito claro. García Fernández (2013, p. 29) informa que o termo apareceu somente na década de 1950 e a disciplina foi impulsionada pela comunidade de conservadores-restauradores anglo-saxões, que a partir de alguns trabalhos publicados no princípio do século XX e, sobretudo na década de 1930, começaram a identificar os agentes e processos de deterioração que afetavam as coleções de museus, entendendo então que o seu controle era a principal medida a ser tomada para assegurar a sobrevivência dos objetos e obras de arte abrigados em museus e outras instituições culturais.

²⁸ No texto original: *Es decir, proclama la conservación preventiva en primer lugar, la consolidadora después, aun teniendo que utilizar materiales extraños, y, por último, la “muerte digna” del monumento, llegada su momento.*

Gäel de Guichen²⁹, considerado um dos mais ativos divulgadores dos princípios da conservação preventiva, em entrevista dada a Benoît de Tapol (2009, p. 36), associa o surgimento da conservação preventiva a um determinado contexto de consciência da fragilidade do patrimônio cultural, que se iniciou, provavelmente, por conta das graves destruições ocasionadas ao patrimônio durante a Segunda Guerra Mundial.

Na sua análise, Guichen identifica uma primeira fase de desenvolvimento, entre 1957 e 1977, quando ainda não se falava em conservação preventiva e as atuações se limitavam ao controle do clima. Nesta fase, dentre as inúmeras publicações sobre conservação e restauração, Guichen reconhece a importância da obra de H. J. Plenderleith³⁰, *The Conservation of Antiquities and Works of Art: Treatment, Repair and Restoration*, publicada em 1957, com uma segunda edição de 1971. Na introdução do livro, o autor propõe uma classificação dos agressores do patrimônio cultural em três grupos: a umidade, a poluição e a negligência. Gäel de Guichen pondera que as referências de Plenderleith aos agentes agressores se restringem a algumas poucas linhas dentro de uma obra extensa. No entanto, ainda de acordo com Guichen, esta publicação tem especial importância por três razões: o prestígio do autor no Museu Britânico, a amplitude do tema tratado e sua difusão pelo mundo (BENOÎT DE TAPOL, 2009, p. 36).

A outra obra significativa neste contexto é *The Museum Environment*, publicada por Garry Thomson³¹ em 1978 e reeditada em 1986. García Fernández (2013, p. 36) considera ser este provavelmente o livro mais importante para a conservação preventiva. Guichen atribui a importância do livro de Thomson à sua enorme repercussão, uma vez que não somente se dirige aos conservadores-restauradores, como também a todos aqueles que trabalham no edifício que alberga as coleções, incluindo os arquitetos e os engenheiros (BENOÎT DE TAPOL, 2009, p. 36).

²⁹ Gäel de Guichen, engenheiro químico de formação, fez parte da equipe técnica do ICCROM desde 1969, onde ocupou importantes funções por vários anos. Também coordenou e participou ativamente de importantes projetos em muitos países, especialmente na área da conservação preventiva.

³⁰ Harold James Plenderleith (1898-1997) – nascido na Escócia, teve formação em Química, atuou como conservador e arqueólogo. Em 1924, começou a trabalhar no *British Museum* com o Dr. Alexander Scott, no recém-criado *Department of Scientific and Industrial Research*. Este departamento foi criado pelo Museu para abordar as coleções que começaram a se deteriorar rapidamente por terem sido armazenadas nos túneis de metrô de Londres, durante a Primeira Guerra Mundial. Scott e Plenderleith começaram a aplicar seus conhecimentos de Química para a deterioração dos objetos do Museu, sendo considerados os precursores da conservação científica no Reino Unido. Aposentou-se do *British Museum* em 1959, para se tornar o primeiro diretor do ICCROM, permanecendo neste cargo até 1971. Ajudou a criar e depois atuou no Conselho do *International Institute for Conservation (IIC)* desde a sua criação em 1950 até 1971, assumindo a presidência desta instituição de 1965 a 1968 (WIKIPEDIA, 2017c)

³¹ Garry Thomson (1925-2007), formado em química, começou a sua carreira como consultor científico na *National Gallery de Londres* em 1955. Em 1968 organizou a primeira conferência sobre climas em museus, promovido pelo *International Institute for Conservation (IIC)*. Foi presidente desta instituição de 1983 a 1986. Atuou ativamente nas missões do ICCROM, onde organizou o curso *Scientific Principles of Conservation*, realizado em Roma em 1974. Também participou da organização do primeiro curso do ICCROM sobre Conservação Preventiva em 1976 (WIKIPEDIA, 2017a).

Guichen reconhece que nesta primeira etapa da conservação preventiva os ingleses tiveram um papel especial na salvaguarda do patrimônio, uma vez que foram responsáveis por sensibilizar o mundo sobre a importância do clima e, principalmente, da umidade relativa. Já na segunda fase, entre os anos de 1975 a 1990, ainda segundo Guichen, aumenta o número de agressores do patrimônio identificados e aparecem novas atividades que serão definidas como de “prevenção” (BENOÎT DE TAPOL, 2009, p. 37).

Nesta fase os cursos ministrados pelo *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), ainda denominados “prevenção em museus”, ocupam um papel importante. Em 1975, no primeiro curso, o programa ainda contemplava apenas quatro agressores: o clima, a luz (agressores lentos e com efeitos acumulativos), o roubo e o fogo (agressores rápidos e com efeitos catastróficos). Sobre a importância desses cursos, que seguiram até 1990, na entrevista Guichen afirma:

A realização deste curso permitiu, indubitavelmente, reconhecer a importância do clima, colocando em evidência outros canais de agressão como, por exemplo, a necessidade de organizar as reservas ou de registrar de forma sistemática as coleções. Graças à contribuição de todos os participantes — mais de 250 vindos de 38 países em 15 anos — foi igualmente possível estabelecer um quadro dos agressores e dos canais de agressão, quadro este que foi também ensaiado em um grande número de situações e de países (BENOÎT DE TAPOL, 2009, p. 37).

A partir dos anos 1990 uma série de acontecimentos, publicações e eventos se sucedem, atestando avanços acelerados da conservação preventiva como uma disciplina. Nas palavras de García Fernández,

A partir da década de 1990 a conservação preventiva passou por um desenvolvimento espetacular de suas teorias e técnicas, dando lugar a um grande número de investigações e a um fecundo intercâmbio de experiências entre profissionais, embora ainda haja muito campo a ser percorrido na sua aplicação (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2013, p. 40, tradução nossa).

Guichen (1995, p. 5), lembra, por exemplo, o lançamento em 1991 do programa nacional de salvaguarda de coleções dos Países Baixos, denominado Plano Delta, que serviria de modelo e iria influenciar inúmeros outros países e, também, o lançamento do programa de Prevenção dos Museus Africanos (PREMA), que foi aplicado em 32 países. Guichen refere-se ainda à criação, em 1994, de um diploma de estudos especializados em conservação preventiva na Universidade de Paris, onde curadores, arquitetos, restauradores, engenheiros podiam se especializar na disciplina durante um ano.

Dois grandes eventos marcaram o reconhecimento da conservação preventiva como disciplina nos anos de 1990. O primeiro é o III Coloquio Internacional da *Association des Restaurateurs d'Art et d'Archaeologie de Formation Universitaire* (ARAAFU), que aconteceu em 1992 na cidade de Paris. Este evento é considerado a primeira reunião europeia sobre conservação preventiva. O segundo é o Congresso organizado pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI) em Otawa, em 1994. Segundo García Fernández (2014, p. 6), este foi um evento muito significativo, uma vez que a reunião de cientistas, restauradores e outros profissionais para expor os avanços científicos no campo da conservação preventiva representou um ponto de inflexão da disciplina.

Os pesquisadores do CCI contribuíram para os avanços da conservação preventiva em vários aspectos. Casanovas (2008, p. 54) atribui a Stepham Michalski³², a estruturação da Conservação Preventiva como disciplina. Este autor identifica a matriz da conservação preventiva na comunicação de Michalski (*An overall framework for preservation and remedial conservation*), apresentada no 9.º Congresso do International Council of Museums – Committee for Conservation (ICOM-CC), realizado em Dresden em 1990. Este texto foi posteriormente desenvolvido com o título *Conservación de las colecciones de museos: enfoque sistemático*, apresentado em Madri, em 1992. Para Casanovas (2008, p. 65) a partir destes dois textos de Michalski, juntaram-se ao controle das condições ambientais os planos de emergência, a segurança e a conservação curativa, formando o que hoje chamamos de conservação preventiva.

A estrutura que aparece nos textos de Michalski foi sistematizada no *Framework for the Preservation of Museum Collections Wall Chart*, publicado pelo CCI em 1994, que consiste em um quadro, concebido como um instrumento prático para a elaboração de planos de conservação preventiva a ser usado pelas instituições com coleções significativas. Neste quadro, cada fator ocupa um campo horizontal, no qual se inscrevem as medidas correspondentes às diversas fases de intervenção, a saber: evitar, detectar, responder e recuperar. É esta estrutura que, alguns anos depois, subsidiaria as propostas do Gerenciamento de Riscos para o patrimônio cultural.

García Fernández identifica que tanto as comunicações mais representativas do congresso do CCI em 1994 como as publicações surgidas nestes anos, propunham que cada museu, de forma particular, devia desenvolver suas próprias diretrizes e planos de conservação, definindo as suas necessidades de infraestrutura, equipamentos e

³² Stephan Michalski Stefan é um dos mais conceituados conservador e cientista do CCI. Tem formação em Física e Matemática e mestrado em Conservação (*Queen's University Master of Art Conservation*). Foi incorporado à equipe de pesquisadores do CCI em 1979. Em sua profícua carreira, desenvolveu pesquisas que resultaram em muitas ferramentas para a preservação de acervos, assim como inúmeras publicações fundamentais, especialmente na área da conservação preventiva. Em parceria com o ICCROM e o *Instituut Collectie Nederland* desenvolveu o curso sobre Gerenciamento de Riscos para Coleções, ministrado no período de 2003 a 2011 em inúmeros países (GOVERNMENT OF CANADA, 2017).

procedimentos a serem seguidos pelos trabalhadores da instituição, ainda que sempre dentro das evidências e pautas que marcaram as ações de conservação preventiva e baseadas em análises e estudos científicos. Ou seja, naquele momento defendia-se a necessidade de desenvolver um plano de atuação individualizado como compromisso para a proteção das coleções (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 7).

Esta autora identifica na revista *Museum International*, publicada em 1999 pela UNESCO, a consolidação das tendências colocadas no congresso de 1994 e desenvolvidas nos anos posteriores. No entanto, as abordagens se tornam mais amplas. Os nove artigos ali publicados abordam as mudanças resultantes da conservação preventiva, incluindo a sua aplicação em nível nacional e a exemplos concretos, a função do restaurador e a sua formação neste campo e, por último, faz referência às questões da educação e da formação do público em conservação preventiva (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 7).

Em artigo publicado neste número da revista *Museum International*, Gâel de Guichen faz a seguinte síntese sobre as mudanças resultantes das abordagens da conservação preventiva:

A conservação preventiva implica pensar de forma diferente, de modo que: o “objeto” de ontem se converte nas “coleções” de hoje; a “sala” de ontem se transforma nos “edifícios” de hoje; o “indivíduo” de ontem é a “equipe” de hoje; o “presente” de ontem se torna o “futuro” de hoje; os “profissionais” de ontem se tornam “públicos” de hoje (no seu mais amplo sentido); o “segredo” de ontem é a “comunicação” de hoje; o “como?” de ontem se torna hoje o “por quê?”. (GUICHEN, 1999, p. 5, tradução nossa).³³

Neste texto de Guichen já estão pontuados os sete aspectos que estruturam a conservação preventiva, que vinham sendo trabalhados nos cursos do ICCROM e amadureceram a partir da experiência dos projetos desenvolvidos por esta instituição em muitos países. De acordo com García Fernández (2014, p. 10), estes aspectos propostos por Guichen mostram as mudanças do enfoque na maneira de conceber a conservação e são a chave para assegurar a efetividade dos seus procedimentos.

No início do século XXI a conservação preventiva seguia sendo aplicada fundamentalmente nas coleções de instituições. No entanto, já se observavam iniciativas para a sua aplicação a outros bens patrimoniais. García Fernández (2014, p. 252) mostra que em anos recentes houve uma ampliação do objeto da conservação preventiva, que passou a se ocupar não apenas do patrimônio encontrado nos museus, mas

³³ No texto original: *Preventive conservation means to think differently, so that: yesterday's 'object' becomes today's 'collections'; yesterday's 'room' becomes today's 'buildings'; yesterday's 'individual' becomes today's 'team'; yesterday's 'present' becomes today's 'future'; yesterday's 'professionals' become today's 'public' (in its broad sense); yesterday's 'secret' becomes today's 'communication'; yesterday's 'how'? becomes today's 'why?'.*

também do patrimônio natural, dos sítios históricos, arqueológicos e paleontológicos, dos imóveis com coleções significativas, do patrimônio industrial, científico tecnológico e etnográfico, assim como do patrimônio imaterial. Segundo esta autora, todo este patrimônio deve ser objeto de um plano de conservação individualizado, que considere o contexto onde se encontra e integre a problemática de todos seus componentes. Nas suas palavras: “Trata-se de abrir ainda mais a nossa mente e de enfrentarmos aos novos desafios adaptando ferramentas que já foram desenvolvidas para a conservação de coleções em museus, bibliotecas e arquivos” (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 11, tradução nossa).³⁴

No processo de consolidação da conservação preventiva assistiu-se também a uma progressiva ampliação dos agentes associados aos processos de deterioração dos bens culturais. Inicialmente as medidas e ações de conservação preventiva estavam associadas com o estudo do meio ambiente em museus, considerando especialmente o controle dos parâmetros de temperatura, umidade relativa, luz e poluentes, os quais conformam o clima no interior dos edifícios que albergam as coleções. Este campo foi se ampliando e progressivamente incluindo todos os agentes que interferiram de alguma forma na sobrevivência dos bens culturais ao longo do tempo. Atualmente são listados nove ou dez agentes, segundo a classificação feita por distintos autores. Além dos quatro já citados, foram incluídos outros cinco — fogo, água, pragas, forças físicas diretas, roubo e vandalismo —, que, ao largo da história, vêm ocasionando danos e perdas significativas e, por vezes, irrecuperáveis aos objetos e obras de arte. Um último agente foi incorporado à lista, referindo-se à dissociação, muito frequente por conta da falta de organização e documentação dos acervos.³⁵

Por fim, ainda dentro do contexto de expansão da conservação preventiva, é preciso referir-se a uma nova corrente que vem se concretizando nos últimos anos, relacionada com o gerenciamento de riscos do patrimônio cultural. Com origens na década de 1970, o gerenciamento de risco estava inicialmente associado ao mercado de seguros. Contudo, hoje em dia é uma estratégia amplamente utilizada por organizações públicas e privadas, em vários setores, como saúde, negócios, meio ambiente, segurança, dentre tantas outros. Trata-se de uma metodologia estabelecida pela norma australiana e neozelandesa AS/NZS 4360:2004, a qual define risco como a chance de algo acontecer, ocasionando um impacto sobre os objetivos. Esta norma, aceita internacionalmente, foi adaptada para o patrimônio cultural em anos recentes. Dessa maneira, segundo Pedersoli Júnior e Mattos,

³⁴ No texto original: *Se trata de abrir aún más nuestra mente y enfrentarnos a nuevos retos adaptando herramientas que ya se han desarrollado para la conservación de colecciones en museos, bibliotecas y archivos.*

³⁵ Os textos sobre os 10 agentes de deterioração podem ser acessados na página do CCI, no seguinte endereço: <https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/agents-deterioration.html>.

o gerenciamento de riscos pretende fazer um estudo da probabilidade de que venham ocorrer perdas parciais ou totais resultantes da interação de ameaças, vulnerabilidades e capacidades de enfrentá-las. É preciso identificar os riscos e ter em conta suas causas e seus efeitos, bem como os meios e mecanismos para tratá-los (PEDERSOLI JÚNIOR; MATTOS, 2013, p. 60).

Desde os anos oitenta já existiam propostas de gerenciamento de riscos aplicados aos acervos. Contudo, segundo García Fernández (2014, p. 10-11), este tema não se desenvolveu por falta de dados registrados sobre a frequência e extensão da incidência dos agentes de deterioração nas coleções de museus. O livro *Managing Conservation in Museums*, publicado em 1996 por Suzanne Keene, é considerado uma obra pioneira sobre gerenciamento de risco. Na sua segunda edição, publicada em 2002, foram inseridas as abordagens que Stephan Michalski e Robert Waller³⁶ começaram a desenvolver ainda nos anos 1990, referentes ao quadro que sistematizava os agentes de deterioração.

Outra obra pioneira é *Risk Assessment for Object Conservation*, resultado das pesquisas de Jonathan Ashley-Smith realizadas durante os anos de 1994 e 1995 e respaldada pela sua extensa carreira como restaurador-chefe do *Victoria and Albert Museum de Londres*. Na introdução deste livro, Robert Waller escreveu que não pensava que a profissão estivesse preparada para este tema, e é certo que passariam alguns anos para que os conceitos da avaliação e gerenciamento de riscos fossem estabelecidos (GARCÍA FERNÁNDEZ, 2014, p. 7).

Desde 2005, o ICCROM, em parceria com o CCI e o *Netherlands Institute for Cultural Heritage* (ICN), assim como com outras instituições voltadas à pesquisa e capacitação profissional em diferentes países, trabalham em conjunto para desenvolver metodologias e ferramentas sobre gerenciamento de riscos aplicados ao patrimônio cultural.³⁷ Sob a coordenação do ICCROM, o curso *Disaster Risk Management of Cultural Heritage* tem sido ministrado ao longo dos anos em inúmeros países.

Hollós e Pedersoli Júnior (2009, p. 76) argumentam que a aplicação do gerenciamento de riscos possibilita estabelecer prioridades e instruir tomadas de decisão, baseando-se em estimativas científicas e estatisticamente fundamentadas da probabilidade de ocorrência, da natureza e da magnitude de impactos futuros sobre os objetivos da organização. No mesmo sentido, García Fernández (2014, p. 11) afirma

³⁶ Robert Waller é professor adjunto do *Art Conservation Program*, na *Queen's University at Kingston*, no Canadá. É autor de numerosos artigos e capítulos de livros sobre conservação. Também lecionou e atuou como consultor em museus e universidades em toda a América do Norte, Ásia, Europa e outros lugares. Fez parte da equipe do *Canadian Museum of Nature* por 33 anos. Atualmente também é presidente e analista sênior da empresa *Protect Heritage Corp*, que se dedica a ajudar instituições e organizações a melhorar o gerenciamento do seu patrimônio (QUEEN'S UNIVERSITY AT KINGSTON, 2018).

³⁷ Sobre a metodologia desenvolvida por estas instituições, está disponível on-line o *Guide to Risk Management of Cultural Heritage*. Cf. PEDERSOLI JÚNIOR; AN TOMARCHI; MICHALSKI, 2016

que esta abordagem funciona como uma ferramenta útil para a tomada de decisões em conservação, uma vez que oferece uma metodologia que incorpora conhecimentos do campo do gerenciamento de riscos aos dados coletados no desenvolvimento das disciplinas de conservação e restauração, permitindo identificar riscos, avaliá-los, estimar sua incidência, estabelecer prioridades e aplicar métodos mais adequados a cada circunstância.

Este breve panorama sobre o desenvolvimento da conservação preventiva permite vislumbrar a importância que esta área assumiu no campo da preservação patrimonial. Ainda que pareça haver uma unanimidade sobre a importância da conservação preventiva e se reconheça os significativos avanços conceituais e teóricos desta área, muitas instituições ainda não assimilaram estas propostas. A fala de Guichen retrata uma situação ainda recorrente junto às instituições que guardam acervos. Nas suas palavras:

Infelizmente, a consciência da nova situação está se desenvolvendo muito lentamente, como demonstram os três casos seguintes: quando nenhum leigo ou especialista discute o inegável efeito destrutivo que os agentes poluentes têm no mármore e na pedra calcária, ainda existem muitos profissionais que não protegem os tecidos e tapeçarias que estão sob a sua responsabilidade contra a luz artificial. Embora alguns museus se vangloriem — como se fosse um grande mérito — de ter instalações de armazenamento que garantam uma proteção total das coleções, há milhares e milhares que acumulam em condições deploráveis as coleções que não exibem; existem alguns países que tentam, por todos os meios, fazer um inventário de suas coleções para localizá-las, manter algumas informações sobre elas ou documentá-las de fato, mas muitos outros nem sabem quantos objetos possuem nos seus museus nacionais [...] (GUICHEN, 1999, p. 4, tradução nossa).³⁸

A fala de Guichen, ao resumir a realidade de muitas instituições, mostra que muito ainda precisa ser feito nesta área. Contudo, ressaltamos aqui a importância da conservação preventiva dentro do campo patrimonial. Seus avanços são tantos que atualmente é indiscutível que se trata de um campo de conhecimento específico e autônomo dentro da Conservação de bens culturais.

³⁸ No texto original: *Desafortunadamente, la conciencia de la nueva situación se va forjando muy lentamente, como lo demuestran los tres casos siguientes: cuando ningún profano ni especialista discute el innegable efecto destructivo que los agentes contaminantes tienen sobre el mármol y la piedra caliza, todavía hay demasiados profesionales que no protegen contra la luz artificial los tejidos y tapices a su cargo. Aunque algunos museos se jacten — como si eso fuera un gran mérito — de contar con locales de almacenamiento que garantizan una protección completa de las colecciones, hay muchos miles más que amontonan en condiciones deplorables las colecciones que no exponen; hay algunos países que tratan por todos los medios de hacer un inventario de sus colecciones a fin de localizarlas y conservar algún indicio de ellas o documentarlas realmente, pero muchos otros ni siquiera saben cuántos objetos tienen en sus museos nacionales (...).*

2.4 A Conservação na confluência de vários conhecimentos

Além das convergências e divergências das discussões teóricas brevemente analisadas na primeira parte deste capítulo, interessam outras questões que permitem problematizar a tendência da estruturação da Conservação como um domínio específico e especializado. Como visto nos parágrafos anteriores, o desenvolvimento da conservação preventiva exemplifica a forte influência das ciências, especialmente em relação aos estudos dos processos de deterioração dos bens culturais.

Durante muito tempo as atividades de preservação, especialmente as de restauração, foram feitas por aqueles que dominavam as técnicas da produção dos bens culturais, em geral, os artistas ou artesões. Desde o século XIX e, mais efetivamente, no século XX, assiste-se a uma progressiva mudança dos espaços e dos agentes sociais que possuem autoridade para atuar junto aos bens culturais. Autoridade esta forjada a partir de um conhecimento caracterizado como científico, especialmente por conta da aproximação da conservação com as chamadas ciências duras, notadamente a química, a física e a biologia, que ao final se constituem no que se denomina *Ciência da Conservação*. No entanto, este é apenas um dos aspectos da Conservação, ainda que tradicionalmente ela venha alcançando uma dimensão muito grande dentro da área, como veremos nos próximos parágrafos.

A estruturação de uma metodologia da conservação baseada em aspectos científicos, foi construída em grande parte nas teorias propostas para a restauração discutidas nos parágrafos anteriores. Philippot (1996, p. 216), afirma que hoje podemos falar de forma inequívoca de uma disciplina estruturada em um método, quando antes era uma profissão que se baseava tão-somente em conhecimentos empíricos. Phillipot identifica na conservação moderna os componentes relacionados tanto com as humanidades como com as técnicas e as ciências exatas.

Assim, por suas características, a Conservação ocupa hoje em dia uma posição de confluências entre várias áreas do conhecimento, caracterizando-se essencialmente como um domínio interdisciplinar.

Contudo, estas relações de interdisciplinaridade ainda não estão equacionadas a contento. Tais relações entre diferentes conhecimentos, disciplinas e profissionais, se por um lado fazem parte do processo de desenvolvimento da área, por outro também resultam em problemas. No texto de Armando Coelho Ferreira da Silva, a síntese destes difíceis embates:

Os especialistas que se encontram envolvidos em diálogo não fazem corpo numa só profissão. Aplicam regras que pertencem às disciplinas em que são formados e utilizam terminologias dispares que levam a mal-entendidos, confusões e atritos. Os arqueólogos, os historiadores de arte, os etnólogos, os arquivistas fazem colóquios com os químicos

e físicos, homens de laboratório pondo em “confronto” as diferentes formas de pensar e exprimir das diversas ciências e técnicas, teóricas e práticas. Avivando a discussão, o restaurador. Homem de formação artesanal, o seu ponto de vista aproxima-se mais do historiador de arte, com quem encetou relações profissionais no século XIX, com tendência para, numa atitude de auto-defesa, se fechar no seu conservadorismo, agindo por vezes de forma desconcertante com receio de ver o seu papel reduzido ao de mero *homo faber* (SILVA, 2002, p. 216).

Da mesma forma, a conservadora portuguesa Maria da Conceição Lopes Casanova identifica uma crise decorrente de diferentes culturas dentro do campo patrimonial. De acordo com esta autora,

A problemática, centrada nas figuras do historiador de arte e do cientista, ambos presentes, desde longa data, na actividade e com papéis proeminentes na equipa tripartida da conservação, parece corresponder a um fenómeno característico do século XX, que divide a sociedade ocidental em duas culturas, a tradicional cultura humanística e a cultura científica emergente. Porém, a situação é mais complexa, pois a intervenção no património representa a confluência de três culturas diferentes, a humanística, a científica e a artística. Além disso, corresponde a uma outra dicotomia: a da valorização da razão e da actividade intelectual, por oposição às actividades de carácter prático que incorporam o trabalho manual, também característica da civilização ocidental (CASANOVA, 2011, p. 61).

Discorremos a seguir sobre alguns acontecimentos para contextualizar a Conservação dentro do campo científico, das ciências e humanas e das técnicas. Como se discutiu no início deste capítulo, é no século XIX, concomitante com o florescer na noção de património cultural, que se assiste ao início do desenvolvimento da Conservação como disciplina autónoma. Choay (2001, p. 126), por exemplo, associa um processo de autonomização da disciplina da restauração com as descobertas das ciências naturais, com o desenvolvimento das invenções técnicas e ainda com a consolidação de disciplinas como a história da arte e da arqueologia.

Froner (2007, p. 4), ao analisar a construção epistemológica da conservação científica, destaca especialmente o avanço da física e da química no século XIX, como fatores que contribuiriam para a elaboração do *corpus* de conhecimento necessário para manipulação da matéria, sendo que os critérios científicos provenientes dessas disciplinas também se tornariam fundamentais para a compreensão da natureza e da estrutura dos artefatos antigos e das obras de arte. Essa autora também lembra que é no século XIX que são formadas as grandes coleções públicas, exigindo novas responsabilidades dos profissionais diante dos museus. Nesse momento, para Froner, “a linha limítrofe que separava a criatividade do artista e a atitude do restaurador começa ser mais bem demarcada: o respeito estético e com relação à originalidade da obra passa a ser uma bandeira dos profissionais mais sérios” (FRONER, 2007, p. 4).

Chris Caple indica que em 1888, com a nomeação de Friedrich Rathgen para o *Royal Museum of Berlin*, a conservação teria começado a ser vista como uma disciplina profissional. Rathgen era químico e foi convidado a resolver problemas de deterioração dos artefatos egípcios do museu. De acordo com Caple, além de ter criado um laboratório, Rathgen desenvolveu muitos dos primeiros tratamentos de conservação dos acervos, vários deles com aplicações até os dias atuais. Em 1898 Rathgen publicou a obra *Die Konservierung von Altumsfunden* (A conservação de Antiguidades), considerado um dos primeiros textos sobre conservação (CAPLE, 2000, p. 69).

Contudo, essa tendência de desenvolvimento científico não se estabeleceu de maneira tão unânime e ausente de conflitos nas instituições. Chris Caple identifica uma tradição artesanal nos cuidados dos artefatos de museus e galerias de arte no final do século XIX, que pode ser observada, segundo o autor, em algumas instituições até os anos 1970. Caple cita o Museu Britânico, que em 1836 contratou um artesão para limpar e reparar os objetos dos museus, que depois de sua morte, foi substituído por um serralheiro para executar as mesmas funções. Porém, ainda de acordo com Caple, além dos artesãos, os museus contavam com a consultoria de cientistas britânicos notáveis para avaliar problemas específicos com os materiais (CAPLE, 2000, p. 67-68).

Ao analisar a constituição da Conservação como ciência e a formação do conservador-restaurador, Froner pontua que foi nos anos seguintes à Primeira Guerra Mundial que ocorreram as mudanças de paradigmas que alteraram os protocolos da conservação-restauração, com a introdução de metodologias científicas de análise, além do estabelecimento de normas de proteção de bens culturais. De acordo com essa autora, nesse contexto foram estruturadas as primeiras conferências, laboratórios e publicações, assim como a discussão dos primeiros marcos legais do direito internacional, “o que nos leva a situar neste momento histórico a projeção de uma visão ampliada no campo da cultura e da proteção do patrimônio” (FRONER, 2016, p. 18).

Froner destaca especialmente a Primeira Conferência Internacional para o Estudo de Métodos Científicos para o Exame e Conservação de Obras de Arte, que ocorreu em Roma, em 1930, como o marco histórico da mudança de paradigma. Nas palavras de Froner:

A partir deste encontro é possível demarcar a integração gradual da ciência no âmbito museológico e da gestão pública dos monumentos, bem como o estabelecimento da colaboração entre o conservador-restaurador, o cientista e o curador. Ressalta-se que o princípio colaborativo entre esses atores nem sempre é linear, ausente de confrontos ou assente em relação à prerrogativa das ações (FRONER, 2016, p. 18).

Essa autora analisa a influência posterior desse evento, identificando-a nas publicações da revista *Mouseion*, que nos anos 1930 foram direcionadas aos estu-

dos das condições ambientais nos museus, exames analíticos de obras de arte e monumentos, métodos e técnicas relacionadas à conservação-restauração de bens culturais, além de distintos resultados de pesquisas e trabalhos desenvolvidos em obras, coleções, museus, sítios e monumentos, temas estes que haviam sido debatidos na Primeira Conferência Internacional para o Estudo de Métodos Científicos para o Exame e Conservação de Obras de Arte (FRONER, 2016, p. 19).

Também Elias (2002, p. 22) defende que foi depois da Primeira Guerra Mundial que a conservação e restauração passou a ser vista como uma área de conhecimento fundamentada em bases técnico-científicas norteadas por uma metodologia crítica e estética. Nas palavras desta autora,

A evolução da restauração em direção a uma pesquisa científica mais profunda deu-se, efetivamente, a partir da Primeira Guerra Mundial quando foi necessário mais do que habilidade manual para restaurar objetos danificados. Não podemos nos esquecer de que os grandes avanços realizados na área da conservação e do restauro estão intimamente ligados às grandes catástrofes e à forma com que o profissional responsável pela conservação dos objetos reage diante dessas situações (ELIAS, 2002, p. 22).

Elias (2002, p. 22) cita como exemplo deste contexto a Inglaterra, onde o papel dos cientistas na conservação alcança especial proeminência no Museu Britânico. Após identificar a degradação dos seus acervos, que haviam sido guardados nos subterrâneos da sua edificação ou nos túneis do metrô para protegê-los durante a guerra, o Museu Britânico contratou em 1919, por um período de três anos, o pesquisador Alexandre Scott. O objetivo era investigar cientificamente as causas da degradação e os produtos adequados para a estabilização dos danos. Seguiu-se a contratação de outro cientista, Harold Plenderleith, para dar continuidade aos estudos científicos e, em 1924, foi criado o Laboratório de Pesquisa Científica na área de conservação do Museu Britânico. Caple (2000, p. 70) ressalta a importância deste laboratório, que a partir de uma base científica forte e trabalhando em alguns dos mais importantes achados arqueológicos na época, produziu publicações, e também formou profissionais, que moldaram a conservação durante todo o século XX.

No entanto, as discussões estabelecidas nos anos de 1930 seriam interrompidas pela Segunda Guerra Mundial. Froner explica que as discussões tiveram continuidade no pós-guerra, em grandes centros internacionais que passaram a organizar encontros e seminários específicos para difundir, questionar e estruturar um conhecimento científico de bases exatas. De acordo com Froner:

A introdução de métodos científicos de exame e critérios preservacionistas baseados na compreensão e controle do ambiente – utilizando conhecimentos da Engenharia Civil, Mecânica e Elétrica, além de recursos

da Meteorologia e da Biologia – fez com que a prática da restauração se deslocasse de oficinas particulares e até mesmo de ateliês localizados nos prédios dos Museus para laboratórios específicos, construídos em Centros de Estudo e Universidades (FRONER, 2005, p. 8).

De fato, no pós-segunda guerra, intensifica-se a implantação de laboratórios em grandes instituições e o aprofundamento dos estudos sobre os componentes e materiais constitutivos dos bens culturais e dos seus processos de deterioração e degradação. Como visto anteriormente, Brandi, por exemplo, tinha uma forte determinação em vincular a restauração às ciências, e tais ideias foram intensamente aplicadas no ICR. O *Istituto Centrale del Restauro* contava com profissionais de diversas formações, evidenciando o seu caráter multidisciplinar. Beatriz Kühn cita um artigo em que Brandi descrevia os vários laboratórios e serviços ali existentes.

Esquemáticamente, o instituto compreendia: vastos laboratórios de restauração com gabinetes especiais e ateliês para trabalho com madeira, estuque, douração, etc.; laboratório fotográfico com arquivos de todos os negativos; laboratório de radiografia; laboratórios de química e física; sala de exposição, também para experiências museográficas; arquivos: reunir, para futuros pesquisadores, todos os elementos técnicos e gráficos das obras restauradas; biblioteca especializada em história da arte e biblioteca de física e química; uma escola de restauração ligada ao instituto, com curso de quatro anos. Era uma estrutura sem precedentes na Itália e em outros lugares (KÜHL, 2007, p. 200).

Além do ICR, podem ser citados outros centros internacionais, responsáveis pela elaboração e pela divulgação de conhecimentos com um caráter mais científico, como o *Institut Royal du Patrimoine Artistique* (IRPA), em Bruxelas (1937), o *International Institut for Conservation* (IIC), em Londres (1950) e também o *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), em Roma (1956). Fora da Europa, outras instituições de influência internacional, em termos de pesquisa e divulgação da Conservação com uma abordagem científica, são o *The Getty Conservation Institute* (GCI) e o já citado CCI, instituições respectivamente norte-americana e canadense.

Concomitante à implantação dos laboratórios de pesquisas, começam a ser produzidas publicações e textos com um caráter de divulgação científica. Caple (2000, p. 70) destaca novamente o papel de liderança do grupo de pesquisadores do Museu Britânico, citando como exemplo dois textos que se tornariam verdadeiros livros didáticos para a então nascente conservação arqueológica e de artefatos. O primeiro é *Preservation of Antiquities*, publicado por Plenderleith em 1934. Essa obra, já citada no tópico referente à conservação preventiva, foi revisada e republicada em 1956 com o título *The Conservation of Antiquities and Works of Arts*, sendo novamente revisada para sua nova edição em 1971, sendo esta última versão de autoria de Harold Plenderleith em parceria com Alfred Werner. Sobre esta publicação Philip Ward comenta,

A importância deste volume reside no seu conteúdo diagnóstico: foi a primeira explicação sistemática dos mecanismos da deterioração, que continua sendo a base da conservação. Também demonstrou a possibilidade prática da prevenção e, junto com os conhecimentos oferecidos pela ciência dos materiais às técnicas tradicionais da restauração, deu forma à nova disciplina da conservação (WARD, 1986, p. 3, tradução nossa).³⁹

Na década de 1970, ainda segundo Caple (2000, p. 71), a literatura em conservação expandiu-se significativamente a partir das conferências especializadas promovidas, por exemplo, pelo *American Institute for Conservation of Historic and Artistic Works* (AIC), pelo *United Kingdom Institute for Conservation* (UKIC) e pelos grupos de trabalho do ICOM-CC.

Nas décadas após a Segunda Guerra Mundial também assiste-se à implantação das organizações de representação profissional. O já citado IIC, criado em 1950, cresceu e expandiu-se em grupos regionais e nacionais (CAPLE, 2000, p. 71). O *American Institute for Conservation of Historic and Artistic Works* (AIC), fundado em 1972, é a organização norte-americana que congrega os profissionais conservadores. Na esteira dos organismos internacionais de representação profissional, também no Brasil foi fundada a Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores (ABRACOR) em 1980.

Simultaneamente à fundação de instituições de representação profissional, também foram elaborados os primeiros códigos de ética para nortear a atuação dos conservadores-restauradores. Em 1961 o Comitê de Padrões e Procedimentos Profissionais do IIC — *American Group* elaborou o primeiro código de ética, intitulado *Code of Ethics and Rules of Practice*. Em 1978 o ICOM-CC publicou o documento *Definition of a Conservator-Restorer* que, em 1984, foi aprovado pelo ICOM. Em 1983 o UKIC desenvolveu e publicou seu código de ética, intitulado *Guidance for Conservation Practice*, posteriormente revisado e mudado para *UKIC Code of Ethics and Rules of Practice* (ELIAS, 2002, p. 39). No Brasil, foi somente em 2005 que um grupo de profissionais, vinculados a várias instituições, aprovou o Código de Ética do Conservador-restaurador de Bens Culturais, o qual se alinha integralmente aos documentos elaborados pelas instituições citadas. (Cf. CÓDIGO . . . , 2005)

É preciso notar, como argumentamos antes em relação às teorias, que esse processo de estruturação da área não é uniforme e tampouco segue uma sequência propositiva, como pode parecer quando se ressalta as organizações e instituições internacionais. A criação dos laboratórios científicos, voltados em grande parte para

³⁹ No texto original: *La importancia de este volumen radica en su contenido diagnóstico: fue la primera explicación sistemática de los mecanismos del deterioro, que continua siendo la base de la conservación. También demostró la posibilidad práctica de la prevención y, junto con los conocimientos aportados por la ciencia de los materiales a las técnicas tradicionales de la restauración, dio forma a la nueva disciplina de la conservación.*

analisar os danos e processos de deterioração e degradação dos bens culturais, de acordo com Elias (2002, p. 23), fez com que surgisse duas categorias de profissionais trabalhando em conjunto na área: o cientista e o restaurador, cada um com seu campo de atuação limitado pela habilidade ou conhecimento do outro. Segundo Elias:

Devido à precariedade de embasamento teórico por parte dos restauradores, as intervenções eram normalmente coordenadas pelos cientistas, uma vez que, mesmo com os grandes avanços da área científica, os técnicos contratados como restauradores continuavam a ser, normalmente, pintores ou artesãos (ELIAS, 2002, p. 23).

Para esta autora estas desigualdade nas relações se devia à falta de treinamento acadêmico dos restauradores. Mas, dentro do contexto europeu, com a criação de cursos voltados para a preservação e conservação do patrimônio cultural a partir de 1950, “os restauradores passaram a ter não apenas o treinamento prático necessário, mas, também, o conhecimento teórico e científico” (ELIAS, 2002, p. 23). De fato, atualmente entende-se que o conhecimento científico é fundamental para a formação do conservador-restaurador, seja pela aplicação de metodologias rigorosas de diagnóstico, análise e tomada de decisão em relação aos tratamentos a serem aplicados, assim como pelo diálogo necessário com as disciplinas complementares que auxiliam os estudos de conservação dos bens culturais.

Observamos que o campo da preservação torna-se cada vez mais complexo, no qual o conservador-restaurador é um dos agentes, dentre tantos outros, que nele atuam. A profissão, na medida em que se especializou e se tornou mais complexa, passou a exigir diferentes níveis de atuação. Em alguns países estas definições das distintas funções estão mais avançadas. Nos Estados Unidos, por exemplo, o AIC, estabelece os seguintes profissionais relacionados com a Conservação: *conservator*, *conservation administrator*, *conservation educator*, *conservation scientist*, *conservation technician*, *collections care specialist*. Reproduzimos a seguir como estas ocupações são definidas dentro do contexto norte-americano, para exemplificar a complexidade de funções existente atualmente dentro da área da Conservação nos centros mais avançados.

- *Conservador*: profissional cuja principal ocupação é a prática da conservação e que, através de educação especializada, conhecimento, treinamento e experiência, formula e implementa todas as atividades de conservação (...).
- *Administrador de Conservação*: profissional com conhecimentos substanciais de conservação, responsável pelos aspectos administrativos e implementação de atividades de conservação (...).

- *Educador de Conservação*: profissional com conhecimento substancial e experiência na teoria e técnicas de conservação cuja principal profissão é ensinar os princípios, metodologia e/ou aspectos técnicos da profissão (...).
- *Cientista de Conservação*: um cientista profissional cujo principal foco é a aplicação de conhecimentos e habilidades especializadas para apoiar as atividades de conservação (...).
- *Técnico de Conservação*: um indivíduo que é treinado e experiente em atividades específicas de tratamento de conservação e que trabalha em conjunto com ou sob a supervisão de um conservador. Um técnico em conservação também pode ser treinado e experimentado em atividades específicas de cuidados preventivos.
- *Especialista em cuidados com coleções*: um indivíduo que é treinado e experiente em atividades específicas de cuidados preventivos e que trabalha em conjunto com ou sob a supervisão de um conservador (AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION, 2018, tradução nossa).⁴⁰

Esta delimitação de funções proposta pelo AIC reflete um avanço maior no desenvolvimento das instituições norte-americanas nas definições das funções dos vários especialistas envolvidos com a Conservação. Contudo, estas conformações dos profissionais não se repetem necessariamente em outros lugares. Sobre o Brasil, assim como em vários outros países, de acordo com Elias (2002, p. 24-25), a quase inexistência do conservador-cientista trabalhando em laboratórios ocasionou um problema de identificação profissional do conservador-restaurador, que desenvolve as duas atividades, somadas, algumas vezes, àquela do museólogo e até mesmo do curador. Concordamos em parte com esta autora, uma vez que atualmente já é possível identificar alguns cientistas que trabalham em parceria com os conservadores-restauradores nas instituições brasileiras. Por outro lado, no caso do Brasil, provavelmente pela falta de uma estrutura de formação mais consistente, nem todos os conservadores-restauradores

⁴⁰ No texto original:

Conservator: A professional whose primary occupation is the practice of conservation and who, through specialized education, knowledge, training, and experience, formulates and implements all the activities of conservation (...).

Conservation Administrator: A professional with substantial knowledge of conservation who is responsible for the administrative aspects and implementation of conservation activities (...).

Conservation Educator: A professional with substantial knowledge and experience in the theory and techniques of conservation whose primary occupation is to teach the principles, methodology, and/or technical aspects of the profession (...).

Conservation Scientist: A professional scientist whose primary focus is the application of specialized knowledge and skills to support the activities of conservation (...).

Conservation Technician: An individual who is trained and experienced in specific conservation treatment activities and who works in conjunction with or under the supervision of a conservator. A conservation technician may also be trained and experienced in specific preventive care activities.

Collections Care Specialist: An individual who is trained and experienced in specific preventive care activities and who works in conjunction with or under the supervision of a conservator.

atuam pautados pelos princípios científicos, prevalecendo, com muita frequência, as experiências tradicionais, artísticas ou artesanais, ainda marcadas por um saber empírico. A inexistência nas instituições brasileiras de profissionais e de laboratórios de Ciência da Conservação ou Ciência do Patrimônio também é um fator que dificulta interações efetivas entre os conservadores-restauradores e os cientistas.

O conhecimento científico, que já ocupava um papel importante dentro da área da preservação desde o século XIX, avançou muito no século XX, especialmente com o desenvolvimento da conservação preventiva, a qual tem um forte vínculo com a Ciência da Conservação. Contudo, no século XXI, o que atualmente se denomina *ciência da conservação* já está sendo suplantada por uma nova proposta.

Em 2015, foi publicado um suplemento da revista *Studies in Conservation*, contendo as comunicações do Fórum do ICCROM em Ciência da Conservação, realizado em Roma no ano de 2013. Como o objetivo do evento era discutir a integração, relevância e impacto da atuação da ciência da conservação na sociedade, alguns autores argumentam que o termo *ciência do patrimônio* corresponde melhor às estas novas propostas (IIC/ICCROM, 2015).

Dentre os textos publicados nesta revista, Heritage e Golfomitsou (2015, p. 54) e Bell (2015, p. 20) informam que a proposta de uma *ciência do patrimônio*, como uma estratégia para unificar os vários campos da ciência aplicada e outras inter-relacionadas que se concentram no estudo do patrimônio cultural, está sendo cada vez mais aceita, particularmente na Europa e na América do Norte. O objetivo seria criar um campo mais forte, coeso e facilmente reconhecível, visando aumentar o seu impacto na sociedade. Entende-se que a ciência do patrimônio exige o desenvolvimento das pesquisas científicas e, também, de conhecimentos da engenharia e da tecnologia, dentre outras, que em conjunto permitem avançar na compreensão, interpretação, conservação, autenticação e gestão do patrimônio cultural, tanto dos bens móveis como dos edificados. Trata-se, portanto, de uma visão mais ampliada, na qual a chamada Ciência da Conservação passa a ser uma parte de um quadro maior e mais abrangente, definido como Ciências do Patrimônio.

Considerando este quadro que delineamos nos parágrafos anteriores, de uma área marcada por relações desiguais entre as culturas artística, humanística e científica, surgem atualmente fortes questionamentos sobre o “excesso de ciências” dentro da Conservação.

Muñoz Viñas defende que faz parte da teoria contemporânea da restauração uma crítica ao que ele denomina *Restauración científica*. Segundo Muñoz Viñas (2010b, p. 127), o que se denomina Restauração científica é essencialmente uma forma de restauração que se caracteriza por basear-se em conhecimentos gerados e avaliados nos âmbitos científicos, tanto na hora de estabelecer o proto-estado dos bens como

na de selecionar e aplicar materiais e procedimentos técnicos. Na sua crítica, este autor afirma:

A Ciência é na atualidade a ferramenta privilegiada para alcançar o Conhecimento Verdadeiro, e os conhecimentos sancionados por meios *científicos* estão dotados de um “maior fundamento moral” (...) por isso não é estranho que tenham um valor essencial nas teorias da Restauração que buscam a Verdade. No entanto, não se pode esquecer que em Restauração se trabalha com objetos de natureza historiográfica e documental, mas também artística, sentimental, religiosa, simbólica, etc., que nem sempre podem ser apreendidos mediante conhecimentos *científicos* (MUÑOZ VIÑAS, 2010b, p. 129, tradução nossa, itálico do autor).⁴¹

O conservador Sánches Hernampérez é mais contundente na sua crítica a um determinado cientificismo que ocupa grande espaço dentro da Conservação e afirma:

Vivemos em um mundo submetido ao poder da ciência. Tudo o que merece ser comprado ou admitido deve passar pelo filtro da ciência. Tomamos banho com sabões científicos, bebemos leite científico, estudamos ciência publicitária ou ciência do esporte. Inclusive algumas religiões recorrem aos cientistas para tornar suas crenças mais fortes. A conservação não escapa a esse poder de sedução e às vezes se ouvem frases infelizes como *restauração científica* ou *análises científicas* em restauração. No entanto, temos que reconhecer que por enquanto a conservação não pode ser elevada a esta categoria. O carácter científico de uma disciplina não é validado pela sofisticação dos meios que emprega, nem pelo reconhecimento social que possa alcançar. Em conservação isto é especialmente significativo, uma vez que a sua presumida cientificidade se baseia na aplicação de métodos analíticos com o fim de ter um conhecimento mais detalhado das obras a serem tratadas, mas que não contribuem em nada na hora de tomar decisões (SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, 2008, p. 8, tradução nossa).⁴²

Ainda que as críticas sejam pertinentes, a importância das relações entre Conservação e as ciências são inequívocas. Como afirma Muñoz Viñas (2010b, p.

⁴¹ No texto original: *La Ciencia es en la actualidad la herramienta privilegiada para alcanzar el Conocimiento Verdadero, y los conocimientos sancionados por medios científicos están dotados de un “mayor fundamento moral” (...) por lo que no es extraño que se conceda un valor esencial en las teorías de la Restauración que persiguen la Verdad. Sin embargo, en Restauración no se puede olvidar que se trabaja con objetos de naturaleza historiográfica y documental, pero también artística, sentimental, religiosa, simbólica, etc., que no siempre pueden ser apreendidos mediante conocimientos científicos.*

⁴² No texto original: *Vivimos en un mundo sometido al poder de la ciencia. Todo lo que merece ser comprado o admitido debe pasar por el filtro de la ciencia. Nos duchamos con jabones científicos, bebemos leche científica, estudiamos ciencia publicitaria o ciencia del deporte. Incluso algunas religiones aluden a los científicos para validar sus creencias más firmes. La conservación no escapa a este poder de seducción y a veces se escuchan frases desafortunadas como restauración científica o análisis científico en restauración. Sin embargo, debemos reconocer que por el momento, la conservación no puede ser elevada a esta categoría. El carácter científico de una disciplina no resulta validado por la sofisticación de los medios que emplea, ni por el reconocimiento social del que pudiera gozar. En conservación es especialmente significativo, pues su presunta cientifidad se basa en la aplicación de métodos analíticos con el fin de tener un conocimiento más detallado de las obras a tratar, pero no aportan nada a la hora de tomar decisiones.*

125) as relações entre ciência e Conservação formam um espaço contínuo, no qual é possível encontrar proporções e combinações muito distintas.

A questão é encontrar um equilíbrio entre as vários domínios que conformam a Conservação. Atualmente o desafio da área da Conservação é integrar diferentes conhecimentos relacionados com as ciências naturais, aplicadas, sociais e humanas, sem perder de vista as habilidades técnicas e as questões éticas pertinentes à Conservação de um universo cada vez mais ampliado de bens culturais. Concordamos com Maria da Conceição Lopes Casanova, quando afirma:

A resolução da situação de crise exige, no presente, o entendimento da actividade como verdadeiramente interdisciplinar e científica, sem negar as suas origens artísticas e evitando o desperdício dos esforços mais recentes de valorização da profissão. Trata-se de resolver a dialéctica arte/ciência, e criar uma comunidade plural de conservadores, através de um ensino multifacetado, mas coordenado, que permita a criação dos vários perfis necessários, dentro da profissão (CASANOVA, 2011, p. VII).

Nesse amplo panorama traçado, partindo das teorias do século XIX, quando se observam as primeiras propostas de uma abordagem científica, até as propostas interdisciplinares da Conservação Preventiva e da Ciência da Conservação/Ciência do Patrimônio, observa-se uma trajetória, na qual paulatinamente a Conservação se afastou de um fazer artístico, empírico e artesanal e estruturou-se em um domínio cada vez mais pautado na cientificidade, mas que ainda precisa alcançar um equilíbrio dentro da interdisciplinaridade que a caracteriza. Tal panorama permite perceber a complexidade existente dentro desta área de conhecimento, ainda em constante processo de estruturação.

2.5 A especialidade da Conservação de obras em papel

Até o momento abordamos questões relacionadas à Conservação como um todo. No entanto, como já mostramos anteriormente, com as Figuras 2 e 3 sobre os grupos de trabalho do ICOM-CC e das especialidades do AIC, dentro da Conservação existem várias especialidades, que podem ser categorizadas pela tipologia de materiais (papel, metais), das técnicas usadas na produção dos bens culturais (pintura) ou ainda vínculo com uma disciplina (acervos etnográficos). Por conta do recorte estabelecido nesta pesquisa, abordamos agora as características da especialidade da Conservação de obras em papel que, como veremos, também apresenta suas complexidades, tanto em relação aos objetos que dela fazem parte, assim como às especificidades das abordagens de preservação.

Retomamos aqui a ideia de que a Conservação também está associada a outros domínios, que no caso dos bens aqui discutidos, são as áreas das bibliotecas e

arquivos e, menos frequentemente, os museus. Contudo, ainda que no Brasil por muito tempo os conteúdos de conservação, e inclusive de restauração das obras em papel, tenham sido abordadas dentro das disciplinas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, entendemos que atualmente a área da Conservação já se constitui em uma disciplina autônoma.

Em sua dissertação de mestrado, datada de 2000, Gomes, ao analisar o ensino da preservação, conservação e restauração de acervos documentais nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia no Brasil, apresenta a seguinte conclusão:

Conclui-se no entanto que o ensino de Conservação, preservação e restauração de acervos documentais está contemplado nos cursos de graduação em Biblioteconomia e Arquivologia. Porém os conteúdos ministrados não proporcionam aos alunos uma formação que os capacite para atuarem na conservação e restauração de acervos documentais. A busca pela formação nessa área se faz em cursos não acadêmicos, oferecidos por instituições que atuam na conservação e restauração.

Recomenda-se então que os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia em parcerias com instituições da área, formalizem o ensino de conservação, preservação e restauração, através de cursos de extensão e/ou de especialização (GOMES, 2000, p. 79).

Ainda que se reconheça a necessidade dos bibliotecários, arquivistas e museólogos terem acesso às informações básicas sobre procedimentos de conservação de acervos, a sua formação não é suficiente para que assumam as atividades complexas que caracterizam a Conservação. A recomendação da autora citada somente fazia sentido no contexto da tardia implantação dos cursos universitários em Conservação e Restauração no Brasil. Tal situação atualmente é distinta, sendo preciso reconhecer a autonomia dos conhecimentos da Conservação de obras em papel, ainda que em uma relação muito próxima com as disciplinas afins, como a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

A complexidade da área de conhecimento da Conservação de obras em papel, também denominada Conservação de documentos gráficos, começa pela grande variedade de obras, materiais e tipologias de acervos que ela abarca. Muñoz Viñas, no início de sua obra *La restauración del papel*, ao responder à pergunta “o que restauramos?”, explicita esta complexidade. Segundo este autor, “a conservação e restauração de obra gráfica, livros e documentos é uma das especialidades mais estendidas. No entanto, paradoxalmente, é um dos menos conhecidos entre o público leigo” (MUÑOZ VIÑAS, 2010a, p. 13, tradução nossa).⁴³

Como exemplo da variedade de objetos, Muñoz Viñas (2010a, p. 13) cita os textos impressos, manuscritos, plantas e cópias de plantas, aquarelas, guaches e

⁴³ No texto original: *La conservación y restauración de obra gráfica, libros y documentos es una de las especialidades más extendidas. Sin embargo, paradójicamente, es una de las menos conocidas entre el público profano.*

outros tipos de pintura realizadas habitualmente sobre papel, gravuras artísticas, selos filatélicos, pôsteres, pastéis, desenhos a lápis, tinta, carvão, giz, ceras, lápis de cor, etc.

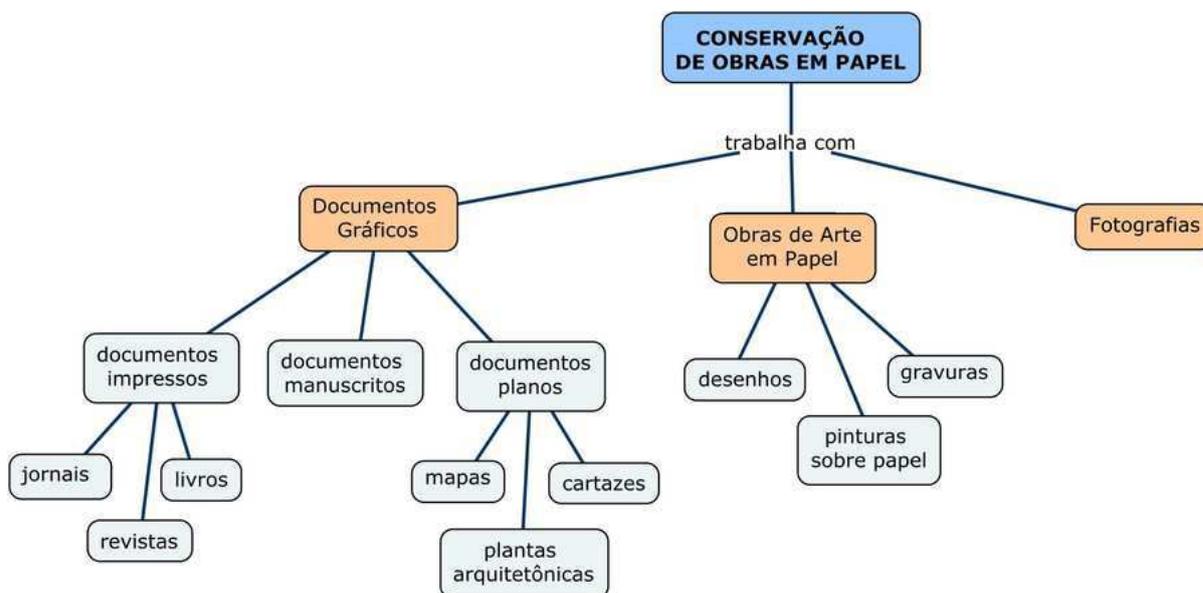
Para esse autor, o que estes materiais têm em comum é base sobre a qual são aplicados, em geral, o papel. No entanto, ele inclui outros materiais que também são empregados com fins semelhantes, como é o caso do pergaminho e, mais excepcionalmente, o papiro, que foram utilizados na elaboração de documentos, textos, livros ou registros similares em determinada época e podem ser encontrados nos acervos de bibliotecas e arquivos (MUÑOZ VIÑAS, 2010a, p. 16).

Considerando o seu caráter gráfico e documental, o autor ainda inclui na área da Conservação de obras em papel outros suportes de informação, como as fotografias em qualquer de suas modalidades (negativos, positivos, variedades antigas e contemporâneas), os registros filmográficos, os fonográficos e, inclusive, os registros informáticos (MUÑOZ VIÑAS, 2010a, p. 18).

A partir das considerações de Salvador Muñoz Viñas e, também, considerando a nossa experiência, construímos uma estrutura, apresentada na Fig. 4, que sintetiza como a Conservação de obras em papel se estrutura a partir dos materiais mais frequentemente encontrados em arquivos, bibliotecas e museus, especialmente no contexto das instituições brasileiras.⁴⁴

⁴⁴ Nesta proposta de tipologia de materiais não consideramos o papiro e o pergaminho, por serem raros nos acervos de instituições brasileiras como suportes de informação. O pergaminho, assim como o couro, são materiais encontrados como revestimento de encadernações e poderiam ser inseridos em uma subdivisão da categoria “livros e encadernados”. Por conta do recorte estabelecido na pesquisa, não consideramos, na Figura 7, os filmes, fitas magnéticas e documentos digitais, os quais também são muito frequentes em arquivos e bibliotecas. Contudo, por conta dos avanços e problemas específicos da documentação eletrônica, entendemos que a preservação destes materiais se constitui em uma especialidade distinta.

Figura 4 – Tipologia de materiais que integram a Conservação de obras em papel



Elaborado pela autora

Por conta desta variedade de suporte que caracteriza a Conservação das obras em papel, Muñoz Viñas (2010a, p. 20-21) explica que surgiram especializações, que respondem a critérios próprios da conservação e restauração, que se estabelecem em função da similitude de problemas e processos de conservação. O autor afirma que as principais microespecialidades que geralmente se reconhece no campo da conservação e restauração de obras gráficas, livros e documentos são as seguintes:

- Conservação e restauração de textos impressos e manuscritos;
- Conservação e restauração de desenhos e gravuras;
- Conservação e restauração de livros e encadernações;
- Conservação e restauração de fotografias.

Este autor esclarece que a conservação destes inúmeros objetos acontece essencialmente em bibliotecas e arquivos, em menor quantidade em museus, ainda que, com menor frequência, também possam ser encontrados nos ateliers particulares ou nos centros de conservação e restauração de âmbito geral.

Para Muñoz Viñas, o fato de a maior parte dos trabalhos de conservação e restauração das obras em papel serem realizados em bibliotecas e arquivos resulta em algumas características importantes para a área.

Isto é interessante, porque quantitativamente a maior parte dos trabalhos de conservação e restauração de nosso campo se desenvolve em centros nos quais o primordial não é a natureza artística do objeto, mas o seu conteúdo. Ou seja, o primordial não é a capacidade do objeto de produzir sensações estéticas, mas sim a informação que transmite. Isto é lógico se pensamos que, efetivamente, os livros, os documentos, os periódicos, que estão em bibliotecas, em arquivos ou em hemerotecas, se conservam como registros de informação e não como objetos de deleite visual (MUÑOZ VIÑAS, 2010a, p. 21, tradução nossa).⁴⁵

Neste sentido, o autor conclui que, na prática, o objetivo não é restaurar a aparência original dos objetos, mas sim conservar a informação que eles contêm. Ainda nas suas palavras:

Portanto, o restaurador deste campo na verdade restaura muito pouco, mas conserva muito. É, claramente, muito mais um conservador do que um restaurador. Seu trabalho, seu esforço, suas técnicas, estão fundamentalmente destinadas a evitar a perda da informação. Como veremos, esta circunstância é crucial para entender muitos aspectos do seu trabalho (MUÑOZ VIÑAS, 2010a, p. 22, tradução nossa).⁴⁶

Contudo, cada uma das microespecialidades que conformam a área da Conservação de obras em papel tem as suas especificidades por conta das características dos objetos ali contemplados. A conservação de desenho e gravuras, por exemplo, se aproxima das obras de arte e, neste sentido, em geral, os critérios estéticos não podem ser desconsiderados nas abordagens e tratamentos adotados.

A percepção defendida por Muñoz Viñas de que em Conservação de obras em papel se conserva mais do que se restaura é recente e não é uma unanimidade dentro da área. O conservador-restaurador Sánchez Hernampérez, ao analisar a problemática da conservação em arquivos e bibliotecas na Espanha, reconhece a existência de dois paradigmas, que também podem ser facilmente identificados nas instituições brasileiras ainda nos dias atuais. O primeiro é o que o autor denomina *paradigma intervencionista*, no qual:

A principal aspiração é que cada centro disponha de um laboratório permanente dedicado exclusivamente à estabilização de obras que necessitam tratamentos urgentes de salvamento, embora seja frequente a contratação de serviços de restauradores particulares ou

⁴⁵ No texto original: *Esto es interesante, porque cuatitativamente la mayor parte de los trabajos de conservación y restauración de nuestro campo se desarrollan en centros en los que lo primordial no es la naturaleza artística del objeto, sino su contenido. Es decir, lo primordial no es la capacidad del objeto para producir sensaciones de tipo estético, sino la información que transmite. Esto es lógico si pensamos en que, efectivamente, los libros, los documentos, los periódicos, que se hallan en bibliotecas, en archivos o en hemerotecas, se conservan como registros de información, y no como objetos de disfrute visual.*

⁴⁶ No texto original: *Por ello, el restaurador de este campo en realidad restaura muy poco, pero conserva mucho. Es, con claridad, un conservador antes que un restaurador. Su trabajo, su esfuerzo, sus técnicas, están fundamentalmente destinadas a evitar que la información se pierda. Como veremos, esta circunstancia es crucial para entender muchos aspectos de su trabajo.*

de determinados organismos oficiais. As obras sobre as quais se deve fazer intervenções são selecionadas considerando o seu valor histórico-artístico, pela necessidade de serviços (empréstimo para exposições ou para consulta) ou por seu estado de evidente degradação. Esta rotina de trabalho implica que a ação sobre o objeto é realizada quando o dano já ocorreu. A ideia subjacente nesta política é que a deterioração avança lentamente e que os restauradores, em algum momento, conseguirão estabilizar grande parte da coleção, de forma que, no futuro, somente irão lidar com casos acidentais (SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, 1993, p. 245-246, tradução nossa).⁴⁷

O segundo paradigma, ainda segundo este autor, é uma evolução deste primeiro e está relacionado com as propostas da conservação preventiva que, como vimos, assumiu uma grande importância nas últimas décadas dentro dos museus, mas também nos arquivos e bibliotecas. De acordo com Sánchez Hernampérez,

A defasagem entre a dimensão da deterioração e da capacidade dos processos restaurativos levou, desde o final da década de setenta, a se proporem novas rotinas de trabalho que permitam abordar o problema de uma forma integral. Enquanto no paradigma intervencionista se dá grande protagonismo aos restauradores, nos programas de conservação preventiva estão envolvidos todos os que, de uma forma ou outra, se relacionam com as atividades do centro. Por outro lado, o objeto isolado passa para um segundo plano, sendo contemplado dentro do conjunto da coleção e do seu entorno. Embora, à primeira vista possa parecer o contrário, esta política não se reduz a não intervenção sobre as obras. Os livros que necessitam tratamento de restauração são selecionados cuidadosamente, após se avaliar e estabelecer um rígido critério de intervenção (SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, 1993, p. 246, tradução nossa).⁴⁸

O tamanho e o contínuo crescimento dos acervos documentais no mundo contemporâneo são características importantes no universo dos arquivos e bibliotecas, de tal forma que a proposta da restauração normalmente não é a mais viável para o

⁴⁷ No texto original: *La principal aspiración es que cada centro disponga de un laboratorio permanente dedicado exclusivamente a la estabilización de obras que necesitan tratamientos urgentes de salvamento, aunque es frecuente que se contraten los servicios de restauradores particulares o de determinados organismos oficiales. Las obras sobre las que se debe intervenir son seleccionadas por su valor histórico-artístico, por necesidades del servicio (préstamo para exposiciones o para consulta) o por su estado de evidente degradación. Esta rutina de trabajo implica que la actuación sobre el objeto se realiza una vez que el daño se ha producido. La idea que subyace en esta política es que el deterioro avanza lentamente y los restauradores llegarán en algún momento a estabilizar gran parte de la colección, de forma que, en un futuro, sólo se ocuparán de casos accidentales.*

⁴⁸ No texto original: *El desfase entre la dimensión del deterioro y la capacidad de los procesos restauradores ha llevado, desde finales de la década de los setenta, a plantear nuevas rutinas de trabajo que permitan abordar el problema de una forma integral. Mientras que en el paradigma intervencionista se da gran protagonismo a los restauradores, en los programas de conservación preventiva aparecen implicados todos los que de una u otra forma tienen que ver con la actividad del centro. Por otra parte, el objeto aislado pasa a un segundo plano, siendo contemplado dentro del conjunto de la colección y todo lo que le rodea. Aunque a simple vista podría parecer lo contrario, esta política no se reduce a la no intervención sobre las piezas. Los libros que necesitan tratamientos de restauración son seleccionados cuidadosamente tras baremar y establecer un criterio rígido de intervención.*

acervo como um todo, mas sim pontualmente, em algumas obras que justifiquem a intervenção por terem determinados valores. A dimensão do problema foi explicitada por Hollós, ao discorrer sobre os desafios da preservação no Arquivo Nacional do Brasil:

Quando se percorre seus depósitos de documentos, vê-se que a cada estante existente correspondem cinco prateleiras; cada prateleira encerra cinco caixas-arquivo de mesmo formato; cada caixa contém aproximadamente duas mil folhas. Ao multiplicar-se estes números “borgeanos”, têm-se cinquenta mil folhas por estante e, ao final, contabiliza-se, somente em termos de manuscritos, algo em torno de cinquenta e cinco milhões de documentos a serem preservados e disponibilizados aos usuários. Calcula-se, de acordo com nossa experiência e recursos, que foi possível conservar e microfilmarmos aproximadamente trezentos e cinquenta mil folhas em um ano. Assim, nesse ritmo, cento e cinquenta e sete anos seriam necessários para a conservação e a microfilmagem dos documentos guardados sob a égide de “documento permanente”, sem contar com as fotografias, mapas, plantas, discos, fitas e películas. Muitos desses documentos são considerados de alto valor intrínseco, como, por exemplo, o livro de Registro de Sesmarias, de 1595, a sentença de morte proferida contra Tiradentes em 1782, a carta elevando o Brasil à condição de Reino e a Lei Áurea (HOLLÓS, 2006, p. 15).

Outra característica a ser considerada em relação à preservação das obras em papel sob a guarda de arquivos e bibliotecas é a forma de acesso a estes bens, uma vez que os acervos com características informacionais pressupõem que eles necessariamente serão disponibilizados e, em sua grande maioria, serão consultados e manuseados diretamente pelos usuários. Isso faz com que as instituições, dependendo de suas missões e públicos, desenvolvam várias estratégias de preservação, dentre as quais a microfilmagem ou digitalização dos seus acervos.⁴⁹

Desta forma, a Conservação dos acervos bibliográficos e documentais é uma das etapas, dentro de uma política de preservação que engloba várias outras ações para prolongar a vida e dar acesso aos conteúdos informacionais dos vários suportes que constituem os acervos de bibliotecas e arquivos. A inserção da Conservação dentro de um âmbito maior estabelecido pelas políticas de preservação é uma característica das instituições que têm sob sua guarda os acervos informacionais.

⁴⁹ Por ser uma discussão extensa, nesta pesquisa não desenvolvemos a questão dos valores dos itens dentro dos acervos documentais. No entanto, é importante ressaltar que as políticas de preservação são estabelecidas a partir da definição de valores dentro do acervo. Nas bibliotecas, por exemplo, os itens que formam as suas coleções podem adquirir diferentes valores, definidas por suas missões e público a ser atendido. Os acervos arquivísticos, por sua vez, são formados a partir das atividades administrativas de uma instituição ou entidade, mantendo uma relação de organicidade entre si e formando os fundos documentais. Em uma política de gerenciamento documental, tais documentos são classificados em correntes, intermediários e permanentes, o que define os seus valores e, conseqüentemente, os procedimentos de guarda e de preservação em cada fase documental. Sobre as especificidades dos acervos de arquivos, bibliotecas e museus e seus diferentes valores, Cf. BELOTTO, 2004, p. 38-39

Para melhor entender o processo de desenvolvimento da Conservação de obras em papel como uma disciplina, analisamos a seguir dois fatos determinantes ocorridos no século XX. O primeiro foi a inundação ocorrida em Florença que deixou milhares de obras, incluindo livros e documentos, encharcados e enlameados. O segundo está relacionado aos processos decorrentes da acidez nos acervos de papéis modernos.

No ano de 1966, após um período de fortes chuvas, o rio Arno alagou a cidade de Florença, atingindo museus, bibliotecas e arquivos que guardavam obras de valor incomensurável. Com o apoio da UNESCO foi organizada uma operação internacional como até então não se tinha visto. Profissionais e especialistas do mundo todo atenderam ao apelo para resgatar as obras atingidas. Somente na Biblioteca Nacional de Florença um milhão de itens foram atingidos, dentre jornais, revistas e obras modernas, incluindo cerca de cem mil volumes pertencentes às coleções históricas da Biblioteca. Considerando a escala dos danos, a Biblioteca solicitou recursos financeiros e apoio técnico e recebeu a ajuda de vários países, como os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Áustria, Austrália, dentre outros (BIBLIOTECA NAZIONALE CENTRALE DI FIRENZE, 2017).

Especialmente na área dos bens culturais em papel a consequência desse desastre natural foi uma mudança de escala em termos de procedimentos de preservação, pois esse grupo de profissionais que participou do resgate foi obrigado a desenvolver novas técnicas de tratamentos emergenciais para danos causados pela água em acervos de livros e documentos. Além de precisar dar resposta de tratamento para uma gigantesca quantidade de obras muito danificadas, havia a premência do tempo, exigindo respostas rápidas para que os danos não se agravassem. Novas técnicas de conservação surgiram naquele momento.

Ao analisar o significado deste grande desastre no âmbito da preservação de livros e documentos, Allo Manero (1997, p. 272) pontua as seguintes questões que considera importantes:

- o desenvolvimento de técnicas de tratamento em massa, como o congelamento, uma vez que era impossível tratar de imediato um volume tão grande de obras danificadas. As investigações realizadas neste campo permitiram comprovar, posteriormente, que a liofilização constitui a melhor resposta para este tipo de catástrofes;
- a revalorização da conservação preventiva, com a percepção de que os problemas massivos requerem soluções também massivas;
- o intercâmbio de experiências colocou a necessidade de fixar definitivamente uma metodologia de restauração, assim como de formar especialistas quali-

ficados, iniciando a partir dos anos 1970 a institucionalização do ensino em conservação e restauração de livros e documento;

- o reconhecimento da importância da cooperação internacional.

Castro (2012, p. 96) propõe que tal catástrofe é considerada um divisor de águas no que se refere ao desenvolvimento de ações, técnicas e pesquisas de conservação e restauração dos acervos bibliográficos e documentais danificados. Segundo este autor,

Ao longo das décadas subsequentes ao desastre natural, verificou-se um avanço significativo na área, seja por meio da produção de livros e artigos científicos, seja no reconhecimento da necessidade dos planos de emergência e na importância da interdisciplinaridade como premissa de trabalho a ser adotada na conservação e restauração de papel (CASTRO, 2012, p. 96).

Observa-se no contexto da enchente de Florença uma importante mudança de paradigma, assim identificada por Maria Luisa Ramos de Oliveira:

Naquele momento deu-se início ao estabelecimento da desordem organizada, própria dos momentos de “caos”, e os paradigmas “tradicionais” da conservação-restauração passaram a ser questionados. A intervenção no objeto único, a visão estritamente estética, desta intervenção, passa a dar espaço à visão global do problema. Foi necessária, em nível de urgência urgentíssima, a implementação de novos valores, novas atitudes que somente poderiam acontecer em situações limites, onde a participação de diferentes linguagens, técnicas e suportes, permeariam as interpretações dos conceitos de intervenção, que aconteceria nos domínios rígidos da ciência. Já não era possível o improvisado, o amadorismo, enfim, a catástrofe em sua desordem, proporcionou e estabeleceu novos paradigmas que, através de muitas avaliações, veio a proporcionar uma clara visão sobre as atividades desenvolvidas em diferentes centros de pesquisa e núcleos de restauro na Europa e Estados Unidos (SOARES, 2006).

A segunda questão que marca e caracteriza o desenvolvimento da disciplina da Conservação de obras em papel foi a identificação da acidez como um dos principais fatores de degradação do suporte papel.

Por conta da demanda pelo papel de escrita, houve uma grande mudança no processo de fabricação do papel em meados do século XIX no mundo ocidental. Até então os papéis eram fabricados artesanalmente, com componentes alcalinos, usando a celulose proveniente de tecidos, especialmente algodão, cânhamo e linho. O chamado *papel trapo* tem como característica a resistência e durabilidade. Com a industrialização do processo de fabricação do papel passou-se a utilizar como matéria-prima a celulose proveniente da madeira. Características como o uso de químicos agressivos para a obtenção da celulose, a presença de resíduos de lignina, a qual tende a se degradar

e gerar componentes ácidos e, ainda um processo de fabricação das folhas de papel também em meio ácido, foram determinantes para a baixa qualidade do papel industrializado. Ao final tem-se um papel que tende a se tornar amarelado e quebradiço em poucos anos por conta das reações da hidrólise ácida.

Segundo Sánchez Hernampérez (1999, p. 84), a característica fundamental dos papéis feitos de madeira é a sua estrutura química, intrinsecamente efêmera. Assim, a sua permanência é notavelmente inferior à dos papéis feitos de trapos, sendo a autodestruição pela acidez a causa de alteração mais habitual nos fundos documentais contemporâneos. A intensidade da destruição ocasionada pela acidez foi identificada e quantificada nas bibliotecas norte-americanas em princípios dos anos 1970. Ainda que usando dados dos anos 1990, Sánchez Hernampérez, dá a dimensão do problema.

Mais de 90% dos registros conservados nas bibliotecas datam dos séculos XIX e XX e, portanto, a maioria deles é suscetível à autodestruição pela hidrólise ácida. Segundo estudos da Biblioteca Britânica e da Biblioteca Nacional da França, cerca de 96% de suas coleções apresentam índices ácidos de pH e 50% contêm lignina. Em 1987, o montante das coleções de investigação nas bibliotecas norte-americanas foi estimado em, aproximadamente, 300 milhões de volumes; as estimativas otimistas indicaram que cerca de 9% deles se encontram em estado quebradiço, mas as mais pessimistas elevaram a proporção para 50%. Aceitando-se uma média de 30%, 90 milhões de livros não podiam ser utilizados por causa do estado sumamente frágil de suas páginas. As avaliações europeias não são menos pessimistas e, em 1989, dos 100 milhões de volumes conservados nas seis maiores bibliotecas da antiga República Federal da Alemanha, uns 12 milhões não podiam ser utilizados. Estudos realizados na Bélgica, Holanda e Suécia mostraram números semelhantes (SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, 1999, p. 306-307, tradução nossa).⁵⁰

Considerando o número de obras atingidas por este problema, desde então muitas instituições investiram em pesquisas para desenvolver métodos para deter ou reduzir o processo de deterioração dos papéis. Ainda de acordo com Sánchez Hernampérez (1999, p. 307), os trabalhos neste sentido aconteceram em três linhas principais: 1) o estudo dos fatores endógenos que facilitam a decomposição hidrolítica; 2) a incidência das variáveis ambientais na forma e velocidade com que a decomposição hidrolítica se produz; 3) o desenvolvimento de técnicas e políticas que permitam reduzir o impacto do

⁵⁰ No texto original: *Más del 90% de los registros conservados en las bibliotecas datan de los siglos XIX y XX y, por tanto, la mayor parte es susceptible de su autodestrucción por la hidrólisis ácida. Según estudios de la Biblioteca Británica y de la Biblioteca Nacional de Francia, cerca del 96% de sus colecciones presenta índices ácidos de pH y el 50% contiene lignina. En 1987, el montante de las colecciones de investigación en las bibliotecas americanas fue cifrada en, aproximadamente, 300 millones de volúmenes; las estimaciones optimistas señalaban que cerca del 9% de éstos se encontraban en estado quebradizo, pero las más pesimistas elevaban la proporción al 50%. Aceptando como término medio el 30%, 90 millones de libros no podían ser utilizados por el estado sumamente frágil de sus hojas. Las evaluaciones europeas no son menos pesimistas y, en 1989, de los 100 millones de volúmenes conservados en las seis mayores bibliotecas de la antigua República Federal de Alemania, unos 12 millones no podían ser utilizados. Estudios realizados en Bélgica, Holanda y Suecia han arrojado cifras similares.*

problema da acidez, fomentando o uso do papel permanente e desenvolvendo técnicas massivas para o tratamento da documentação ácida ou suscetível de tornar-se ácida ao longo do tempo.

Foram desenvolvidos inúmeros processos de desacidificação, que podem ser aplicados de duas formas distintas: tratamentos individuais ou aplicações massivas. No primeiro caso a desacidificação é realizada nos processos de restauração, como nos banhos, por exemplo, quando se aplicam determinados produtos que neutralizam a acidez e depositam entre as fibras de papel uma carga alcalina. Nos tratamentos massivos são utilizadas grandes câmaras para tratar simultaneamente um grande volume de itens com a aplicação de produtos gasosos que tornam o papel alcalino.

Ainda que tais tratamentos de desacidificação tenham avançado muito, ainda apresentam altos custos, o que dificulta a sua ampla aplicação na maioria das instituições, especialmente nos países em desenvolvimento.

Um outro caminho seguido pelas bibliotecas e arquivos foi investir na implantação de programas sistemáticos de transferência das informações para novos suportes mais estáveis, como, por exemplo, o microfilme, e mais recentemente, a digitalização dos acervos, a qual além de facilitar o acesso a distância, também se constitui em uma ferramenta de preservação, na medida que reduz o manuseio das obras originais.

Por conta destes problemas de degradação dos papéis as ações da conservação preventiva, especialmente os relacionados com o controle ambiental, ganham espaço em bibliotecas e arquivos, uma vez que o controle de temperatura, umidade e presença de poluentes são recomendados para reduzir tais processos.

Em síntese, nesta parte do capítulo buscamos estabelecer um panorama dos bens culturais em papel, os quais, não se pode ignorar, estão inseridos em instituições, que podem ter distintas missões, públicos, formas de acesso aos acervos. Como se mostrou, a dimensão e os problemas específicos deste tipo de acervos inviabilizam as propostas de intervenções individuais e exigem tratamentos voltados para os acervos como um todo. Assim, as especificidades dos acervos e dos processos de deterioração dos materiais são determinantes nas propostas de Conservação a serem aplicadas sobre estes diferentes objetos denominados *obras em papel*.

A partir do contexto delineado neste capítulo sobre o campo patrimonial e o domínio da Conservação, pode-se melhor entender a complexidade que o uso, apropriação e circulação dos termos adquirem em uma área marcada pela interdisciplinaridade. Além disto, na construção deste capítulo, buscamos explicitar a estruturação da área da Conservação, e mais especificamente, da Conservação de obras em papel, de forma a subsidiar decisões tomadas na aplicação da metodologia proposta pela Terminologia, como veremos no quinto capítulo. No próximo capítulo seguimos com a

proposta de delinear as características da área de estudo, visando, sobretudo, embasar a estrutura de conhecimento empregada no estudo terminológico. Analisamos a seguir os termos *preservação*, *conservação*, *conservação preventiva* e *restauração* na perspectiva das discussões terminológicas encontradas na literatura da área.

3 UMA DISCUSSÃO TERMINOLÓGICA A PARTIR DA LITERATURA

A proposta deste capítulo é mostrar as discussões sobre os termos e conceitos fundamentais da área que aparecem na literatura sobre a preservação dos bens culturais. Os termos *preservação*, *conservação*, *conservação preventiva* e *restauração* são, por sua natureza, polissêmicos. Contudo, são estes termos que definem e identificam o domínio de conhecimento especializado em estudo dentro do campo patrimonial.

Consideramos tal discussão importante para compreender como a área se estrutura e se organiza, além de trazer à tona questões terminológicas importantes no contexto da estruturação da disciplina. Além disso, a polissemia que caracteriza os termos fundamentais da área foi um desafio na escrita da tese, desde a definição do título e ao longo de todo o texto. Por conta do referencial teórico adotado, entendemos que os termos funcionam não somente como unidades de comunicação, como também de representação. Por conta disto, neste capítulo, além de delinear as discussões existentes na área, também assumimos uma escolha em relação aos termos empregados e que explicitam uma determinada posição dentro do campo profissional.

Na primeira parte do capítulo são mostradas as divergências sobre estes termos entre os teóricos que, simplificada, podem ser agrupados em duas vertentes: uma mais interventiva, característica dos países de tradição latina; outra mais voltada para a conservação, defendida pelos profissionais dos países de língua anglo-saxã. Em seguida apresentamos a proposta de terminologia do ICOM-CC, que pretendeu resolver alguns problemas de comunicação entre os profissionais dentro da comunidade internacional. Depois discutimos o uso destes termos entre os profissionais brasileiros. Por fim, indicamos a nossa opção do uso destes termos, adotada ao longo do texto e, especialmente, na estrutura de conhecimento elaborada em uma das etapas da pesquisa terminológica e de elaboração do glossário proposto.

3.1 Os termos macroestruturais: *preservação*, *conservação*, *restauração*, *conservação preventiva*

Os termos aqui analisados, além do seu sentido especializado dentro da área de conhecimento em estudo, também tem suas acepções definidas no léxico geral das línguas. Etimologicamente, essas palavras têm registros relativamente recuados. De acordo com o Dicionário Houaiss, o componente *restaur*, com o sentido de *reparar*, *consertar*, *renovar*, *restaurar*, ocorre em vocabulários de origem latina desde o século XIV. *Conservação*, com sentido de ação de *conservar*, *preservar*, *manter*, é datada de 1426. *Preservação*, como ato ou efeito de *preservar*, é registrada desde 1665. Tanto *preservação* como *conservação* tem o componente *serv*, do verbo latino *servo*,

que tem o sentido de *preservar, salvar, assegurar a saúde ou a conservação de; não perder de vista, observar* (HOUAISS; VILLAR, 2001).

Nas definições dicionarísticas contemporâneas do português do Brasil, como, por exemplo, do Dicionário Aurélio, os termos *preservação, conservação e restauração* têm as seguintes acepções, quase todas associadas ao patrimônio cultural:

- *preservação*. [De preservar + ação.] S.f. 1. Ato ou efeito de preservar(-se). 2. Ação que visa garantir a integridade e a perenidade de algo, como p. ex., um bem cultural (q.v); salvaguarda.
- *conservação*. [Do lat. *conservatione*.] S.f. 1 Ato ou efeito de conservar(-se). 2. Arquit. Conjunto de medidas de caráter operacional — intervenções técnicas e científicas, periódicas ou permanentes — que visam a conter as deteriorações em seu início, e que em geral se fazem necessárias com relação às partes da edificação que carecem de renovação periódica, por serem mais vulneráveis aos agentes deletérios.
- *restauração*. [Do lat. tard. *restauratio* .] S.f. 1. Ato ou efeito de restaurar(-se); restauro. 2. Recuperação, restabelecimento, restauro. 3. Reparo, reparação, conserto, restauro. 4. Recuperação de forças; reconstituição; renovação; restauro. 5. Restabelecimento de uma situação histórica vivida anteriormente, quer pela recuperação da independência de uma nação, quer pela volta ao poder de um regime ou de uma dinastia. 6. Trabalho de recuperação feito em construção ou obra de arte parcialmente destruída. 7. Conjunto de intervenções técnicas e científicas, de caráter intensivo, que visam a garantir, no âmbito de uma metodologia crítico-estética, a perenidade dum patrimônio cultural. 8. Arquit. Conjunto de intervenções que visam ao restabelecimento total ou parcial de uma edificação a uma fase anterior (FERREIRA, 1999).

Na construção do pensamento preservacionista dos bens culturais, estas palavras mantêm alguns sentidos da sua essência etimológica, ao mesmo tempo que adquirem significados específicos e especializados. Não se pode desconsiderar que estes termos apresentam variações de sentidos dentro do próprio campo patrimonial, resultado não somente das inúmeras tipologias de bens culturais e características das instituições responsáveis pela sua salvaguarda, como também dos diferentes usos e apropriações por parte das várias categorias de atores sociais, não raro em situações de conflito e competição dentro do campo patrimonial.

Como se analisará com mais profundidade no próximo capítulo, as noções de conservação e de restauração contemporâneas estão relacionados a um determinado contexto do século XIX, quando iniciaram as primeiras discussões teóricas e conceituais da área. As duas propostas, que se confrontavam no século XIX — uma mais conservadora e outra mais intervencionista (CHOAY, 2001, p. 153) —, foram, ao longo do tempo, adquirindo nuances, tornando mais complexa a distinção dos limites entre conservação e restauração. Hoje em dia, a partir de uma mudança dos paradigmas em relação ao que se entendia ser a atividade de restauração, a tendência é considerar a conservação e a restauração como áreas integradas, complementares e interdependentes e, de forma nenhuma, excludentes (VACCARO, 1996a, p. 327).

No entanto, ainda permanecem ambiguidades sobre as fronteiras entre uma e outra, assim como sobre o sentido e significado dado a cada um dos termos, especialmente em situações de comunicação que envolvem distintas línguas e tradições, podendo-se citar, por exemplo, a prevalência do termo *conservação* nos países de tradição anglo-saxã e *restauração* nos países latinos. É a partir destas ambiguidades que surge uma proposta defendida por alguns de justapor as duas palavras — *conservação-restauração* — como solução para evitar a prevalência de um ou outro termo.

A necessidade de esclarecer os termos e conceitos a eles associados é recorrente nos textos de uma disciplina ainda em processo de estruturação. Na sequência, indicamos algumas publicações onde estas questões terminológicas aparecem, de forma a problematizar as divergências e opacidades que ainda persistem na área em relação aos seus termos fundamentais.

Na obra *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage* (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996), que reúne os textos históricos mais representativos e influentes no desenvolvimento do pensamento sobre a preservação do patrimônio cultural, a questão terminológica se impõe no início. Como foram traduzidos textos de várias origens e de distintas temporalidades para a língua inglesa, já no prefácio um dos organizadores necessita explicar as decisões sobre a terminologia adotada na tradução. Price (1996, p. 13) esclarece que a solução foi usar a palavra *conservação* quando estivesse sendo descrita práticas moderna e manter a palavra *restauração* quando esse fosse o termo usado nos textos relacionados com práticas anteriores, ou sempre que o texto exigisse particularmente.

Como cada texto dessa obra é precedido por uma introdução explicativa, as questões da terminologia são retomadas. Assim, acompanhar os argumentos da conservadora e arqueóloga francesa Marie Claude Berducou e da arqueóloga italiana Alessandra Melluco Vaccaro permite entender a complexidade da aplicação e uso destes termos.

Berducou explica o uso do termo *conservação* como prevalece nos países anglo saxões:

Conservação é quase sempre um termo genérico que designa todas as ações técnicas realizadas em um objeto e seu ambiente, a partir de pesquisas sobre o material original de que é composto até a conservação preventiva, incluindo, ao longo do caminho, a consolidação, a estabilização, e assim por diante. A palavra restauração é empregada de uma maneira restrita para designar operações em estrito alinhamento com a melhoria do que subsiste de um objeto, constituindo, por assim dizer, um momento específico e opcional da conservação como um todo. O conservador é geralmente a pessoa que assegura a execução de cada uma destas intervenções; a palavra restaurador está se tornando rara (sobretudo, por escrito), empregada ocasionalmente

na pintura de cavalete ou para indicar uma pessoa especializada no retoque e reintegração de lacunas (BERDUCOU, 1996, p. 254, tradução nossa).⁵¹

Por outro lado, os países latinos são mais inclinados a manter e redefinir o termo *restauração*. Berducou (1996, p. 253-254) cita, como exemplo, o texto *A Teoría del restauro*, no qual Cesare Brandi trabalha com o conceito de restauração muito próxima da ideia moderna de conservação.

Essa opção latina pelo uso do termo *restauración* também aparece na obra *Teoría contemporânea de la Restauración*, de Salvador Muñoz Viñas. O texto é considerado uma das discussões mais importantes e atualizadas sobre as mudanças de paradigmas na conservação e restauração. No primeiro capítulo da versão em língua espanhola — *Identidad y fundamentos de la Restauración* —, o autor inicia com uma nota preliminar para explicar suas opções de termos. Nas suas palavras:

Em espanhol, assim como em outros idiomas latinos, o termo restauração se emprega indistintamente para descrever tanto o conjunto de atividades próprias do restaurador (o que às vezes se denomina conservação e restauração — este é o sentido em que se emprega no título deste livro) como a restauração propriamente dita — quer dizer, como uma atividade própria do restaurador, porém oposta a outras, como a conservação ou a conservação preventiva (MUÑOZ VIÑAS, 2010b, p. 18, tradução nossa).⁵²

O autor concorda que estas circunstâncias produzem confusões porque nem sempre é possível distinguir com clareza em que sentido se está empregando a expressão. Esclarece que no seu livro optou por uma convenção similar adotada pela *European Confederation of Conservator-Restorers' Organisation* (ECCO) que, para evitar as ambiguidades, fala nos seus estatutos em *conservation-restoration*. No entanto, segundo Muñoz Viñas, por questões de eufonia e tradição, no seu livro, em lugar de empregar a expressão *conservación-restauración* para descrever o conjunto das atividades próprias do restaurador, simplesmente se empregará a expressão *Restauración*, com maiúscula inicial.

⁵¹ No texto original: *Conservation is almost always a generic term designating all of the technical actions carried out on an object and its environment, from research into the original material of which it is composed to preventive conservation, including, along the way, consolidation, stabilization, and so on. The word restoration is employed in a restricted manner to designate operations in strict alignment with the improvement of what subsists of an object, constituting, as it were, a specific and optional nomen in a conservation as a whole. The conservator is generally the person who ensures the execution of each of these interventions; the word restorer is becoming rare (above all in writing), employed occasionally in regard to easel painting or to signify a person specialized in the retouching and reintegration of lacunae.*

⁵² No texto original: *En español, y en otros idiomas latinos, el término restauración se emplea indistintamente para describir tanto el conjunto de actividades propias del restaurador (lo que a veces se ha denominado conservación y restauración — éste es el sentido en que se emplea en el título de este libro —) como la restauración propriamente dicha — es decir, como una actividade propia del restaurador pero opuesta a otras como la conservación o la conservación preventiva.*

Assim, quando a frase se refira à restauração em sentido amplo (isto é, como sinônimo de "conservação e restauração"), se escreverá *Restauração*, enquanto que quando se fale de *restauração* distinguindo-a de *conservação* e de outras operações similares, simplesmente se empregará o termo com a grafia habitual. O pequeno aborrecimento de tropeçar sobre essa letra maiúscula é mais do que compensado pela enorme quantidade de ambiguidades que são evitadas (MUÑOZ VIÑAS, 2010b, p. 18, tradução nossa).⁵³

Na verdade, a solução proposta pelo autor, ainda que tenha a intenção de resolver as ambiguidades, apenas reafirmou a tradição latina de uso e prevalência do termo *restauración*. É interessante notar que o autor publicou uma versão anterior deste livro em inglês, intitulado *Contemporary Theory of Conservation* (MUÑOZ VIÑAS, 2005). Ainda que neste texto o autor também apresente a questão dos termos da área, desde o título e ao longo do texto, ele usa o termo *conservation* com o sentido proposto para a *Restauración* na sua versão em espanhol. Esta situação é ilustrativa de como os termos apresentam variações e são adaptados às diferentes situações da comunicação, mesmo dentro de uma mesma área de especialidade.

Ao analisar o uso dos dois termos, Berducou questiona a apresentação de *conservação* e *restauração* como duas alternativas distintas e cita, como exemplo, a definição estabelecida por Paul Coremans⁵⁴ no texto *The Training of restorers*:

É essencial diferenciar entre as escolhas de conservação e restauração. Fundamentalmente, a conservação pode ser definida acima de tudo como uma operação visando prolongar a vida de um objeto pela prevenção, impedindo, por um período de tempo mais ou menos longo, sua deterioração natural ou acidental. Restauração, por outro lado, pode ser considerada uma operação cirúrgica, que compreende, em particular, a eliminação de adições posteriores e sua substituição por materiais de qualidade superior, em algumas ocasiões indo longe para reconstituir o que é chamado, incidentalmente, e de uma maneira um tanto incorreta, seu estado original (COREMANS, 1969 *apud* BERDUCOU, 1996, p. 253, tradução nossa).⁵⁵

⁵³ No texto original: *Así, cuando la frase se refiera a la restauración en sentido amplio (esto es, como sinónimo de "conservación y restauración"), se escribirá Restauración, mientras que cuando se hable de restauración distinguiéndola de conservación y otras operaciones similares simplemente se empleará el término con la grafía habitual. La pequeña molestia que supone tropezar con esa mayúscula se compensa sobradamente por la enorme cantidad de ambigüedades que se evitan.*

⁵⁴ Paul Coremans (1908-1965) teve uma atuação fundamental na preservação do patrimônio cultural mundial. O químico e conservador-restaurador belga participou ou influenciou a fundação de instituições importantes, como: *Institute Royal du Patrimoine Artistique* (1957); IIC – *International Institute for Conservation of Historic and Artistic* (1950); ICCROM – *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (1959); ICOMOS – *International Council on Monuments and Sites* (1964). Também participou de numerosas missões de treinamento pelo ICCROM e UNESCO (THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE, 1996, p. 474). Coremans veio ao Brasil em 1964, em uma missão da UNESCO para visitar instituições, analisar a situação do patrimônio histórico e artístico brasileiro e estabelecer cooperações técnicas (LEAL, 2011).

⁵⁵ No texto original: *It is essential to differentiate between conservation and restoration. Fundamentally, conservation may be defined as an operation aiming above all to prolong the life of an object by preventing, for a more or less long period of time, its natural or accidental deterioration. Restoration, on the other*

Berducou (1996, p. 253) argumenta que este tipo de definição que opõe os dois termos já não tem apoio unânime e que, na verdade, o significado de *conservação* e *restauração* variam consideravelmente entre diferentes autores e países, podendo-se apontar infinitas afirmações, por vezes contraditórias.

Ao analisar as relações entre os termos *conservation* e *restoration* e também se referindo às definições estabelecidas por Paul Coremans, Vaccaro (1996a, p. 326) argumenta que esta distinção não parece ser satisfatória, uma vez que a fronteira entre os dois campos e os dois tipos de procedimentos não é tão clara, considerando que existe uma estreita interdependência entre eles e, ainda, que um campo impõe suas condições ao outro.

Para Berducou (1996, p. 253), essas contradições entre as palavras apontam menos para comportamentos opostos em relação aos tratamentos aplicados aos bens culturais do que para uma dificuldade comum, resolvida diferentemente por cada um. A dificuldade, segundo a arqueóloga, seria como reconciliar a palavra *restauração*, antiga e carregada de história, com as novas exigências relacionadas com os bens culturais e que são, indubitavelmente, melhor servidas pela palavra mais moderna *conservação*.

A junção das duas palavras — *conservação-restauração* coloca-se como possibilidade para resolver esta ambiguidade. Essa solução já apareceu na definição do título do profissional — *conservador-restaurador* —, que foi proposta pelo ICOM em 1984 (ICOM, 1984). De acordo com Berducou (1996, p. 253), colocar os dois termos lado a lado implica em aproximar a conservação, no sentido mais amplo, com a restauração, no sentido restrito, em conformidade com a visão anglo-saxã. A vantagem seria de esclarecer certas ambiguidades e facilitar a tradução de uma língua para outra sem muito mal-entendido, ao contrário do seu uso em separado. No entanto, esta forma não é um consenso e, como veremos adiante, aparentemente os termos coligados não teriam uma aceitação por parte do grande público, não sendo tampouco bem assimilado pelos próprios conservadores-restauradores.⁵⁶

Por sua vez, *preservação* e *conservação*, apesar de com frequência serem usados como sinônimos, são termos com um sentido diferenciado. Matero (2000, p. 2-3) afirma que em certos lugares, incluindo os Estados Unidos, os termos *preservação* e *conservação* entraram na linguagem profissional como conceitos distintos. Para esse autor a definição de *preservação* é explícita e exclusivamente relacionada com a noção de se manter o *status quo*, ou então, os meios pelos quais a forma, a integridade

hand, may rather be considered a surgical operation comprising in particular the elimination of later additions and their replacement with superior materials, going on occasion as far as to reconstitute what is called — incidentally, in a somewhat incorrect manner — its original state.

⁵⁶ O termo que define o profissional com a junção das duas palavras — *conservador-restaurador* — tampouco é assumido pelos profissionais, sendo mais frequente no Brasil o uso dos termos *restaurador* ou *conservador*.

e os materiais existentes de uma obra ou local são mantidos e a deterioração é retardada. A *conservação*, no mesmo contexto, significa todo o espectro de tecnologia aplicada à salvaguarda do patrimônio cultural.

Para este autor, os dois termos têm como objetivo fundamental a proteção e transmissão do patrimônio cultural. No entanto, enquanto a *preservação* procura salvaguardar, e justifica-se pela manutenção do estado físico existente — ou pelo menos a ilusão de não haver mudança —, a *conservação*, em seu sentido mais amplamente usado, procura estabelecer uma continuidade através da mudança controlada. Ambas mantêm o contato com o passado através da identificação, transmissão e proteção daquilo que é considerado culturalmente valioso. Ainda segundo Matero, estas diferenças de abordagem podem ser explicadas parcialmente em resposta a atitudes negativas em relação às antigas restaurações na Europa e América do Norte, que, pelos padrões de hoje, alteraram a integridade e autenticidade material de obras com valor histórico e cultural. O autor defende que as duas definições dependem uma da outra para ter um significado e que uma compreensão clara de seu uso é fundamental (MATERO, 2000, p. 3).

A norte-americana Pamela Darling, uma reconhecida especialista em preservação de acervos de bibliotecas, escreveu, ainda em 1985, um pequeno texto intitulado *Conservation vs Preservation*, como resposta a um questionamento por ela usar o termo *preservation* nas suas comunicações em eventos. Darling reconhece que existe uma certa confusão sobre esses termos, que muitas vezes são usados como sinônimos. Mas entende que o termo *conservation* está relacionado com o tratamento físico e individual de itens de um acervo, sendo isso mais pertinente aos museus. No entanto, no universo das bibliotecas o termo *preservation* tem um sentido mais amplo, que engloba todas as ações que servem para prolongar a vida útil dos materiais e/ou o seu conteúdo informacional, e inclui os cuidados preventivos, a substituição de itens e a reformatação como, por exemplo, a microfilmagem (DARLING, 1985).

As explicações de Darling apontam para as diferentes acepções de um mesmo termo nas várias áreas de conhecimento que integram o campo patrimonial. Observamos que em museus, arquivos e bibliotecas os mesmos termos apresentam variações de sentidos, resultado, em grande parte, das especificidades das suas missões e características dos seus acervos.

Ainda dentro do universo dos acervos documentais, que é de maior interesse para a nossa pesquisa, o documento da UNESCO elaborado em 2002 com as diretrizes para o Programa Memória do Mundo⁵⁷, estabelece a definição similar ao que defendia

⁵⁷ O Programa Memória do Mundo foi criado pela UNESCO em 1992, é um projeto internacional, com uma secretaria central, comitês internacionais regionais e nacionais, associados aos setores governamentais, profissionais e empresariais, o que lhe permite manter uma perspectiva global que abrange todos os países e povos. Os objetivos do Programa são: 1) Facilitar a preservação do patrimônio documental mun-

Darling nos anos 1980. Consta no documento sobre o Programa da UNESCO Memória do Mundo que

a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente — para sempre — do patrimônio documental. Compreende a conservação, que é o conjunto de medidas precisas para evitar uma deterioração ulterior do documento original e que requerem uma intervenção técnica mínima (UNESCO, 2002).

De fato, nos domínios das bibliotecas e arquivos, o termo *preservação* integra os aspectos gerenciais dos acervos. Feather (1996, p. 2), um dos mais influentes teóricos no âmbito das bibliotecas na Inglaterra, estabelece que a preservação é um dos aspectos da administração das bibliotecas, cujo objetivo é assegurar a sobrevivência das informações de forma acessível, pelo maior tempo possível.

O norte-americano Paul Conway detalha as atividades de preservação, também associadas com o gerenciamento das instituições e de seus acervos:

Houve uma época em que defensores da proteção dos artefatos culturais, incluindo livros, fontes documentais primárias e objetos de museu, utilizaram os termos “preservação” e “conservação” reciprocamente. Hoje é uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. **Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos a fim de que venham a impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de utilização de um seletivo grupo de materiais** (CONWAY, 2001, p. 14, grifo nosso).

Ao discutir o conceito de preservação no âmbito dos acervos dos arquivos no Brasil, Hollós também segue o pensamento preservacionista dos autores alinhados com a tradição anglo-saxã e norte-americana, e propõe que a preservação

deve ser entendida como uma atividade multidisciplinar, responsável pela gestão e administração de recursos financeiros, humanos e materiais, dedicados a garantir a integridade física dos objetos, aumentando sua durabilidade e acesso às gerações presentes e futuras. Ela também é definida em função de suas ações diretas e indiretas sobre o acervo e sobre o ambiente que o contém, cujo objetivo visa garantir o mínimo de alterações físicas e químicas ao longo da sua existência (HOLLÓS, 2006, p. 39).

Já o termo *conservação preventiva*, aparentemente, apresenta-se com uma maior unanimidade e aceitação dentro das várias áreas do campo patrimonial. Contudo, é possível identificar alguns questionamentos sobre este termo. Muñoz Viñas (2010b, p. 23), por exemplo, ao discutir os termos da área, defende que não existe nenhuma

dial mediante as técnicas mais adequadas; 2) Facilitar o acesso universal ao patrimônio documental; 3) Criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e da importância do patrimônio documental (UNESCO, 2002, p. 9-10).

conservação que não seja preventiva e, por isso, trata-se de uma denominação enganosa, sendo mais próprio falar em *conservação periférica* ou *conservação ambiental*. Nas suas palavras:

Dentro da conservação existe um ramo específico que adquiriu reconhecimento próprio, e que em países de língua latina se tem denominado de conservação preventiva. Esta é uma expressão especialmente infeliz, porque não existe nenhuma conservação não preventiva; toda atividade de conservação tenta manter o bem em seu estado atual, evitando danos subsequentes. Na realidade, o que distingue esta atividade do restante da conservação não são seus fins, mas os seus métodos de atuação: a conservação preventiva inclui exclusivamente aquelas atividades de conservação nas quais não se intervêm diretamente sobre aquilo que se conserva, mas sobre as suas circunstâncias ambientais (MUÑOZ VIÑAS, 2010b, p. 23, tradução nossa).⁵⁸

Observamos que dentre os vários autores citados, não existe uma concordância sobre os termos que definem a área e suas especialidades. Esta polissemia dos termos, natural das línguas, também é resultante de diferentes tradições, contextos sociais e históricos, que prevalecem nas diversas instituições e tipologia de acervos. Contudo, ela passa a se constituir em uma questão a ser resolvida quando interfere nos processos de comunicação, seja entre os profissionais, com outros agentes que atuam no campo patrimonial ou com o público em geral. É este tipo de problema de comunicação que justifica os membros do ICOM-CC terem elaborado uma resolução, intitulada *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*⁵⁹, divulgada em 2008, contendo a definição dos termos em inglês *conservation*, *remedial conservation*, *preventive conservation* e *restoration*. No próximo tópico esta resolução é analisada, uma vez que o seu processo de elaboração permite identificar algumas características e discussões importantes da área.

3.2 Os termos propostos pelo ICOM-CC

Em 2006, a partir de uma necessidade interna em estabelecer alguns termos da área, a diretoria do ICOM-CC definiu uma força tarefa para estudar a questão dos

⁵⁸ No texto original: *Dentro de la conservación existe una rama específica que ha adquirido carta de [sic, certa] naturaleza propia, y que en países de habla latina se ha denominado la conservación preventiva. Es ésta una expresión especialmente desafortunada, porque no existe ninguna conservación no preventiva; toda actividade de conservación intenta mantener el bien en su estado actual, evitando daños ulteriores. En realidad, lo que distingue a esta actividade del resto de la conservación no son sus fines, sino sus métodos de actuación: la conservación preventiva incluye exclusivamente aquellas actividades de conservación en las que no se interviene directamente sobre aquello que se conserva, sino sobre sus circunstancias ambientales.*

⁵⁹ A resolução do ICOM-CC aborda especificamente a categoria dos *bens culturais tangíveis*, também definidos como *bens culturais materiais*. Como se viu no capítulo anterior, a partir do redimensionamento da noção de patrimônio, a UNESCO estabeleceu em 2003 as categorias dos *bens culturais intangíveis* ou *bens culturais imateriais*, que estão relacionados às práticas, representações e expressões culturais, etc.

termos considerados essenciais. Gaël de Guichen, que assumiu a coordenação do grupo de trabalho, afirmou, naquele momento, que a motivação para o estudo dos termos residia no crescimento da comunidade profissional e na ampliação do número de profissões e de diferentes culturas associadas ao ICOM. Ele apontou ainda para a multiplicação dos termos considerados o cerne da profissão, os quais estariam causando confusão e mal-entendidos. Decidiu-se, portanto, que era tempo de tomar uma posição e adotar uma terminologia simples, consistente e confiável que pudesse ser usada pelos membros do ICOM e por toda a comunidade de profissionais que trabalham com patrimônio cultural (GUICHEN, 2007, p. 8).

O grupo de trabalho, formado por integrantes de vários países e origens, inicialmente elaborou um documento que foi apresentado no encontro do Conselho Diretor em Paris, em outubro de 2007. Após os comentários do Conselho, o texto foi enviado para todos os coordenadores dos grupos de trabalho que conformam a estrutura do ICOM-CC. Após sucessivas revisões, a versão final da resolução intitulada *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage* (ICOM-CC, 2008d) foi submetida à aprovação da Assembleia Geral da Conferência Trienal do ICOM-CC, ocorrida em Nova Deli em setembro de 2008. O documento final, originalmente elaborado em inglês, também foi traduzido para o espanhol (ICOM-CC, 2008b) e para o francês (ICOM-CC, 2008c), as duas outras línguas oficiais desta instituição. Concomitantemente o ICOM-CC divulgou um texto com o título *Commentary on the ICOM-CC Resolution on Terminology for Conservation* (ICOM-CC, 2008a), onde se explica o processo que resultou na proposta final da definição dos termos.

A terminologia em questão foi elaborada pelos especialistas da área, seguindo uma metodologia baseada na compilação dos termos e na consulta aos membros do próprio ICOM-CC para avaliar a sua pertinência. Não houve, portanto, a aplicação de uma metodologia própria dos estudiosos da Terminologia ou de linguistas. No entanto, verificamos que a proposta se alinha sob vários aspectos com as tendências contemporâneas em discussão na disciplina de Terminologia.

De início, ao analisar a proposta de terminologia do ICOM-CC percebemos que, assim como nos estudos da área de Terminologia, prevalece uma questão pragmática, voltada para necessidades reais de comunicação. Nesse sentido, consta na resolução que

O ICOM-CC, que representa através do ICOM uma ampla rede profissional internacional, vê a necessidade de uma terminologia clara e consistente, para facilitar a comunicação entre seus membros, entre os membros do ICOM, entre a comunidade profissional do patrimônio mundial e com o público em geral (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa).⁶⁰

⁶⁰ No texto original: *ICOM-CC, which represents through ICOM a wide international professional network, in order to facilitate communication amongst its membership, the ICOM membership, the world heritage*

Neste mesmo documento explicita-se a motivação dos membros do ICOM-CC para produzir uma terminologia, indicada nos seguintes pontos:

- nossa comunidade profissional tem crescido significativamente no tamanho e na diversidade de profissões e culturas representadas;
- o público tornou-se cada vez mais um protagonista essencial para salvaguardar o patrimônio cultural comum;
- por vezes tem havido uma multiplicação desordenada da terminologia, resultando em confusão e mal entendidos (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa).⁶¹

As motivações apontam para o processo de globalização e expansão de fronteiras, características marcantes da sociedade contemporânea — que no caso do ICOM se expressa pelo crescimento da comunidade profissional que congrega —, assim como nas diversidades culturais ali representadas. Como se mostrou no capítulo anterior, a área de patrimônio passou nas últimas décadas por significativas expansões, não somente em relação aos objetos a serem preservados como, também, aos agentes que atuam no campo. Vale ressaltar nos documentos do ICOM-CC o interesse na comunicação com o público em geral. O movimento para a inserção do público nas discussões patrimoniais é uma questão fundamental para a área, o que implica necessariamente em um compartilhamento mais democrático de terminologias, para além dos interesses dos especialistas.

Na justificativa para a necessidade de uma terminologia, o documento do ICOM-CC indica como um problema fundamental a multiplicação desordenada dos termos. Assim, a polissemia e a questão da variação dos termos, presente nas trocas reais da linguagem, se coloca.

No Boletim publicado em 2007, Guichen (2007, p. 8) apresenta uma lista com dezesseis exemplos de termos encontrados regularmente nas publicações da área e questiona se esses diferentes termos se referem a diferentes ações. O documento final do ICOM-CC amplia a lista para vinte e uma variações, seguida de um “etc.”, indicando que a lista poderia ser mais extensa. Os termos listados são os seguintes: *non-interventive conservation, indirect conservation, passive conservation, collection care, preservation, preventative conservation, maintenance, indirect preservation, active conservation, conservation, direct conservation, interventive conservation, remedial conservation, curative conservation, stabilization, treatment, direct preservation, repair, rehabilitation, renovation, conservation-restoration* (ICOM-CC, 2008d).

⁶¹ *professional community, and with the general public, sees the need for a clear and consistent terminology.*
No texto original:

- *our professional community has grown significantly in size and in the variety of professions and cultures represented;*
- *the public has increasingly become an essential partner in safeguarding our shared cultural heritage;*
- *there has been a sometimes haphazard multiplication of terminology, resulting in confusion and misunderstanding.*

Ainda que a multiplicação desordenada dos termos seja um dos argumentos para a elaboração de uma resolução, os documentos finais esclarecem que não se tem uma intenção prescritivista e nem de reformulação dos princípios de conservação já estabelecidos. De acordo com o texto:

Não é nossa intenção interferir nas terminologias locais de conservação já em uso em muitos países, algumas das quais claramente definidas em um código nacional de ética profissional. Também não é nossa intenção ser prescritivos, ou re-formular princípios da conservação (ICOM-CC, 2008a, tradução nossa).⁶²

A proposta também não pretende ser definitiva, pois, como consta ao final do documento com os comentários, aceita-se que a terminologia adotada na resolução vai evoluir e mudar no futuro, de acordo com as necessidades da comunidade profissional de se adaptar às mudanças nas abordagens de salvaguarda cultural do patrimônio em distintas culturas (ICOM-CC, 2008a). Observamos que a resolução do ICOM-CC, ainda que não tenha sido elaborada por especialistas do campo da Terminologia, alinha-se com uma proposta de estudos terminológicos que considera a realidade sociocultural do uso dos termos e aceita as variações e atualizações, conforme o referencial teórico adotado nesta pesquisa e que será discutido no quarto capítulo.

Ao final, a resolução do ICOM-CC, na sua versão em inglês, estabeleceu o termo hiperônimo *conservation*, que tem uma aceção mais ampla e abrangente, ao qual estão ligados três termos hipônimos, com sentidos mais específicos⁶³: *preventive conservation*, *remedial conservation* e *restoration*.⁶⁴

Para estabelecer os termos foram utilizados critérios, que se distinguem entre si pelos diferentes objetivos das medidas e ações que são aplicadas aos bens culturais tangíveis. No documento com os comentários, explica-se que as ações e medidas de *conservação* são identificadas e organizadas de acordo com quatro critérios básicos:

- seus objetivos, isto é, se as ações e medidas são direcionadas à deterioração futura, deterioração atual ou deterioração passada;
- seu impacto no material e estrutura do bem cultural, isto é, se ele é direto ou indireto;
- se pode ser aplicado em apenas um bem cultural de cada vez ou a um grupo de bens;

⁶² No texto original: *It is not our intention to interfere with the local conservation terminologies already in use in many countries, some of which are clearly defined in a national professional code of ethics. It is also not our intention to be prescriptive, or to re-formulate conservation principles.*

⁶³ Na Semântica, que estuda os significados das palavras, as relações estabelecidas entre hiperônimo e hipônimo indicam um sentido mais genérico e abrangente para o primeiro, e um sentido mais específico para o segundo.

⁶⁴ Na tradução para o espanhol: *conservación, conservación preventiva, conservación curativa e restauración*. Em francês: *conservation-restauration, conservation preventive, conservation curative e restauration*. Como não se tem uma tradução oficial para o português do Brasil, em uma tradução livre, optamos por uma aproximação com o espanhol: *conservação, conservação preventiva, conservação curativa, restauração*.

- se os seus resultados podem ser vistos ou não no bem cultural, isto é, se modificam sua aparência ou não (ICOM-CC, 2008a, tradução nossa).⁶⁵

A aplicação desses critérios resultou nas definições estabelecidas na resolução, que assim define o termo hiperônimo *conservation*:

Conservação — todas aquelas medidas ou ações que tenham como objetivo a salvaguarda do patrimônio cultural tangível, assegurando sua acessibilidade às gerações presentes e futuras. A conservação compreende a conservação preventiva, a conservação curativa e a restauração. Todas estas medidas e ações deverão respeitar o significado e as propriedades físicas do bem cultural em questão (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa).⁶⁶

Por sua vez, sob o termo indicado como “guarda-chuva”⁶⁷ (hiperônimo) na resolução estão os seguintes termos, com suas respectivas definições:

- **conservação preventiva** — todas aquelas medidas e ações que tenham como objetivo evitar ou minimizar futuras deteriorações ou perdas. Se realizam sobre o contexto ou na área circundante ao bem, ou mais frequentemente, um grupo de bens, sem ter em conta sua idade ou condição. Estas medidas e ações são indiretas — não interferem nos materiais e nas estruturas dos bens. Não modificam sua aparência.
- **conservação curativa** — todas aquelas ações aplicadas de maneira direta sobre um grupo de bens culturais que tenham como objetivo deter os processos prejudiciais presentes ou reforçar sua estrutura. Estas ações somente se realizam quando os bens se encontram em um estado de fragilidade notável ou estão se deteriorando a um ritmo elevado, de forma que poderiam perder-se em um tempo relativamente curto. Estas ações às vezes modificam o aspecto dos bens.
- **restauração** — todas aquelas ações aplicadas de maneira direta em um bem individual e estável, que tenham como objetivo facilitar sua apreciação, compreensão e uso. Estas ações somente se realizam quando o bem tenha perdido uma parte de seu significado ou função através de uma alteração ou de uma deterioração passadas. Se baseia no respeito ao material original. Na maioria dos casos estas ações modificam o aspecto do bem (ICOM-CC, 2008d, tradução nossa).⁶⁸

⁶⁵ No texto original:

a) *their aims, i.e. whether they address future deterioration, current deterioration, or past deterioration;*
b) *their impact on the materials and structure of cultural heritage items, i.e. whether they are direct or indirect;*
c) *whether they can be applied to only one cultural heritage item at a time or to a group of items;*
d) *whether their results can be seen or not on the cultural heritage items (i.e., whether they “modify their appearance” or not);*

⁶⁶ No texto original:

Conservation — all measures and actions aimed at safeguarding tangible cultural heritage while ensuring its accessibility to present and future generations. Conservation embraces preventive conservation, remedial conservation and restoration. All measures and actions should respect the significance and the physical properties of the cultural heritage item.

⁶⁷ No texto original, *umbrella term*. É frequente na literatura da área a metáfora do termo *guarda-chuva*, designando o hiperônimo.

⁶⁸ No texto: original:

- **Preventive conservation** - *all measures and actions aimed at avoiding and minimizing future deterioration or loss. They are carried out within the context or on the surroundings of an item, but more often a group of items, whatever their age and condition. These measures and actions are indirect – they do not*

As definições são seguidas de exemplos, com o objetivo de deixá-las mais compreensíveis. A proposta foi delinear frases curtas e sem termos ambíguos, para que fossem acessíveis ao grande público.

Ao estabelecer os termos e suas definições, foram feitas escolhas a partir da polissemia de termos já indicada antes e, naturalmente, apareceram conflitos. No documento do ICOM-CC (2008a) com os comentários estas questões são explicitadas, permitindo apreender algumas características da área a partir da inclusão ou exclusão dos termos, dos motivos para as escolhas terminológicas e também das traduções para o francês e espanhol, feitas pelo grupo de trabalho do ICOM-CC.

No referido documento explica-se que os termos *preventive conservation* e *restoration* não geraram muita discussão durante o processo de consulta. Ainda que o texto indique que as fronteiras entre cada uma das ações definidas na resolução por vezes se sobreponham, parece que a comunidade profissional já tem um entendimento comum sobre a abrangência dos conceitos de conservação preventiva e restauração. Talvez a clareza seja possível porque marcam os extremos das ações em relação ao patrimônio: a primeira está relacionada às ações a serem aplicadas preventivamente, para evitar os processos de deterioração dos bens. A segunda refere-se ao momento em que o dano já se concretizou e as ações são voltadas para a recuperação de algo que se perdeu.

Ainda de acordo com o documento, houve desacordo em relação aos termos *curative conservation* e *remedial conservation*. A polêmica em torno desses termos, de acordo com os argumentos, é a seguinte: em inglês o termo *curative conservation* raramente é usado; é muito próximo da palavra curador (o profissional de museus que cuida da curadoria de exposições), gerando interpretações equivocadas sobre a função de cada um desses profissionais. Além disto, a palavra dá uma ideia que se pode retornar o objeto uma condição física ideal (ICOM-CC, 2008a).

Depreendemos no debate sobre a escolha do termo uma demarcação sutil de um espaço de trabalho, para que não se confunda com a atuação de outros especialistas muito próximos dos conservadores-restauradores. Também aponta para questões conceituais e teóricas importantes da área, relacionadas, por exemplo, com a rejeição aos tratamentos que buscam um retorno a um suposto estado original dos objetos,

interfere with the materials and structures of the items. They do not modify their appearance.

- **Remedial conservation** - *all actions directly applied to an item or a group of items aimed at arresting current damaging processes or reinforcing their structure. These actions are only carried out when the items are in such a fragile condition or deteriorating at such a rate, that they could be lost in a relatively short time. These actions sometimes modify the appearance of the items.*

- **Restoration** – *all actions directly applied to a single and stable item aimed at facilitating its appreciation, understanding and use. These actions are only carried out when the item has lost part of its significance or function through past alteration or deterioration. They are based on respect for the original material. Most often such actions modify the appearance of the item.*

posição fortemente questionada nas teorias contemporâneas da Conservação.

As alternativas colocadas eram: *interventive conservation*, *stabilization* e *remedial conservation*. As duas primeiras foram excluídas porque não se aplicavam aos critérios de ações e medidas usados para estabelecer as definições, sendo muito similares, uma às ações da restauração, e outra, às ações e medidas de conservação preventiva.

A opção foi por *remedial conservation*, pelas seguintes condições: 1) é uma palavra bem conhecida na língua inglesa e dá a ideia de que a ação é para deter um processo prejudicial atual ou para melhorar o estado de conservação; 2) embora o termo, conforme o Dicionário Webster, também esteja perto do campo de saúde humana, ele representaria mais a ideia de corrigir uma situação, do que a de resolvê-la (ICOM-CC, 2008a).⁶⁹

No entanto, definiu-se que na tradução para o francês seria utilizado o termo *conservation curative* e para o espanhol, *conservación curativa*. Nos comentários não constam explicações para as escolhas dos termos para a tradução, mas entende-se que se manteve o termo mais usual nas respectivas línguas.

Nessa parte dos comentários sobre o uso da palavra *curative* ou *remedial*, percebemos nas entrelinhas uma resistência à associação com a área de Saúde. É um dado significativo, uma vez que são recorrentes na área as referências aos tratamentos dos bens culturais como se fossem “pacientes”, assim como a associação das habilidades exigidas do conservador-restaurador com as de um cirurgião ou de um médico. Observamos nestas discussões como os termos servem para marcar posições sobre a forma como se quer que as ações de conservação e de restauração sejam vistas ou percebidas socialmente. Ou seja, os termos funcionam como marcadores identitários. Neste caso, eles estão relacionados com uma identidade profissional.

A outra divergência apontada no documento foi em relação ao termo hiperônimo *conservation*. O documento informa que o grupo de estudo considerou o termo *conservation-restoration*, havendo argumentos positivos e negativos que justificariam sua adoção.

Dos argumentos a favor, o documento aponta que o termo *conservation-restoration* foi adotado pela ECCO. Também estaria em conformidade com o documento do ICOM-CC que definiu a profissão de conservador-restaurador em 1984. A junção das duas palavras mostraria que as ações de conservação e de restauração estão intrinsecamente ligadas. Considerou-se, no entanto, que se trata apenas de um compromisso histórico em relação à denominação dada à profissão. No documento argumenta-se

⁶⁹ No original: *Although the term is also close to the human health field, as per the Webster dictionary, it gives the idea of correcting a situation rather than solving it* (ICOM-CC, 2008a).

que o termo é um pouco desajeitado e pesado, não amigável e que, portanto, não facilita a comunicação com os não profissionais, tais como jornalistas ou o público (ICOM-CC, 2008a).

Sobre o termo *conservation*, argumentou-se que, apesar de não ser usado como uma palavra autônoma em francês — e possivelmente em outras línguas latinas — e de não incluir intuitivamente a restauração, já é amplamente usado na língua inglesa como um termo “guarda-chuva”. Citam-se como exemplos as várias instituições que adotam o termo com esse sentido: *American Institute for Conservation* (AIC), *The Getty Conservation Institute* (GCI), *International Institute for Conservation of Historic and Artistic Works* (IIC), *Canadian Conservation Institute* (CCI), além do próprio ICOM-CC. Acrescenta-se que *conservation* também é o termo que está sendo adotado nos trabalhos do *European Committee for Normalization* — CEN T/C 346 *Conservation of Cultural Property*⁷⁰. Finalmente, um ponto importante a destacar: no processo de consulta aos componentes dos grupos de trabalho do ICOM-CC este foi o termo que obteve maior aprovação (ICOM-CC, 2008a).

Contudo, apesar dos argumentos apresentados, para fins de tradução adotou-se o *conservation-restauration* no francês e, no espanhol, *conservación*. Aqui cabe notar que nas discussões do ICOM-CC sobre terminologia ignorou-se o termo *preservation* como termo hiperônimo. Como mostramos antes, este termo tem um sentido específico entre os profissionais das bibliotecas e arquivos. Retomamos essa discussão à frente.

No documento com os comentários, ao explicitar o processo de escolhas, percebemos que se buscou uma harmonização dos termos, considerando-se, inclusive, as variações nas duas línguas oficiais do ICOM, o francês e o espanhol. No entanto, a prevalência é do termo usado na língua inglesa. Cabe ainda ressaltar novamente a preocupação com o uso de um termo que facilite a comunicação com o público, sendo esse um dos motivos, mas não o único, para a exclusão do termo *conservation-restoration*.

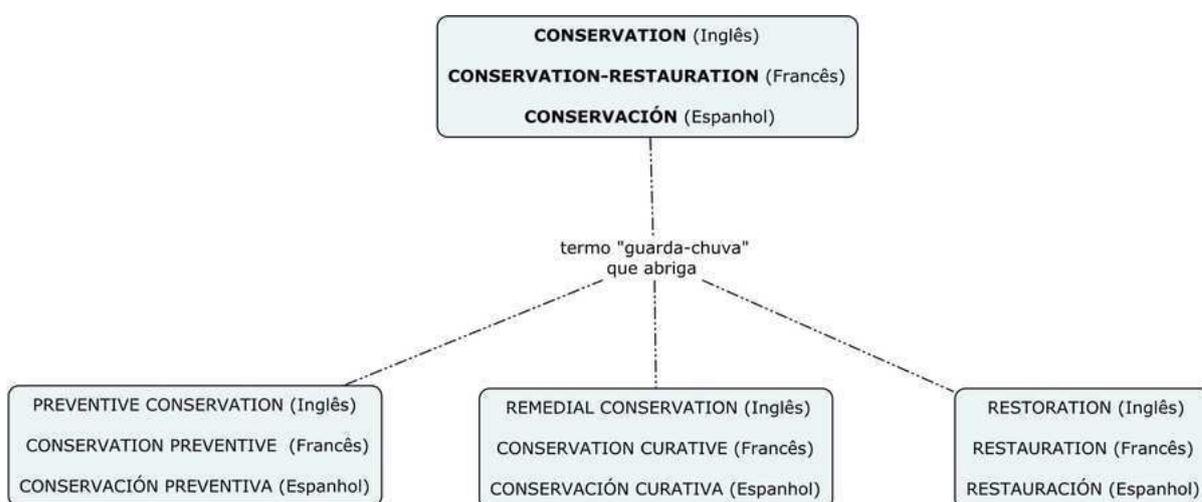
Ainda que a resolução do ICOM-CC não tenha uma proposta prescritivista e normativa, não se pode ignorar a autoridade da instituição, a partir da qual a terminologia tende a se impor. Depois de um período de oito anos, desde que a resolução foi aprovada, caberia um estudo para avaliar se a terminologia proposta na resolução foi assimilada pelos membros da comunidade internacional de conservadores-restauradores

⁷⁰ Em 2001 o organismo de normalização italiano (UNI) apresentou um pedido ao Comité Europeu de Normalização (CEN) para criar um novo Comité Técnico sobre a conservação de bens culturais. O CEN/C 346 tem como escopo a caracterização de materiais, processos, práticas, metodologias e documentação de conservação do patrimônio cultural tangível para sustentar a sua preservação, proteção e manutenção e realçar o seu valor. Inclui a caracterização de processos de deterioração, das condições ambientais para o patrimônio cultural, dos produtos e tecnologias utilizados no planejamento e implementação da conservação, restauração, reparo e manutenção (CEN - EUROPEAN COMMITTEE FOR STANDARDIZATION, 2018).

e também pelos demais profissionais que atuam com campo do patrimônio cultural. Tal estudo possibilitaria entender melhor a circulação e apropriação dos termos propostos pelo ICOM-CC.

Para sintetizar os resultados sobre as discussões terminológicas feitas no cenário comunicativo do ICOM-CC, apresentamos na Fig. 5, na forma de um mapa conceitual⁷¹, a estrutura definida na resolução *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*, incluindo os termos estabelecidos no inglês, francês e espanhol.

Figura 5 – Termos definidos na Resolução do ICOM-CC



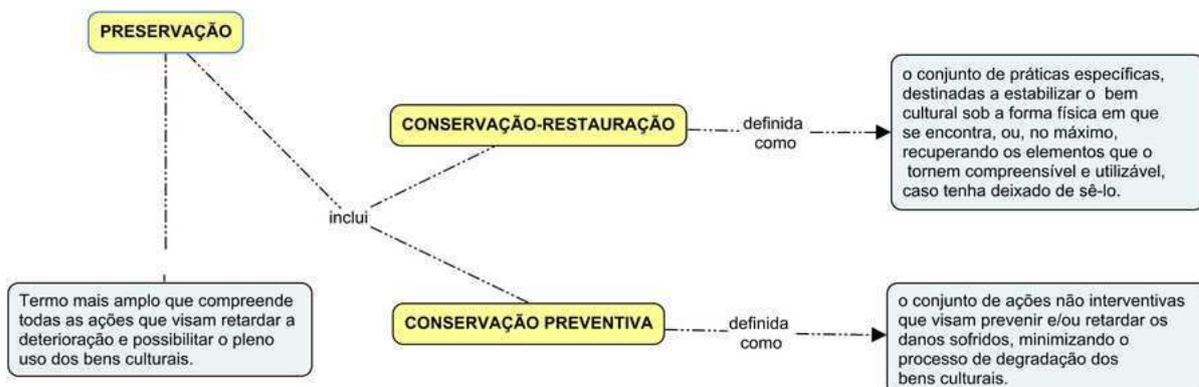
Fonte: Elaborada pela autora

3.3 Os termos usados pelos conservadores-restauradores brasileiros

Para fins de comparação com a estrutura dos termos propostas pelo ICOM-CC, apresentamos na Fig. 6 a estrutura dos termos, com suas respectivas definições, que constam no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores Brasileiros, que estabeleceu os termos *preservação*, *conservação-restauração* e *conservação preventiva* como os termos principais da área (CÓDIGO. . . , 2005). Trata-se de um documento importante, uma vez que define os princípios éticos a serem seguidos pelos profissionais que atuam na conservação e restauração de bens culturais no Brasil.

⁷¹ No capítulo quatro discutiremos os mapas conceituais como uma ferramenta interessante para organizar e apresentar informações, especialmente dentro dos estudos terminológicos.

Figura 6 – Termos estabelecidos no Código de Ética dos Conservadores-Restauradores do Brasil



Fonte: Elaborada pela autora

Neste documento, elaborado por representantes de várias instituições brasileiras, observamos que o termo *preservação*, que não aparece na proposta de terminologia do ICOM-CC, é o termo hiperônimo. Na relação de hiponímia estão os termos *conservação-restauração* e *conservação preventiva*. A opção foi pela junção dos termos *conservação-restauração*, tal qual a tradução para o francês na Resolução do ICOM-CC. No entanto, no francês, este é o termo hiperônimo.

Contudo, ao fazermos um estudo terminológico mais aprofundado, identificamos que os termos propostos no Código de Ética não foram necessariamente adotados pelos profissionais brasileiros. Em artigo nosso (BOJANOSKI; MICHELON; BEVILACQUA, 2017), publicado no processo do desenvolvimento da pesquisa, foi realizado um estudo terminológico pontual em relação a alguns termos da área. Para fins da discussão realizada neste capítulo, apresentamos na Tab. 1 a síntese dos resultados discutidos no artigo, com as frequências e pontuações identificados em relação aos termos fundamentais da área.⁷²

⁷² No artigo, publicado na Revista Calisdocópio, mostra-se os resultados do estudo terminológico pontual realizado no *corpus* conformado pelas comunicações dos eventos da ABRACOR no período de 1988 a 2009 e que foram publicadas na forma de anais. Os números referentes à frequência e pontuação foram obtidos com uma ferramenta usada em análises terminológicas denominada TermoStat. A metodologia adotada, assim como o funcionamento e aplicação das ferramentas terminológicas serão discutidas no quarto capítulo.

Tabela 1 – Termos identificados no *corpus* de estudo dos anais da ABRACOR

Termo	Frequência	Pontuação
<i>conservação</i>	2376	140.38
<i>restauração</i>	1743	125.21
<i>preservação</i>	1474	112.13
<i>restauro</i>	444	56.51
<i>conservação preventiva</i>	168	39.78
<i>conservação-restauração</i>	69	25.38
<i>conservação curativa</i>	1	–

Fonte: Elaborada pela autora

No estudo realizado buscamos identificar no *corpus* dos Anais da ABRACOR os termos propostos pelo ICOM-CC e pelo Código de Ética dos conservadores-restauradores brasileiros. Considerando a lista de termos gerada no estudo, o termo *conservação* aparece em primeiro lugar (pontuação 140.38), seguido de *restauração* (pontuação 125.21). O termo *preservação* aparece em quinto lugar (pontuação 112.13). Também se identificou o termo *restauro*⁷³, uma variação de *restauração*, que aparece em 42º lugar (pontuação 56.51). O termo *conservação preventiva*, por sua vez, só aparece na lista em 105º lugar (pontuação 39.78). O termo que conjuga as palavras *conservação–restauração* tem baixa ocorrência (pontuação 25.38) nos Anais, se comparado com as outras formas. O termo *conservação curativa*, em uma tradução livre para o português do termo em inglês *remedial conservation*, discutido e proposto nos documentos do ICOM-CC, foi encontrado uma única vez.

Na Fig. 7 apresentamos uma representação em formato de nuvem da lista dos primeiros cem termos encontrados nos Anais da ABRACOR. Trata-se de um recurso interessante, que permite avaliar visualmente os resultados obtidos, uma vez que associa o tamanho dos caracteres à pontuação atribuída aos termos.

⁷³ O termo *restauro*, ainda que menos usual entre os profissionais brasileiros, é um sinônimo de *restauração*. Esta forma é usada na língua italiana e também em Portugal, onde *restauração* está mais associada à área dos restaurantes.

Figura 7 – Nuvem com 100 primeiros termos do *corpus* de estudo dos Anais da ABRACOR.



Fonte: Elaborada pela autora

Tanto na Tab. 1 como na Fig. 7 observamos que o termo *preservação*, ignorado na resolução do ICOM-CC, tem um uso significativo nos Anais da ABRACOR. Quando se busca a relação deste termo com outras palavras dos textos, identificamos que *preservação* é empregada como sinônimo de *conservação*, ou tem um sentido mais amplo, cumprindo a função de termo hiperônimo, tal qual o ICOM-CC propôs para o termo *conservation*.

O termo *conservação*, além de aparecer como sinônimo de *preservação*, também é usado para os procedimentos específicos, em geral associado ao que o ICOM-CC definiu como *remedial conservation*.

O termo *conservação preventiva* tem menor frequência e pontuação em relação aos demais termos e sequer aparece na nuvem de termos, já que não se encontra entre os cem primeiros termos. Esta ausência merece destaque porque trata-se de um termo já bem estabelecido na área desde os anos 1990, constituindo-se em uma disciplina reconhecida mundialmente como fundamental para se garantir a salvaguarda dos bens culturais, como se viu no capítulo anterior. A julgar pelo *corpus* de estudo, a área da conservação preventiva tem uma inserção tardia entre os conservadores-restauradores brasileiros, já que nos Anais da ABRACOR o termo aparece pela primeira vez somente em 1992. Nos Anais dos eventos dos anos de 1994, 1996, 1998, 2000 e 2006, as ocorrências do termo ainda são reduzidas e pontuais. Somente nos Anais do ano de 2006, quando se estabelece um espaço específico para apresentações de trabalhos na área da conservação preventiva, é que aumenta significativamente a frequência do termo. Para entender a pouca representatividade e o tardio registro desse termo nos

Anais da ABRACOR é necessário aprofundar a análise, especialmente em relação ao processo histórico da formação do conservador-restaurador no Brasil e também das políticas de preservação efetivadas pelas instituições responsáveis pelos acervos. Porém, considerando apenas os indicativos de sua frequência no *corpus* de estudo, a Conservação Preventiva parece não ocupar, por parte dos conservadores-restauradores brasileiros, o mesmo interesse e atenção dedicados às demais ações e procedimentos de conservação e de restauração.

Por fim, a proposta de junção dos termos, na forma *conservação-restauração*, como consta no Código de Ética, é pouco frequente, indicando que não foi de fato assimilado pelos profissionais brasileiros.

Sobre esses resultados, devemos considerar que o *corpus* de estudo abrange o período de 1988 a 2009. Como a resolução do ICOM-CC foi divulgada no ano de 2008, a sua aceitação e assimilação pelos profissionais conservadores-restauradores brasileiros não poderia ser ainda identificada. No entanto, observamos que a escolha de termos feita pelo ICOM-CC não coincide, ao menos em parte, com os termos que os profissionais brasileiros utilizaram nas suas comunicações nos eventos da área.

Os cenários comunicativos apresentados neste terceiro capítulo mostram a complexidade de sentidos atribuídos aos termos fundamentais da área em estudo. Por óbvio, concluímos que ainda não existe um consenso, sendo esta uma característica de uma área ainda em processo de estruturação. Como os termos aqui discutidos apresentam-se com múltiplas representações e sentidos dentro do campo patrimonial, explicitamos as nossas escolhas, que não são individuais, mas sim integradas na área de especialidade com a qual trabalhamos.

3.4 A nossa opção de uso dos termos

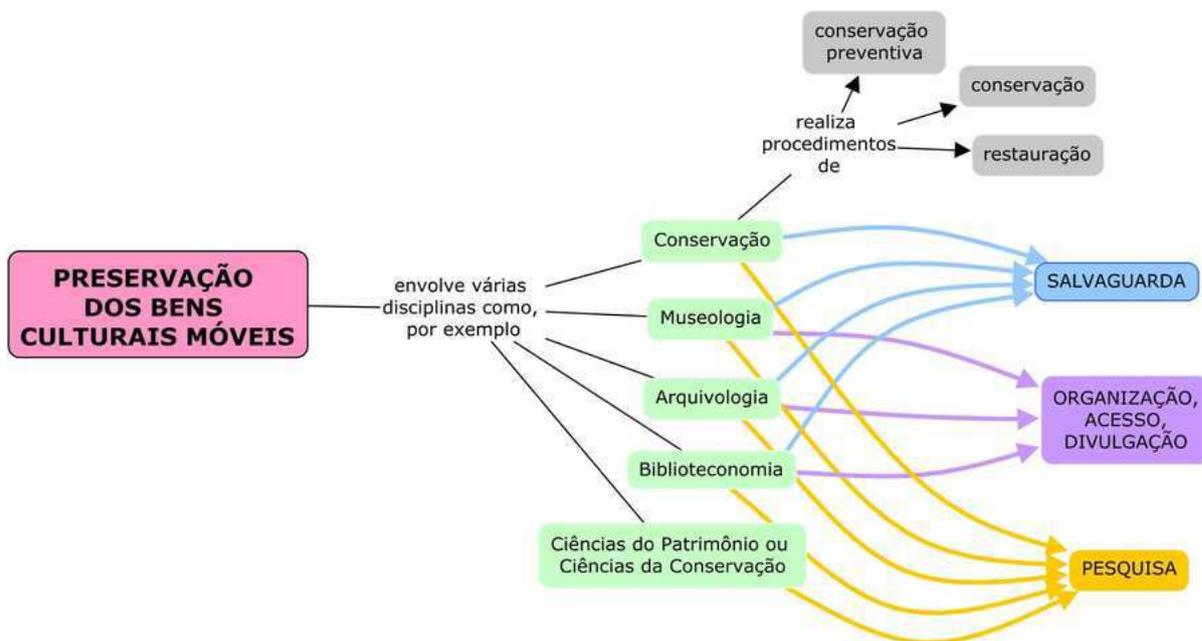
Considerando que a apropriação e o uso dos termos cumprem uma função de representação na construção de um discurso dentro da área especializada, ao escolhermos os termos empregados nesta tese, temos clareza de estarmos assumindo certas posições dentro do campo do patrimônio cultural e junto ao grupo profissional dos conservadores-restauradores. Além disso, estamos conscientes de que uma terminologia já foi assimilada a partir do nosso processo de aprendizagem, experiências e trajetória profissional em Conservação de obras em papel, o que, de alguma forma, torna “natural” o uso de determinados termos e conceitos. Contudo, ao nos propormos realizar o estudo terminológico, e, especialmente, na escrita do trabalho, esta suposta “naturalidade” foi frequentemente colocada em cheque. O desafio era usar os termos “adequados”, em uma área que embora já tenha avançado em algumas definições, persistem muitas variações e oscilações no uso dos termos.

Desta forma, assumimos uma posição alinhada, em grande parte, com a tradição da literatura anglo-saxã, com a escolha do termo *Conservação* para designar a área. Entendemos que este é o termo mais adequado para as propostas de salvaguarda do patrimônio cultural, que deve ser, em sua essência, mais conservativa, optando-se pelas intervenções que caracterizam a restauração somente em situações muito específicas. Esta abordagem, como se viu no segundo capítulo, é muito mais pertinente à tipologia de bens culturais abordados nesta pesquisa. Contudo, na elaboração do texto, quando citamos outros autores, de distintas tradições, respeitamos o termo usado no original.

Entretanto, reconhecemos que o termo *conservação* também é usado para os procedimentos específicos, que estão associados ao termo *conservação curativa*, tal qual proposto pelo ICOM-CC, mas que é pouco usado entre os conservadores-restauradores brasileiros. Neste caso, seguimos o que é mais usual no Brasil, adotando o termo *conservação*, sem o *curativa*. Para diferenciar as duas acepções, recorreremos à estratégia de Muñoz Viñas, mostrada nos parágrafos anteriores, em relação à *Restauração* e *restauração*, diferenciando-as pela letra inicial maiúscula. Assim, ao longo da tese serão grafados *Conservação* e *conservação*, sendo o primeiro termo associado à área como um todo e o segundo aos procedimentos específicos.

Por fim, consideramos que não se pode ignorar o termo *preservação*. Entendemos que a preservação, seguindo inclusive a acepção dicionarística, está associada com a salvaguarda dos bens culturais em um sentido mais amplo e geral. Neste sentido, a *preservação* é o termo que abriga outros domínios de conhecimento, da qual a *Conservação* é uma das disciplinas. Na Fig.8 propomos uma representação possível das atividades mais frequentemente associadas com a preservação — *organização/acesso/divulgação, pesquisa e salvaguarda* — relacionadas com as disciplinas especializadas.

Figura 8 – Algumas disciplinas que compõem a Preservação dos bens culturais móveis



Elaborado pela autora

No mapa conceitual mostrado na Fig.8 incluímos as disciplinas, em geral relacionadas aos acervos de obras em papel. Entendemos que estas disciplinas, ainda que tenham seus desenvolvimentos específicos, trabalham em conjunto e são interdependentes. No entanto, este mapa conceitual poderia mostrar diferentes configurações. A conservação preventiva, por exemplo, que aqui foi colocada como procedimento dentro da Conservação, também pode ser considerada uma disciplina autônoma, com vimos no capítulo anterior. Além disto, dependendo das características e especificidades dos bens, outras disciplinas poderiam ser vinculadas neste tipo de representação. A preservação do patrimônio arquitetônico, por exemplo, apresentaria um desenho diferente.

A estrutura mostrada neste mapa conceitual foi aplicada ao produto terminográfico elaborado posteriormente, com o termo *preservação* no primeiro nível da organização de conhecimento, abaixo do qual se inserem as outras disciplinas, com destaque para a *Conservação* e seus desdobramentos: a *conservação preventiva*, *conservação* e *restauração*.

Uma outra questão terminológica a ser esclarecida refere-se ao bem cultural abordado, que na verdade se desdobra em variados suportes de informação, que como visto no capítulo anterior, fazem parte de acervos bibliográficos e arquivísticos e, em menor escala, museográficos. Quando falamos em *obras em papel*, ou em uma economia linguística, simplesmente *papel*, estamos nos referindo a inúmeros objetos,

como livros, manuscritos, jornais, gravuras, dentre outros, nos quais o papel é um dos materiais que compõem estes objetos complexos. A outra opção de termo, *documentos gráficos*, tem a mesma acepção na área. Contudo, por uma questão de simples escolha pessoal, seguimos a forma frequente na língua inglesa — *works on paper*, ou *obras em papel*.

No próximo capítulo abordamos a fundamentação teórica que embasou a metodologia adotada no estudo terminológico realizado sobre a Conservação de obras em papel.

4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA: TERMINOLOGIA E TERMINOGRAFIA

Neste capítulo discutimos os pressupostos teóricos que embasaram a pesquisa sobre os termos da Conservação de obras em papel, que junto com o capítulo seguinte, fundamentam a metodologia pertinente para a elaboração de produtos terminográficos.

Inicialmente mostramos o desenvolvimento da disciplina da Terminologia, os seus primórdios e as chamadas escolas clássicas, a partir das quais, ao serem questionadas por seu viés normativo e prescritivista, resultaram nas teorias contemporâneas desenvolvidas no campo da Linguística a partir dos anos de 1990.

Em uma segunda parte do capítulo são discutidas a Socioterminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia, as quais se mostraram adequadas aos objetivos do trabalho terminológico proposto, uma vez que defendem uma abordagem descritivista do termo. Os pressupostos destas duas teorias foram fundamentais para o embasamento teórico e conceitual da pesquisa, especialmente nos aspectos relacionados ao entendimento de que os termos fazem parte da língua natural e que são ativados nos processos de comunicação especializada, à aceitação da variação terminológica como um fenômeno natural e, ainda, à análise dos termos no seu contexto social de uso. Ao final dessas explanações, indicamos como tais referenciais teóricos foram aplicados ao estudo terminológico realizado.

Por fim, na quarta parte do capítulo, discutimos a Terminografia, que consiste na parte aplicada da Terminologia, cujos pressupostos embasaram as etapas metodológicas da elaboração do produto terminográfico proposto na pesquisa.

4.1 Terminologia

As práticas terminológicas não são recentes e podem ser identificadas em tempos longínquos. Lothar Hoffmann⁷⁴ aponta o cenário de um passado distante, relacionado à divisão do trabalho, no qual o provável desenvolvimento das linguagens especializadas estaria associado às atividades de sobrevivência do homem (caça, pesca, pecuária, agricultura, vestuário, habitação, ferramentas de trabalho), e que tendem a se diferenciar quando o homem se organiza em grupos sociais e, logo, profissionais. Para este autor, pode-se falar de ofícios e também de linguagens especializadas a partir do momento em que cada indivíduo não satisfaz mais somente as próprias necessidades, mas grupos sociais (profissionais) passam a custear seu sustento preponderantemente através de atividades especializadas, seguidas da troca

⁷⁴ Lothar Hoffmann nasceu na Alemanha em Borsdorf, Leipzig, em 1928. É professor da Universidade de Leipzig, sendo reconhecido como um estudioso das linguagens especializadas e por suas pesquisas sobre tradução de textos técnico-científicos e terminologias.

e do comércio (HOFFMANN, 2015, p. 22-23).

Ao analisar os aspectos sociais e políticos da Terminologia, Cabré (1993, p. 21) relaciona o desenvolvimento das práticas terminológicas com a estruturação das disciplinas científicas no século XVIII. A autora cita alguns exemplos, como Lavoisier, que junto a outros cientistas, elaborou uma proposta de nomenclatura para a então nascente área da Química, e Lineu, que estabeleceu a classificação e nomenclatura em Botânica e Zoologia. No entanto, para Cabré, é no século XIX, marcado pela internacionalização progressiva da ciência, que os cientistas manifestam sistematicamente a necessidade de regras para a formação dos termos de cada disciplina, discussões essas que aparecem nos colóquios internacionais de várias áreas.

A internacionalização das ciências, de acordo com Krieger e Finatto (2004), fez com que os cientistas passassem a se preocupar com determinadas estratégias capazes de assegurar a univocidade da comunicação científica internacionalmente. Segundo as autoras:

Norteados por esse objetivo, os cientistas estabelecem padrões terminológicos em seus âmbitos de especialidade, bem como intensificam suas preocupações com regras de formação de termos de modo a atribuir determinadas especificidades à sua linguagem. Para tanto instituem um processo denominativo, cujas particularidades permitem uma demarcação nítida entre o léxico das ciências e o chamado léxico comum, configurando os termos das ciências (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 25).

Se nos séculos XVIII e XIX são os cientistas que lideram as discussões relacionadas às terminologias, no século XX são os técnicos que se incorporam a ela de forma relevante, considerando o progresso acelerado dos distintos ramos da técnica e o rápido desenvolvimento da tecnologia, que requer não somente denominar os novos conceitos, mas sobretudo harmonizar as novas denominações (CABRÉ, 1993, p. 21-22). É no século XX, que se assiste a um crescente interesse por terminologias, ocasionado pelo acelerado avanço da ciência e da tecnologia, pelo processo de globalização e também pelo exponencial desenvolvimento da informática.

Em relação à globalização, Krieger e Finatto (2004, p. 27) mostram que o incremento das transações comerciais entre as nações propiciou o surgimento dos atuais blocos econômicos, bem como uma série de intercâmbios que ultrapassaram o âmbito comercial, expandindo-se para o mundo científico, tecnológico e cultural. De acordo com as autoras,

Tal situação fez crescer a preocupação com a utilização e a tradução adequada das terminologias, posto que os protagonistas dos processos de alargamento de fronteiras passaram a perceber o importante papel dos termos técnico-científicos para uma comunicação mais eficiente,

uma adequada transferência de tecnologia e um correto estabelecimento de contratos comerciais entre outras ações de cooperação (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 27).

No contexto do desenvolvimento da Terminologia, a Informática é uma questão fundamental, sobretudo a partir dos anos 70, quando as novas tecnologias permitiram processar volumes consideráveis de dados. Os recursos informatizados foram empregados em toda as áreas dos estudos linguísticos, sendo que especificamente na área da Terminologia favoreceram a criação de grandes bancos terminológicos e propiciaram novas aplicações terminológicas, as quais facilitaram a produção de instrumentos terminográficos como bases de dados terminológicos, fichas de trabalho, dicionários e glossários em versão eletrônica (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 30).

Nos dias atuais a Terminologia atende a variados interesses, abordagens e finalidades. Cabré (1993, p. 37), a partir das distintas aproximações possíveis da disciplina, propõe distinguir entre quatro pontos de vista, que conduzem a enfoques diferentes sobre os estudos e as práticas de terminologia. De acordo com a autora, são os seguintes os enfoques possíveis:

- Para os linguistas, a terminologia é uma parte do léxico especializado por critérios temáticos e pragmáticos;
- Para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceitual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional;
- Para os usuários (diretos e intermediários) a terminologia é um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, cujo valor se mede em função de critérios de economia, de precisão e de adequação;
- Para os planejadores linguísticos, a terminologia é um âmbito da linguagem, onde se deve intervir para reafirmar a existência, a utilidade e a sobrevivência de uma língua, e para garantir, mediante sua modernização, sua continuidade como meio de expressão.

Barros (2006, p. 23) mostra que, além de fornecer dados para atividades de planejamento linguístico e de normalização, as pesquisas terminológicas têm inúmeras aplicações e cooperação com diversas áreas, tais como a tradução especializada, a documentação, o jornalismo científico, as ciências sociais, o ensino de línguas, o ensino de disciplinas técnicas e científicas, dentre outras.

É a partir destes múltiplos e variados interesses e potencialidades, decorrentes em grande parte do contexto de globalização e de desenvolvimento científico e tecnológico acelerado que marca o século XX, que a Terminologia se organiza como disciplina

e como um campo de estudo interdisciplinar e transdisciplinar. Para Cabré (2005, p. 97), a Terminologia é uma disciplina interdisciplinar porque não pode descrever seu objeto sem contar com outras disciplinas, como as ciências da linguagem, ciências cognitivas e ciências da comunicação. E é transdisciplinar porquanto participa de todas as disciplinas especializadas, uma vez que todas possuem e usam uma terminologia para representar seus conhecimentos.

A seguir, indicamos algumas tendências no âmbito do desenvolvimento contemporâneo a da disciplina de Terminologia. A ênfase é para a Socioterminologia e a Teoria Comunicativa da Terminologia, que serviram de referencial teórico para a pesquisa. No entanto, para se entender essas propostas inovadoras, é preciso antes contextualizar o surgimento da Terminologia no campo científico, ou do que se convencionou chamar escolas clássicas da Terminologia, uma vez que as novas teorias surgiram, em grande parte, a partir dos questionamentos aos pressupostos da Teoria Geral da Terminologia (TGT).

4.1.1 A Teoria Geral da Terminologia — TGT

Como se indicou antes, o acelerado avanço da ciência e da tecnologia e a internacionalização das ciências no século XX resultou em um renovado interesse pela terminologia. A partir dos anos de 1930, os estudos linguísticos sobre os termos de domínios especializados desenvolveram-se paralelamente na Áustria, Rússia e na então Checoslováquia⁷⁵. As escolas denominadas clássicas, caracterizadas por suas propostas normativas, são reconhecidas por terem implantado as bases da disciplina da Terminologia. A partir desses três núcleos de origem, o estudo e a prática da terminologia se estendeu para outros países e regiões. De acordo com as características e circunstâncias de cada país, foram desenvolvidos estudos que priorizaram aspectos diferenciados da proposta inicial.⁷⁶

A escola vienense, fundada pelo austríaco Eugene Wüster, foi a que mais se difundiu pelo mundo ocidental. Cabré (1993, p. 39) atribui sua importância por ter sido a única que desenvolveu um *corpus* sistemático de princípios e fundamentos, os quais constituem a base de toda a terminologia teórica e prática moderna.

A tese de doutoramento do engenheiro Eugene Wüster (*Internationale Sprachnormung in der Technik, besonders in der Elektrotechnik*), apresentada na Univer-

⁷⁵ Os marcos da origem da terminologia moderna, de acordo com Gaudin (1993, p. 24), são as publicações da tese de Eugene Wüster em Viena em 1931 e o primeiro artigo de D. S. Lotte em Moscou, no mesmo ano. Gaudin esclarece que estes dois fatos bibliográficos não são isolados da criação de instituições ligadas às instâncias internacionais de normalização técnica e da criação de Comitês de terminologia.

⁷⁶ Cabré (1993, p. 39) indica que, em uma primeira fase, a expansão da terminologia foi para Oeste (França, Canadá e Quebec) e para o Norte (Bélgica, Dinamarca e países nórdicos; em uma segunda etapa mais recente, se expande para o Sul (países do norte da África, África sub-sahariana, América central e meridional, Portugal e Espanha) e, ainda mais recentemente, para o Leste (China e Japão).

cidade de Viena em 1931 é considerada o marco inicial da Escola de Viena. A obra póstuma de Wüster – “Introdução à Teoria Geral da Terminologia e à Lexicografia Terminológica” –, considerado o marco teórico da Teoria Geral da Terminologia – TGT, foi publicado em 1979, na Alemanha, pelo seu discípulo Helmut Felber, que reuniu os manuscritos e notas de aulas do mestre.

O que caracteriza essa teoria é o foco no conceito, a busca de uma univocidade, no sentido de estabelecer a exata delimitação dos conceitos, uma orientação prescritivista voltada para a normatização e a padronização dos termos. Para tanto, segue-se uma metodologia onomasiológica, na qual se parte da noção ou conceito da área em foco para depois determinar as formas linguísticas a ele correspondentes.⁷⁷

De acordo com Krieger e Finatto, as escolas denominadas clássicas

(...) apresentam algumas características comuns, em que se sobrepõe a valorização da dimensão cognitiva dos termos e o delineamento de diretrizes para a sistematização dos métodos de trabalho terminológico, visando com isso, a padronização dos termos técnicos e, por vezes, o aparelhamento das línguas para responderem às exigências de uma comunicação profissional eficiente (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 31).

Cabré assim sintetiza as propostas do fundador da escola vienense:

Wüster estabeleceu para a terminologia um objeto de análise e funções de trabalho bastante restritos. Assim, e de acordo com as suas palavras, a atividade terminológica limitava-se a recompilação de conceitos e de termos para a normalização (fixação de noções e denominações estandarizadas) dos termos de especialidade (isto é, das unidades integradas pela associação de um conceito e uma denominação, de caráter simbólico, próprias da ciência e da técnica) com a finalidade de assegurar a univocidade da comunicação profissional, fundamentalmente no plano internacional (CABRÉ, 2005, p.76, tradução nossa).⁷⁸

Ao analisar a perspectiva vienense de terminologia, Anna Maria Becker Maciel afirma que Wüster estava preocupado com a transferência da tecnologia e o intercâmbio de informações no âmbito internacional e almejava contribuir para a univocidade da comunicação, superando as imprecisões e a polissemia da linguagem

⁷⁷ Bessé, Nkwenti-Azeh e Sager (2011, tradução nossa) estabelecem as seguintes definições relacionadas às abordagens onomasiológicas e semasiológicas:

- *Onomasiologia* - o estudo dos significados, a partir de conceitos, a fim de estabelecer a sua designação.
- *Semasiologia* - a atividade de estudar as relações entre sinal e símbolos e seus significados. Nota: Os métodos utilizados na análise semasiológica começam a partir de palavras e procuram estabelecer sua denotação.

⁷⁸ No texto original: *Wüster estableció para la terminología un objeto de análisis y unas funciones de trabajo bastante restrictivos. Así, y de acuerdo con sus palabras, la actividad terminológica se limitaba a la recompilación de conceptos y de términos para la normalización (fijación de nociones y denominaciones estandarizadas) de los términos de especialidad (es decir, de las unidades integradas por la asociación de un concepto y una denominación, de carácter simbólico, propias de la ciencia y de la técnica) con la finalidad de asegurar la univocidad de la comunicación profesional, fundamentalmente en el plano internacional.*

técnica e científica. Para a pesquisadora, a proposta wüsteriana de terminologia é marcada pelo positivismo lógico do Círculo de Viena, que teve grande influência no panorama científico europeu nos anos 30 do século XX. Maciel afirma ainda:

O fascínio de Wüster pela utopia universalista do positivismo o fez acreditar na ideologia do progresso da humanidade e nessa ótica, o ideal da unidade da ciência levou-o a defender a categorização fixa dos termos, sua organização monolítica e a classificação hierárquica de suas propriedades, concretizadas na constituição de estruturas conceituais, denominadas árvores de domínio. Assim, tais estruturas cognitivas, de acordo com o modelo cumulativo da Ciência, deveriam, ampliadas e unidas umas às outras, instaurar o conhecimento científico universal, então considerado o único verdadeiro e digno do nome de Ciência (MACIEL, 2001, p. 36).

Na sua análise, Maciel acrescenta ainda que a conjugação da abordagem empirista e o formalismo lógico-matemático de Viena, associado ao contexto sócio-político dos países do Leste europeu nos anos de 1930, especialmente Áustria, Checoslováquia e União Soviética, (orientação estruturalista do Círculo de Praga, e o reducionismo linguístico então vigente na Rússia, vividos no clima político do pós-guerra 14-18), foram decisivos na formação do conjunto de postulados e métodos que as ideias divulgadas por Wüster incorporaram (MACIEL, 2001, p. 37).

A partir do seu núcleo inicial, a Escola de Viena expandiu-se para inúmeros outros países e por décadas alcançou uma grande proeminência nos estudos terminológicos. Krieger e Finatto (2004, p. 32) afirmam que a teoria wüsteriana justifica seu papel de referência porque auxiliou a Terminologia a estabelecer-se como campo de conhecimento com fundamentos epistemológicos e definir um objeto próprio de investigação. No entanto, não ampliou o seu poder explicativo, consolidando somente as orientações metodológicas à produção terminográfica de fundamento prescritivo. Para as autoras,

(...) as bases teóricas da Escola de Viena, antes que um aprofundamento reflexivo, equivalem mais a princípios de uma disciplina, cuja vocação primeira está associada à missão de controlar e padronizar os usos terminológicos em escala mundial. Donde a crítica a seu caráter redutor, que mais contemporaneamente passou a ser feita (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 33).

Ainda que atualmente a Teoria Geral da Terminologia continue tendo sua importância reconhecida em vários campos, especialmente naqueles que exigem processos de comunicação standardizados, nas últimas décadas do século XX as proposições da TGT começaram a ser questionadas. Maciel aponta as motivações de críticas à terminologia dos seguidores de Wüster:

(...) a Terminologia wüsteriana vê o termo, na dimensão unilateral de elemento do sistema cognitivo, como unidade semiótica composta de conceito e denominação, circunscritos dentro de um campo especializado. Tal enfoque concebe os termos como unidades estáticas, vistas em uma perspectiva sincrônica, considerada dentro do registro formal, de preferência escrito, que não admite sinonímia, nem variação semântica ou morfológica. Assim normalizados para assegurar a univocidade dos conceitos e garantir a qualidade da comunicação técnica e científica, os termos são, por assim dizer, uniformes, sem qualquer valor pragmático, servindo para todo tipo de comunicação (MACIEL, 2001, p. 43).

Cabré aponta especialmente os problemas relacionados às exigências múltiplas e diversificadas das situações de comunicação do mundo contemporâneo, para as quais a TGT e seus postulados não dão conta. Nas suas palavras:

Atualmente, a proposta de Wüster é objeto de revisão por parte de muitos especialistas em terminologia, uma vez que, por seu caráter reducionista e idealista, os especialistas a consideram insuficiente para dar conta das unidades terminológicas em um quadro comunicativo plural. Tanto a concepção global da unidade terminológica e sua limitação a unidade denominativa, com todas as consequências que isto implica (desconsideração com os aspectos sintáticos, negação da variação, desconhecimento dos aspectos comunicativos dos termos), como a importância que se dá aos aspectos de normalização dentro da comunicação profissional internacional, confirmam o caráter reducionista e idealista desta teoria. A TGT baseia-se em uma suposta homogeneidade e universalidade do conhecimento especializado e no desejo de unificação das formas de expressão que não confirmam os dados empíricos, com exceção de algumas áreas (CABRÉ, 2002a, p. 2, tradução nossa).⁷⁹

Os questionamentos aos postulados da TGT se intensificam especialmente a partir das últimas décadas do século XX, quando ganham espaços os estudos de terminologia voltados para o funcionamento linguístico e comunicativo dos termos. Barros afirma que surgiu uma nova linha de raciocínio, na qual o conceito

passou a ser dimensionado em uma perspectiva do significado, unidade de pensamento maior que congrega também elementos pragmáticos. O signo terminológico passou a ser tratado de acordo com a concepção saussureana de unidade entre o significante e o significado (BARROS, 2006, p. 22).

⁷⁹ No texto original: *Actualmente, la propuesta de Wüster es objeto de revisión por parte de muchos especialistas en terminología, ya que, por su carácter reduccionista e idealista, los especialistas la consideran insuficiente para dar cuenta de las unidades terminológicas en un marco comunicativo plural. Tanto la concepción global de la unidad terminológica y su limitación a unidad denominativa, con todas las consecuencias que esto conlleva (olvido de los aspectos sintáticos, negación de la variación, ignorancia de los aspectos comunicativos de los términos), como la importancia que se da a los aspectos de normalización dentro de la comunicación profesional internacional, confirman el carácter reduccionista e idealista de esta teoría. La TGT se basa en una supuesta homogeneidad y universalidad del conocimiento especializado y en el deseo de unificación de las formas de expresión que no confirman los datos empíricos, con excepción de algunos ámbitos.*

Krieger e Finatto (2004, p. 30) fazem uma distinção das escolas, entre aquelas cujos estudos caracterizam-se por privilegiar um enfoque cognitivo do fenômeno terminológico, e de outras que se desenvolvem a partir de uma visão do funcionamento linguístico dos termos. Segundo as autoras, no primeiro caso prevalece uma perspectiva normativa sobre as terminologias. No segundo, prevalece o fundamento descritivo sobre o léxico especializado, que ganha impulso com o desenvolvimento da linguística.

Essas autoras também apontam para o surgimento de um pensamento inovador, cuja particularidade está na proposição de compreender a unidade terminológica à luz de um ponto de vista descritivo, intensificando-se os estudos fundamentados na complexidade que envolve o funcionamento das terminologias, como qualquer outra unidade da língua natural (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 34).

Novas escolas e novas teorias surgiram a partir da revisão crítica dos pressupostos da TGT, como a Socioterminologia, que se desenvolveu a partir da aproximação de pesquisadores franceses e canadenses com a Sociolinguística, com destaque para os trabalhos desenvolvidos por François Gaudin⁸⁰, e Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT, proposta por Maria Teresa Cabré⁸¹, junto ao grupo de pesquisadores do Instituto de Linguística Aplicada (IULATERM), da Universidade Pompeu de Fabra, em Barcelona. Estas duas vertentes da Terminologia contemporânea, que se constituem no referencial teórico desta pesquisa, são abordadas nos tópicos seguintes.

4.1.2 A Socioterminologia

Como já indicamos antes, a Socioterminologia nasceu da aproximação da Terminologia com a Sociolinguística, o ramo da Linguística que estuda as relações entre língua e sociedade. François Gaudin é um dos nomes que se destaca nesta escola. Ainda que o termo já tivesse sido usado por outros autores, é a sua tese, intitulada *Pour une socioterminologie — des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelle*, que estabelece com mais propriedade os princípios da Socioterminologia.

No artigo intitulado *Socioterminologia: um itinerário bem sucedido*, Gaudin

⁸⁰ François Gaudin é Professor de Ciências da Linguagem na Universidade de Rouen, na França. Ministra disciplinas de Lexicologia, Semântica, Lexicografia, História dos dicionários, Epistemologia, Sociolinguística e desenvolve pesquisa em terminologia, socioterminologia, história dos dicionários, lexicografia, lexicologia (UNIVERSITÉ DE ROUEN,). A sua tese de doutoramento, intitulada *Terminologie : des problèmes sémantiques aux pratiques institutionnelles*, publicada em 1993, é considerada a obra que estabelece os princípios da Socioterminologia.

⁸¹ Maria Teresa Cabré é doutora em Filosofia e Letras pela Universidade de Barcelona e professora catedrática da Universidade Pompeu de Fabra desde 1994. Na sua carreira tem uma grande atuação junto a muitas instituições catalãs, podendo-se citar o Instituto Universitário de Linguística Aplicada (IULA) da Universidade Pompeu Fabra e o Grupo de Pesquisa IULATERM. Também ocupou cargos e funções de destaque junto à Rede Panlatina de Terminologia (REALITER), Associação Espanhola de Terminologia (AETER), Centro de Terminologia da Catalunha (TERMCAT) e Rede Ibero-americana de Terminologia (RITerm) (KRIEGER; SANTIAGO; CABRÉ, 2013, p. 328).

esclarece que o termo apareceu em alguns trabalhos ainda na década de 1980, mas que o conceito se firmou e se tornou preciso no quadro dos trabalhos universitários na década de 1990, especialmente em trabalhos desenvolvidos por pesquisadores franceses e quebequense⁸². O autor relembra que tais trabalhos estão associados aos questionamentos da biunivocidade da significação do termo, de uma monossemia ligada ao pertencimento a um domínio e de conceito ligado a um método onomasiológico, pressupostos esses defendidos pelos defensores da TGT. Complementa ainda que, ao mesmo tempo, foi uma abordagem interacionista e sociolinguística que permitiu reconsiderar os discursos institucionais, técnicos e científicos com acentuado conteúdo terminológico (GAUDIN, 2014, p. 295).

De acordo com Alves (2003, p. 229), o pesquisador francês definiu a terminologia como um ramo da lexicologia, que não se limita às aplicações relativas à tradução, à documentação e à normalização. Para Gaudin, a Terminologia é uma disciplina que tem por objetivo o estudo dos termos, isto é, os vocábulos que servem para veicular as significações socialmente regulamentadas e inseridas nas práticas institucionais ou no interior dos conhecimentos.

Gaudin destaca que um aporte teórico importante para a Socioterminologia foi a linguística da interação, a partir da qual os termos deixam de ser vistos como signos linguísticos e passam a ser considerados como formas extraídas de trocas reais, na linguagem, e ligadas a tipos de interações definidas. Nas suas palavras:

Hoje, convém-nos, depois que a semântica se impôs, que o termo se caracterize pela sua significação, de acordo com uma norma, do ponto de vista social. Trata-se de um controle social do sentido, que se exerce de maneira concertada, mais ou menos espontânea, de modo planejado ou conforme a significação que venha a ser fixada (GAUDIN, 2014, p. 300).

Na sua tese Gaudin (1993, p. 16-18) propõe uma terminologia baseada na observação do funcionamento da linguagem e no estudo das condições de circulação social dos termos, uma vez que os termos circulam em um “mercado de significados” das ciências e das técnicas. Assim, os estudos de Socioterminologia voltam-se para a circulação e apropriação social dos termos e aproximam-se da análise do discurso. Nas palavras de Gaudin,

⁸² Ao resenhar a publicação *Socioterminologie: une approche sociolinguistique de la terminologie*, lida Maria Alves indica que Gaudin reconhece que a perspectiva sociolinguística dos termos é desenvolvida conjuntamente na França e no Québec, baseada em elementos anteriormente esboçados por Louis Guilbert e Alain Rey nos anos 1970. E que o termo, utilizado na década de 1980 por Jean Claude Boulanger, Pierre Lerat e Monique Slodzian, precede o desenvolvimento teórico da disciplina (ALVES, 2003, p. 230).

A Socioterminologia tem uma dimensão sociocrítica, como toda semântica do discurso, à medida que liga a produção de sentido às condições de sua origem. A circulação dos termos é projetada sob o ângulo da diversidade dos usos sociais, o que engloba o estudo das condições de circulação e apropriação dos termos, considerados como signos linguísticos, e não como etiquetas de conceitos.

Os termos são usados coletivamente pelos falantes e servem de denominações oficiais e de marcadores identitários; circulam nos setores da experiência humana, no âmbito de esferas da atividade, limitado, algumas vezes, a domínios circunscritos. Estas são as múltiplas facetas dos discursos reais e desconhecidos, ligados à produção de conhecimentos, às regras e a objetos manufaturados (GAUDIN, 2014, p. 304).

Enilde Faulstich, pesquisadora brasileira com vários trabalhos com enfoque socioterminológico, assim define a Socioterminologia:

A socioterminologia é, portanto, um ramo da terminologia que se propõe a refinar o conhecimento dos discursos especializados, científicos e técnicos, a auxiliar na planificação lingüística [sic] e a oferecer recursos sobre as circunstâncias da elaboração desses discursos ao explorar as ligações entre a terminologia e a sociedade (FAULSTICH, 2006, p. 29).

Outra questão marcante da Socioterminologia é a aceitação tanto de uma abordagem sincrônica como diacrônica. Desta forma, na abordagem proposta por Gaudin, o estudo sincrônico remete à circulação dos conhecimentos e a análise diacrônica concerne à história das ciências, das técnicas, dos discursos socialmente regulamentados, e também, à história das ideias (ALVES, 2003, p. 229-230). Segundo Gaudin, a Socioterminologia não pode ignorar a história, a qual permite recuperar o estudo dos fenômenos em toda a sua dimensão humana. Nas suas palavras:

A socioterminologia, que pressupõe um esforço multidisciplinar, não pode ignorar a história — o que também é uma boa maneira de restaurar o estudo dos fenômenos em toda a sua dimensão humana. Este aspecto é ainda mais importante porque a especificidade teórica da terminologia parece-nos, em última instância, residir na sua relação com o conhecimento. Prática regulamentada, prática reguladora, a atividade das terminologias requer contato direto com o desenvolvimento do conhecimento, amplamente compreendido e não com sua mera comunicação (GAUDIN, 1993, p. 214, tradução nossa).⁸³

A proposta da observação social do uso e circulação dos termos e a aceitação de análises tanto sincrônicas como diacrônicas, inevitavelmente conduz ao reconhecimento e aceite da variação terminológica. Na Socioterminologia, assim como na TCT,

⁸³ No texto original: *La socioterminologie, qui suppose un effort pluridisciplinaires, ne saurait ignorer l'histoire — laquelle constitue également un bon moyen de restituer à l'étude de phénomènes toute leur dimension humaine. Et cet aspect a d'autant plus d'importance que la spécificité théorique de la terminologie nous semble, en dernier ressort, résider dans son rapport aux connaissances. Pratique réglée, pratique réglante, l'activité des terminologies nécessite un contact direct avec le développement du savoir, compris largement, et non pas avec sa seule communication.*

em oposição à TGT, que defendia a monossemita e monoreferencialidade, a variação dos termos é um dos eixos principais.

Sobre a variação, Enilde Faulstich afirma que,

(...) a pesquisa socioterminológica deverá considerar que os termos, no meio lingüístico e social, são entidades passíveis de variação e de mudança e que as comunicações entre membros da sociedade são capazes de gerar conceitos interacionais para um mesmo termo ou de gerar termos diferentes para um mesmo conceito (FAULSTICH, 2006, p. 30).

Esta autora ressalta que a variação terminológica, no quadro da interpretação socioterminológica, considera que as variantes são resultantes dos diferentes usos que a comunidade, em sua diversidade social, lingüística e geográfica, faz dos termos (FAULSTICH, 2001, p. 21-22). Defende ainda que, nas linguagens de especialidade, forma e conteúdo podem variar, tanto na diacronia como na sincronia (FAULSTICH, 2006, p. 28), questões estas, como visto, estabelecidas como princípios da Socioterminologia por François Gaudin.

Em síntese, a Socioterminologia propõe uma abordagem que se abre para uma análise diacrônica ou sincrônica, considera a circulação e apropriação social dos termos dentro dos seus contextos sociais, aceitando a variação como uma característica natural das linguagens.

4.1.3 A Teoria Comunicativa da Terminologia — TCT

No cenário de redimensionamento contemporâneo da Terminologia, ganha destaque a Teoria Comunicativa da Terminologia, que se estrutura na valorização dos aspectos comunicativos das linguagens especializadas, assim como na compreensão de que as unidades terminológicas formam parte da linguagem natural e da gramática das línguas.

A TCT é resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo grupo de pesquisadores do IULARTERM, ligado ao *Institut Universitari de Lingüística Aplicada* (IULA) da Universidade Pompeu Fabra de Barcelona, sob a liderança da terminóloga Maria Teresa Cabré, dentro do contexto de retomada do uso público da língua catalã, depois de ter sido proibida por várias décadas, durante a ditadura de Franco⁸⁴. Cabré relata que ao ser chamada para dirigir o Centro de Terminologia Catalã (TERMCAT), ficou evidente que os objetivos do trabalho ali realizados eram distintos dos fundamentos conceituais

⁸⁴ Desde 1939, com a implantação da ditadura do governo Franco, a Catalunha havia perdido seus direitos de autonomia e, dentre eles, do uso da língua catalã. Assim, na escola, os meios de comunicação e a administração passaram a ter como uma única língua oficial o espanhol. A partir de 1976, com a recuperação da autonomia governamental, se iniciou o processo de normalização institucional e lingüística na Catalunha (KRIEGER; SANTIAGO; CABRÉ, 2013, p.329).

da terminologia canônica, uma vez que não se tratava de normalizar conceitos e termos para alcançar uma comunicação interlinguística absolutamente biunívoca, mas sim de atualizar o léxico especializado catalão para que a sociedade tivesse ferramentas de representação e comunicação na própria língua. É nesse contexto que surgiu a semente do que se constituiria a Teoria Comunicativa da Terminologia (KRIEGER; SANTIAGO; CABRÉ, 2013, p. 329).

Os componentes da nova teoria foram publicados em vários textos, mas é na obra *La terminología: Representación y Comunicación*, publicada em 1999 e reeditada em 2005, que Cabré sintetiza os princípios gerais da sua teoria dos termos, estabelecendo que a Terminologia é uma matéria de caráter interdisciplinar, integrada por fundamentos procedentes das Ciências da Linguagem, das Ciências da Cognição e das Ciências Sociais. Ao discorrer sobre as bases para uma teoria comunicativa da terminologia, Cabré afirma:

Em termos gerais, a teoria que propomos pretende dar conta dos termos como unidades singulares e ao mesmo tempo similares a outras unidades de comunicação, dentro de um esquema global de representação da realidade, que admite a variação conceitual e denominativa, e tem em conta a dimensão textual e discursiva dos termos (CABRÉ, 2005, p. 120, tradução nossa).⁸⁵

A partir da concepção da terminologia como um campo de conhecimento intrinsecamente interdisciplinar e transdisciplinar, que integra os aspectos cognitivos, linguísticos, semióticos e comunicativos das unidades terminológicas, Cabré propõe a “teoria das portas”, a qual permite um tratamento multidimensional dos termos, uma vez que podem ser abordados por uma vertente linguística/semiótica, ou uma vertente cognitiva, ou uma vertente comunicativa. Cada uma dessas vertentes são como portas que podem ser adentradas, em conjunto ou isoladamente, para se abordar a complexidade das unidades terminológicas (CABRÉ, 2002b, p. 5).

Cabré propõe um método necessariamente descritivo, que consiste na recomposição das unidades reais usadas pelos especialistas de um campo, considerando distintas situações de comunicação. Tais unidades reais são extraídas de *corpora* textuais, necessariamente heterogêneos e representativos desta diversidade de situações de comunicação (CABRÉ, 2005, p. 138-9).

Além do seu valor denominativo, a autora defende que as unidades terminológicas cumprem muitas outras funções linguísticas e, também, culturais, sociais, econômicas e políticas. Nas suas palavras:

⁸⁵ No texto original: *En líneas generales, la teoría que proponemos pretende dar cuenta de los términos como unidades singulares y a la vez similares a otras unidades de comunicación, dentro de un esquema global de representación de la realidad, admitiendo la variación conceptual y denominativa, y teniendo en cuenta la dimensión textual y discursiva de los términos.*

Os termos, além de denominar os objetos servem para expressar as diferenças conceituais ligadas à cultura de uma comunidade, grupo social ou escola profissional, para preservar esta cultura para além da uniformidade que a globalização informativa atual pretende impor, servindo também para convencer e mover para a ação, para esconder informação a determinados grupos, para comerciar, afirmar-se linguisticamente ou hierarquizar os grupos sociais. O caráter multidimensional da linguagem se reflete nos termos enquanto unidades que formam parte dela e que se atualizam dentro de uma determinada língua (CABRÉ, 2005, p. 148, tradução nossa).⁸⁶

Na sua teoria Cabré (2003, p. 184) defende que as unidades terminológicas são multifacetadas, sendo ao mesmo tempo, unidades de conhecimentos, unidades de linguagem e unidades de comunicação. Assim, para esta autora, na perspectiva de componente cognitivo, os termos cumprem, entre outras, com as seguintes condições:

- estão relacionados a um contexto temático;
- ocupam um lugar preciso em uma estrutura conceitual;
- seu significado específico é determinado pelo lugar que ocupa nessa estrutura;
- este significado é explicitamente estabelecido;
- este significado é considerado como uma propriedade da unidade;
- são estabelecidos, reconhecidos e divulgados com a ajuda do especialista.

Ao estabelecer os princípios da sua teoria, Cabré também defende que todo processo de comunicação comporta inerentemente a variação, explicitada em formas alternativas de denominação do mesmo conceito (sinonímia) ou em abertura significativa de uma mesma forma (polissemia) (CABRÉ, 2005, p. 85). A questão da variação é fundamental na proposta da TCT e, de acordo com a autora:

Esta proposta integra, teórica e metodologicamente, a variação linguística, tanto formal como conceitual, e assume que os termos estão associados às características gramaticais (em todos os níveis de representação) e pragmáticas. Dentro destas, inclui a variação por critérios

⁸⁶ Notexto original: *Los términos además de denominar los objetos sirven para expresar las diferencias conceptuales ligadas a la cultura de una comunidad, grupo social o escuela profesional, para preservar dicha cultura más allá de la uniformidad que pretende imponer la globalización informativa actual, sirven también para convencer y mover a la acción, para esconder información a determinados grupos, para comerciar, afirmarse lingüísticamente o jerarquizar los grupos sociales. El carácter multidimensional del lenguaje se refleja en los términos en cuanto unidades que forman parte de él y que se actualizan dentro de una lengua determinada.*

dialetais e funcionais distintos: geográficos, históricos, sociais, temáticos, de nível de formalidade, de grau de especialização, etc. (CABRÉ, 2005, p. 136, tradução nossa).⁸⁷

Assim, a TCT, com sua proposta de multidimensionalidade dos termos, com o entendimento de que fazem parte da língua natural e que são ativados nos processos de comunicação especializada e, ainda, com a aceitação da variação, constitui-se uma das mais importantes renovações nos estudos terminológicos.

Os pressupostos teóricos da TCT e da Socioterminologia foram importantes para nortear o estudo dos termos da Conservação das obras em papel, uma vez que a proposta descritivista, que marca essas duas teorias, se mostrou mais pertinente e adequada às discussões que pretendíamos realizar.

4.1.4 A aplicação dos pressupostos teóricos na pesquisa

A motivação para realizar um estudo dos termos da Conservação é, em essência, resultado de duas questões: primeiro, a constatação da carência de obras terminográficas da área, havendo, portanto, a necessidade de realizar e incentivar os estudos terminológicos voltados para os profissionais conservadores-restauradores; segundo, a percepção de que um estudo neste âmbito deverá ser respaldado por uma metodologia adequada e consistente.

A Conservação, que tem como seu objeto os bens culturais, como se viu no segundo e terceiro capítulos, é um campo de conhecimento que dialoga com outras ciências e técnicas, ao mesmo tempo que busca estabelecer as suas competências específicas dentro do campo patrimonial. Como uma área marcada pela interdisciplinaridade e ainda em processo de estruturação, a opção por uma abordagem terminológica descritivista nos pareceu mais pertinente e nos afastou de qualquer proposta que pretendesse estabelecer normas para o uso dos termos. Nesse sentido, os referenciais teóricos que propõem trabalhos terminológicos voltados para uma adequação ou harmonização do uso dos termos simplesmente atendiam melhor aos objetivos da pesquisa em desenvolvimento.

Como mostramos nos capítulos anteriores, as discussões dos termos fundamentais *preservação*, *conservação* e *restauração* não podem ser desvinculadas dos diversos contextos, sentidos, usos e apropriações a eles relacionados, em distintos tempos e lugares. Uma abordagem descritivista dos termos se faz necessária, tanto

⁸⁷ No texto original: *Esta propuesta integra, teórica y metodológicamente, la variación lingüística, tanto formal como conceptual, y asume que los términos están asociados a características gramaticales (a todos los niveles de representación) y pragmáticas. Dentro de éstas incluye la variación por criterios dialectales y funcionales distintos: geográficos, históricos, sociales, temáticos, de nivel de formalidad, de grado de especialización, etc.*

nas discussões gerais da área, assim como nas específicas das especialidades que compõem a Conservação de bens culturais.

Ao analisar a situação da Conservação no Brasil, sem perder de vista o desenvolvimento alcançado pela área em outros países, a proposta do estudo terminológico foi de identificar o uso que os conservadores-restauradores fazem dos termos, dentro de um contexto social específico. Nesse sentido, a Socioterminologia direcionou nosso olhar para os aspectos sociais de uso dos termos. O conceito proposto por Gaudin (2014, p. 304) de que os termos, além de serem denominações oficiais, também funcionam como marcadores identitários, é fundamental para uma área que ainda está em processo de conformação. Na busca de um almejado reconhecimento social como um campo autônomo e como profissão, o fortalecimento e compartilhamento de uma linguagem especializada entre os profissionais conservadores-restauradores é um dos elementos essenciais, juntamente com a delimitação de um *corpus* de conhecimento especializado, a implantação dos cursos de formação, a existência de associações de classe, a formulação de códigos de ética e o reconhecimento formal por parte do Estado.

As questões relacionadas ao desenvolvimento e harmonização de uma terminologia própria ganham uma nova dimensão no contexto da recente implantação dos cursos universitários para a formação dos conservadores-restauradores no Brasil. As necessidades de comunicação se impõem, não somente entre profissionais, mas agora também com os aprendizes de uma profissão. Nesse sentido, encontramos nos textos de Cabré (2002a; 2005), que valoriza os aspectos comunicativos das linguagens especializadas, a sustentação teórica para abordar os termos da Conservação de obras em papel.

Além de terem sido fundamentais como referencial teórico, as obras de Cabré, especialmente *La Terminología — Teoría, metodología, aplicaciones* (1993), nortearam todas as etapas do estudo terminológico e da elaboração do produto terminográfico destinado aos estudantes em processo de formação profissional. Outros textos de terminólogos que trabalham na mesma perspectiva, como Barros (2004) e Krieger e Finatto (2004), também muito auxiliaram para o desenvolvimento do trabalho terminográfico.

Assim, na aproximação com os pressupostos da Socioterminologia e da TCT percebemos que além de fundamentarem teoricamente o processo de elaboração dos produtos terminográficos, elas também permitem uma abordagem mais ampliada sobre as áreas de conhecimento especializados. Concordamos, assim, com Krieger e Finatto (2004, p.55), ao afirmarem que a perspectiva descritivista cumpre melhor as finalidades de atender às necessidades de informação do usuário, ao mesmo tempo que não perdem seu valor de referência dos usos terminológicos.

4.2 Terminografia

A Terminografia é a parte prática e aplicada da Terminologia que integra as operações de coleta, sistematização e apresentação dos termos de uma determinada área do saber ou da atividade humana, que resulta em um produto final, que pode ser um dicionário, glossário, vocabulário, base de dados, dentre outros. Krieger e Finatto (2004, p. 50) afirmam que a Terminografia não se restringe a uma visão pragmática de produção de instrumentos de referência, mas é também um estudo sobre termos. Para essas autoras:

O objetivo aplicado requer que sejam observados e dimensionados os fundamentos teóricos necessários à identificação das terminologias, ao reconhecimento da variedade de suas formas, tanto linguísticas quanto semióticas, bem como os princípios de análise do funcionamento dos termos com vistas a seu registro em instrumentos de referência especializada (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 50).

Retomamos aqui a afirmação de Krieger e Finatto (2004, p. 124), citada anteriormente, de que o fazer dicionarístico técnico-científico assume valor ímpar, ao mesmo tempo que fornece importante material para a reflexão teórica da disciplina. Desta forma, o próprio processo de elaboração da obra terminográfica possibilita analisar questões pertinentes sobre a epistemologia das áreas especializadas.

Ao se falar na produção de dicionários especializados, a Terminografia, assim como a Terminologia, sob vários aspectos se aproximam da Lexicologia e sua vertente prática, a Lexicografia. Conhecida como a ciência que estuda o léxico, ou mais especificamente, as palavras de uma língua, a Lexicologia estuda o componente lexical geral da língua, e a Lexicografia ocupa-se da produção dicionarística. A Terminografia, por sua vez, toma o termo, e não a palavra, como o seu objeto de descrição e aplicação, definindo-lhe o conteúdo e considerando ainda o seu uso profissional. Assim, embora a Lexicologia e a Terminologia se aproximem, porquanto ambas constituem ciências do léxico e possuam propósitos gerais em comum, elas são distintas pela especificidade de seus objetos e também das suas metodologias (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 50).

Para Aubert (2001, p. 26), por sua natureza, a Terminologia e a Lexicografia são disciplinas estreitamente aparentadas, uma vez que ambas constituem “práticas”, cuja matéria-prima são as palavras. No entanto, para esse autor, se observarmos mais de perto essas duas práticas, ficam também evidentes as suas características específicas, que as individualizam.

Trata-se (...) primordialmente, de uma questão de ponto-de-vista. A lexicografia considera as palavras enquanto parte do léxico, ou seja, como

fazendo parte do conjunto de unidades de que uma determinada comunidade dispõe para se comunicar por intermédio da língua. Já a terminologia considera as palavras enquanto um conjunto delimitado por uma situação concreta de utilização (AUBERT, 2001, p. 26).

Os produtos resultantes das duas disciplinas são inúmeros, uma vez que atendem a uma multiplicidade de usuários e de necessidades em uma sociedade heterogênea e diversa. Barros (2004), ao analisar as tipologias das obras lexicográficas e terminológicas, indica que as classificações podem ser estabelecidas por seus aspectos estruturais, público-alvo e tipo de dado veiculado, quantidade de unidades lexicais tratadas, ordem de entrada, etc., sendo que essas combinações permitem a elaboração de uma grande diversidade de tipologias de obras. Para essa autora: “É na linha de um *continuum* de características tipológicas que os lexicógrafos e terminólogos trabalham e tomam decisões sobre suas obras e seus títulos” (BARROS, 2004, p. 150).

De acordo com Barbosa (2001), a classificação das obras terminográficas e lexicográficas são muito variáveis, uma vez que além dos critérios linguísticos que poderiam ser usados para definir a tipologia de obras, também existem influências de fatores históricos e culturais na origem e desenvolvimento dos diferentes tipos de dicionários. Para essa autora, mesmo considerando o estado avançado em que se encontram as ciências das palavras e a atuação de inúmeros organismos internacionais de normalização, ainda não se conseguiu assegurar, para certos conceitos, uma terminologia uniforme e consensual da Terminologia. É o caso dos conceitos/definições de *dicionários gerais*, *vocabulários* e *glossários*, já estabelecidos na Norma ISO 1087, mas que ao serem traduzidos por organismos nacionais ou ao serem comentados por grupos de trabalhos, apresentam outras redações, especialmente em relação aos tipos de obras denominadas *vocabulários* e *glossários*⁸⁸.

Barros (2004, p. 132), por exemplo, afirma que, em termos gerais, entende-se como obras lexicográficas os dicionários de língua, os dicionários especiais e outros que registrem unidades lexicais em todas as acepções que possam ter em um sistema linguístico. Já as obras terminográficas são os dicionários terminológicos, também denominados vocabulários, que contêm o conjunto de termos de um domínio especializado (de uma técnica, uma ciência, uma profissão, etc.). A autora acrescenta que, de modo genérico, toda obra lexicográfica ou terminográfica pode ser chamada de repertório ou dicionário.

⁸⁸ Barbosa (2001, p. 26), cita as seguintes definições que constam da Norma ISO 1087:
- Dictionary: structured collection of lexical units with linguistic information about each of them;
- Terminological dictionary (admitted term: technical dictionary): dictionary containing terminological data from one or more specific subject fields;
- Vocabulary (admitted term: glossary): terminological dictionary containing the terminology of a specific subject field or of related subject fields and based on terminology work.

A discussão sobre essas definições e conceitos são extensas e ainda inconclusas. Considerando o escopo estabelecido na pesquisa, que pretende estudar um número limitado de termos, de um segmento específico da área da Conservação de bens culturais, optamos em adotar a definição de *glossário*, conforme os parâmetros e estruturas estabelecidos por Krieger e Finatto (2004) para as seguintes tipologias de obras terminográficas.

Glossário — costuma ser definido como repertório de unidades lexicais de uma especialidade com suas respectivas definições ou outras especificações sobre seus sentidos. É composto sem pretensão de exaustividade.

Dicionário terminológico ou técnico científico — é uma obra que registra o conjunto de termos de um domínio oferecendo primordialmente informações conceituais, e por vezes, linguísticas. Caracteriza-se por uma cobertura exaustiva de itens lexicais.

Banco de dados terminológicos — é uma estrutura informatizada que contém uma lista de termos e um repertório de termos, além de uma série de outras informações relativas ao uso e funcionamento das terminologias (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 51, grifo nosso).

Ainda em relação aos tipos de obras terminográficas, Cabré (1993, p. 289-290) classifica os trabalhos em terminologia a partir dos seguintes critérios: monolíngue, quando se baseia em uma só língua; plurilíngue, quando compreende mais de uma língua. Também pode ser um trabalho pontual ou sistemático. A partir desses critérios de classificação, pode-se produzir quatro tipos de trabalhos terminológicos: 1) trabalho sistemático monolíngue; 2) trabalho sistemático plurilíngue; 3) trabalho pontual monolíngue; 4) trabalho pontual plurilíngue. A autora afirma ainda que cada um deles tem sua metodologia, processos e critérios de trabalho próprios, ainda que metodologicamente coerentes entre si.

Contudo, no estudo terminográfico realizado para a elaboração do produto terminográfico, adotamos os princípios de um trabalho sistemático monolíngue, conforme se discutirá no próximo capítulo.

Sobre a classificação do trabalho como pontual ou sistemático, são considerados dois critérios básicos: o número de termos e a motivação inicial. De acordo com Cabré (1993, p. 339-340), enquanto o trabalho sistemático de terminologia se leva a cabo com a finalidade de coletar de forma estruturada um grande número de termos, que, dentro de uma área ou subárea temática, designam umas noções específicas, o trabalho pontual geralmente é motivado pela necessidade de resolver um problema ou uma dúvida terminológica, e trabalha com um número reduzido de termos. Esta foi a abordagem adotada nas discussões sobre os termos essenciais da Conservação do terceiro capítulo.

A elaboração de qualquer um desses produtos terminográficos exige uma série de etapas, realizadas a partir de uma metodologia norteada pelos princípios teóricos

estabelecidos pela Terminologia. Krieger e Finatto indicam os procedimentos necessários para garantir ao trabalho terminográfico confiabilidade, organização e adoção de métodos homogêneos, estabelecendo os seguintes pontos a serem observados:

- O produto deve atender às necessidades de um público alvo e de preferência, preencher uma lacuna de informação;
- Todo os dados registrados ou utilizados para a futura geração do produto devem ser plenamente confiáveis;
- A utilização e a ordem dos dados registrados, os signos para a sua representação, bem como os símbolos utilizados para identificar dados coletados devem ser convencionais e sistemáticos, preferencialmente, oriundos de normas nacionais ou internacionais;
- A ordenação dos dados de informação sobre o termo no interior de uma ficha de registro ou de uma base de dados e também o modo de organização das entradas no dicionário devem ser adaptadas aos objetivos do trabalho e ao uso que será feito das informações (KRIEGER; FINATTO, 2004, p.130).

A metodologia, tanto em um trabalho pontual como em um sistemático, consiste, em síntese, na coleta, sistematização e apresentação dos termos. Cabré (2005, p.142) esclarece que as etapas de atividades dos trabalhos terminológicos, realizados a partir do marco teórico da TCT, se organizam nos seguintes blocos de atividades: delimitação do tema e definição do trabalho; preparação e planificação; realização; apresentação dos resultados. A síntese de cada fase terminográfica proposta por Cabré (2005, p. 143-146) é apresentada nos próximos parágrafos.

- 1) A primeira fase, de delimitação do tema e definição do trabalho, está relacionada com a aquisição de conhecimentos específicos da área de estudo. A projeção dos conhecimentos deve permitir elaborar um mapa conceitual, a partir do qual são traçadas as fronteiras do tema em estudo dentro do campo de conhecimento. Realiza-se então a definição do trabalho, feito a partir de algumas variáveis, como o tema, a perspectiva a ser adotada, o tipo de trabalho, os destinatários, os objetivos e finalidades;
- 2) Na segunda fase se faz a preparação e organização do trabalho, estabelecendo-se uma estrutura conceitual a partir do que foi definido na fase anterior. Elabora-se uma estrutura conceitual hierárquica com as classes e subclasses dos conceitos e que esteja adequada ao perfil temático do trabalho. Também é realizada a seleção do *corpus* que servirá de fonte de informação;

- 3) Na terceira fase é realizada a recompilação terminológica a partir do *corpus* estabelecido. Além da seleção de termos, também são registradas em arquivos terminológicos as informações associadas a cada termo;
- 4) A fase final consiste na apresentação do trabalho das unidades terminológicas e as informações que a acompanham, observando que o tipo, o nível, o enfoque, o estilo das definições contenham apenas as características pertinentes ao tema proposto no trabalho, que foi definido na primeira fase.

Cada uma dessas fases indicadas acima se desdobram em inúmeras etapas, realizadas em um *continuum* para se chegar aos resultados estabelecidos. Em todas as fases Cabré enfatiza a necessária e constante adequação às características do trabalho inicialmente proposto.

Esta sequência de atividades apresentada por Cabré é que estrutura o próximo capítulo, que trata da aplicação da metodologia no estudo dos termos da Conservação de obras em papel. Nos próximos tópicos discutimos ainda a fundamentação teórica que sustenta algumas questões importantes para a Terminografia e, especialmente, na aplicação dos pressupostos teóricos da TCT, e que nortearam a pesquisa realizada.

4.2.1 *O uso de corpora nos estudos terminológicos*

O uso de *corpora*, entendidos como conjuntos de documentos, existe na área de estudos das linguagens há muito tempo. No entanto, tais estudos ganharam uma nova dimensão em meados do século XX, com o avanço da informática, que possibilitou criar e processar *corpora* gigantescos voltados para os estudos linguísticos. De acordo com Berber Sardinha (2000, p. 325), a diferença é que antes os *corpora* eram coletados, mantidos e analisados manualmente e a ênfase dos trabalhos era, em geral, no ensino de línguas. Agora são realizados de forma eletrônica e o que prepondera são os estudos da linguagem. De acordo com esse autor, a denominada Linguística de *Corpus* ocupa-se

da coleta e exploração de corpora, ou conjuntos de dados lingüísticos [sic] textuais que foram coletados criteriosamente com o propósito de servirem para a pesquisa de uma língua ou variedade lingüística [sic]. Como tal, dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador (BERBER SARDINHA, 2000, p. 325).

No início dos anos de 1990, com a mudança nos paradigmas teóricos na Terminologia, que toma o texto como objeto central de análise, os *corpora* textuais em

formato digital e o uso de ferramentas computacionais para extração da informação passaram a ser utilizados nas pesquisas terminológicas para reconhecimento, análise e coleta de termos, de tal forma que hoje em dia não se concebe realizar um estudo terminológico sem eles (BEVILACQUA, 2013; MACIEL, 2013).

Os *corpora* cumprem distintas funções e usos e, de acordo com Tagnin (2013, p. 216), podem ser assim classificados:

- *corpus* comparável bi- ou multilíngue — composto por dois ou mais *subcorpora* com textos originais nas respectivas línguas;
- *corpus* comparável monolíngue — composto por textos originais numa língua e traduções nessa mesma língua. Tem por objetivo comparar a linguagem produzida por falantes nativos ou fluentes e por tradutores;
- *corpus* de estudo — *corpus* em que se baseia a pesquisa a ser desenvolvida;
- *corpus* de referência — *corpus* que serve de termo de comparação para o *corpus* de estudo;
- *corpus* monitor — *corpus* que é constantemente atualizado a fim de representar a evolução da língua;
- *corpus* paralelo — é constituído de originais e suas respectivas traduções;
- *corpus* estático — *corpus* que não permite acrescentar material novo;
- *corpus* dinâmico — *corpus* que permite o acréscimo de material novo.

Ao analisar a interface entre a Linguística de *Corpus* e a Terminologia, Bevilacqua (2013, p. 12) salienta que os novos paradigmas resultaram em mudanças nos procedimentos metodológicos terminográficos, que adotaram o uso de *corpora* textuais e ferramentas computacionais de extração de informação linguística. Assim, o pressuposto de que os termos devem ser identificados *in vivo*, isto é, dentro de seus contextos de uso (os textos especializados), implica na mudança do método onomasiológico, utilizado na perspectiva prescritivista, para o método semasiológico, adotado nas perspectivas textuais e comunicativas. Nas palavras desta autora:

Uma das principais mudanças que se observa é que, a partir do pressuposto de que é preciso identificar os termos *in vivo*, não se pode mais seguir o método onomasiológico, ou seja, não se pode mais ir do conceito (significado) ao termo (significante), conforme propunha a TGT. Parte-se da premissa de que o termo é um signo linguístico e que, portanto, não é possível separar significado e significante. Contudo, a partir dos textos, começa-se a identificação dos termos pelo significante e, após a investigação de seu uso em contexto, se estabelece o seu

significado, ou, mais ainda, seu valor especializado. Começa então a predominar o método semasiológico. (BEVILACQUA, 2013, p. 12-13).

Cabré (2007, p. 89), em artigo que discute a constituição de *corpora* textuais de especialidade, ressalta que não existe dúvida de que seu desenvolvimento permitiu à linguística descritiva dar um salto qualitativo importante, uma vez que as análises puderam basear-se pela primeira vez em amostras representativas e abundantes das produções linguísticas, possibilitando aos linguistas dar conta mais adequadamente do funcionamento das línguas.

Por sua vez, Aluísio e Almeida (2006, p. 158) ressaltam que por meio de *corpus* é possível observar aspectos bastante relevantes para uma pesquisa linguística, como os morfológicos, sintáticos, semânticos, discursivos, etc., podendo-se ainda explicar a produtividade, o emprego de palavras, expressões e formas gramaticais.

Picht (2004) reconhece que é incontestável que *corpora* passíveis de serem lidos por computador oferecem muitas vantagens, uma vez que o tratamento de grandes quantidades de dados permite um embasamento mais amplo para a pesquisa, processamento rápido e a utilização para diversas finalidades. Contudo, esse autor chama a atenção para as limitações: os dados obtidos são essencialmente quantitativos, isto é, dados terminológicos brutos, uma vez que os programas de computador utilizados para o processamento de um *corpus* não tem propriedades analíticas cognitivas e, por mais que tenham avançado, ainda exigem uma necessária interface “ferramenta-homem”. Além disso, argumenta que o *corpus* sempre tem limites, uma vez que não pode fornecer mais do que aquilo que contém.

Da mesma forma Maciel (2013, p. 42) pondera que o *corpus* será sempre um material incompleto, um artefato preparado em função de critérios preestabelecidos pelo pesquisador para determinados propósitos. Não é, portanto, um material neutro, já que reflete a subjetividade do seu compilador, assim como as opiniões dos autores dos textos e o pensamento de uma dada comunidade em determinada época. A autora lembra ainda que os *corpora* estão sujeitos aos efeitos da passagem do tempo e da evolução das ideias, sendo que nenhum deles contém tudo o que é necessário para entender uma determinada área. Maciel argumenta que essas questões não invalidam o uso dos *corpora*, mas que diante da impossibilidade de abarcar a plenitude da informação, construir ou compilar uma terminologia exige também recursos externos.

Para que os *corpora* tenham validade é preciso estabelecer critérios para a sua construção. As recomendações dos autores sobre essa questão são variadas. Cabré (1993, p. 298-299), por exemplo, defende que o *corpus* deve ter as seguintes características: ser pertinente, isto é, representativo do campo em que se trabalha e, se possível, ser redigido por um autor qualificado; ser completo, isto é, incluir todos os

aspectos relacionados com o tema de trabalho; ser atual, para que a lista de termos a ser extraído possa refletir a realidade linguística presente no âmbito em questão; e ser original, quer dizer, deve estar expresso na língua em que se trabalha. Já Barros (2004: 203-204), recomenda avaliar datas das publicações, autoridades dos autores, se o autor escreve na língua materna e o alcance geográfico e temporal das obras.

A partir da síntese de vários autores, Alúcio e Almeida (2006, p. 158-159), propõem os seguintes critérios para garantir representatividade aos *corpora*:

- autenticidade — os textos devem ser escritos em linguagem natural e por falantes nativos;
- representatividade — os textos devem representar e espelhar as características linguísticas da comunidade cuja língua está em análise;
- balanceamento — um necessário equilíbrio, que pode ser de gêneros discursivos, ou de tipologia de textos, ou de títulos, ou de autores, etc.;
- amostragem — quantidades representativas;
- diversidade — de gêneros, de tipologia de textos e de tópicos;
- tamanho — deve ser adequado ao tipo de pesquisa e a metodologia adotada.

Pearson (2004, p. 55) propõe que um *corpus* relevante deve possibilitar encontrar não somente um número considerável de termos técnicos, como também os elementos que irão compor a definição de cada termo. Para essa autora, não é a tipologia dos textos especializados que garante a presença ou não dos elementos definitórios, mas sim um elemento extra-textual: a relação entre autor e leitor. É esta relação, presente no cenário comunicativo profissional ou educativo, que determina a quantidade de explicações que serão fornecidas em um determinado texto. A partir dessa abordagem, Pearson (2004, p. 55-56) propõe que existem três tipos de relações que interessam em relação aos textos especializados:

- O primeiro tipo se refere às comunicações entre especialistas (por exemplo, artigos publicados em revistas especializadas), os quais terão uma frequência muito alta de termos técnicos, mas poucos elementos definitórios, uma vez que se supõe que o leitor conhece e entende os termos utilizados;
- O segundo tipo de relação diz respeito à comunicação entre especialistas e pessoas que já tem uma certa competência na área, ou seja, é uma comunicação entre pessoas de distintos níveis de formação. Nesse caso os autores irão definir ou explicar alguns termos quando julgarem que esses termos não são conhecidos por seus leitores;

- O terceiro tipo de relação se refere à comunicação entre especialistas e pessoas que não tem nenhuma formação na área, mas que necessitam conhecer e entender esta terminologia. Neste caso, a densidade de termos é menor quando comparada às duas situações anteriores, porém pode-se esperar encontrar uma grande densidade de elementos definitórios.

Com estes critérios, Pearson (2004, p. 52) pretende melhor definir o que é um *texto especializado*, uma vez que este termo é usado para descrever um grande número de textos, sendo que, para a autora, nem todos são adequados à realização de um trabalho terminográfico. Pearson (2004, p. 56-57) sugere que, além de se considerar os três tipos de cenários comunicativos, na seleção de textos para compor os *corpora* também sejam observados os seguintes critérios:

- os textos devem ter sido publicados, uma vez que devem ser analisados textos que foram redigidos para serem lidos;
- os textos devem ser completos;
- o autor pode ser um indivíduo, um grupo de indivíduos, uma associação ou uma federação. Em qualquer desses casos, o autor deve ser competente para escrever no domínio em questão;
- os textos devem ser aqueles destinados a serem utilizados num âmbito profissional ou de ensino;
- a data da publicação pode ser importante, sobretudo em áreas em plena evolução;
- a função do texto deve ser informativa, didática ou normativa.

Por fim, uma última questão a ser considerada em relação à definição dos *corpora* nos estudos terminográficos diz respeito ao seu tamanho. Existem inúmeras discussões sobre extensão de um *corpus* para que seja considerado representativo de uma linguagem especializada. Em geral a tendência é considerar que quanto maior, melhor será a sua representatividade quantitativa.

As discussões aqui indicadas sobre os pressupostos e exigências em relação aos *corpora* foram adotadas na etapa da construção do *corpus* para o estudo dos termos da Conservação de obras em papel e serão retomadas no próximo capítulo, onde detalhamos as etapas realizadas para a elaboração do glossário.

4.2.2 *Organização dos termos e conceitos em um sistema: mapas conceituais e árvores de domínio*

Uma das etapas dos estudos terminológicos, relacionada com a delimitação do tema de estudo e a definição dos termos que compõe a nomenclatura, é a organização de um sistema estruturado do conhecimento. Para isso podem ser usados mapas conceituais e árvores de domínio. Discutimos aqui alguns princípios que embasam estas estruturas e, mais especificamente, a sua aplicação nas etapas terminográficas de organização dos termos e conceitos de uma área especializada.

Mapas conceituais são uma ferramenta importante para a representação e visualização de como as áreas de conhecimento se organizam, e já foram utilizados nos dois primeiros capítulos desta tese para mostrar algumas características da Conservação de bens culturais dentro do campo patrimonial.

Os mapas conceituais têm como fundamentação a teoria do conhecimento significativo de David Ausubel, que se baseia nos processos cognitivos humanos. Como explicam Coraiola, Bortolozzi e Eleutério (2006, p. 373), trata-se da teoria da assimilação, que descreve como o estudante adquire conceitos, tendo como premissa fundamental de que o aprendizado significativo ocorre quando uma informação nova é adquirida mediante um esforço por parte do aprendiz em relacionar as informações com os conceitos ou proposições relevantes preexistentes em sua estrutura cognitiva, a partir de sua experiência anterior. Novak e Cañas (2010, p. 10-11), informam que os mapas conceituais foram inicialmente propostos por Novak, na Universidade de Cornell, em 1972, a partir de um estudo sobre como as crianças entendem a ciência, e que tinha como referência a psicologia de aprendizagem de David Ausubel. Os pesquisadores observaram que as crianças tinham dificuldade de compreender conceitos científicos e, diante da necessidade de encontrar uma forma melhor de representar a compreensão conceitual de crianças, surgiu a ideia de que o conhecimento infantil fosse representado na forma de mapa conceitual. Desse modo, nascia uma nova ferramenta, não apenas para o uso em pesquisa, como também para muitos outros fins.

Em termos gerais, os mapas conceituais são ferramentas gráficas, semelhantes a um diagrama, empregados para a organização e representação do conhecimento, nas quais são mostrados os conceitos e as relações entre eles, indicadas por linhas que os interligam e inserindo-se palavras ou frases de ligação, que especificam os relacionamentos entre dois conceitos (NOVAK; CAÑAS, 2010; CORAIOLA; BORTOLOZZI; ELEUTÉRIO, 2006).

Amoretti e Tarouco (2000, p. 1) afirmam que a representação do conhecimento em mapas conceituais, com os conceitos organizados de forma relacional e modular, em classes e subclasses, é uma maneira alternativa de estruturar a informação. Para

essas autoras a fundamentação teórica dos mapas conceituais decorre da teoria das redes semânticas que é “basicamente uma representação visual do conhecimento, uma espécie de grafo orientado, etiquetado, geralmente conexo e cíclico, cujos nós representam os conceitos e seus arcos, ligações (links), representam as relações entre os conceitos”.

Assim, por suas características, existem inúmeras aplicações e tipos de mapas conceituais⁸⁹, que podem servir como estratégia de estudo, para organizar conceitos, estabelecer sequências de conteúdos e estruturar conhecimentos, apresentar grades curriculares, sintetizar teorias, entre outros (CORAIOLA; BORTOLOZZI; ELEUTÉRIO, 2006, p. 375).

No campo da Terminologia, uma das etapas importantes do trabalho terminográfico é a organização dos termos dentro de uma estrutura que caracteriza o domínio de conhecimento especializado. De acordo com Cabré (2003, p. 184), as unidades terminológicas ocupam um lugar preciso num mapa conceitual e o seu significado específico é determinado por este lugar.

Almeida (2003, p. 219) afirma que a partir da elaboração da estrutura conceitual é possível recuperar não apenas a organização do conhecimento do domínio que se toma como objeto de estudo, mas também todas as relações entre os conceitos e todas as possibilidades de denominação desses conceitos. Por conta disso o mapa conceitual deve ser organizado preliminarmente ou concomitantemente à extração dos termos, pois, segundo (ALMEIDA, 2006, p. 89), “à medida que os termos vão sendo obtidos é que se pode ter uma visão real de quais serão os campos nocionais que deverão integrar o mapa conceitual”. Assim, a autora defende que os mapas conceituais são fundamentais no trabalho terminológico, uma vez que:

- Possibilitam uma abordagem mais sistemática de um campo de especialidade;
- Circunscrevem a pesquisa, já que todas as ramificações da área-objeto, com seus campos, foram previamente consideradas;
- Delimitam o conjunto terminológico;
- Determinam a pertinência dos termos, pois, separando cada grupo de termos pertencente a um determinado campo, poder-se-á apontar quais termos são relevantes para o trabalho e quais não são;

⁸⁹ Mapas conceituais podem ser feitos facilmente em uma folha de papel. Mas existem inúmeros *softwares* que auxiliam na construção de mapas conceituais. Pode-se citar o CMapTools, que foi desenvolvido pelo IHMC – *Institute for Human Machine Cognition*, da Universidade da Flórida, o qual permite a construção individual ou colaborativa de mapas conceituais. Este *software* pode ser acessado gratuitamente no endereço eletrônico <https://cmap.ihmc.us>.

- Preveem os grupos de termos pertencentes ao domínio, como também os que fazem parte de matérias conexas;
- Definem as unidades terminológicas de maneira sistemática;
- Controlam a rede de remissivas.

Também Barros ressalta a importância da organização dos conceitos de um domínio em um sistema estruturado, que a autora chama de *sistema de conceitos*, ou ainda, *sistema conceptual*, ou *sistema de noções*, ou *mapa conceptual*, ou *árvore de domínio*, os quais têm a seguinte definição, a partir da ISO 1087: “conjunto estruturado de conceitos construído com base nas relações estabelecidas entre esses conceitos e no qual cada conceito é determinado por sua posição nesse conjunto” (Barros, 2004, p. 112).

Krieger e Finatto (2004, p. 134) ressaltam a necessidade de elaboração das árvores de domínio, definidas como diagramas hierárquicos compostos por termos-chave de uma especialidade. As autoras também lembram que a elaboração desta estrutura é recomendada na Norma ISO 1087, para que se tenha uma aproximação inicial de uma área de conhecimento.

No presente trabalho os mapas conceituais e as árvores de domínio foram fundamentais em várias etapas. Inicialmente, os mapas conceituais serviram para explicitar as características de organização da área da Conservação e de inserção da sub-área das obras em papel, dentro do contexto de estudo proposto na pesquisa, conforme visto nos capítulos anteriores. Já no quinto capítulo, descrevemos como as fases de estruturação do glossário e da escolha dos termos candidatos que constariam da obra terminográfica foram realizadas a partir de uma árvore de domínio. Tal estrutura inclusive faz parte do glossário, uma vez que, por suas características didáticas, possibilita ao estudante a visualização clara sobre como o conhecimento se organiza e se articula no domínio da Conservação de obras em papel.

4.2.3 A composição da nomenclatura

Para além das etapas pragmáticas da realização do trabalho terminográfico, existem outras bastante complexas, como, por exemplo, àquelas relacionadas às escolhas sobre a composição do produto terminográfico final. Tal complexidade está relacionada à identificação da importância terminológica dos termos candidatos que forem compilados no *corpus* de estudo.

Essa etapa está necessariamente associada às demais etapas, desde os objetivos estabelecidos, a definição do público, a escolha e compilação do *corpus* de estudo, a extração dos termos candidatos com o auxílio de ferramentas informatizadas

e a elaboração de mapas conceituais e árvores de domínios. No entanto, ao se ter uma listagem de termos, por vezes bastante extensa, devem ser tomadas decisões de quais irão, por fim, compor a nomenclatura.

Krieger e Finatto (2004, p. 127) definem nomenclatura coma a lista de verbetes ou de entradas que perfaz o todo do dicionário. Bessé, Nkwenti-Azeh e Sager (2011, p. 141, tradução nossa), por sua vez, estabelecem a seguinte definição: “Nomenclatura - um conjunto de termos que estão ligados por relações conceituais bem estruturadas e que são formados de acordo com regras sistemáticas para classificação e nomeação dos termos.”⁹⁰

A definição prévia dos tipos de unidades linguísticas que irão compor a nomenclatura é um dos parâmetros que serve como delimitador. Em geral, os dicionários terminológicos são formados por substantivos ou substantivos acompanhados de adjetivos, que conformam respectivamente termos simples ou termos sintagmáticos. De acordo com Bessé, Nkwenti-Azeh e Sager (2011), os sintagmas são expressões combinando várias palavras e/ou termos, formando uma unidade sintática. Assim, dependendo da especificidade do estudo, também podem ser incluídos sintagmas formados por verbos e advérbios.

Krieger e Finatto (2004, p. 131) indicam as seguintes especificidades das nomenclaturas que fazem parte dos dicionários terminológicos: os termos constituídos por sintagmas são muito mais numerosos que os formados por uma só palavra; a categoria gramatical que predomina no conjunto de entradas é o substantivo; termos antigos em desuso ou obsoletos tendem a ser omitidos, privilegiando-se a atualidade da linguagem especializada sob exame. Essas autoras assim sintetizam o que deve nortear a escolha dos termos que irão compor o repertório:

Em síntese, as características da especialidade ou da ciência que terá sua terminologia repertoriada, as circunstâncias que determinam um recorte de uma realidade e de um vocabulário, o tipo de destinatário da obra e as condições de comunicação são os principais fatores a considerar quando se estabelece a nomenclatura de um dicionário terminológico (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 133).

No presente estudo, como se verá adiante, priorizamos os termos simples como, por exemplo, *celulose*, e sintagmáticos, como *controle integrado de pragas*.

Na delimitação da nomenclatura geralmente são utilizados tanto os critérios quantitativos, como os estatísticos e de frequência, como também qualitativos, como a análise da natureza semântica, o grau de aceitabilidade dos termos, dentre outros (BARROS, 2004, p. 195).

⁹⁰ No texto original: *Nomenclature – a set of terms which are linked by tightly structured conceptual relationships and which are formed according to systematic rules for classifying and naming terms.*

Barros (2004, p. 197) sugere adotar o índice de fiabilidade, que consiste na avaliação de um termo a partir de uma escala de valores, como um dos critérios de natureza qualitativo para a seleção dos termos que irão compor a obra terminográfica. Os principais códigos de fiabilidade normalmente empregado, citados por essa autora, são os seguintes: *termo normalizado*, *termo privilegiado*, *termo tolerado*, *termo rejeitado*, podendo-se ainda incluir *termo a evitar*, *termo correto*, *termo não oficial*, dentre tantos outros, dependendo da convenção adotada no âmbito do projeto.

Como se mostrou, existe um conjunto de procedimentos e critérios que justificam e orientam as decisões de inclusão ou exclusão de termos que irão fazer parte da obra terminográfica. Não se pode esquecer que o referencial teórico adotado em um estudo também necessariamente interfere nestas decisões. A posição defendida pela TCT de aceitação das variações dos termos existentes em cada domínio, por exemplo, implica em tomadas de decisões sobre como tratar as variantes encontradas. Assim, a inserção de termos na nomenclatura é definida não somente a partir da pertinência temática, como também considerando a pertinência pragmática como, por exemplo, a inclusão de sinônimos e de termos correlacionados.

4.2.4 *Registro de dados: as fichas terminográficas*

Nas atividades do trabalho terminográfico as etapas de coleta e sistematização exigem a elaboração de uma ferramenta para organizar as informações sobre cada termo. Para isso são elaboradas fichas em bases informatizadas, contendo campos necessários para registrar e recuperar rapidamente os dados que serão utilizadas na análise das informações, formulação dos verbetes e posterior geração do glosário. Almeida (2003, p. 220) informa que o preenchimento das fichas é uma etapa imprescindível numa pesquisa terminológica, pois a ficha constitui-se num verdadeiro dossiê do termo, contendo toda a sorte de informações que se mostrarem pertinentes para a pesquisa em foco.

Para Aubert (2001, p. 31-32), a ficha terminológica constitui uma constatação do uso em situação e ela fundamenta-se sobre um contexto, cujos traços semânticos permitem depreender a relação significado (conceito)/significante (designação).

Krieger e Finatto (2004, p. 136) definem a ficha terminológica como o núcleo de informação que contém o registro completo e organizado de informações referentes a um termo ou expressão sob estudo. Essas autoras destacam que a especificidade de cada trabalho exige distintos tipos de ficha e não existe, portanto, um modelo único. O importante é que a ficha seja bem planejada e atenda às necessidades de cada projeto, garantindo que as informações sejam facilmente compreendidas e recuperáveis. As autoras pontuam quais são as informações indispensáveis: a fonte textual de coleta de um termo; o segmento de texto onde esse termo ocorre; os seus contextos de

uso; informações sobre variantes denominativas; sinônimos e construções recorrentes que o acompanham.

Ao discorrer sobre as fichas do trabalho terminográfico, Cabré (1993, p. 306), recomenda que sejam previstas as seguintes informações:

- a forma terminológica, representada como entrada, como aparece gramaticalmente colocada no texto;
- o contexto, que é o segmento de texto em que a unidade terminológica aparece e funciona gramaticalmente;
- a referência do documento em que aparece o termo;
- a categoria gramatical e as subcategorias, detectadas pela forma de apresentação do termo no contexto em que aparece;
- outras informações mais heterogêneas e irregulares, como formas equivalentes, ilustrações, uma definição complementar, etc.;
- outras informações adicionais sobre a gerenciamento do trabalho: autor da ficha, data da redação, etc.;
- notas diversas.

Ainda que existam recomendações sobre as estruturas das fichas terminográficas, os autores (CABRÉ, 1993; KRIEGER e FINATTO, 2004) concordam que os modelos e campos das fichas podem ser variáveis, de acordo com a natureza e objetivos de cada projeto. Os vários modelos de fichas discutidos pelos citados autores, assim como os objetivos do projeto e o público a que se destina o produto terminográfico proposto nesta pesquisa, serviram de parâmetro para a elaboração dos campos de uma ficha de trabalho, a ser mostrada no quarto capítulo.

4.2.5 *A elaboração das definições terminológicas*

No processo de produção da obra terminográfica, após a coleta dos termos, a escolha de quais devem compor a nomenclatura e a organização dos dados em fichas de trabalho, procede-se à elaboração das definições ou enunciados definitórios.

A definição terminológica, ainda que tenha suas especificidades, guarda proximidade com as definições lexicográficas e enciclopédicas, sendo, por vezes, difícil estabelecer distinção clara entre os vários tipos de definições. Para Barros (2004, p. 161), enquanto o dicionário de língua procura apresentar de forma exaustiva todos

os sentidos de uma unidade lexical dentro de um sistema linguístico, uma obra terminográfica se atém exclusivamente ao conteúdo específico de um termo em um dado domínio.⁹¹

Segundo Krieger e Finatto (2004, p. 160), definir, no âmbito da terminologia, dito de uma forma simples, é estabelecer um vínculo entre um termo, um conceito e um significado. No entanto, as autoras reconhecem que se trata de um tema de elevada complexidade, uma vez que, com a formulação de uma definição, são mobilizados, constituídos e atualizados, em distintos níveis, diferentes valores e potencialidades de conhecimento e significação. Assim, para estas autoras, a definição terminológica é

[...] um enunciado-texto que dá conta de significados de termos ou de expressões de uma técnica, tecnologia ou ciência no escopo de uma situação comunicativa profissional, veiculando, assim, conceitos de uma área de conhecimento. Nesse caso, grosso modo, definir corresponde a expressar um determinado saber, uma porção desse conhecimento especializado (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 92-93).

Barros estabelece, por sua vez, que *definição* (ou *enunciado definicional*) é o enunciado que descreve o conteúdo semântico-conceptual de uma unidade lexical ou terminológica em posição de entrada de um verbete. A autora complementa: “Consiste em uma paráfrase sinonímica que exprime o conceito designado pela unidade lexical ou terminológica por meio de outras unidades linguísticas; é um conjunto de informações que são dadas sobre a entrada”. (BARROS, 2004, p. 159).

Para esta autora, existem questões objetivas e subjetivas que interferem na elaboração das definições terminológicas. Nas suas palavras:

A respeito da definição em dicionários terminológicos (DT), convém destacar as condições de produção, as quais envolvem elementos objetivos (*corpora* orais, em papel ou digitalizados, ferramentas informáticas, fichas e fichários terminológicos e todo o aparato material necessário ao trabalho de criação do repertório) e subjetivos, como a área de conhecimento, terminólogos, público alvo, objetivos da obra e outros (BARROS, 2004, p.161).

A Terminologia, especialmente na perspectiva clássica, há muito desenvolveu normatizações para a elaboração dos enunciados definitórios. Ainda que, atualmente, se adote uma perspectiva mais flexível, algumas diretrizes permanecem úteis.

⁹¹ A partir da categorização dos tipos de dicionários (dicionário comum de linguas, dicionário enciclopédico e dicionários especializado), ainda que provisória por conta dos seus limites, Finatto (2001, p. 120) afirma que é possível estabelecer os seguintes tipos de definições:

- definições lexicográficas, que caracterizam-se pela predominância de informações linguísticas, tratando mais de “palavras”;
- definições enciclopédicas, que se ocupam mais de referentes e de descrição de “coisas”;
- definições terminológicas, que trazem predominantemente conhecimentos formais sobre “coisas” e “fenômenos”.

A Norma ISO 704 (*Terminology work — Principles and methods*), por exemplo, destaca as seguintes recomendações para a escrita de uma definição.

- sua formulação deve refletir e ser adequada ao sistema conceitual do domínio a que está relacionada;
- deve ser objetiva e concisa, privilegiando as características essenciais do objeto que define;
- evitar definições incompletas, circulares ou em formas negativas;
- informações extras ou comentários devem ser indicados em uma nota, que complementa a definição (INTERNATIONAL STANDARD, 2000).

A norma ISO 704 comenta e recomenda duas categorias de definições: a definição por intenção, elaborada a partir da indicação do gênero próximo e da diferença específica e a definição por extensão, que consiste na enumeração dos entes a que se aplica uma denominação.⁹² Krieger e Finatto (2004, p. 161-165) informam que o gênero próximo e a diferença específica têm sido tomados como parâmetros de qualidade para observação do enunciado definitório desde os estudos clássicos de filosofia, retórica e lógica. Essas categorias aparecem, ao longo do tempo, como principais pontos de reflexão sobre a formulação da definição dos mais diferentes tipos e vêm sendo utilizadas de distintas maneiras em função de variados objetivos e enfoques. Nas suas palavras:

As definições, [...], geralmente têm sido apreciadas em função da presença delimitadora, na formulação do enunciado, de duas categorias: o gênero próximo e a diferença específica. Gênero próximo é a porção da definição que expressa a categoria ou classe geral a que pertence o ente definido. A diferença específica é a indicação da(s) particularidade(s) que distingue(m) esse ente em relação a outros da mesma classe. Por exemplo, se tivéssemos uma definição de *cadeira* formulada como *peça de mobiliário que serve para sentar*, o segmento *peça de mobiliário* corresponderia ao gênero próximo, enquanto que *serve para sentar* seria a diferença específica (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 93).

Barros (2004, p.167) alerta que a aplicação do modelo gênero próximo mais diferença específica é limitada, sendo funcional somente em sistemas extremamente coerentes. Para a autora, o modelo é aplicável a termos que mantêm entre si uma relação de tipo genérico específico, sendo que em outros tipos de relações o resgate do hiperônimo pode ser apenas aproximativo, com a adaptação da fórmula, ou até mesmo nem ser possível.

⁹² Krieger e Finatto (2004, p. 165) citam o seguinte exemplo para a *definição por extensão*: Planeta do sistema solar – Mercúrio, Vênus, Terra, Marte, Júpiter, Saturno, Urano, Netuno, Plutão.

Os estudos atuais reconhecem que as categorias do gênero e da diferença constituem-se nas condições mínimas e necessárias para a formulação de definições logicamente corretas e inteligíveis. No entanto, outros elementos também devem ser considerados. Krieger e Finatto (2004, p. 169-170) ressaltam os aspectos textuais, especialmente nas definições que integram terminologias das ciências sociais e de áreas afins. Ao estudar as definições no âmbito jurídico-ambiental, estas autoras identificam que a constituição e eficiência comunicativa das definições terminológicas nesta área estão necessariamente perpassadas pelas condições de manutenção de vínculos com seus co-textos e contextos. Segundo Krieger e Finatto,

[...] a trajetória atual do enfoque da definição pode tender também para a identificação e consideração de elementos cultural-comunicativos, textuais e discursivos presentes nos enunciados, o que, sem dúvida, é um passo muito importante rumo a uma visão mais integrada da comunicação, tanto entre especialistas e seus pares quanto entre especialistas e leigos. Nessa via, a definição técnico-científica, seja de que tipo for, é antes de tudo um texto e, como tal deve ser considerado (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 164).

Assim, ainda de acordo com essas autoras,

[...] para descrever e compreender o perfil definitório de uma área ou subárea do conhecimento, é preciso que o investigador possa percebê-lo no interior de uma moldura ou *frame* epistemológico, de uma linguagem especializada e inclusive “visão de mundo”, tendo em conta sua ambiência natural e, principalmente, suas condições textuais (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 172).

Ainda sobre as questões a serem consideradas na elaboração das definições, além do tipo e características da área de conhecimento, é preciso ressaltar as necessidades de informação dos usuários que se pretende atingir.⁹³ No processo da formulação definitória ideal que melhor atenda ao usuário do texto-definição, Krieger e Finatto sugerem, quando necessário, o uso das definições enciclopédicas para complementar a definição terminológica, uma vez que elas podem “resgatar algumas relações básicas da definição terminológica com textos de diferentes graus de especialização e até com algumas das condições histórico-sociais das áreas de conhecimento em estudo” (KRIEGER; FINATTO, 2004, p. 175).

Também do ponto de vista do referencial teórico da TCT, não se pode esquecer que as unidades terminológicas estão necessariamente subordinados a um contexto temático. Desta forma, os termos devem ser definidos respeitando-se o contexto em que

⁹³ Krieger e Finatto lembram que o usuário das obras terminológicas, em geral, é possuidor de nível médio de conhecimentos, não sendo nem um iniciante quase leigo e nem uma autoridade no assunto em foco. De acordo com as autoras, “dicionários terminológicos tendem a ser muito mais utilizados por profissionais de especialização baixa e mediana, por tradutores e especialistas e técnicos de áreas afins” (Krieger e Finatto, 2004, p. 174).

foram identificados. Tais contextos temáticos relacionados o uso dos termos, além dos objetivos do trabalho terminológico e do público a que se destina a obra terminográfica, foram considerados na etapa da elaboração das definições, conforme se discutirá no próximo capítulo.

Assim, em um primeiro momento, para a elaboração da definição terminológica, recomenda-se buscar por contextos explicativos e definitórios no próprio *corpus* de estudo. Os resultados dessa busca, por sua vez, estão diretamente relacionados às características deste *corpus*, que podem ter uma quantidade variável de definições, como se viu nas questões explicitadas por Pearson (2004), quando se analisou as categorias de textos especializados que devem conformar os *corpora*.

Portanto, dependendo do tipo de textos que compõe os *corpora*, é preciso buscar auxílio em outras fontes. No trabalho terminológico pode ser organizada uma base definicional, formada pelo repositório de excertos definitórios e/ou explicativos referentes ao termo, compilados de fontes que não estejam contempladas no *corpus* como, por exemplo, textos em outros idiomas, provenientes de livros, manuais, revistas científicas, ou mesmo dicionários de áreas conexas, dicionários de língua geral, sítios da Internet e demais fontes que se mostrarem úteis para a obtenção de informações pertinentes sobre os termos que serão definidos (ALMEIDA, 2006, p. 90). Desta forma, o *corpus* é a referência constante, tanto para a coleta dos termos como para a elaboração das definições. Mas, se necessário, outras fontes podem ser usadas para auxiliar o processo de composição de definições.

Em síntese, a complexa etapa da elaboração das definições em um repertório pode contar com as normas estabelecidas e com fórmulas tradicionais seguidas pela Terminologia, como a de gênero próximo e diferença específica, para se atingir uma desejada objetividade e clareza. Contudo, as características da área de conhecimentos especializado e os objetivos iniciais continuam sendo um parâmetro constante na busca de uma comunicação adequada com o público a que se destina a obra terminográfica.

4.2.6 Componentes estruturais das obras terminográfica: a macroestrutura e microestrutura

Os resultados da análise terminológica, como visto, são apresentados em uma obra terminográfica, que pode ser um dicionário especializado ou um glossário impresso, ou ainda, uma base terminológica disponibilizada na internet. A sua elaboração implica na definição dos componentes estruturais da obra terminográfica, que se organizam a partir da macroestrutura e da microestrutura. A primeira, também chamada por alguns autores de superestrutura ou hiperestrutura, corresponde à organização interna da obra. A segunda refere-se à organização dos dados contidos em cada verbete do repertório.

Na versão definitiva de um trabalho terminológico podem ser seguidas algumas recomendações estabelecidas pelas normas internacionais e também ser adotadas algumas convenções gerais já definidas pela lexicografia para a elaboração dos dicionários.

Em relação à macroestrutura, Cabré (1993, p. 325-332) recomenda que o trabalho terminológico formalizado contenha as seguintes informações, que podem ser organizadas de formas distintas, dependendo das características de cada obra.

- 1) *Identificação do trabalho*: título e autores.
- 2) *Sumário*
- 3) *Apresentação* — em alguns trabalhos, a introdução pode ser precedida por um texto assinado por alguma personalidade representativa.
- 4) *Introdução e justificativa* — apresentação do trabalho de forma sintética, que pode incluir justificativa pela escolha do tema, delimitação da área de trabalho, explicitação dos objetivos e destinatários, dentre outros.
- 5) *Normas de utilização da obra* — indicação da metodologia de trabalho seguida de orientações para a sua consulta.
- 6) *Organização conceitual do campo de trabalho* — informações, em geral, apresentadas na forma de uma estrutura conceitual, que servem tanto para mostrar a organização nocional da obra como para determinar o alcance conceitual do trabalho.
- 7) *Glossário de termos* — apresentação dos termos em forma de artigos de dicionários, contendo duas partes: a entrada e as informações que a acompanham.
- 8) *Índice de termos por línguas* — nos trabalhos terminológicos que contém denominações em mais de uma língua é preciso incluir um índice de termos para cada língua, com as equivalências correspondentes a todas as línguas do trabalho.
- 9) *Outros índices*
- 10) *Bibliografia* — lista de obras utilizadas na elaboração do trabalho, que podem ser organizadas pela tipologia, como, por exemplo, obras lexicográficas, obras terminológicas e obras especializadas.

Na composição da estrutura do glossário proposto, como se discutirá no capítulo à frente, foram adotados alguns destes itens recomendados por Cabré considerados adequados ao projeto em desenvolvimento.

Para Barros (2004, p. 151-152), a organização da macroestrutura e microestrutura está relacionada às características gerais do repertório, ou seja, a estruturação das informações em verbetes, à presença ou não de anexos, índices remissivos, ilustrações, setores temáticos, mapa conceptual e outros. Esta autora informa ainda que, em geral, a macroestrutura dos dicionários é formada minimamente por uma introdução, a lista de entradas e os verbetes em si. Na introdução se esclarece ao leitor as características da obra, os critérios adotados para a sua elaboração, seu público alvo, seus objetivos e informações básicas sobre o domínio especializado cuja terminologia é tratada na obra. A lista de entradas é o conjunto de unidades linguísticas descritas nos verbetes e que compõe a macroestrutura. Já os verbetes, reúnem os dados relativos à unidade lexical ou terminológica descrita e compõem-se de pelo menos dois elementos: entrada e o enunciado lexicográfico/terminográfico, ou seja, respectivamente unidade lexical ou terminológica que encabeça um verbete e as informações fornecidas sobre ela.

A ordenação para a apresentação dos termos, conforme orienta Cabré (1993, p. 329), pode seguir ordem alfabética ou temática, que se baseia na organização conceitual do trabalho. Contudo, em geral, o método alfabético é o mais usado. Independente da ordem como os termos sejam organizados, o sistema de remissivas permite estabelecer, quando pertinente, as correlações entre eles.

De acordo com Barros (2004, p. 174, o sistema ou rede de remissivas é um dos componentes estruturais dos repertórios, a partir do qual é possível resgatar as relações semântico-conceituais existentes entre as unidades lexicais ou terminológicas que compõem a nomenclatura de uma obra lexicográfica ou terminográfica.

Krieger, Maciel e Bevilacqua (2001, p. 252) ressaltam o caráter pragmático dos dicionários especializados, que também funcionam como um sistema de recuperação da informação. Assim, para as autoras, a organização microestrutural costuma compreender um sistema informativo, com repercussões na macroestrutura, “visando levar o usuário a realizar um percurso de busca de informação não limitado a simples leitura do par: termo de entrada e definição”. O que as autoras chamam de rede de remissivas ou referência cruzada estrutura-se em duas direções principais:

- As relações semânticas que o termo de entrada mantém com outros termos do domínio repertoriado e, por vezes, com o de outros domínios ou subdomínios afins;
- Os usos específicos do termo no interior do universo em que está inserido.

A indicação da remissiva pode assumir várias formas que orientam o leitor a um verbete em que se encontram as informações que deseja, como o *V.* (ver), *q.v.* (queira ver), *cf.* (confronte, compare), dentre outras (Barros, 2004, p. 176).

Por fim, ressalta-se que todos os componentes estruturais devem ser homogêneos e baseados em critérios claros, de forma a garantir sua adequação ao perfil do usuário e com informações consoantes ao tipo de obra que se está elaborando.

Os pressupostos teóricos especialmente aqueles estabelecidos pela Socioterminologia e a TCT, assim como as recomendações que fazem parte da Terminografia discutidas neste capítulo, subsidiaram as etapas da pesquisa sobre os termos da disciplina de Conservação de obras em papel e que resultou na elaboração do glosário. O próximo capítulo é dedicado à descrição do processo de elaboração da obra terminográfica.

5 A APLICAÇÃO DA METODOLOGIA TERMINOLÓGICA NO ESTUDO DA CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

Conforme indicado na introdução, tínhamos como proposta realizar um estudo sistemático para a área da Conservação de obras em papel, com um resultado prático que se consubstanciou em um glossário voltado para o público universitário. Na primeira parte deste capítulo são mostradas todas as etapas realizadas para se alcançar os objetivos da pesquisa, tendo como apoio os princípios conceituais e metodológicos apontadas no capítulo anterior sobre a Terminologia e Terminografia.

Ressaltamos que as etapas aqui discutidas, apesar do caráter pragmático que caracteriza o trabalho terminológico, também permitem identificar questões fundamentais sobre a situação e características da área de especialidade em estudo. Retomamos mais uma vez a afirmação de Krieger e Finatto (2004, p. 124), de que “à medida que, em Terminologia, um fazer dicionarístico técnico-científico assume valor ímpar, ao mesmo tempo, fornece importante material para a reflexão teórica da disciplina”. Consideramos, assim, que o próprio processo de elaboração do produto terminográfico proposto nesta pesquisa respalda e subsidia reflexões sobre a epistemologia das disciplinas de Conservação. Tais questões são pontuadas na segunda parte do capítulo.

5.1 O processo de elaboração do glossário

As etapas a seguir descritas baseiam-se especialmente nas recomendações de Cabré (1993) para o trabalho terminográfico sistemático, no qual a autora estabelece os seguintes blocos de atividades: delimitação do tema e definição do trabalho; preparo e organização; recompilação terminológica. Descrevemos na sequência os desdobramentos destes blocos, com as etapas de organização do trabalho, delimitação do tema, elaboração da árvore de domínio, preparo do *corpus* de estudo, coleta de termos, definição da nomenclatura e das definições e estruturação do glossário.

5.1.1 *Preparo do trabalho: caracterização da área de estudo*

Esta etapa inicial de preparo do trabalho terminológico é direcionada para a delimitação do estudo e identificação de como a área de conhecimento especializado se organiza, o que se refletiu, ao final, na estrutura da obra terminográfica produzida.

Inicialmente foi realizado um levantamento dos textos especializados publicados na área da Conservação de obras em papel, com o objetivo de identificar a situação e, especialmente, a produção de conhecimento da área. Este levantamento também permitiu definir os textos que iriam compor o *corpus* do estudo terminológico.

Para tanto, realizamos uma pesquisa em bases de dados, bibliografias citadas

em publicações, *sites* de instituições com atuação importante na área e revistas disponíveis *on-line*, tanto naqueles relacionados com a conservação e restauração de obras em papel, assim como de áreas afins, como a Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Para selecionar os textos foram considerados os seguintes critérios:

- textos relacionados à área de estudo de uma forma ampla, incluindo a conservação preventiva, conservação e restauração de acervos documentais, bibliográficos e obras de arte em papel;
- textos publicados ou disponíveis na internet;
- textos escritos em língua portuguesa, por profissionais brasileiros, ou seja, falantes nativos.
- recorte temporal amplo, que incluiu desde textos mais antigos localizados (1969), até o ano de 2016, quando a pesquisa foi realizada.

Buscamos fazer um levantamento o mais completo possível. No entanto, não é exaustivo, uma vez que podem existir textos que não foram identificados por estarem fora de circulação, por exemplo.

Ao final do levantamento obtivemos uma lista de 261 textos produzidos no período de quarenta e sete anos. A lista completa dos textos, separados por categorias, consta do Apêndice A, com exceção das comunicações e pôsteres de eventos da ABRACOR, os quais estão listados no Apêndice B, uma vez que foram selecionados para compor o *corpus* de estudo.

Para melhor analisar os resultados do levantamento bibliográfico, os textos foram separados por categorias tipológicas baseadas em um critério bibliográfico. A Tab. 2, mostra as categorias utilizadas e também os números e os percentuais identificados em relação ao total de textos.

Tabela 2 – Categorias e quantidades de textos produzidos na área de Conservação e Restauração de obras em papel — Período de 1969 a 2016.

CATEGORIAS	QUANTIDADE	PERCENTUAL
Obras terminográficas (glossários e dicionários)	3	1,1%
Manuais	17	6,5%
Apostilas e textos de cursos	29	11,1%
Textos monográficos (no todo ou parte)	31	11,9%
Artigos em periódicos	56	21,5%
Trabalhos acadêmicos	26	10%
Comunicações em eventos	99	37,9%
TOTAL	261	

Fonte: Elaborada pela autora

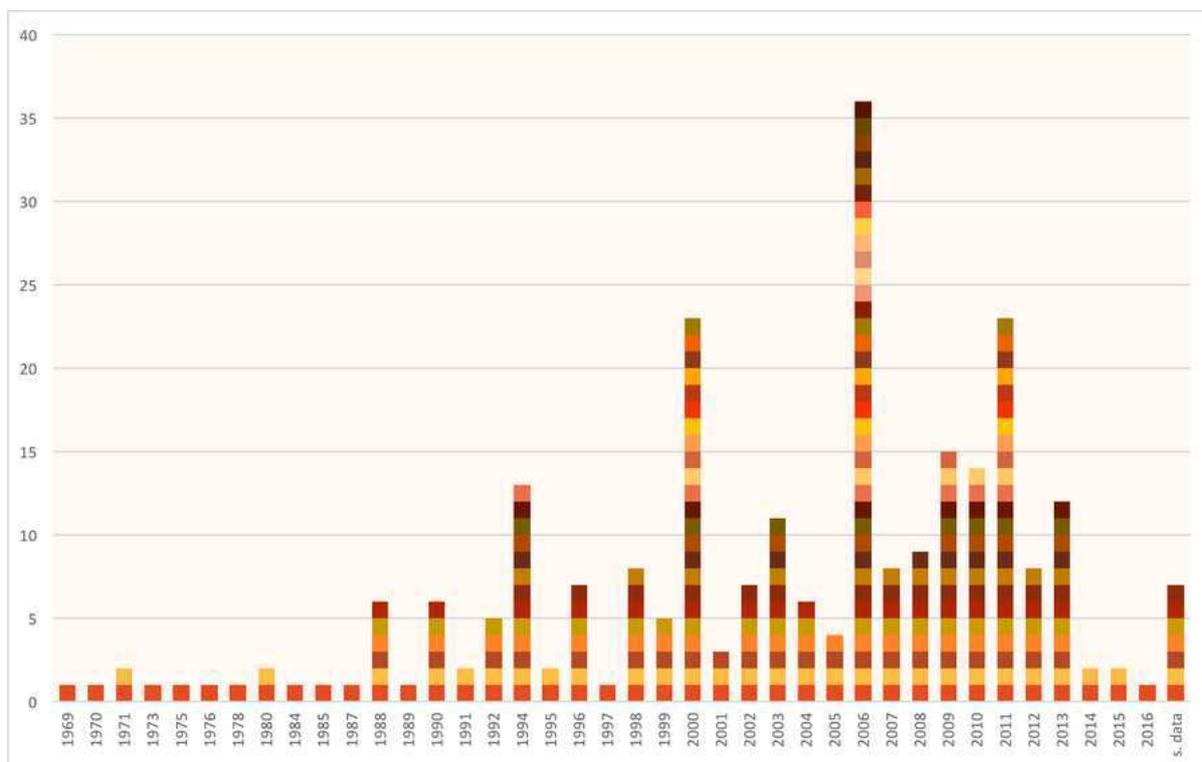
Para estabelecer estas categorias, além do critério bibliográfico, também se considerou, quando possível, o público a que se destinam tais textos. De tal forma que para cada categoria se considerou o seguinte:

- *Manuais* — textos elaborados para o treinamento do corpo técnico das instituições e que abordam questões básicas de conservação, especialmente de acervos de bibliotecas e arquivos. São textos produzidos para um público iniciante ou leigo.
- *Apostilas e textos de cursos* — textos relacionados aos cursos de formação profissional. O maior grupo desses textos é produzido basicamente por profissionais de duas instituições: a Escola SENAI “Theobaldo De Nigris” (curso de “Preservação, Conservação e Restauo de Documentos Gráficos”) e o CICRAD — (Curso de Introdução a Conservação e Restauo de Acervos Documentais em Papel). O primeiro é um curso tradicional e reconhecido, com uma longa trajetória de formação dos profissionais de nível técnico. O segundo agrupa os textos das aulas de um único curso realizado em 2011. Tais textos são para o público iniciante, mas em processo de profissionalização, especialmente de nível técnico.

- *Textos monográficos em parte ou no todo* — textos diversos, publicados por uma instituição ou editora ou disponibilizados na internet, produzidos por iniciativas individuais ou, na sua maioria, por profissionais vinculados às instituições responsáveis pela salvaguarda de acervos. Considerando a diversidade dos textos, é difícil definir o público a que se destinam.
- *Artigos de periódicos* — textos publicados em revistas diversas, mas em grande parte oriunda de áreas afins, como a Biblioteconomia e a Arquivologia. Trata-se de uma tipologia mais especializada, que envolve a comunicação entre profissionais.
- *Trabalhos acadêmicos* — textos produzidos em instituições universitárias, como monografias, dissertações e teses. São textos altamente especializados, relacionados com formação profissional e acadêmica.
- *Anais de eventos* — textos de comunicações em eventos profissionais. Alguns poucos são de áreas afins, a maioria foi publicada em anais de dois eventos específicos da área: os Seminários e Congressos organizados pela ABRACOR, realizados no período de 1988 a 2009, e o 2.º Encontro Luso-brasileiro, realizado em 2013 na cidade de São João del Rey, Minas Gerais. Trata-se, portanto, de comunicação especializada entre profissionais.

Ao se distribuir os textos pelos anos que foram produzidos, ao longo do período de 1969 a 2016, tem-se a Fig. 9 com um gráfico, apresentado a seguir.

Figura 9 – Distribuição dos textos sobre Conservação de obras em papel identificados no levantamento bibliográfico, período de 1969 a 2016.



Fonte: Elaborada pela autora

Os dados organizados nesta Figura mostram que são raras as publicações nos anos de 1970 e 1980. No entanto, neste período, apesar da pouca quantidade de textos identificados, cabe ressaltar a importância de alguns autores por seu pioneirismo na área da Conservação de obras em papel no Brasil. Algumas obras merecem destaque por seu caráter histórico, como o texto *Conserve e restaure seus documentos*, publicado por Corujeira (1971), bibliotecária da Universidade Federal da Bahia. Outra obra emblemática é *O papel: problema de conservação e restauração*, publicado por Motta e Salgado (1971). Tais obras, que já não condizem com os avanços atuais da área da Conservação de obras em papel, guardam importância por mostrarem as características da área nos seus primórdios.

O aumento da quantidade de publicações ocorre no final dos anos 1980. Esse crescimento de publicações, ainda que relativo, coincide com os anos dos Congressos da ABRACOR, especialmente nos anos de 2000 e 2006. No ano de 2011, o número mais significativo de textos está relacionado com a publicação dos materiais didáticos do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD, promovido pela Agência de Estudos e Restauro do Patrimônio — AERPA, já referido antes. No ano de 2013 o aumento está relacionado com as

publicações nos anais do 2.º Encontro Luso-Brasileiro, realizado em São Luiz del Rei, em Minas Gerais.

Sobre as quantidades identificadas no levantamento bibliográfico, consideramos pequeno o número de textos produzidos na área de Conservação de obras em papel em um período de quase cinquenta anos. A média fica em pouco mais de cinco textos por ano, o que é, de fato, muito pouco. Tais números confirmam a percepção de que no Brasil existe uma carência de publicações na área e apontam para uma grande fragilidade na produção e divulgação de conhecimentos.

Quando analisamos a origem das publicações confirma-se que as áreas afins, especialmente os cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, assim como instituições arquivos e bibliotecas, ocupam um espaço importante na produção de conhecimento sobre Conservação de obras em papel. Isto pode ser identificado, por exemplo, em relação à publicação de artigos, o segundo grupo de textos mais significativo em relação à quantidade. Na Tab. 5, apresentada no Apêndice C, os artigos foram separados considerando o vínculo das revistas com grupos profissionais, com instituição e com as áreas acadêmicas. Observamos que quase a metade dos artigos (48,3%) foram publicados nas revistas com vínculos com os profissionais da conservação e restauração, (como os Boletins da ABRACOR e a Revista Brasileira de Arqueométrica — ARC). No entanto, o restante está relacionado com as instituições (como Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, dentre outros), que corresponde a 30,3% e às instituições acadêmicas (cursos de Biblioteconomia, Ciências da Informação Arquivologia, e Museologia), correspondente a 21,4%.

A proeminência das áreas afins como espaço de conhecimento em Conservação, como se viu no segundo capítulo, justifica-se pela interseção entre vários domínios. No entanto, no Brasil, por muito tempo os temas de preservação e conservação e, por vezes, até mesmo de restauração de livros e documentos foram abordados exclusivamente nos currículos dos cursos de Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. Da mesma forma, as instituições detentoras de acervos bibliográficos e documentais também foram o espaço de formação dos profissionais, que realizavam estágios e cursos de curta duração nos laboratórios de conservação e restauração de papel existentes nas bibliotecas, arquivos e museus. Na verdade, a falta dos cursos de formação específica para a Conservação inevitavelmente se reflete nos espaços de produção de conhecimento especializado.

Considerando o escopo do trabalho, não foram elencados no levantamento os textos traduzidos. No entanto, um grande grupo de textos traduzidos merece destaque, seja pelos esforços realizados, pelo número de textos traduzidos, assim como a sua divulgação para um extenso número de profissionais e instituições. Trata-se de um grande projeto que envolveu várias instituições brasileiras, em parceria com a *Commis-*

sion on Preservation and Access (EUA), com apoio financeiro da Fundação Andrew W. Mellon (EUA) e Fundação Vitae (Brasil). Em 1997, o Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos — CPBA traduziu e publicou cinquenta e dois textos técnicos sobre conservação preventiva de documentos, filmes, fotografias, discos e meios magnéticos. Os textos originais selecionados foram produzidos e publicados por importantes instituições norte-americanas. As publicações do CPBA foram gratuitamente distribuídas para cerca de duas mil instituições brasileiras, previamente cadastradas a partir de um questionário sobre as características e condições de preservação de seus acervos. Além de distribuir as publicações, o Projeto CPBA organizou seminários em todas as regiões do Brasil com o objetivo de divulgar e incentivar o uso dos textos pelos profissionais da área (BECK, 1999). Constituiu-se, de fato, em um projeto ambicioso e grandioso por sua abrangência, sem nenhuma outra experiência equivalente no Brasil.⁹⁴

Além da iniciativa do Projeto CPBA de traduzir e divulgar textos atualizados em conservação de acervos bibliográficos e documentais, identificamos apenas uma única obra traduzida: *Preservação de documentos: métodos e práticas de salvaguarda*, com textos da Biblioteca Britânica com tradução e organização de Zeny Duarte, publicado pela Editora da Universidade da Bahia em 2009.

Estas duas únicas iniciativas de tradução de textos estrangeiros mostram que no Brasil as traduções ainda são pouco frequentes na área da Conservação de obras em papel.

Por conta dos objetivos da pesquisa, buscamos com insistência as obras que poderiam ser classificadas como terminográficas, tais como glossários e dicionários técnicos. No entanto, comprovamos que esse tipo de publicação, em língua portuguesa, é raro. Foram identificados apenas três textos nesta categoria.

A primeira, o *Pequeno dicionário de conservação e restauração de livros e documentos*, foi elaborado e publicado por Cobra (2003). Esse dicionário já teve duas edições, é vendido somente no *site* da autora na *internet* e se encontra esgotado.⁹⁵ A autora esclarece que o dicionário é voltado para bibliotecários e arquivistas, caracterizando-o como um guia introdutório “para aqueles que se veem pela primeira vez frente ao problema de impedir estragos ou de recuperar danos em coleções de livros, e necessitam contratar trabalhos de restauração”. Afirmar ainda que o dicionário permitirá “conhecer o jargão dessa área técnica e a natureza das intervenções

⁹⁴ Estes textos atualmente estão disponíveis *online* nas páginas de algumas instituições como, por exemplo, no Arquivo Nacional (<http://www.arquivonacional.gov.br/br/publicacoes/conservacao-preventiva-em-bibliotecas-e-arquivos.html>) e na Associação dos Arquivistas de São Paulo (<http://arqsp.org.br/cpba/>).

⁹⁵ Informações sobre o Pequeno Dicionário estão disponíveis no link <http://www.cobra.pages.nom.br/liv-diccionario.html>

possíveis, o que facilitará a avaliação dos orçamentos e das propostas” (TÁVORA, 2017).

Os outros dois textos que poderiam classificados como obras terminográficas, estão disponíveis apenas *on-line*. O *Minidicionário Conservação e Preservação de Documentos*, desenvolvido por professoras do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal de Alagoas, com a co-autoria de alunos, foi disponibilizado na *internet* em 2013, contendo 169 termos (SIMÕES; MARQUES; PIRES, 2008). Na apresentação se esclarece que a obra visa contribuir para o universo das terminologias específicas, sendo voltada para as nomenclaturas que compõem a área de Preservação e Conservação dos acervos documentais (VASCONCELLOS, 2008).

A outra obra disponível apenas *on-line* é o *Pequeno Glossário dinâmico da disciplina Conservação e Restauração de Documentos*, elaborado por professoras do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília como parte do material didático do curso (MANINI; ALVARES, [s.d.]). O glossário é formado por 134 termos, incluindo aqueles relacionados aos suportes da informação (papel, fotografia, filme, microfilme), assim como termos relativos aos tratamentos de conservação e restauração.

É preciso ressaltar que estes dois glossários, produzidos para profissionais em formação, foram elaborados dentro de outras áreas afins, sem contar com a participação dos conservadores-restauradores. Não foi possível identificar a metodologia usada para a sua elaboração, mas por suas características, são listas de termos e definições encontradas nas disciplinas vinculadas aos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia.

Por outro lado, em algumas poucas publicações específicas da área da Conservação podem ser encontrados glossários no final da obra, podendo-se citar, os seguintes exemplos:

- Políticas de Preservação de Acervos Institucionais (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU DA REPÚBLICA, 1995), (30 termos);
- A conservação de acervos bibliográficos e documentais (SPINELLI JÚNIOR, 1997); (21 termos)
- Manual de conservação preventiva de documentos: papel e filme (SERIPIERRI et al., 2005), (22 termos).

Estes pouco exemplos encontrados no levantamento bibliográfico permitem concluir que a produção de obras terminográficas é incipiente na área da Conservação, confirmando a hipótese inicial da pesquisa sobre a carência desse tipo de publicação na área. Trata-se, portanto, de um tema que merece maior atenção dentro do domínio especializado.

Em síntese, o levantamento da produção textual realizada permitiu identificar algumas características importantes da área. O número de publicações especializadas é pequeno, indicando que a Conservação ainda precisa estabelecer os seus espaços próprios de produção e de circulação de conhecimento especializado. Além da carência de publicações, são poucas as iniciativas de tradução de textos elaborados em outros centros de produção de conhecimento, cujo acesso é importante em um mundo globalizado marcado por mudanças rápidas e contínua atualização de técnicas e procedimentos.

As áreas afins, especialmente aquelas relacionadas aos arquivos e bibliotecas, ainda ocupam um espaço importante de publicação e de elaboração de conhecimento. Este é um quadro que tende a se modificar por conta da implantação dos cursos em Conservação e Restauração nas universidades brasileiras.

O reduzido número e as características das obras terminográficas identificadas também justifica a urgência de produzir dicionários especializados e, especialmente, que sejam elaboradas a partir de uma metodologia consistente.

Além destas percepções sobre a atual situação da área da Conservação de obras em papel no Brasil, o levantamento realizado também permitiu identificar o *corpus* de estudo que poderia atender os objetivos do estudo terminológico. Os critérios que nortearam a decisão de usar os textos das comunicações dos eventos da ABRACOR e posteriormente publicados em anais serão discutidos adiante, no tópico relacionado à definição do *corpus* de estudo.

Por fim, também ressaltamos a importância deste levantamento que mapeou de forma quase exaustiva as publicações sobre Conservação de obras em papel no período de 1969 a 2016 (Apêndices A e B). Tal levantamento, junto com a análise sobre os periódicos e instituições onde foram publicados os artigos (Apêndice C), se constitui em um material importante para outras análises sobre o desenvolvimento desta área no Brasil.

5.1.2 *Delimitação da pesquisa terminológica*

Conforme as discussões teóricas e metodológicas, já apontadas no quarto capítulo, a etapa inicial do trabalho terminológico sistemático consiste na clara delimitação dos objetivos, do público e do tipo de obra a ser elaborada. Ainda que essas questões delimitadoras já tenham sido indicadas ao longo do texto, elas são pontuadas de forma objetiva a seguir.

- **Tipo de pesquisa terminológica:** sistemática monolíngue.
- **Objetivos:** Elaborar um produto terminográfico que sirva de apoio aos processos

de ensino e aprendizagem dos estudantes brasileiros dos cursos de graduação de Conservação e Restauração de bens culturais móveis.

- **Público alvo:** estudantes dos cursos de graduação em Conservação e Restauração no Brasil. Ou seja, trata-se de um público de iniciantes, em processo de formação profissional.
- **Tipo de obra:** glossário, definido como um repertório de unidades lexicais de uma especialidade com suas respectivas definições, composto sem a pretensão de exaustividade.
- **Recorte:** termos relacionados à conservação, conservação preventiva e restauração de bens culturais em suporte de papel, que constituem os acervos de arquivos, bibliotecas e museus, tais como documentos, livros e obras de arte em papel.
- **Fonte de coleta dos termos:** o *corpus* de estudo é conformado pelos textos publicados nos anais da ABRACOR, no período de 1988 a 2009.
- **Tipologia de unidades linguísticas analisadas:** termos simples (substantivos) e termos sintagmáticos (substântivos + adjetivos).

Tais decisões, estabelecidas previamente, pautaram as demais etapas do trabalho terminológico, descrito nos próximos tópicos.

5.1.3 A definição do *corpus* de estudo

A partir da etapa inicial do levantamento das publicações da área, que foi descrita no início deste capítulo, foi possível identificar os textos que poderiam compor um *corpus* significativo para o estudo em desenvolvimento. Concluímos que os anais dos congressos da Associação Brasileira de Conservadores-Restauradores (ABRACOR), com os eventos bianuais realizados desde 1985 até o ano de 2009, constituíram o grupo mais significativo de textos para tal fim. Na sequência, a partir do referencial teórico sobre a conformação de *corpus*, já apresentados no capítulo anterior, são discutidas as características deste grupo de textos e os critérios considerados para a sua escolha como *corpus* de estudo.

A ABRACOR caracteriza-se como um importante espaço de troca e atualização de informações especializadas entre profissionais brasileiros que trabalham no campo patrimonial, especialmente a partir dos seus seminários e congressos. Fundada em 1980 na cidade do Rio de Janeiro por profissionais pioneiros da área, a ABRACOR tem como objetivo “a difusão de conhecimento e a valorização de trabalhos no âmbito de sua competência, através da promoção de eventos que visem o aprimoramento

técnico-profissional de seus associados” (SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 1992, p. 3).

Ao longo dos anos, o número de participantes nos eventos e também de comunicações e apresentações, ampliou-se e ultrapassou fronteiras, atraindo o interesse de profissionais latino-americanos e, ocasionalmente, de norte-americanos. Os primeiros eventos foram realizados no Rio de Janeiro, mas, a partir de 1994, passaram a ser organizados em diferentes regiões, com o objetivo de viabilizar a participação de profissionais de todo o Brasil.

Percebemos na ABRACOR uma autoridade institucional dentro da área, especialmente considerando os seguintes aspectos: é uma associação que congrega um número significativo de profissionais; tem como objetivo a difusão de conhecimento atualizado; os seus eventos constituíram-se no principal fórum profissional ligado à preservação, conservação e restauração do patrimônio cultural no Brasil durante um longo período.

No modelo de evento organizado pela ABRACOR havia em cada Congresso um tema maior de discussão como, por exemplo, “Desafios da Preservação do Patrimônio Cultural, — Congresso de 2000 —, ou “Preservação do Patrimônio: Ética e Responsabilidade Social”, — Congresso de 2009. A partir das discussões temáticas, foram apresentadas comunicações orais e pôsteres relativos às inúmeras especialidades que constituem a área, posteriormente publicados nos anais. Dentre as comunicações, pode-se citar a conservação e restauração das várias especialidades (pintura, escultura, têxteis, papel, bens arquitetônicos, dentre outros), além de outros temas relacionados, como políticas de preservação, conservação preventiva, ciência da conservação, formação profissional. Por conta da diversidade de temas abordados e, também, a representatividade dos eventos que congregavam os profissionais da área, consideramos que os textos publicados nos anais, poderiam ser usados como *corpus* para o estudo terminológico.

Na Tab. 3 apresentamos uma síntese dos eventos realizados, indicando o nome do evento, ano, local e número de textos publicados em cada um dos anais, assim como o número de textos da especialidade de Conservação de obras em papel que foram selecionados para o estudo terminológico sistemático.

Tabela 3 – Eventos realizados pela ABRACOR no período de 1985 a 2009, indicando o número de textos publicados nos anais dos eventos.

Nome do evento	Ano	Local	N.º total textos	N.º textos C&R obras em papel
Seminário Formação e treinamento para a preservação de bens culturais	1985	Rio de Janeiro, RJ	—	—
IV Seminário Nacional ABRACOR — Anais I e II	1988	Gramado, RS	21	3
V Seminário Nacional sobre Conservação-Restauração de Bens Culturais	1990	Rio de Janeiro, RJ	23	6
VI SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR — Metodologias de Preservação de Bens Culturais	1992	Rio de Janeiro, RJ	14	5
VII Seminário da ABRACOR — Panorama Atual da Conservação na América Latina	1994	Petrópolis, RJ	60	11
VIII Congresso da ABRACOR — Políticas de Preservação, Pesquisas e Técnicas em Conservação/Restauração, Formação Profissional	1996	Ouro Preto, MG	57	7
IX Congresso da ABRACOR — Conservação e Comunidade	1998	Salvador, BA	58	6
X Congresso da ABRACOR — Desafios da Preservação do Patrimônio Cultural	2000	São Paulo, SP	94	19
XI Congresso da ABRACOR — A Metodologia Científica da Conservação-restauração de Bens Culturais	2002	Rio de Janeiro, RJ	21	1
XII Congresso da ABRACOR	2006	Fortaleza, CE	116	20
XIII Congresso da ABRACOR — Preservação do Patrimônio: Ética e Responsabilidade Social	2009	Porto Alegre, RS	63	8
Total			527	87

Dos treze eventos realizados pela ABRACOR, foram localizados somente os anais de onze deles. Os anais de 1985, sendo esse provavelmente o primeiro evento, não foram considerados na contagem de textos por conter somente os relatórios de comissões identificando as instituições que desenvolviam alguma atividade de conservação ou de restauração nas diferentes regiões do Brasil. Consideramos que essa primeira publicação era distinta da tipologia textual dos demais anais, que continham as comunicações e pôsteres apresentados em eventos e que foram posteriormente publicados. Os anais de segundo e do terceiro evento não foram encontrados. Assim, para compor o *corpus* foram efetivamente considerados, os anais a partir do quarto evento.

A maioria dos textos estava disponível *on-line* a página da ABRACOR em formato PDF, o que facilitou a extração automática de termos com o auxílio de ferramentas informatizadas. Alguns anais foram localizados apenas em versão impressa e tiveram que ser digitalizados.

Existem várias recomendações sobre o tamanho do *corpus* para que constitua uma amostra adequada, tendendo-se a considerar que quanto maior for, melhor será a sua representatividade. Os textos publicados pela ABRACOR constituíram-se no maior grupo textual identificado no levantamento da produção publicada da área no Brasil. Assim, considerando esta realidade, avaliamos que tais textos conformavam uma amostra significativa. Além disso, como se verá, eles atendiam a vários outros critérios para a construção de um *corpus*.

O critério da autenticidade recomenda o uso somente de textos de falantes de língua nativa. Como nos anais também havia comunicações e pôsteres publicados em espanhol e inglês, esses textos foram excluídos. Seguindo o mesmo critério, não foram considerados os textos cujos autores eram de origem norte-americana e portuguesa, mesmo quando escritos em português.

Sobre a representatividade temporal, avaliamos que o período da ocorrência dos eventos, de 1988 a 2009, totalizando 21 anos, apresenta um tempo significativo, que permite, inclusive, identificar mudanças na área.

Como um ponto forte, consideramos que os textos dos anais, como é comum nesse tipo de publicação, passaram pelo processo de seleção feita por uma comissão científica, que funciona como um filtro e garante, sob alguns aspectos, a qualificação dos autores e dos próprios textos, conforme recomendado por Cabré (1993, p. 298).

Como os eventos contavam com a participação de profissionais de todo o Brasil, a princípio poder-se-ia creditar uma representatividade geográfica. No entanto, a análise das instituições e autores participantes mostrou uma grande concentração na região

Sudeste, como pode ser observado na Tab. 4.

Tabela 4 – Distribuição dos textos dos anais da ABRACOR pelas regiões do Brasil

Norte	1,9%
Nordeste	10,8%
Centro-Oeste	2,3%
Sudeste	71%
Sul	14%

Fonte: Elaborada pela autora

Esta desigualdade é resultado da concentração histórica das instituições de guarda de acervos na região sudeste. A proposta das diretorias da ABRACOR de realizar eventos nas diferentes regiões não mudou este quadro, uma vez que as instituições que mais avançaram nas suas políticas de preservação, assim como a maioria das instituições voltadas para a formação de profissionais, estão localizadas no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais.⁹⁶ No entanto, avaliamos que a distribuição desigual dos textos não invalidava o *corpus*, mas tão-somente, espelha as características da área em nosso país.

O *corpus* conformado por todos os textos da ABRACOR foi utilizado para se realizar o estudo pontual sobre os usos e sentidos dos termos *preservação*, *conservação*, *restauração* e *conservação preventiva* atribuídos pelos profissionais brasileiros, conforme mostramos no terceiro capítulo.

No entanto, para realizar o estudo terminológico sistemático sobre os termos da especialidade de Conservação de obras em papel foram considerados 87 textos do total publicado nos anais da ABRACOR. Como critério de seleção consideramos todos os textos relacionados às atividades de conservação, restauração e conservação preventiva, ou ainda de pesquisa, relacionada aos bens com suporte em papel.

5.1.4 Organização e preparo do corpus de estudo

Após a identificação e definição do *corpus* de estudo, teve início a sua organização. Foram elaborados quadros com a listagem completa de todas as comunicações

⁹⁶ Dentre as instituições com forte influência no desenvolvimento da área da Conservação e Restauração no Brasil, pode-se citar a Biblioteca Nacional, o Arquivo Nacional e a Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. Em relação à formação de profissionais, destacam-se as instituições já citadas antes, o CECOR, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais, e a ABER/SENAI, localizado na cidade de São Paulo.

publicadas nos anais da ABRACOR. Foram então criados os códigos da fonte⁹⁷ para cada um dos textos, a partir do seguinte critério: as letras AA, indicando os Anais da ABRACOR; em seguida o ano do evento, e por fim uma numeração sequencial para cada texto. Nos anos de 2000 e 2006, quando também foram publicados os textos dos pôsteres apresentados no evento, indicou-se no código, acrescentando-se *-post*. Nos textos que iriam compor o *corpus* para a elaboração do glossário foram acrescentados *pap*.⁹⁸ São exemplos da codificação: AA2009_03, AA2006_88_post., AA2000_3_pap.

Os textos passaram por uma etapa de limpeza e formatação, com a retirada de elementos que pudessem causar “ruídos” na análise terminológica, como imagens, quadros, tabelas, referências bibliográficas, *abstracts*, etc. Os textos foram então convertidos para o formato TXT, etapa necessária para utilizar as ferramentas eletrônicas que auxiliam na extração automática dos termos candidatos.

Foram então separados os 87 textos selecionados para o estudo sistemático, que ao final somam 36 616 *tokens*.⁹⁹ Considerando o número de palavras, o *corpus* pode ser classificado como de tamanho pequeno, (menos de 80 mil palavras), de acordo com Berber Sardinha (1999, p. 5). No entanto, como já se indicou antes, dentro dos textos identificados no levantamento realizado, é o grupo mais significativo, tanto em relação à quantidade numérica, como representatividade. A lista dos textos que conformaram o *corpora* do estudo sistemático constam do Apêndice B, já referido antes, com as respectivas codificações utilizadas.

5.1.5 A coleta dos termos candidatos com o uso de ferramentas terminológicas

Para a coleta dos termos candidatos nestes *corpora*, foram usados o TermoStat e AntConc, ferramentas que oferecem vários recursos para extração de informação linguística, entre elas uma lista de palavras ordenadas pela frequência e/ou por uma pontuação estabelecida por fórmulas estatísticas específicas para a identificação terminológica.

O AntConc é um conjunto de ferramentas para análise linguística com acesso livre na internet.¹⁰⁰ É uma ferramenta de fácil utilização e, após a sua instalação, tem

⁹⁷ Bessé, Nkwenti-Azeh e Sager (2011) estabelecem a seguinte definição para “código da fonte”: *source code – on a terminological record, the sign or symbol which permits the identification of the document where the term is used in a context.*

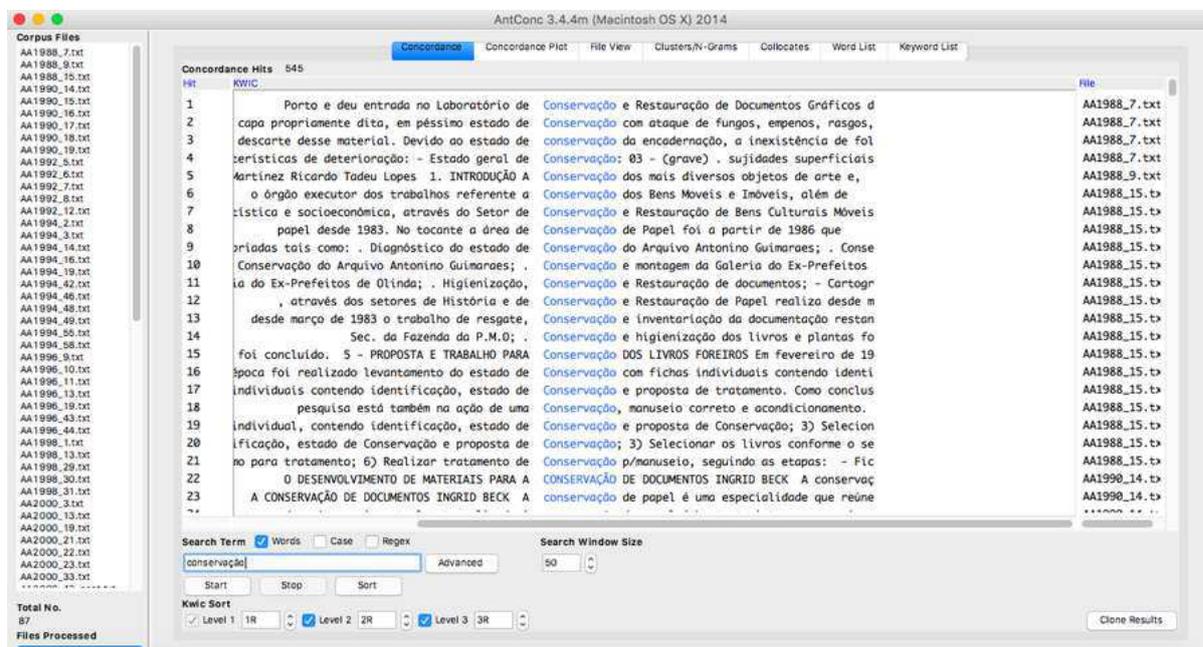
⁹⁸ Inicialmente foi realizada uma listagem com todos os textos dos anais, acrescentando a letra “i”, “e” ou “p” para identificar os textos respectivamente em inglês, espanhol ou português europeu. Tais textos podem ser usados em estudos posteriores.

⁹⁹ O número de *word tokens* de um *corpus* corresponde ao número total de itens ou palavras, incluindo as repetições. Já os *word types* correspondem a cada item ou palavra, sem considerar as repetições. A relação entre *type* e *token* indica a riqueza lexical do texto - quanto maior a relação, mais variado é o léxico do texto. (RIBEIRO, 2004, p. 170)

¹⁰⁰ O AntConc foi desenvolvido por Laurence Anthony, professor da Faculdade de Ciências e Engenharia da Universidade de Waseda, Japão. Disponível em: <http://www.laurenceanthony.net/software/antconc/>.

a vantagem de permitir o uso a qualquer momento no computador pessoal, sem necessidade de acessar via internet. Na Fig. 10 mostramos a imagem do AntConc, com a ocorrência do termo *conservação* no *corpus* de estudo.

Figura 10 – Imagem da tela do AntConc



Elaborada pela autora

O TermoStat é uma ferramenta de extração de termos que realiza a comparação entre o *corpus* de estudo e um *corpus* de referência, previamente tratado e formado por textos não técnicos.¹⁰¹ Na Fig. 11 apresentamos a imagem da tela do TermoStat com a lista de termos candidatos que a ferramenta gerou a partir do *corpus* de estudo com os textos da ABRACOR.

¹⁰¹ A ferramenta Termostat foi desenvolvida pelo *Observatoire de Linguistique Sens-Text* (OLST) da Universidade de Montreal, Canadá. Disponível em: <http://termostat.ling.umontreal.ca/>.

Figura 11 – Imagem de tela do TermoStat

Candidat de regroupement	Fréquence	Score (Spécificité)	Variantes orthographiques	Matrice
acervo	560	177.73	acervo acervos	Nom
papel	1116	154.72	papel papéis	Nom
conservação	523	142.98	conservação	Nom
umidade	241	121.1	umidade umidades	Nom
restauração	293	118.19	restauração restaurações	Nom
encadernação	215	113	encadernação encadernações	Nom
fibra	249	109.89	fibra fibras	Nom
coleção	195	108.87	coleção coleções	Nom
projeto	183	105.45	projeto projetos	Nom
tratamento	491	99.85	tratamento tratamentos	Nom
preservação	246	97.44	preservação	Nom
a	191	95.31	a as	Nom
ph	146	93.79	ph	Nom
cálcio	147	92.2	cálcio	Nom

Elaborada pela autora

A ferramenta TermoStat apresenta as opções de *corpus* de referência em francês, inglês, espanhol, italiano e português.¹⁰² Como o *corpus* de referência na língua portuguesa no Termostat é formado por textos jornalísticos de Portugal, consideramos que poderiam ocorrer algumas distorções nos resultados ao se comparar com o *corpus* em português do Brasil. Contudo, a princípio isso não se mostrou um problema significativo nos resultados alcançados.

A frequência do termo nos textos especializados em estudo é um importante fator de análise, uma vez que a repetição de uma palavra é um forte indicador de que se trata de um termo especializado. O Termostat gera uma lista de palavras, que são ordenadas tanto pela frequência como por uma pontuação dos termos elaboradas a partir de algumas fórmulas. Os cálculos de pontuação são realizados pelos seguintes testes: *Spécificité*, *X2*, *Log-likelihood*, *Log-odds ratio*. Após realizarmos alguns testes, verificamos que os resultados obtidos não diferiam, optando-se por usar o *Spécificité*.¹⁰³

A ferramenta TermoStat também oferece a opção de escolher a categoria de palavras (adjetivos, advérbios, substantivos, verbos) a serem extraídas. Conforme

¹⁰² O *corpus* de referência em português do Termostat é formado por cerca de 10.000.000 de ocorrências, que correspondem a aproximadamente 542 mil formas diferentes (DROUIN, 2010).

¹⁰³ De acordo com (DROUIN, 2010) o cálculo *Spécificité* foi proposto por Pierre Lafon a fim de identificar o vocabulário específico de um sub-*corpus* em relação a *corpus* como um todo, a partir da seguinte fórmula:

$$\log P(X = b) = \log(a + b)! + \log(N - (a + b))! + \log(b + d)! + \log(N - (b + d))! - \log N! - \log b! - \log a! - \log b! - \log(N - (a + b + d))!$$

estabelecido previamente, optamos por fazer a extração de substantivos simples e dos substantivos complexos (termos simples e sintagmáticos).

O resultado da extração de termos pelo TermoStat gerou listagens com os dados brutos, totalizando 4944 palavras. Como mostramos no quarto capítulo, nas discussões sobre a Terminografia, as ferramentas informatizadas aplicadas aos *corpora* geram dados estatísticos brutos, que exigem uma necessária avaliação e validação. Desta forma, foram excluídos da lista os ruídos que a própria ferramenta gerou como, por exemplo, nomes de instituições e nomes próprios. Ao final obtivemos uma listagem de 763 termos candidatos.

Considerando as características das duas ferramentas, elas foram usadas de forma complementar. O AntConc serviu para analisar cada termo dentro do contexto do *corpus*, uma vez que permite retornar ao arquivo que contém o documento de origem com mais facilidade. Já o TermoStat foi usado para gerar a lista de termos candidatos com as suas respectivas pontuações, conforme já referimos acima.

A partir da lista de termos candidatos obtida com o auxílio das ferramentas TermoStat e AntConc foram selecionados os termos para compor a nomenclatura que conformou o glossário, conforme se descreve no tópico à frente sobre a definição da nomenclatura.

5.1.6 *Elaboração da árvore de domínio da Conservação de obras em papel*

Considerando que uma das etapas fundamentais do trabalho terminológico é a organização dos termos dentro do domínio especializado, discutimos a seguir a elaboração dos mapas conceituais e da árvore de domínio da Conservação de obras em papel.

Tais estruturas orientaram a organização conceitual da área, assim como a delimitação da nomenclatura do glossário. Considerando o público a que se destina o glossário, buscamos estabelecer a estrutura de conhecimentos que explicita a sequência de procedimentos que devem ser considerados ou realizados na prática pelos profissionais conservadores-restauradores.

Para subsidiar a elaboração destas estruturas foram consultados vários documentos e fontes de informações atualizadas sobre a área. Buscamos na bibliografia especializada os conteúdos trabalhados por autores ou instituições reconhecidas na área. Foram considerados especialmente as obras de dois autores espanhóis: *La restauración del papel* (MUÑOZ VIÑAS, 2010a) e *La restauración en libros y documentos: técnicas y intervención* (TACÓN CLAVAIN, 2009).¹⁰⁴

¹⁰⁴ Os livros destes dois autores constam na bibliografia e são utilizados por vários professores das disciplinas de Conservação e Restauração de obras em papel dos três cursos de graduação das universidades

Outras fontes importantes nesta etapa foram os textos do *Book and Paper Group* — BPG, que faz parte do *American Institute for Conservation* — AIC. O BPG elaborou e publicou entre 1984 e 1994 o *Paper Conservation Catalog*, com textos sobre as técnicas, tratamentos, materiais e tecnologias mais usadas pelos conservadores-restauradores de obras em papel.¹⁰⁵ As categorias abordadas pelo BPG, ainda que elaborados nos anos de 1990, ainda se constituem em um panorama completo sobre os procedimentos usualmente realizados da Conservação de obras em papel. A lista dos tópicos abordados pelo BPG, e que serviram de parâmetro para a elaboração da árvore de domínio, especialmente em relação aos procedimentos de conservação e restauração, constam do Apêndice D.

Também foram consultados os textos elaborados pelo *Canadian Conservation Institute* (CCI), que sistematizou os dez principais agentes associados aos riscos em relação aos bens culturais (forças físicas, roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta, dissociação), assim como as ações necessárias para a preservação dos bens culturais (evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar). Este material elaborado pelo CCI, como mostramos na abordagem sobre a conservação preventiva, é uma referência fundamental para as etapas de diagnóstico dos riscos existentes em instituições e acervos.

Por fim, foi feita a análise das ementas e conteúdos das disciplinas da área de papel dos cursos de Conservação e Restauração das três universidades públicas brasileiras. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS, 2016; UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, 2017; UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS,). As ementas consultadas constam do Apêndice E.

Ao analisar as grades curriculares, observamos que não existe uma uniformidade em relação aos conteúdos e às cargas horárias das disciplinas ministradas nos três cursos. Em que pese as trajetórias de cada curso, assim como as suas especificidades de atuação regionais, ainda está por ser realizada no Brasil uma discussão sobre o currículo mínimo das graduações em Conservação e Restauração. Apesar disso, foi possível identificar um núcleo comum de conteúdos e temas abordados, os quais são listados a seguir:

federais (UFMG, UFRJ, UFPel).

¹⁰⁵ A primeira versão desses textos está disponibilizada como um *facsimile* em pdf no site do AIC. Desde 2014 estes conteúdos fazem parte de um portal denominado AIC Wiki, e estão sendo revisados de forma colaborativa. Neste site estão disponíveis os seguintes recursos:

- *Paper Conservation Catalog*, versão em pdf, disponível em: <http://cool.conservation-us.org/coolaic/sg/bpg/pcc/>.

- *Paper Conservation Catalog Wiki*, disponível em: http://www.conservation-wiki.com/wiki/Paper_Conservation_Catalog.

- *Book and Paper Group Wiki*, disponível em: http://www.conservation-wiki.com/wiki/Book_%26_Paper.

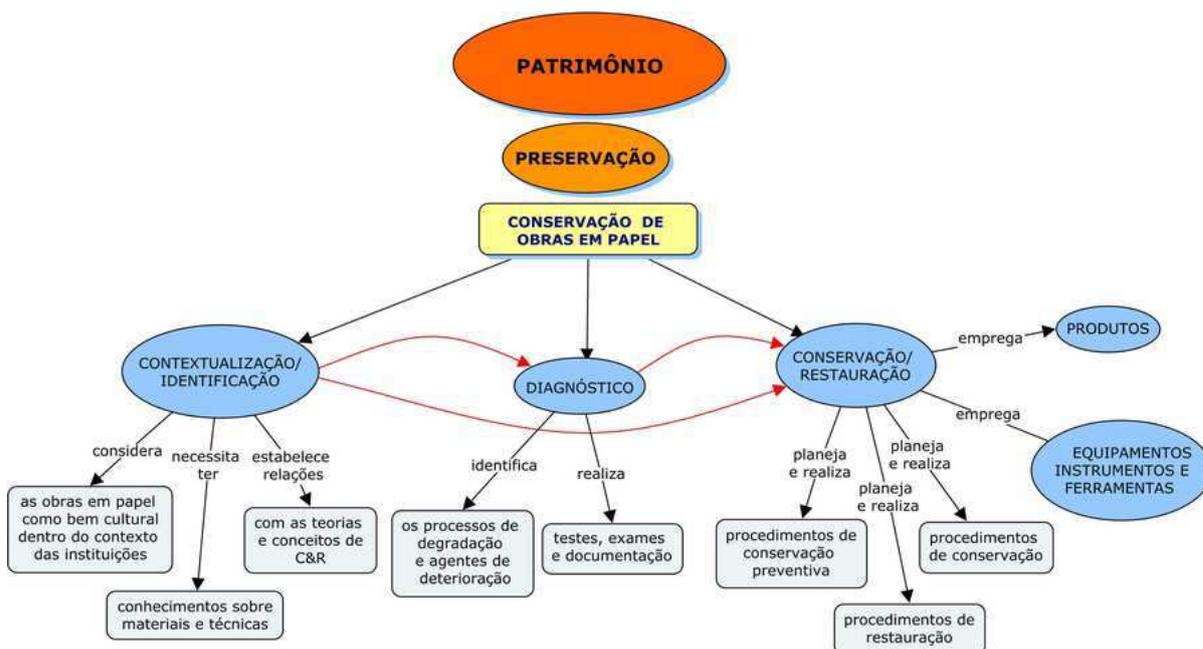
- Caracterização do suporte como bem cultural, inserido nas diferentes instituições (acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos);
- Teoria e conceitos relacionados à Conservação e Restauração de obras em papel;
- História dos materiais e técnicas que compõe as obras;
- Diagnóstico (identificação de processos de deterioração e de danos, testes e exames);
- Procedimentos de conservação preventiva, conservação e restauração.

Após consultar estas diversas fontes, foi possível sintetizar as atividades Conservação de obras em papel nas seguintes etapas:

- 1) Contextualização e identificação do bem cultural, considerando teoria e conceitos de conservação e de restauração aplicados nas obras de papel, a história das técnicas e materiais associadas à produção dos suportes em papel e, ainda, o contexto das instituições que salvaguardam tais bens;
- 2) Diagnóstico, com a identificação do estado de conservação, danos existentes, testes e exames e documentação;
- 3) Execução das ações e procedimentos específicos de conservação preventiva, conservação e restauração;
- 4) Produtos usados nos procedimentos de conservação e restauração de obras em papel;
- 5) Equipamentos, instrumentos e ferramentas empregados nas ações e procedimentos de conservação e restauração de obras em papel.

O mapa conceitual, a partir do qual foi estruturado o glossário, é apresentado a na Fig.12.

Figura 12 – Estrutura do glossário representada em um mapa conceitual

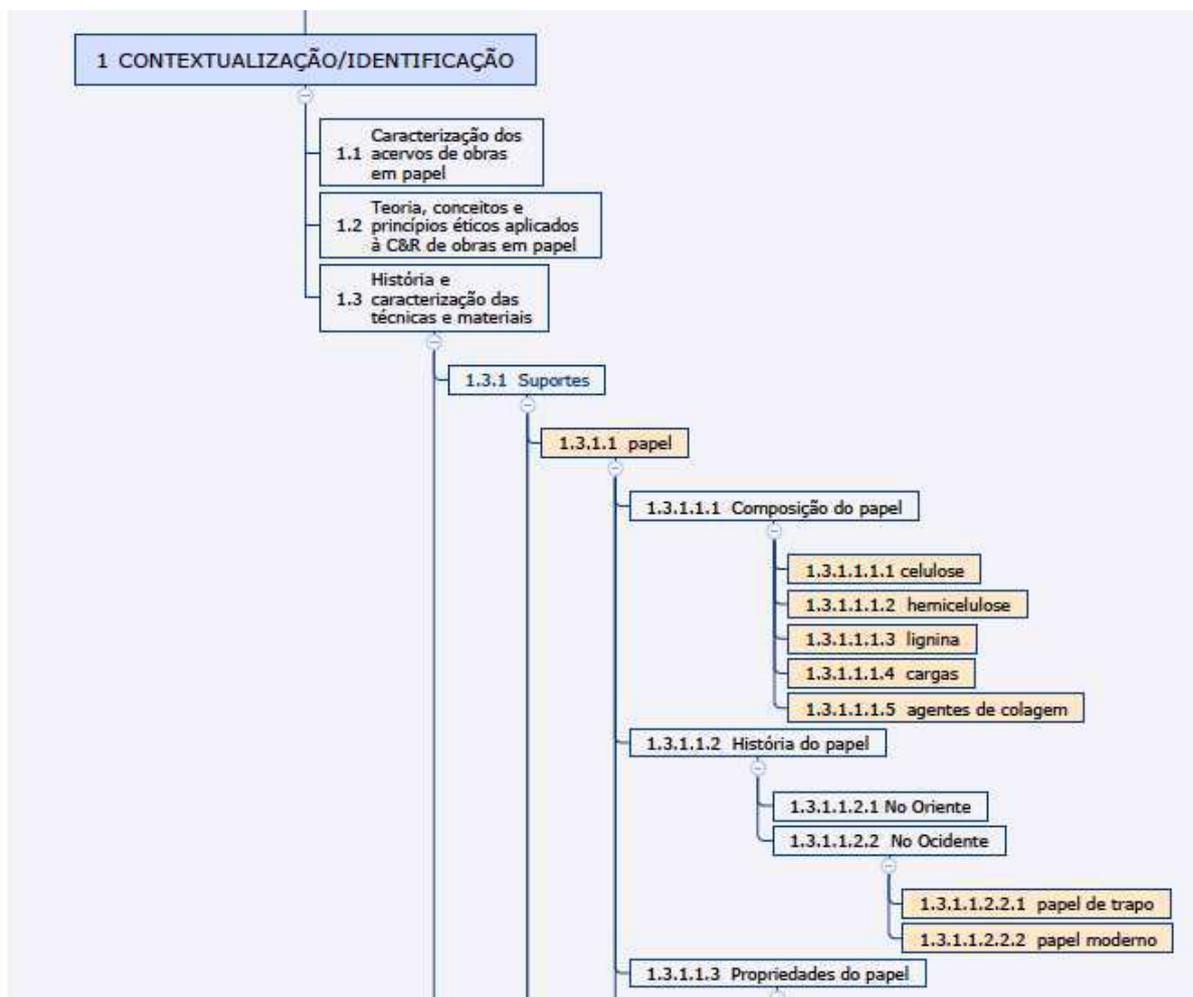


Elaborado pela autora

O mapa conceitual aqui apresentado é uma representação possível sobre como a área se organiza e se estrutura, a partir das fontes consultadas e dos objetivos estabelecidos no estudo terminológico. No topo a indicação da inserção da área no campo patrimonial e o vínculo com a preservação.

A partir dos nós conceituais, marcados na cor azul, que apresentam os termos hiperônimos no mapa conceitual da Conservação de obras em papel, foi elaborada uma árvore de domínio, com a inserção dos termos coletados em seus respectivos lugares na estrutura de conhecimento. O desdobramento desta segunda estrutura, com a inserção de cada termo em um lugar definido e com as suas respectivas relações, é uma das partes do Glossário e foi ali inserida. Um recorte da árvore de domínio é apresentado na Fig. 13 para exemplificar os recursos visuais empregados. Nesta figura, além de exemplificar os códigos de classificação, aparecem os termos que fazem parte da nomenclatura, marcados pela cor laranja-claro.

Figura 13 – Parte da árvore de domínio elaborada para o Glossário de Conservação de obras em papel



Elaborado pela autora

A árvore de domínio apresenta os desdobramentos com a localização dos termos, também considerando os objetivos iniciais do estudo em desenvolvimento, o público a que a obra terminográfica se destina, assim como os resultados da coleta dos termos no *corpus* de estudo. Esta estrutura foi fundamental para estabelecer os limites do trabalho terminológico e orientar a apresentação dos resultados no produto final, o glossário. Contudo, ressaltamos que a árvore de domínio elaborada não é única, tampouco definitiva ou fixa, mas tão-somente atendeu às necessidades da pesquisa em desenvolvimento.

Na árvore de domínio os termos aparecem acompanhados de um código numérico com uma classificação que indica a posição de cada termo dentro da estrutura de conhecimento. Este código também é mostrado na apresentação dos verbetes na nomenclatura. Este recurso permite recuperar e identificar a posição de cada termo na

árvore, o que interessa ao público aprendiz para, por exemplo, visualizar as relações terminológicas existentes na área.

Também se observa que alguns tópicos da árvore de domínio não tem desdobramentos e tampouco inserção de termos. Consideramos que tais tópicos não poderiam ser desconsiderados na estrutura de conhecimento da área, mesmo que no *corpus* utilizado na pesquisa não tenha sido suficiente para completar estes temas. Ou seja, o aprofundamento do estudo terminológico em relação a estes tópicos necessita de pesquisas em outros *corpora* de estudo. Discutimos estas lacunas em um tópico mais à frente.

Por fim, considerando o referencial teórico adotado, as variações identificadas no *corpus* de estudo foram indicadas colocando-se os sinônimos no mesmo lugar na árvore de domínio, com o mesmo código de classificação.

5.1.7 Definição da nomenclatura

Como visto, a coleta de termos realizadas pelo TermoStat, com a extração de substantivos simples e dos substantivos complexos (termos simples e sintagmáticos), mesmo após a eliminação de ruídos, gerou uma lista bastante extensa de 763 termos candidatos. Inicialmente buscamos estabelecer um corte a partir da pontuação e frequência estabelecida pela ferramenta, priorizando-se os termos com maior pontuação. No entanto, observamos que mesmo no final das listagens, ainda que mais raros, apareciam candidatos a termos importantes para compor o glossário. Assim, considerando a pertinência pragmática e temática, por vezes foram incluídos termos que não tinham uma pontuação alta, mas que consideramos necessário incluir no glossário, desde que tivessem um lugar na árvore de domínio.

Essa etapa de inclusão e exclusão de termos se mostrou bastante complexa, fazendo-se um movimento contínuo entre a lista de termos coletados, a consulta ao *corpus* de estudo para avaliar a sua pertinência e a inserção na árvore de domínio, considerando ainda, os objetivos da pesquisa e o público alvo. Realizamos, assim, o cruzamento entre os critérios quantitativos e qualitativos para selecionar os termos que comporiam o glossário.

Nesta etapa contou a nossa experiência. O olhar do especialista foi importante para o reconhecimento de quais eram os termos pertinentes à área. É esta experiência que permitiu identificarmos que na árvore de domínio existiam lacunas de termos que não foram identificados no *corpus*. Como se mostrou na discussão sobre a conformação de *corpora* de estudo realizada no quarto capítulo, ainda que fundamentais para os estudos terminológicos, nenhum deles contém tudo o que é necessário para dar conta de uma área, sendo necessário, por vezes, buscar recursos externos.

Desta forma, foram inseridos alguns termos considerados necessários para cumprir os objetivos propostos.

Observamos, por exemplo, que o tema CONTEXTUALIZAR/IDENTIFICAR teve poucos desdobramentos para a inserção de termos na árvore de domínio. Ou seja, o *corpus* de estudo não deu conta de um dos temas importante na estruturação do conhecimento especializado. Contudo, consideramos que a busca de outros recursos, assim como a própria complexidade do tema, exigem um aprofundamento tal que não foi possível efetivar no âmbito deste estudo terminológico. Neste caso, a opção foi de nos mantermos nos limites estabelecidos pelo *corpus*, ainda que tenham sido inseridos alguns poucos termos considerados essenciais em relação ao tema CONTEXTUALIZAR/IDENTIFICAR e também ao DIAGNÓSTICO. Um pouco à frente voltamos à discussão sobre as implicações das lacunas de termos existentes no glossário.

Considerando o referencial teórico adotado na pesquisa, também foram inseridas na nomenclatura as variantes identificadas no *corpus* de estudo. Como visto anteriormente, a TCT propõe que as variações podem ser explicitadas a partir da sinonímia, quando são identificadas formas alternativas de denominação de um mesmo conceito, ou de polissemia, quando existe uma multiplicidade de sentidos para uma mesma forma. As variações que indicam uma relação de sinonímia foram incluídas na nomenclatura com entradas próprias, mas sem a definição. A decisão sobre qual entrada seria acompanhada da definição foi estabelecida pela maior pontuação do TermoStat. No caso da polissemia, os termos aparecem com um número sequencial, indicando que existe mais de um termo relacionado a conceitos distintos.

Ao final, a nomenclatura ficou conformada em 188 entradas, conforme se verá na apresentação da macro e microestrutura do glossário.

5.1.8 *Elaboração e preenchimento da ficha terminológica*

Após a recompilação dos termos e elaboração da árvore de domínio, foi realizada a etapa de registro em arquivos terminológicos das informações associadas a cada termo. Optamos por trabalhar com uma base de dados no programa *Access*, contemplando em uma ficha única todos os campos necessários para as etapas de registro e análise dos termos selecionados.

Seguindo as recomendações metodológicas, foram definidos os campos da ficha de trabalho, considerando os objetivos do estudo terminológico, os usuários e a estrutura prevista para o glossário. Cada ficha corresponde a uma entrada de termo que, no seu conjunto, compõem a nomenclatura. Os campos estabelecidos na pesquisa são apresentados a seguir.

- **Termo** — apresenta a entrada do termo grafado em negrito, na forma lexical em que foi encontrado no texto. É caso de *danos*, que na etapa de diagnóstico dos bens culturais, sempre são múltiplos. Da mesma forma, ainda em relação aos danos, são identificadas *manchas*, *ondulações*, *vincos*, dentre outros, mantidos no plural, seguindo a forma encontrada no *corpus*.
- **Pontuação no Termostat** — indica a pontuação alcançada na ferramenta de coleta do termo;
- **Classificação** — mostra a classificação do termo na árvore de domínio da área;
- **Ver também** — indica a remissiva para outros termos relacionados, dentro da estrutura de conhecimento elaborada para o estudo terminológico. Permite estabelecer as relações conceituais existentes entre os termos que compõem a nomenclatura.
- **Outras denominações** — identifica a variação de termos. As relações de sinonímia, isto é, as formas alternativas que denominam um mesmo conceito, foram mantidas a partir deste campo. As variações encontradas foram inseridas em uma nova ficha, correspondendo a uma nova entrada no glossário.
- **Contexto 1 / Contexto 2 / Contexto 3** — mostram as frases de contexto selecionadas no *corpus* de estudo. Limitaram-se os campos de contextos a três, com partes dos textos considerados como representativos do contexto de uso de cada termo, a partir do nosso olhar de especialista. As informações destes campos foram usadas para assegurar a pertinência de um termo na nomenclatura e para auxiliar no processo de elaboração das definições;
- **Código Fonte Contexto 1 / Código Fonte Contexto 2 / Código Fonte Contexto 3** — mostra o código do texto do qual foi retirada a frase de contexto.
- **Definição** — indica o significado do termo;
- **Notas** — contém informações adicionais à definição, consideradas necessárias para os estudantes em processo de formação profissional.
- **Outras consultas** — inclui a indicação de bibliografia, de forma sintética (autor, ano), que remete para uma lista com a bibliografia de Conservação de obras em papel sugerida.
- **Notas complementares** — contém informações ou recomendações de uso do termo ou, por vezes, a tradução identificada na bibliografia indicada no campo *Outras Consultas*. Apesar de o glossário não ser multilíngue, em alguns casos em que foi possível identificar na bibliografia estrangeira recomendada os termos

equivalentes em inglês e espanhol, esta informação foi inserida para facilitar a consulta à bibliografia recomendada.

A maioria dos campos da ficha de trabalho foram, posteriormente, replicadas na microestrutura do glossário, como se verá adiante. Alguns campos, como a “Pontuação no TermoStat” e “Contextos”, aparecem apenas na ficha de trabalho, uma vez que foram usados somente nas etapas de coleta dos termos e de elaboração das definições.

No Apêndice F mostramos, como exemplo, os campos de uma ficha de trabalho preenchidos com as informações referentes a um dos termos do repertório.

5.1.9 *Elaboração das definições*

Após a definição da nomenclatura, foram elaboradas as definições ou enunciados definitórios. Seguindo as recomendações da Terminografia discutidas no quarto capítulo buscamos, primeiramente, estabelecer as definições a partir do *corpus* de estudo. No entanto, pelas características dos textos especializados da ABRACOR, que corresponde ao cenário comunicativo entre especialistas, observamos que as definições eram escassas. Consultamos, então, glossários, dicionários da área em estudo, publicados ou disponíveis *on-line*, a sua maioria em inglês e espanhol. A lista das obras consultadas consta do Apêndice G. Parte desta bibliografia é a mesma que foi usada para a criação da árvore de domínio.

Contudo, mesmo utilizando textos e dicionários estrangeiros, mantivemos como referência constante os trechos de textos selecionados no *corpus*, observando sempre o sentido e significado no contexto da linguagem especializada dos profissionais conservadores-restauradores brasileiros.

Na elaboração e escrita das definições foram seguidas as recomendações básicas da Terminologia, de buscar a objetividade e concisão, privilegiando as características essenciais da unidade terminológica que estava sendo definida. Usamos a fórmula do gênero próximo e diferença específica sempre que possível, buscando recuperar na própria definição as relações também explicitadas na árvore de domínio.

No entanto, em geral, esta fórmula não se mostrou suficiente. Consideramos que para alcançar uma maior clareza na definição era necessário adotar um modelo mais descritivo do fenômeno, usando-se, muito frequentemente, exemplos para indicar a diferença específica. Além disto, considerando o público a que o glossário se destina, foram inseridas notas com informações complementares, que permitem um aprofundamento da definição ou a sua melhor contextualização. Para exemplificar, mostra-se a seguir uma definição como consta no glossário.

pequenos reparos — procedimentos de conservação com o objetivo de resolver danos iniciais e manter o acervo em uso, como, por exemplo, colar um rasgo ou costurar um caderno solto de um livro. (3.2.4)

Notas: É um procedimento geralmente realizado em obras dos acervos bibliográficos e arquivístico correntes, ou seja, que não possuem valor de obra rara.

Nesta definição, a indicação de *procedimentos de conservação* é o gênero próximo, que remete a um determinado lugar do termo na árvore de domínio, indicada pelo número de classificação (3.2.4). O restante da expressão estabelece a diferença específica (*com o objetivo de resolver danos iniciais e manter o acervo em uso*), que ainda exigiu exemplos (*colar um rasgo ou costurar um caderno solto de um livro*). As notas, neste caso, permitem especificar e complementar melhor o contexto da aplicação do procedimento.

Nesta etapa de elaboração das definições o principal parâmetro adotado foi a necessidade de comunicação com um público iniciante, em fase inicial de aproximação com a área especializada e que ainda não domina o seu vocabulário e os seus princípios. Neste sentido, as *Notas* acabaram ocupando um espaço importante, uma vez que se optou em aplicar objetividade e concisão nas definições, mas usar as notas para outras indicações, inclusive, dos limites aceitáveis de tratamentos e intervenções, como se vê na definição mostrada a seguir:

clareamento — tratamento químico aplicado nas obras em papel para eliminar ou suavizar manchas, amarelecimento e escurecimento decorrente do envelhecimento. (3.3.7)

Notas: O clareamento é um tratamento polêmico, em geral, aplicado por questões estéticas, mas que resulta na degradação físico-química do papel. Existe uma ampla lista de produtos tradicionalmente empregados pelos restauradores em clareamentos, mas nem todos são viáveis ou seguros para serem utilizados nos laboratórios de Conservação e Restauração. Também podem ser realizados clareamentos que não utilizam produtos químicos, como com a luz solar ou artificial.

Neste caso se optou por inserir uma *Nota* com muitas informações, que ultrapassam as questões técnicas e referem-se aos questionamentos em relação à aplicação do tratamento que está sendo definido. Isto surge por conta de uma preocupação recorrente na área, de que os tratamentos não podem ser realizados como “receitas”, mas sim respaldados pelas perspectivas conceitual e teórica em relação aos procedimentos e intervenções aplicados em bens culturais.

Estes são alguns exemplos de como foram estabelecidas as definições, os quais mostram que, além de funcionarem como elemento de comunicação, elas também assumem uma função textual e discursiva e têm o potencial de explicitar as características e especificidades da área especializada em estudo.

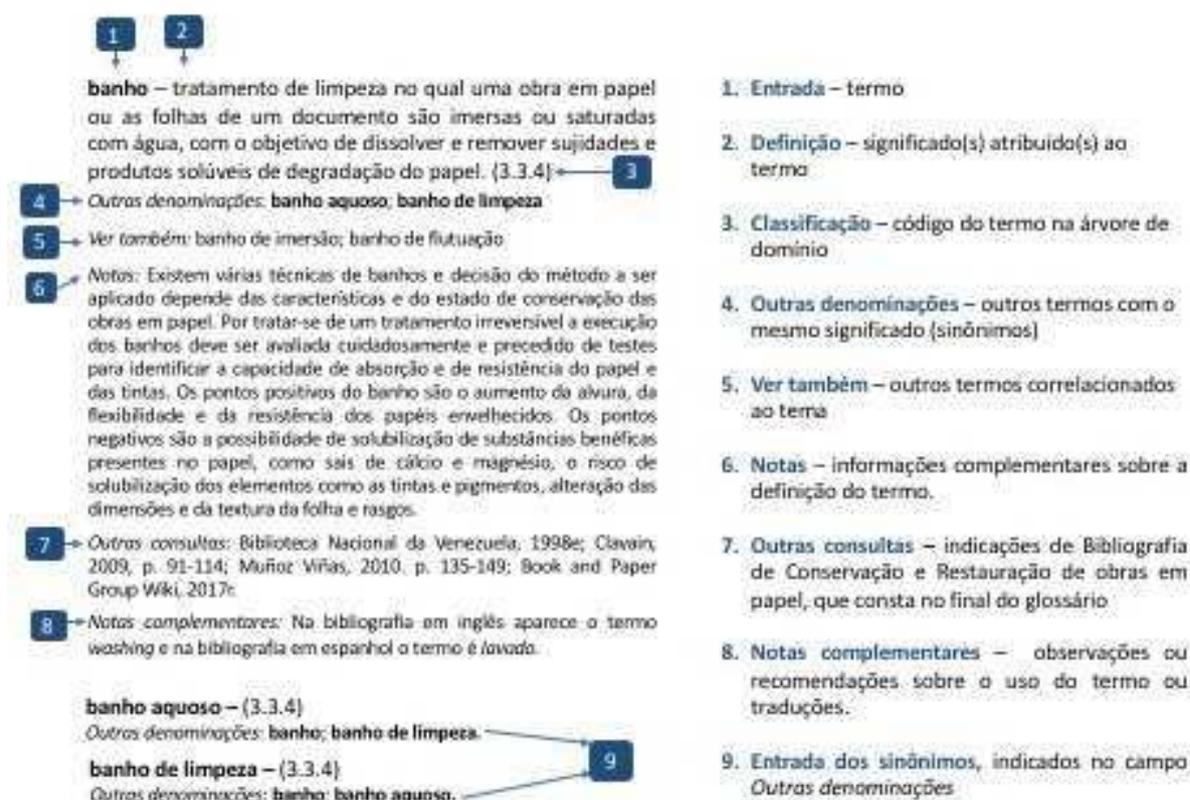
5.1.10 Apresentação do trabalho — a macroestrutura e microestrutura do glossário

O resultado das etapas anteriores do trabalho terminográfico é apresentado em uma obra, que no caso do presente estudo, tem o formato de um glossário. Discutimos agora como foram elaboradas as partes estruturais do glossário, ou seja, a macroestrutura (organização interna da obra) e a microestrutura (apresentação das informações de cada verbete do repertório).

Como indicado nas discussões sobre a Terminografia, na macroestrutura devem constar alguns componentes mínimos: identificação de autoria, introdução, sumário, a nomenclatura, e a bibliografia consultada. Uma vez mais, considerando o público a que se destina o Glossário de Conservação de obras em papel, também foram incluídas as seguintes partes: a árvore de domínio, a nomenclatura com os termos ordenados pelo código de classificação, que corresponde à localização na árvore de domínio, além da bibliografia sugerida, com a indicação de leituras complementares aos termos. Também faz parte do glossário duas outras listas contendo bibliografia: a primeira indica as obras terminológicas e lexicográficas consultadas; a segunda refere-se especificamente à bibliografia terminográfica da Conservação, também consultada durante a elaboração do glossário.

Esta estrutura do glossário se justifica pelos objetivos da pesquisa terminológica e do público a que se destina o produto final do estudo terminológico. O primeiro objetivo é apresentar os termos básicos da área especializada com suas respectivas definições. Um segundo objetivo é permitir ao estudante entender os termos dentro de um contexto de organização de conhecimento. Por fim, os componentes do glossário indicam possibilidades de aprofundar estas informações. A composição da microestrutura, mostrada a seguir na forma do Guia de usuário, deixa esta proposta mais clara.

Figura 14 – Guia de usuário



Elaborado pela autora

Na Fig. 14, que faz parte da introdução do glossário como um guia do usuário, todos os campos que podem aparecer na microestrutura estão identificados através do exemplo da entrada do termo *banho* e os sinônimos (*banho aquoso*, *banho de limpeza*), que fazem parte da nomenclatura.

Estes campos da microestrutura já foram apresentados anteriormente, na seção na qual mostramos a elaboração e preenchimento da ficha de trabalho. No glossário, os campos aqui mostrados não constam necessariamente em todas as entradas, apenas quando são pertinentes. Aqui, para exemplificar, aparecem todos os campos preenchidos. Contudo, em outras entradas podem aparecer apenas o termo e a sua definição. Ou no caso de *Outras denominações*, apenas o código de classificação

Todas as partes do glossário, seja no nível da macroestrutura como da microestrutura, funcionam como um sistema informativo integrado, cujo objetivo é a recuperação das informações necessárias para o usuário em vários níveis. É possível consultar apenas o termo e a sua definição, ou ter um aprofundamento da própria definição no campo das *Notas*. Ou então estabelecer o sistema de remissivas, a partir do campo *Ver*

também, que indica as relações entre os termos dentro da nomenclatura. O campo de *Outras consultas* extrapola o próprio glossário e remete a outros textos externos, a partir dos quais é possível aprofundar o conhecimento sobre cada termo ou definição. Estas relações entre os vários níveis de acesso à informação visam, em essência, atender aos interesses e necessidades do usuário do glossário.

O glossário na sua íntegra, conformado pela nomenclatura com 188 termos especializados da área da Conservação de obras em papel e seus respectivos anexos, consta do Apêndice final da tese.

Nos próximos tópicos fazemos algumas considerações a partir do processo de elaboração do glossário.

5.2 Considerações sobre os resultados alcançados no estudo terminológico

Nesta segunda parte do capítulo discorreremos sobre as questões que surgiram no processo do trabalho terminológico e que lançam luzes sobre algumas características da área de conhecimento em estudo. Inicialmente fazemos algumas considerações sobre o resultado do trabalho terminográfico, uma vez que além do glossário em si, foi possível explicitar algumas questões que refletem a atual situação do domínio especializado da Conservação e, mais especificamente, da Conservação de obras em papel no Brasil. Em um segundo momento analisamos o uso de alguns termos que foram incluídos no glossário, os quais também permitem analisar o desenvolvimento da disciplina.

5.2.1 Sobre os termos que faltam

Os objetivos iniciais e a metodologia aplicada estabeleceram os limites da pesquisa realizada. Ao final obtivemos um glossário com 188 termos que, a princípio, deve atender em alguns aspectos o público de iniciantes na disciplina de Conservação de obras em papel. Contudo, um especialista rapidamente identificará que faltam termos. Esta também é a nossa percepção.

Nesta pesquisa alguns nós conceituais da árvore de domínio ainda não tiveram desdobramentos e inserção de termos. Isso é decorrente de dois motivos: 1) a opção deliberada de manter a estrutura de conhecimento elaborada, conforme explicada em tópico anterior, prevendo-se uma etapa posterior de desenvolvimento; 2) ausência de determinados termos no *corpus* de estudo.

Sobre a primeira motivação, é o caso da *Caracterização dos acervos de obras em papel* (1.1) no qual estariam incluídos os termos que fazem a conexão com as disciplinas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Entendemos que o conhecimento

e domínio de alguns termos especializados das áreas afins é importante para o estudante em formação, uma vez que garante a comunicação entre profissionais, além de possibilitar melhor percepção dos bens culturais nos seus contextos específicos.

Da mesma forma, o tema *Teoria, conceitos e princípios éticos aplicados à C&R de obras em papel* (1.2) incluiria termos que dialogam com as disciplinas teóricas da Conservação como, por exemplo, *reversibilidade, retratabilidade, distinguibilidade, respeito ao original*, termos e conceitos estes que adquirem sentidos específicos na Conservação de obras em papel.

Em outros nós conceituais os desdobramentos implicariam trabalhar com muitos termos, o que não seria viável no contexto desta pesquisa. O tema *História das técnicas e materiais* (1.3), por exemplo, neste primeiro momento ainda conta com uma lista pequena de termos. No entanto, trata-se de um tema muito amplo quando se consideram os inúmeros materiais e técnicas de produção dos suportes da informação ao longo da história.

Além disso, neste primeiro momento, foram feitos desdobramentos basicamente em um primeiro ou segundo nível. Outros desdobramentos devem ser incluídos nestes já existentes. Ou ainda, devem ser inseridos outros nós conceituais na árvore de domínio, considerando as microespecialidades que fazem parte da disciplina da Conservação de obras em papel. Podemos citar, por exemplo, a encadernação, que com todas as suas peculiaridades de materiais e procedimentos específicos realizados em livros, possibilita a elaboração de um glossário específico.

A segunda motivação para as ausências de termos é decorrente das características do *corpus* de estudo, o que impôs algumas limitações ao estudo realizado. Contudo, observar as lacunas existentes no glossário também é um caminho interessante para entender os processos de desenvolvimento da área de especialidade em um determinado contexto, tempo e lugar.

As lacunas são decorrentes das características do *corpus* de estudo, sempre marcado pela incompletude em relação à realidade das dinâmicas das linguagens especializadas. Constatamos que os conteúdos relacionados, por exemplo, ao tema CONTEXTUALIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO não estavam contemplados nas comunicações dos profissionais nos congressos da ABRACOR. Uma explicação possível é que as comunicações neste tipo de evento, em geral, estão voltadas para relatos de experiências inovadoras, daí a sua concentração em procedimentos realizados em conservação e restauração.

Como já explicamos, por uma questão metodológica, neste momento a opção foi de nos mantermos dentro dos limites impostos pelo *corpus* de estudo. Ainda assim, por questões pragmáticas, inserimos na nomenclatura alguns termos que não foram

identificados no *corpus*. O motivo e justificativa foi a necessidade de dar ao aprendiz uma clara noção de conteúdos essenciais que conformam a área da Conservação de obras em papel. Este foi o caso dos termos relacionados aos dez agentes de deterioração, que fazem parte dos conteúdos da conservação preventiva e que não apareciam no *corpus* de estudo. Como mostramos no terceiro capítulo, esta é uma área fundamental para a preservação dos bens culturais e não poderia ser ignorada, especialmente em um glossário voltado para estudantes em processo de formação profissional.

Sobre a conservação preventiva, além das lacunas identificadas no glossário, como o exemplo citado sobre os dez agentes de deterioração, no estudo pontual realizado sobre os termos essenciais da área, discutidos no segundo capítulo, identificamos uma inserção tardia do termo *conservação preventiva* entre os profissionais brasileiros. Desta forma, os estudos terminológicos, tanto o pontual como o sistemático, apontam para uma realidade em que esta é uma área ainda pouco assumida pelos profissionais brasileiros. O glossário apenas espelhou esta realidade.

Sobre o tema DIAGNÓSTICO no glossário, observamos que não existe precisão em relação aos termos relacionados à identificação dos processos de deterioração e degradação dos bens culturais. Como este é um ponto fundamental na metodologia de conservação e de restauração, pontuamos a seguir algumas questões identificadas no tema DIAGNOSTICAR da árvore de domínio.

A correta identificação dos problemas existentes nos bens culturais é uma das principais etapas da metodologia da Conservação, exigindo, portanto, a precisão dos termos que constam da documentação, como as fichas de diagnóstico e relatórios finais. No nosso glossário foram inseridos 22 termos relacionados aos danos. Para se ter um parâmetro de comparação, um glossário disponível *on-line* por um centro de conservação e restauração norte-americana lista e define 63 termos referentes especificamente a danos em obras de arte em papel (THE FINE ARTS CONSERVANCY, 2014). É interessante notar que realizar a tradução de vários termos deste glossário é uma tarefa complexa, uma vez que eles se referem a fenômenos que simplesmente não são encontrados na literatura da área no Brasil.¹⁰⁶ Ou seja, provavelmente não existem termos em português porque alguns fenômenos relacionados aos processos de deterioração ainda não foram identificados ou assimilados pelos especialistas brasileiros.

Ainda sobre este tema, em uma pesquisa em desenvolvimento sobre os termos utilizados nas fichas de diagnóstico de instituições de preservação de acervos em

¹⁰⁶ Um exemplo de termo sem correspondência em português do Brasil é *shellmark*, que tem a seguinte definição: *Crease in the pattern of a half circle; generally the result of a blow or impact when the object is rolled* (THE FINE ARTS CONSERVANCY, 2014).

papel, Miranda e Hannesch (2017) identificam problemas no uso dos termos relativos aos danos, dentre outros, e alertam para as incongruências terminológicas que comprometem o processo de documentação em conservação e restauração. Ou seja, as lacunas existentes no nosso glossário não são decorrentes apenas das limitações do *corpus* de estudo, mas refletem um problema terminológico, conceitual e provavelmente também de elaboração de conhecimentos dentro da especialidade de Conservação por parte dos profissionais brasileiros.

Da mesma forma, ainda dentro do tema DIAGNÓSTICO, também são escassos os termos relacionados aos exames e testes. Os poucos termos identificados estão associados a testes simples, como os de medição de pH e de solubilidade das tintas. Ainda que não se possa generalizar, porque existem exceções, podemos deduzir que na área da Conservação de obras em papel no Brasil os complexos exames sobre a constituição dos materiais e dos processos de deterioração introduzidos pela Ciência da Conservação ainda não foram assimilados ou são pouco frequentes nas instituições e laboratórios.

Como vimos, as discussões no segundo e terceiro capítulo desta tese mostraram um cenário complexo, mas com muitos avanços, especialmente em relação aos conhecimentos científicos que embasam os procedimentos de conservação e de restauração, assim como da conservação preventiva. Ousamos dizer que o glossário que resultou desta pesquisa não condiz com os desenvolvimentos alcançados pela área da Conservação de obras em papel em outros centros mais avançados. Tal conclusão baseia-se em grande parte na nossa experiência como profissional que busca acompanhar a literatura produzida na área. As lacunas observadas no estudo terminológico realizado respaldam tal percepção.

Outros exemplos poderiam ser dados, mas pretendemos apenas pontuar que a presença ou ausência de termos podem ser indicativos do nível de desenvolvimento de uma área de conhecimento e que merecem, portanto, uma atenção maior. As estruturas incipientes de formação dos profissionais que trabalham com a conservação e restauração existentes no Brasil até períodos recentes podem justificar as fragilidades aqui exemplificadas.

5.2.2 *Uso, circulação e apropriação de termos da disciplina de Conservação de obras em papel*

Na formação do vocabulário próprio de cada área existem processos de terminologização, ou seja de criação de termos. Não pretendemos aqui desenvolver este tipo de análise, que é bastante complexa dentro do campo da Terminologia. No entanto, dentro do escopo do estudo terminológico que realizamos, consideramos importante pontuar o uso de alguns termos e suas variações encontradas na área da Conser-

vação de obras em papel, especialmente porque são indicativos das características próprias da área e, também, do seu processo de desenvolvimento e estruturação como disciplina.

Neste sentido, alguns termos que compõem o nosso glossário são específicos da área, enquanto outros indicam as relações estabelecidas com outras áreas da Conservação ou com outros domínios de conhecimento. Seguimos com alguns exemplos.

No estudo terminológico identificamos uma variação na qual os termos *laminação* e *velatura* possuem formas distintas, mas que comumente são usadas pelos profissionais brasileiros para definir o mesmo procedimento. A equivalência de uso encontrada no *corpus* de estudo levou-nos a considerar os termos como sinônimos no glossário.

Em dicionários técnicos em língua espanhola a *laminación* é definida como um procedimento específico da Conservação de obras em papel. Ana Calvo Manuel, por exemplo, assim define a laminação:

Técnica de restauração de papel que consiste em colar um reforço em uma ou ambas faces de um documento para proporcionar a resistência necessária para o seu melhor manuseio e conservação. (...) (CALVO MANUEL, 1997, p. 130, tradução nossa).¹⁰⁷

Esta autora ainda estabelece uma diferença entre os processos de execução, que podem ser uma *laminación manual* ou *laminación mecânica*, sendo a segunda realizada em máquinas laminadoras que usam pressão e calor para fundir adesivos termoplásticos entre o papel de suporte e o documento.

A chamada *laminación mecânica* foi desenvolvida na década de 1940 por William Barrow que desenvolveu uma técnica para fazer laminação com acetato de celulose. Esta técnica, que foi largamente empregada em bibliotecas e arquivos, mostrou-se ao longo dos anos problemática porque acelerava o processo da degradação dos papéis (ALMEIDA; HANNESCH; POZI, 2017). Ela deixou de ser usada, ainda que atualmente algumas instituições usem as laminadoras com outros materiais de reforço mais estáveis.

Contudo, no uso do termo *laminação* identificado no *corpus* de estudo não se faz a relação com estes processos antigos, referindo-se apenas ao procedimento de restauração que emprega o papel japonês como reforço e adesivos passíveis de serem removidos como, por exemplo, a metilcelulose.

¹⁰⁷ No texto original: *Técnica de restauración de papel que consiste en adherir a una o ambas caras de un documento un refuerzo que proporciona la consistencia necesaria para su mejor manejo y conservación. (...)*

Sobre o termo *velatura*, nos dicionários técnicos de conservação e de restauração ele está claramente relacionado com uma técnica da pintura. Na definição estabelecida por Calvo Manuel temos a seguinte aceção do termo, com uma variação na grafia:

veladura — camada translúcida aplicada a uma pintura já seca, para matizá-la em algumas áreas ou, em geral, para dar-lhe um véu ligeiramente colorido, durante a execução da mesma, mas com a pintura já seca. (...) (CALVO MANUEL, 1997, p. 229, tradução nossa).¹⁰⁸

Em consultas realizadas em dicionários técnicos identificamos o termo *velinatura* em um dicionário italiano traduzido para o espanhol, com a seguinte definição para o termo espanhol *empapelado*:

empapelado velinatura — sistema de proteção temporário de superficies cromáticas deterioradas, realizada antes de um reentelamento ou de uma operação de consolidação, transferência ou recuperação. Se corta o papel de seda ou tisú em tiras ligeiramente maiores que a superfície tratada, as quais são coladas com líquidos não solventes. Nas fontes sobre restauração esta operação é conhecida como fixação ou consolidação da cor (GIANNINI; ROANI, 2008, p. 76).¹⁰⁹

Trata-se de um procedimento específico da restauração, denominado *faceamento* em português. Apesar de ter alguma similaridade com o procedimento da laminação ou velatura realizado na Conservação de papel, a diferença é que o faceamento implica na aplicação temporária do papel japonês (tisú), sendo retirado ao final do tratamento.

Esta questão deve ser melhor estudada, mas é possível identificar um processo de circulação de um termo entre as áreas especializadas, o que resultou na apropriação do termo *velatura*, com origem na pintura, pelos profissionais para denominar um procedimento específico da Conservação de obras em papel. Até onde se pôde verificar, este é um termo usado exclusivamente pelos conservadores-restauradores da área de papel do Brasil.

Ainda que seja interessante identificar onde e como ocorreu esse processo de apropriação da *velatura*, para ser coerente com o referencial teórico que adotamos nesta pesquisa, consideramos que o seu uso e sentido atual não está nem mais e

¹⁰⁸ No texto original: *Veladura — Película translúcida aplicada a una pintura ya seca, para matizarla en zonas o, en general, para darle un velo ligeramente coloreado, durante la ejecución de la misma, pero seca ya la pintura.*

¹⁰⁹ No texto original: **empapelado** *velinatura — sistema de protección temporal de superficies cromáticas deterioradas, previa a un forrado o a una operación de consolidación, traslado o recuperación. Se corta papel de seda o tisú en tiras ligeramente más grandes que la superficie tratada y se encolan con líquidos no solventes. En las fuentes sobre restauración, esta operación se conoce como fijación o asentamiento del color.*

nem menos correto do que o termo *laminação*. É apenas um sinônimo para o mesmo procedimento.

Contudo, por vezes a apropriação e uso de alguns termos devem ser repensados, especialmente se conduzem a confusões sobre conceitos já bem estabelecidos em outros domínios de conhecimento. Um exemplo são os termos *degradação* e *deterioração*, os quais são usados indistintamente pelos profissionais, mas que possuem significados diferentes. Neste sentido Sandu, Spiridon e Sandu (2016), ao discutirem a necessidade da harmonização de alguns termos por conta da interdisciplinaridade que caracteriza as ciências da Conservação, alertam para as diferenças de significado entre *deterioration* e *degradation*. De acordo com os autores, estes termos foram adotados separadamente pela comunidade científica internacional por causa da necessidade de diferenciar entre as alterações no estado físico-estrutural e as de natureza química, microbiológica e térmica/radiativa. A partir da síntese das discussões colocadas por Sandu, Spiridon e Sandu (2016, p. 599-560), podemos indicar as seguintes diferenças entre os dois termos:

- *deterioração* — efeito incorrido em um artefato, que pode ser proporcional ao todo ou às partes dos seus componentes, decorrente da mudança estrutural-funcional de seu estado sob ações físico-químicas, acompanhadas ou não por fatores climáticos. Este efeito é baseado em processos de destruição microscópicos ou macroscópicos, que afetam o estado físico relacionado a um elemento estrutural-funcional. São exemplos: o rompimento de uma viga em um edifício ou da moldura de uma quadro; o craquelê nas camadas de uma pintura; rasgos em um suporte de papel ou em um têxtil; dobra, dilatação ou contração de um painel de madeira, etc.
- *degradação* — efeito da alteração da natureza material sob a ação de fatores químicos, eletroquímicos, bioquímicos, microbiológicos, radiativo/térmico, etc. O efeito é baseado nos processos de alteração dos componentes químicos em um determinado tipo de material. Por esta razão, os efeitos de degradação são cumulativos (diversas causas e resultados), sendo agrupados pelos efeitos químico, térmico, radioativa, biológico, etc., que, por sua vez, podem ser simples ou complexos (eletroquímico, termoquímico, bioquímicos, fotoquímico, radioquímico, etc.). São exemplos: a corrosão dos metais e ligas; o apodrecimento da madeira, papel, couro/pergamino, têxteis; a descoloração de pigmentos; a eflorescência de sais, etc.

Estes são exemplos de termos que foram apropriados e são usados pelos profissionais da Conservação como se fossem sinônimos, sem se dar conta que

existem motivos nos âmbitos especializados para se estabelecer a distinção entre um e outro.

Em outra situação, encontramos termos muito bem estabelecidos na área especializada, mas que não correspondem a um significado correto na língua portuguesa. É o caso do termo *planificação*¹¹⁰, relacionado ao procedimento de tornar plano um documento que esteja enrolado, ondulado ou amassado.

Nos dicionários da língua portuguesa, como em Houaiss e Villar (2001) e Ferreira (1999), a palavra *planificação* significa o *ato ou efeito de planificar*, que por sua vez está relacionada a *reduzir a um plano; projetar em um plano; estabelecer um plano ou roteiro*, dentre outros.

Contudo, existe uma palavra que melhor se associa ao procedimento realizado em Conservação de obras em papel: *aplanamento*. No Dicionários Houaiss encontramos a seguinte definição para *aplanamento*: *ato ou efeito de aplanar-se, de conceder uma superfície plana*. O verbo *aplanar* é assim definido: *tornar-se plano ou raso; nivelar-se*.

O termo *aplanamento* foi identificado nos materiais didáticos dos cursos ministrados pela Escola SENAI Theobaldo De Nigris em São Paulo. Em uma apostila desta instituição conta a seguinte informação sobre o procedimento:

*APLANAMENTO — Após tratamentos aquosos e/ou reconstituição de suporte, as fibras do papel trabalham devido à absorção e desorção da umidade aplicada e o papel acaba por se deformar (ondulações, abaulamento). O **aplanamento** cuida de corrigir estas deformações através de nova aplicação de umidade, por aspersão e com pH controlado, e secagem gradual entre feltros ou mata-borrões mais leve pressão (tábuas e pesos) (AUADA, 2015, p. 12, grifo nosso).*

O termo *aplanamento* não foi encontrado no nosso *corpus* de estudo, por isso nossa opção foi de manter no glossário o termo *planificação*, com um comentário sobre a possibilidade de uso do termo *aplanamento*.

Este é um exemplo de que os termos não são fixos ou imutáveis, a tendência é que mudem acompanhando o desenvolvimento e as transformações que ocorrem na área especializada. Discussões terminológicas podem resultar em alterações dos termos. Assim, nada impede que o termo *planificação* possa ser substituído por *aplanamento*, desde que as mudanças sejam aceitas e assimiladas pelos profissionais.

Entendemos que as revisões ou discussões sobre os termos dentro da área especializada são necessárias para acompanhar as mudanças naturais nas linguagens das especialidades e também para melhorar os processos de comunicação entre os

¹¹⁰ Em espanhol encontramos o termo *alisado* e em inglês, *flattening*, para o mesmo procedimento que em português denominamos *planificação* (MARTÍNEZ; (COORD.), 2003).

profissionais, especialmente em um campo marcado pela interdisciplinaridade. A busca pela harmonização dos termos especializados é uma necessidade que se impõe.

Por fim, analisamos o termo *desacidificação*, o qual foi elaborado dentro da área da Conservação de obras em papel e está diretamente vinculado às características específicas desta disciplina. Como vimos no segundo capítulo, a acidez do papel é um dos maiores problemas em acervos documentais e bibliográficos. A identificação dos processos de degradação do papel ácido implicou no desenvolvimento de pesquisas e técnicas para tentar resolver estas questões. As soluções desenvolvidas foram os tratamentos químicos dos papéis que neutralizam os componentes ácidos através de uma reação ácido-base com um composto alcalino. Reação esta que também cria uma reserva alcalina a partir da deposição de um excesso do composto alcalino no papel tratado.

O cientista da Conservação José Luis Pedersoli Jr. explica que a *desacidificação* é um termo bastante específico da Conservação de papel, ainda que esteja relacionado a dois outros termos tradicionais da química, a *neutralização* e a *alcalinização*.¹¹¹ Assim, a *desacidificação* consiste em três etapas: 1) a remoção de ácidos presentes no papel por solubilização ou dissolução, no caso de tratamentos aquosos; 2) neutralização desses ácidos através de reação ácido-base com um composto alcalino; 3) criação de uma reserva alcalina a partir da deposição de um excesso do composto alcalino no papel tratado (PEDERSOLI JÚNIOR, 2017).

Apontamos neste exemplo a criação de um termo específico da área especializada. Ainda que tenha relação com o domínio da química, o termo *desacidificação* é resultado, ao mesmo tempo que espelha e representa os problemas e as soluções desenvolvidas pela Conservação de obras em papel dentro do campo científico.

Os exemplos de termos que aqui indicamos — *laminação* e *velatura*; *deterioração* e *degradação*; *planificação* e *aplanamento*; *desacidificação* — servem para mostrar a diversidade de situações terminológicas possíveis dentro de uma área especializada e confirmam o caráter multidimensional dos termos. Como elementos multifacetados, os termos circulam entre várias áreas, mas adquirem um sentido específico e ocupam um lugar preciso em cada domínio especializado.

¹¹¹ Sobre a *neutralização* Pedersoli esclarece que “ trata-se de um termo “clássico” da Química, que muito antecede sua utilização na conservação de papel, o qual se refere à reação completa de um ácido com uma base (álcali), resultando no desaparecimento desses dois reagentes e a consequente formação de um sal e de água como produtos da reação”.

Sobre a *alcalinização*: “trata-se também de um termo “clássico” da Química, anterior à sua utilização na conservação de papel, o qual se refere à elevação do pH de uma solução a valores > 7,0 através da adição de um composto alcalino. Caso essa solução seja originalmente ácida, para que ocorra sua alcalinização, primeiramente deverá ocorrer a neutralização dos ácidos nela presentes através da reação química com o agente alcalino; em seguida, uma vez neutralizados esses ácidos, o excesso do agente alcalino adicionado ao sistema/solução levará ao aumento de seu pH para níveis alcalinos (> 7,0)” (PEDERSOLI JÚNIOR, 2017).

Enfim, o estudo dos termos, além dos seus resultados pragmáticos que se concretizaram no glossário apresentado neste capítulo, abre-se também para uma multiplicidade de abordagens e discussões dentro de uma área especializada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos esta tese citando Benveniste (1989) e Barbosa (2004). O primeiro autor faz um alerta de que uma ciência somente começa existir quando estabelece o seu vocabulário próprio. A segunda autora estabelece a associação do desenvolvimento de uma ciência com a elaboração de um discurso metalinguístico específico. A hipótese de que os termos são essenciais para a construção epistemológica de uma disciplina esteve presente ao longo do trabalho, alinhando os argumentos e também na escrita dos capítulos.

Assim, como se discutiu na introdução, a justificativa e motivação para a pesquisa foi o reconhecimento das demandas e necessidades de estudos terminológicos nos processos de estruturação da Conservação e, mais especificamente, na Conservação de obras em papel, como um domínio de conhecimento especializado.

O segundo capítulo foi construído para contextualizar a Conservação de obras em papel dentro do campo patrimonial. Entendemos que os termos *preservação*, *conservação*, *conservação preventiva* e *restauração* somente podem ser compreendidos quando inseridos e analisados a partir dos processos de desenvolvimento do campo patrimonial ao longo do tempo e em contextos específicos. Em uma segunda parte, analisamos as atividades de conservação, restauração e conservação preventiva como componentes da disciplina da Conservação. Também discutimos as relações com a Ciência da Conservação, denominada mais recentemente de Ciências do Patrimônio. Identificamos como ainda é difícil estabelecer os limites entre os vários domínios que fazem parte do campo patrimonial, em um contexto de interdisciplinaridade, em que ainda prevalecem relações desiguais entre as culturas científicas, humanísticas, artísticas e técnicas. Por fim, discutimos as características específicas da Conservação de obras em papel, as suas microespecialidades e suas relações com as instituições museus, arquivos e bibliotecas e com as disciplinas afins.

No capítulo três, a partir da discussão sobre os termos essenciais *preservação*, *conservação* e *restauração*, mostramos toda a complexidade da área em estudo, que é marcada por diferentes tradições e abordagens para a salvaguarda de uma multiplicidade de bens culturais que fazem parte do campo patrimonial.

Na construção deste capítulo, mostramos a polissemia de termos que identificam a área e acompanhamos vários cenários comunicativos nos quais as questões terminológicas estavam colocadas. Consideramos fundamental a proposta do ICOM-CC de definir os termos *conservation*, *remedial conservation*, *preventive conservation* e *restoration* para melhorar os processos de comunicação entre profissionais no âmbito internacional. Ainda que o ICOM-CC não tivesse intenções prescritivistas ao propor a sua resolução terminológica, não se pode ignorar a sua importância e influência junto

às instituições e profissionais envolvidos com a salvaguarda dos bens culturais.

Buscamos analisar como estes termos foram assimilados pelos conservadores-restauradores brasileiros. Isto permitiu identificar algumas aproximações com a terminologia proposta pelo ICOM-CC e, também, estabelecer diferenças como, por exemplo, na importância que o termo *preservação* assume nos documentos elaborados pelos profissionais no Brasil. Também identificamos que o termo *conservação curativa*, definido pelo ICOM-CC, ainda não foi assimilado pelos profissionais brasileiros. Assim como a conservação preventiva, que parece ter uma inserção tardia entre os nossos profissionais. Assim, mesmo que as discussões amplas colocadas por instituições de atuação internacional sejam importantes, não desconsideramos os usos específicos atribuídos pelos profissionais nos seus contextos especializados. Por outro lado, também não é possível ignorar os avanços alcançados em outros centros e as possibilidades de circulação e mudanças destes termos em mundo cada vez mais globalizado.

Ainda neste capítulo, o reconhecimento dos termos como elementos de representação e de comunicação dentro das linguagens especializadas e, conseqüentemente, dentro do campo profissional, exigiu explicitarmos uma escolha. O uso do termo *Conservação* para definir a área especializada ao longo do texto respondeu a questões pragmáticas, como a necessidade de padronizar um termo que facilite a comunicação com nosso ouvinte/leitor diante da polissemia de termos existentes. Entretanto, mais do que isso, foi uma escolha feita a partir da compreensão de que os termos representam conceitos e ideias dentro de um mercado de significados. A nossa opção pelo termo *Conservação* respalda-se pelo seu sentido etimológico na língua portuguesa, pela tradição a que ela se alinha dentro do campo patrimonial e por conta do contexto institucional e profissional em que as obras em papel estão inseridas. Neste sentido, mostramos que a escolha e o uso de um termo não é casual ou aleatória, mas sim carregada de significados e sentidos porque marca uma posição e funciona como uma unidade de representação dentro do grupo profissional. Esta mesma leitura em relação ao termo *Conservação* se estende aos demais termos especializados.

Este panorama desenvolvido no segundo capítulo, mais as discussões conceituais realizadas no terceiro, tiveram a finalidade contextualizar a área em estudo, que serviu para delimitar questões importantes para a análise terminológica e, também, para a elaboração do produto terminográfico proposto na pesquisa. Os capítulos iniciais trazem discussões fundamentais para uma área marcada pela interdisciplinaridade e que ainda está em processo de estruturação. Além disto, os capítulos também permitiram dar a dimensão da complexidade que caracteriza a Conservação de bens culturais.

No quarto capítulo abordamos as questões conceituais e metodológicas da Terminologia e da Terminografia, as quais sustentaram o desenvolvimento da pesquisa

sobre os termos da área da Conservação de obras em papel e da elaboração do produto final, o glossário. A aproximação com a Socioterminologia e a TCT permitiu direcionarmos o estudo para uma abordagem dos termos como unidades de comunicação, inseridos no seu contexto social e específico de uso. Ainda que tais princípios tenham sido explicitados somente neste capítulo, eles já estavam presentes nas discussões terminológicas decorrentes da análise dos cenários comunicativos realizada no segundo capítulo.

No quinto capítulo descrevemos o processo de elaboração do glossário, mostrando como as questões teóricas da Terminologia e Terminografia, pontuadas no capítulo anterior, foram executadas no estudo terminológico. As considerações sobre os resultados alcançados, discutidos em uma segunda parte deste capítulo, focaram em alguns termos que fazem parte do glossário e permitiram exemplificar como os termos são marcados pela variação, circulam entre as especialidades, mudam de sentido ao longo do tempo e, por vezes, são usados com pouca precisão pelos profissionais. Ao levantar estas questões temos como objetivo enfatizar a necessidade de maior atenção por parte da comunidade profissional para a importância dos termos nos processos de construção da disciplina, assim como para a melhoria da comunicação dentro do grupo ou com outros profissionais das áreas afins.

Entendemos que o quarto e o quinto capítulos são fundamentais para divulgar uma metodologia adequada para abordar as terminologias. Cumprimos assim com um dos objetivos da pesquisa, de discutir e divulgar uma metodologia consistente para a elaboração de glossários e dicionários especializados, uma vez que os raros dicionários e glossários em Conservação de obras em papel identificados no levantamento bibliográfico inicial, foram criados a partir de simples coletâneas de termos. Ainda que a nossa análise tenha sido específica sobre as obras em papel, podemos deduzir com segurança que a carência de dicionários e glossários se estende para as outras tipologias de bens culturais. Assim, temos a expectativa de que a metodologia descrita nesta tese possa ser posteriormente aplicada em outras especialidades da Conservação.

Após seguir as etapas estabelecidas pela Terminografia e com o suporte teórico da Terminologia, obtivemos um produto final: um glossário. Em termos de proposta e objetivos de pesquisa, chegamos ao seu ponto final. A princípio, a partir da metodologia empregada, buscamos garantir que os termos selecionados são aqueles de fato usados pelos profissionais conservadores-restauradores que se dedicam aos bens culturais em papel no Brasil.

Ao seguirmos as recomendações para a elaboração de uma obra terminográfica, produzimos um glossário cujas partes consistem em um sistema de informação, com a possibilidade de vários níveis de acesso. Ou seja, a consulta pode ser feita apenas no verbete, apresentado em ordem alfabética, e sua respectiva definição. Pode-se também

aprofundar a informação com o que consta nas notas ou na bibliografia recomendada. Ou ainda identificar as relações entre os termos a partir dos campos *Outras denominações* ou *Ver também*. Por sua vez, cada termo está inserido na estrutura de conhecimento, possível de ser recuperada na apresentação da nomenclatura por uma ordem de classificação ou na árvore de domínio.

As características deste glossário visam atender ao público específico a que se destina: os estudantes brasileiros dos cursos de graduação em processo de formação profissional. Desta forma, além de ser uma ferramenta de comunicação, o glossário também cumpre com a função de instrumento didático a ser usado em sala de aula. No caso de profissionais em formação, não se pode ignorar que o domínio de uma terminologia também está relacionado com a construção de uma identidade profissional. Contudo, a eficiência deste produto em relação a estas funções somente será mensurada quando o glossário circular entre os profissionais e usuários a que se destina.

Temos clareza de que o glossário ainda vai passar por mudanças. Este é o seu destino, uma vez que é resultado de um trabalho incompleto por natureza e que necessita de contínua revisão. Esse tipo de obra sempre será um recorte parcial de uma realidade, de um determinado campo do conhecimento especializado que está em constante atualização e transformação. Como se mostrou no quinto capítulo, existem lacunas na estrutura proposta, cuja solução depende de um aprofundamento do estudo, inclusive com a complementação de outros *corpus* de estudo ou de publicações recentes elaboradas em centros mais avançados. Em uma etapa posterior, além de dar continuidade aos estudos terminológicos, também pretendemos disponibilizar o glossário na *internet*, em um formato distinto deste apresentado agora na forma impressa, como, por exemplo, um banco de dados terminológicos.

Ao analisar todo o caminho percorrido, percebemos que o desenvolvimento dos capítulos e a apresentação final do Glossário deixam apenas entrever a complexidade por trás do trabalho terminológico. São exemplos: as decisões sobre os termos que iriam compor a nomenclatura, que mesmo pautadas pela metodologia, guardam subjetividades; a percepção das lacunas no Glossário apontando para questões ainda por serem resolvidas dentro da área; o desafio de elaborar definições claras, objetivas e compreensíveis pelo público alvo, que ao final, são pequenos textos discursivos. Desta forma, o estudo terminológico tem a potencialidade de levantar inúmeras questões instigantes sobre as terminologias especializadas.

Além dos objetivos alcançados, destacamos que o processo da pesquisa permitiu identificar outras questões importantes sobre o contexto de desenvolvimento da Conservação de obras em papel no Brasil. O levantamento da produção bibliográfica produzida na área, ainda que tenda a ficar rapidamente defasado por estar em cons-

tante mudança, possibilitou registrar um quadro com informações sobre onde e quem produziu conhecimentos especializados durante um determinado período. Também entendemos que, ao pontuar as temáticas tratadas nas publicações e em eventos, é possível delinear um panorama amplo sobre o que ainda falta desenvolver dentro da área.

Neste mesmo sentido, ao elaborarmos a estrutura de conhecimento da área em forma de árvore de domínio e analisarmos os programas das disciplinas de Conservação de obras em papel dos cursos de graduação existentes, fizemos uma breve caracterização da formação oferecida no país. Isto pode servir de ponto de partida para uma discussão necessária sobre o currículo e os conteúdos mínimos para a formação profissional do conservador-restaurador brasileiro. Pensar os conteúdos, práticas e metodologias de ensino e aprendizagem da Conservação em níveis mais avançados ainda são desafios a serem enfrentados pelos novos cursos de graduação.

Assim, as inúmeras discussões desenvolvidas ao longo dos capítulos cumpriram com o objetivo da pesquisa de melhor entender a conformação da Conservação como um domínio especializado. Tais questões adquirem especial importância no atual contexto de implantação dos cursos de graduação em Conservação e Restauração nas universidades brasileiras. Existem mudanças significativas em andamento, tanto para a formação dos profissionais conservadores-restauradores, assim como para a produção de conhecimentos especializados em uma área ainda em processo de estruturação. Temos a expectativa de que a pesquisa motive novas discussões terminológicas, de forma a contribuir para uma necessária harmonização das terminologias e melhoria dos processos de comunicação entre profissionais e com o público em geral. O resultado será a construção de um meta-discurso de fato eficiente para a consolidação da Conservação como uma disciplina especializada dentro do campo patrimonial, nas suas várias interfaces com os conhecimentos científico, humanístico e técnico.

REFERÊNCIAS

- AIC. *Specialty Groups*. 2018. Disponível em: <<http://www.conservation-us.org/specialty-topics%23.Wlj9EiP9tAY>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- ALLO MANERO, M. A. Teoría e historia de la conservación y restauración de documentos. *Revista General de Información y Documentación*, Madrid, v. 7, n. 1, p. 253 – 295, 1997.
- ALMEIDA, G. M. de B. O percurso da Terminologia: de atividade prática à consolidação de uma disciplina autônoma. *TradTerm*, n. 9, p. 211 – 222, 2003.
- ALMEIDA, G. M. de B. A Teoria Comunicativa da Terminologia e a sua prática. *Alfa*, São Paulo, v. 2, n. 50, p. 85 – 101, 2006.
- ALMEIDA, T. H. de; HANNESCH, O.; POZI, R. A. Laminadora Barrow: uma promessa de 500 anos que não se cumpriu. In: IV ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO, 2017, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2017. p. 229 – 236.
- ALUÍSIO, S. M.; ALMEIDA, G. M. B. de. O que é e como se constrói um corpus? Lições aprendidas na compilação de vários corpora para pesquisa linguística. *Calidoscópico*, v. 4, n. 3, p. 156 – 178, set. - dez. 2006.
- ALVES, I. M. Socioterminologie. Une approche sociolinguistique de la terminologie. *TradTerm*, v. 9, p. 229 – 232, Dezembro 2003. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/view/49092/53167>>. Acesso em: 20 fev. 2016.
- AMERICAN INSTITUTE FOR CONSERVATION. *Definitions of Conservation Terminology*. 2018. Disponível em: <<http://www.conservation-us.org/about-conservation/definitions%23.WCRjgPkrLIU>>. Acesso em: 10 nov. 2016.
- AMORETTI, M. S. M.; TAROUÇO, L. M. R. Mapas conceituais: modelagem colaborativa do conhecimento. *Informática na Educação: Teoria & Prática*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, Setembro 2000.
- AUADA, F. M. *Conservação e restauro de documentos*. São Paulo: SENAI, 2015.
- AUBERT, F. H. *Introdução à metodologia da pesquisa terminológica bilingüe*. 2. ed. São Paulo: FFLCH/CITRAT, 2001.
- BALLART HERNÁNDEZ, J.; TRESSERAS, J. J. i. *Gestión del patrimonio cultural*. 3. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2007.
- BARBOSA, M. A. Dicionário, vocabulário, glossário: concepções. *Caderno de Terminologia*, n. 1, p. 23 – 45, 2001.
- BARBOSA, M. A. A Terminologia e o ensino da metalinguagem técnico-científica. In: *As Ciências do Léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004. p. 311 – 325.
- BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

- BARROS, L. A. Aspectos epistemológicos e perspectivas científicas da terminologia. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 22 – 26, Junho 2006.
- BECK, I. Projeto Cooperativo Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. *Arquivo e Administração - Publicação Oficial da Associação dos Arquivistas Brasileiros*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1/2, p. 5 – 34, Janeiro-Dezembro 1999.
- BELL, N. How can we build an impactful future for science in conservation? Essential next steps. *Studies in Conservation*, v. 60, p. 20 – 22, 2015.
- BELOTTO, H. L. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- BENOÎT DE TAPOL, M. G. Medio siglo de Conservación Preventiva. Entrevista a Gaël de Guichen. *Ge-conservación*, n. 0, p. 35 – 44, 2009.
- BENVENISTE, E. *Problemas de Lingüística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BERBER SARDINHA, T. *O que é um corpus representativo?* 1999. Disponível em: <<http://www2.lael.pucsp.br/direct/DirectPapers44.pdf>>. Acesso em: 07 dez. 2016.
- BERBER SARDINHA, T. Linguística de corpus: histórico e problemática. *DELTA*, v. 6, n. 2, p. 323 – 367, 2000.
- BERDUCOU, M. Introduction to archaeological Conservation. In: _____. *Historical and philosophical Issues in the conservation of Cultural Heritage*. 1. ed. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 248 – 259.
- BESSÉ, B. de; NKWENTI-AZEH, B.; SAGER, J. C. *Glossary of terms used in terminology*. 2011. Disponível em: <<https://benjamins.com/%23catalog/journals/term.4.1.08bes/fulltext>>. Acesso em: 20 out. 2017.
- BEVILACQUA, C. R. Por que e para que a Linguística de Corpus na Terminologia. In: _____. *Corpora na Terminologia*. São Paulo: Hub Editorial, 2013. p. 11 – 27.
- BIBLIOTECA NAZIONALE CENTRALE DI FIRENZE. *La Biblioteca - Laboratorio di restauro - Origini e funzioni del laboratorio*. 2017. Disponível em: <<http://www.bncf.firenze.sbn.it/pagina.php%3Fid%3D63%26rigamenu%3DOrigini%20e%20funzioni%20del%20laboratorio>>. Acesso em: 10 Jan. 2018.
- BIDERMAN, M. T. C. O conhecimento, a terminologia e o dicionário. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 35 – 37, Junho 2006. Acesso em: 16 mar. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0009-67252006000200014%26lng%3Den%26nrm%3Diso>.
- BOJANOSKI, S. de F.; MICHELON, F. F.; BEVILACQUA, C. Os termos preservação, restauração, conservação e conservação preventiva de bens culturais: uma abordagem terminológica. *Calidoscópio*, v. 15, n. 3, p. 443 – 454, 2017.
- BRANDI, C. *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Empúries, 1993.

CABRÉ, M. T. Terminología y lingüística: la teoría de las puertas. *Estudios de Lingüística del Español (ELiES)*, v. 16, 2002. Disponível em: <<http://elies.rediris.es/elies16/index.html>>. Acesso em: 17 fev. 2016.

CABRÉ, M. T. Textos especializados y unidades de conocimiento: metodología y tipologización. In: PALACIOS, J. G.; FUENTES, M. T. (Ed.). *Texto, terminología y traducción*. Salamanca: Ediciones Almar, 2002. p. 15 – 36.

CABRÉ, M. T. Theories of terminology: their description, prescription and explanation. *Terminology – International Journal of Theoretical and Applied Issues in Specialized Communication*, v. 9, n. 2, p. 163 – 200, 2003.

CABRÉ, M. T. *La Terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Girona: Documenta Universitaria, 2005.

CABRÉ, M. T. Constituir un corpus de textos de especialidad: condiciones y posibilidades. Artois Presses Université, Arras, 2007.

CALDAS, K. V. A Restauração em foco: entre mitos e realidades. *Vitruvius Resenhas Online*, São Paulo, Jun 2013. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/12.138/4765>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CALVO MANUEL, A. *Conservación y restauración: materiales, técnicas y procedimientos de la A a la Z*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997.

CAPLE, C. *Conservation skills: Judgmente, method and decision making*. New York: Routledge, 2000. [e-book].

CARBONARA, G. Apresentação. In: *Teoria da Restauração*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004. p. 9 – 20.

CARSALADE, F. Bem. In: *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*. Brasília: IPHAN, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/42/bem>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CASANOVA, M. da C. L. *De artífice a cientista Evolução da Conservação e do estatuto profissional do conservador-restaurador de documentos gráficos no AHU (1926-2006)*. 2011. 408 p. Tese (Doutorado em em Conservação e Restauo: Teoria, História e Técnicas) — Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

CASANOVAS, L. E. E. *Conservação preventiva e preservação das obras de arte: condições-ambiente e espaços museológicos em Portugal*. Lisboa: Santa Casa de Misericórdia de Lisboa, 2008.

CASTRO, A. A. N. de. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. Primeira. Juiz de Fora: Editora UFJF, FUNALFA, 2012.

CEN - EUROPEAN COMMITTEE FOR STANDARDIZATION. *CEN/TC 346 - Conservation of Cultural Heritage*. 2018. Disponível em: <https://standards.cen.eu/dyn/www/f%3Fp%3D204%3A7%3A0%3A%3A%3A%3AFSP_ORG_ID%3A411453%26cs%3D11079A55D70F8377E3942E1C6704C7664>. Acesso em: 02 jan. 2018.

CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação da Liberdade; Editora UNESP, 2001.

COBRA, M. J. T. Q. *Pequeno Dicionário de Conservação e Restauração de Livros e Documentos*. [S.l.]: Edições Cobra Pages, 2003.

CÓDIGO DE ÉTICA DO CONSERVADOR-RESTAURADOR. 2005. Disponível em: <http://aber.org.br/img/codigo_de_etica_2013.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2016.

CONWAY, P. Preservação no universo digital. In: *Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

CORAIOLA, S. M.; BORTOLOZZI, F.; ELEUTÉRIO, M. A. M. O uso de mapas conceituais em ambientes virtuais de aprendizagem. In: VI EDUCERE, 2006, Curitiba. *Anais*. Curitiba: Pontifícia Católica do Paraná, 2006. Disponível em: <<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2006/anaisEvento/docs/CI-035-TC.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2016.

COREMANS, P. The Training of Restorers. In: *Problems of Conservation in Museums*. Paris: Editions Eyrolles, 1969.

CORUJEIRA, L. A. *Conserve e restaure seus documentos*. Salvador: Itapoá, 1971.

CUNHA, C. R. A atualidade do pensamento de Cesare Brandi. *Vitruvius Resenhas Online*, São Paulo, Agosto 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/03.032/3181>>. Acesso em: 27 set. 2016.

DARLING, P. Preservation vs. Conservation. *Abbey Newsletter*, v. 9, n. 6, Novembro 1985. Disponível em: <<http://cool.conservation-us.org/byorg/abbey/an/an09/an09-6/an09-604.html>>. Acesso em: 05 mar. 2015.

DOBEDEI, V. L. D. *Tesouro: linguagem e representação da memória documentária*. Niterói: Intertexto, 2002.

DROUIN, P. *Guide de l'utilisateur TermoStat 3.0*. 2010. Disponível em: <http://termostat.ling.umontreal.ca/doc_termostat/doc_termostat.html>. Acesso em: 20 jun. 2016.

ECCO - EUROPEAN CONFEDERATION OF CONSERVATOR-RESTORERS' ORGANISATIONS. *Competencias necesarias para acceder a la profesión de conservador-restaurador*. 2. ed. Bruxelas: ECCO, 2013.

ELIAS, I. B. *Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DOS MUSEUS. Carta de Atenas de 1931. In: *Caderno de documentos – Cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995. p. 13 – 21.

FAULSTICH, E. Aspectos de Terminologia geral e Terminologia variacionista. *TradTerm*, n. 7, p. 11 – 40, 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/tradterm/article/viewFile/49140/53222>>. Acesso em: 23 dez. 2015.

FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 27 – 31, junho 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0009-67252006000200012%26lng%3Den%26nrm%3Diso>. Acesso em: 25 mar. 2016.

- FEATHER, J. *Preservation and the management of Library Collections*. 2. ed. London: Library Association Publishing, 1996.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FINATTO, M. J. B. Elementos lexicográficos e enciclopédicos na definição terminologia: questões de partida. In: *Temas de Terminologia*. Porto Alegre/São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS; Humanitas/USP, 2001. p. 118 – 129.
- FONSECA, M. C. L. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 1. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997.
- FRONER, Y. Ciência da Conservação ou Conservação Científica? Hipóteses para uma reflexão. In: FESTIVAL DE ARTE, 2005, Uberlândia. Uberlândia, 2005. Disponível em: <<http://www.festivaldearte.fafcs.ufu.br/2005/comunicacao-28.htm>>. Acesso em: 20 set. 2016.
- FRONER, Y. *Memória e preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação*. Rio de Janeiro: [s.n.], 2007. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2007/FCRB_MI_memoria_e_preservacao_A_construcao_epistemologica_da_ciencia_da_conservacao.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2016.
- FRONER, Y. Demandas históricas: a constituição da Ciência da Conservação e a formação do conservador-restaurador. *Conservar Património*, n. 23, p. 15 – 23, 2016.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, I. M. Historia de la conservación preventiva - Parte 1. *Ge-conservación*, n. 5, p. 27 – 41, 2013.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, I. M. Historia de la conservación preventiva - Parte 2. *Ge-conservación*, n. 6, p. 5 – 18, 2014.
- GAUDIN, F. *Pour une Socioterminologie: des problemes semantiques aux pratiques institutionnelles*. Rouen: Université de Rouen, 1993.
- GAUDIN, F. Socioterminologia: um itinerário bem-sucedido. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL. *As Ciências do Léxico: Lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014. p. 293 – 309.
- GIANNINI, C.; ROANI, R. *Dicionário de restauración y diagnóstico*. San Sebastián, Espanha: Editorial Nerea, 2008.
- GOMES, N. A. *O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil*. 2000. 101 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciências da Informação) — Universidade de Brasília, Brasília.
- GOVERNMENT OF CANADA. *Stefan Michalski – Biography*. 2017. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/conservation-experts/search-staff-name/stefan-michalski.html>>. Acesso em: 12 jan. 2018.
- GUICHEN, G. Task force on Terminology. *ICOM-CC Newsletter*, n. 26, p. 8 – 9, Novembro 2007.

GUICHEN, G. de. La conservation preventive: un changement profond de mentalité. *Cahiers d'étude - Study series ICOM-CC*, n. 1, p. 4 – 6, 1995. Disponível em: <http://archives.icom.museum/study_series_pdf/1_ICOM-CC.pdf>. Acesso em: 15 out. 2015.

GUICHEN, G. de. La conservación preventiva: ¿simple moda pasajera o cambio trascendental? *Museum International*, v. 51, n. 201, p. 4 – 6, 1999.

HERITAGE, A.; GOLFOMITSOU, S. Conservation science: Reflections and future perspectives. *Studies in Conservation*, p. 2 – 13, 2015.

HOFFMANN, L. O papel das linguagens especializadas desde meados do século XX. In: *Textos e termos por Lothar Hoffmann: um convite para o estudo das linguagens técnico-científicas*. Porto Alegre: Gráfica e Editora Pallotti, 2015. p. 21 – 32. [e-book]. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/ppglettras/pdf/Hoffmann-web2a.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2015.

HOLLÓS, A. C.; PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. Gerenciamento de risco: uma abordagem interdisciplinar. *PontodeAcesso*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 72 – 81, 2009.

HOLLÓS, A. L. C. *Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil*. 2006. 105 p. Dissertação (Pós-Graduação em Memória Social) — Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ICOM. *The Conservator-Restorer: a definition of the profession*. 1984. Disponível em: <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/professions/Theconservator-restorer.pdf>. Acesso em: 10 ago.2015.

ICOM-CC. *Commentary on the ICOM-CC Resolution on Terminology for Conservation*. 2008. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/54/document/icom-cc-resolution-on-terminology-commentary/%3Fid%3D745%23.UXBw1UpQqAl>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ICOM-CC. *Terminología para definir la conservación del patrimonio cultural tangible*. 2008. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/54/document/terminology-to-characterize-the-conservation-of-tangible-cultural-heritage-spanish/%3Fid%3D74>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ICOM-CC. *Terminologie de la conservation-restauration du patrimoine culturel matériel*. 2008. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/54/document/icom-cc-resolution-terminologie-franais/%3Fid%3D743%23.WdkxYEzOpao>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ICOM-CC. *Terminology to characterize the conservation of tangible cultural heritage*. 2008. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/54/document/icom-cc-resolution-terminology-english/%3Fid%3D744%23.Vs3pWJwrLIU>>. Acesso em: 24 fev. 2016.

ICOM-CC. *Working Groups Home*. 2018. Disponível em: <<http://www.icom-cc.org/9/working-groups/%23.Wlj74yP9tAY>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

ICOMOS. Declaração do México - Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais. In: IPHAN. *Caderno de documentos - cartas patrimoniais*. Brasília: IPHAN, 1995. p. 309 – 319.

IIC/ICCROM. *Conservation Science – Papers arising from the ICCROM 2013 Forum on Conservation Science*. 2015. (Suplemento de Studies in Conservation, v. 60, n. S2). Disponível em: <https://www.iccrom.org/sites/default/files/2017-12/conservation_science.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2016.

INTERNATIONAL STANDARD. *ISO 704: Terminology work — Principles and methods*. 2000.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. M. B.; BEVILACQUA, C. R. Relações semânticas de um dicionário ambiental. In: KRIEGER, M. da G.; MACIEL, A. M. B. (Org.). *Temas de Terminologia*. Porto Alegre; São Paulo: Ed. Universidade/UFRGS; Humanitas/USP, 2001. p. 252 – 258.

KRIEGER, M. da G.; SANTIAGO, M. S.; CABRÉ, M. T. Terminologia em foco: uma entrevista comentada com Maria Teresa Cabré. *Calidoscópio*, v. 11, n. 3, p. 328 – 332, 2013. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2013.113.11/3771>>. Acesso em: 16 mar. 2016.

KÜHL, B. M. Viollet-le-Duc e o verbete Restauração. In: *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. p. 9 – 24.

KÜHL, B. M. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: *Os Restauradores Camilo Boito*. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. p. 9 – 28.

KÜHL, B. M. História e ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 16 – 40, abril 2006.

KÜHL, B. M. Cesare brandi e a teoria da restauração. *Pós*, São Paulo, n. 21, p. 198 – 243, Junho 2007.

KÜHL, B. M. Desconstruindo os preconceitos contra a restauração. *Revista Restauro*, n. 0, p. 1 – 7, 2016. Disponível em: <<http://web.revistarestauro.com.br/desconstruindo-os-preconceitos-contr-a-restauracao/%3Fprint%3Dprint>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

LEAL, C. F. B. As missões da Unesco no Brasil: Paul Coremans. In: ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 2011, São Paulo. *Associação Nacional de História*. São Paulo, 2011. p. 1 – 10.

LONDRES, C. O patrimônio histórico na sociedade contemporânea. *Revista Escritos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 159 – 171, 2007. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/escritos/numero01/FCRB_Escritos_1_7_Cecilia_Londres.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.

LOWENTHAL, D. *El pasado es un país extraño*. Madrid: Ediciones Akal, 1998.

MACARRÓN MIGUEL, A. M. *Historia de la conservación y la restauración: desde la Antigüedad hasta el siglo XX*. 3. ed. Madrid: Tecnos, 2013. E-book.

MACARRÓN MIGUEL, A. M.; GONZÁLEZ MOZO, A. *La conservación y la restauración en el siglo XX*. 3. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2011.

MACIEL, A. M. B. *Para o reconhecimento da especificidade do termo jurídico*. 2001. Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, Porto Alegre.

MACIEL, A. M. B. Terminologia e Corpus. In: TAGNÍN, S.; BEVILACQUA, C. (Org.). *Corpora na Terminologia*. São Paulo: Hub Editorial, 2013. p. 29 – 45.

MANINI, M.; ALVARES, L. *Pequeno glossário dinâmico da disciplina Conservação e Restauração de Documentos*. [s.d.]. Disponível em: <<http://lillian.alvarestech.com/Conservacao/glossario.htm>>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MARTINEZ JUSTICIA, M. J. *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*. 3. ed. Madrid: Editorial Tecnos, 2008.

MARTÍNEZ, L. R.; (COORD.), C. M. C. *Diccionario Técnico Akal de Conservación y restauración de bienes culturales*. Madrid: Ediciones Akal, 2003.

MATERO, F. Ethics and Policy in Conservation. *Conservation - The GCI Newsletter*, v. 15, n. 1, 2000. Acesso em 26/09/2016. Disponível em: <http://www.getty.edu/conservation/publications_resources/newsletters/15_1/feature1_2.html>.

MIRANDA, A. C. N.; HANNESCH, O. Terminologia em conservação-restauração: análise dos termos referentes aos danos utilizados nas fichas-diagnóstico de instituições de preservação de acervos de papel. In: IV ENCONTRO LUSO-BRASILEIRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO, 2017, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: Desalinho, 2017. p. 268 – 277.

MOTTA, E.; SALGADO, M. L. G. *O papel: problemas de conservação e restauração*. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971.

MUÑOZ VIÑAS, S. *Contemporary Theory of Conservation*. Burlington: Elsevier, 2005. [e-book].

MUÑOZ VIÑAS, S. Pertinencia de la Teoría del Restauo. In: *Interim Meeting on Conservation Training. Jornada Internacional "A 100 anni della nascita di Cesare Brandi*. Valencia: Universidad Politécnica de Valencia, 2007. p. 123 – 133.

MUÑOZ VIÑAS, S. *La restauración del papel*. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.

MUÑOZ VIÑAS, S. *Teoría contemporánea de la restauración*. Primeira. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; MUSEU DA REPÚBLICA. *Política de preservação de acervos institucionais*. Rio de Janeiro: MAST, 1995.

NOVAK, J. D.; CAÑAS, A. J. A teoria subjacente aos mapas conceituais e como elaborá-los e usá-los. *Praxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 9 – 29, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/1298/944>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

PEARSON, J. Como ter acesso a elementos definitórios nos textos especializados. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 17, p. 51 – 66, outubro-dezembro 2004.

PEDERSOLI JÚNIOR, J. L. *Neutralização, alcalinização, desacidificação*. 2017. Mensagem pessoal recebida por e-mail. Acesso em: 16 nov. 2017.

PEDERSOLI JÚNIOR, J. L.; ANATOMARCHI, C.; MICHALSKI, S. *A Guide to Risk Management of Cultural Heritage*. 2016. Disponível em: <<https://www.canada.ca/en/conservation-institute/services/risk-management-heritage-collections/abc-method-risk-management-approach.html>>. Acesso em: 18 jan 2017.

PEDERSOLI JÚNIOR, J. L.; MATTOS, L. O gerenciamento de risco em acervos. In: *Preservação de patrimônio cultural*. Porto Alegre: UFRGS, 2013. p. 58 – 75.

PELEGRINI, S. C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 51, p. 115 – 140, Junho 2006.

PHILIPPOT, P. Restoration from the perspective of the humanities. In: *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 216 – 229.

PICHT, H. Corpora como ponto de partida para a extração de dados terminológicos. *Cadernos de Tradução*, Porto Alegre, n. 17, p. 67 – 77, outubro-dezembro 2004.

PINHEIRO, M. L. B. John Ruskin e as Sete Lâmpadas da Arquitetura: algumas repercussões no Brasil. In: *A Lâmpada da Memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008. p. 9 – 48.

POMIAN, K. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi: memória história*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984. p. 51 – 86.

POULOT, D. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

PRICE, N. S. Preface. In: *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 10 – 16.

QUEEN'S UNIVERSITY AT KINGSTON. *Robert Waller*. 2018. Disponível em: <<https://queensu.academia.edu/RobertWaller>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

RIBEIRO, G. C. B. Tradução técnica, terminologia e lingüística de corpus: a ferramenta Wordsmith Tools. *Cadernos de Tradução*, v. 2, n. 14, p. 159 – 174, 2004.

RUIZ DE LACANAL, M. D. *El conservador-restaurador de bienes culturales: historia de la profesión*. Madrid: Editorial Síntesis, 2010.

RUSKIN, J. *A lâmpada da memória*. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, A. La conservación en archivos y bibliotecas: problemática y perspectivas. *Revista General de Información y Documentación*, v. 3, n. 2, p. 243 – 249, 1993.

SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, A. *Políticas de conservación en bibliotecas*. Madrid: Arco/Libros, 1999.

- SÁNCHEZ HERNAMPÉREZ, A. *Paradigmas conceptuales en conservación*. 2008. Disponível em: <<http://cool.conservation-us.org/byauth/hernampezc/canarias.html>>. Acesso em: 17 mar. 2016.
- SANDU, I. C. A.; SPIRIDON, P.; SANDU, I. Current studies and approaches in the field of cultural heritage conservation science: harmonizing the terminology an interdisciplinary contexto. *International Journal of Conservation Science*, v. 7, n. 3, p. 591 – 606, 2016.
- SANT'ANNA, M. Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos. In: *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%83%C2%A7%C3%83%C2%A3o%20pdf%281%29.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.
- SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 6., 1992, Rio de Janeiro. *Anais*. Rio de Janeiro: ABRACOR, 1992. 160 p.
- SERIPIERRI, D. et al. *Manual de conservação preventiva de documentos: papel e filme*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- SILVA, A. C. F. da. A(s) Ciência(s) do patrimônio: Notas para a fundamentação e enquadramento da conservação e restauro. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio*, Porto, v. 1, p. 211 – 220, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3571.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2015.
- SIMÕES, L. G. M. B. K.; MARQUES, L. C.; PIRES, M. T. dos S. *Minidicionário Conservação e Preservação de Documentos*. 2008. [e-book]. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader%3Fid%3D1ABSBQAAQBAJ%26hl%3Dpt-BR%26printsec%3Dfrontcover%26pg%3DGBS.PA6>>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- SOARES, M. L. R. de O. O “day after” de Florença. In: FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. *Curso de Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais*. Rio de Janeiro, 2006. (apostila).
- SPINELLI JÚNIOR, J. *A conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.
- TACÓN CLAVAIN, J. *La restauración en libros y documentos: técnicas de intervención*. Madrid: Ollero y Ramos, 2009.
- TAGNIN, S. E. O. Glossário de Linguística de Corpus. In: TAGNÍN, S.; BEVILACQUA, C. (Org.). *Corpora na Terminologia*. São Paulo: Hub Editorial, 2013. p. 215 – 220.
- TÁVORA, M. J. *Pequeno Dicionário de Conservação e Restauração de livros e documentos: sinopse*. 2017. Disponível em: <<http://www.cobra.pages.nom.br/liv-dicionario.html>>. Acesso em: 07 nov. 2017.
- THE FINE ARTS CONSERVANCY. *Glossary of works on Paper*. 2014. Disponível em: <http://www.art-conservation.org/%3Fpage_id%3D1189>. Acesso em: 12 dez. 2017.
- THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE. *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Canadá: The Getty Conservation Institute, 1996.

THE SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANCIENT BUILDINGS. *What is SPAB?* 2017. Disponível em: <<http://www.spab.org.uk/what-is-spab/>>. Acesso em: 16 jan 2016.

UNESCO. *Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais*. Paris: [s.n.], 1970.

UNESCO. *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri for information retrieval*. Paris: UNESCO, 1970. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0000/000059/005951EB.pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2016.

UNESCO. *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural*. Paris: [s.n.], 1972.

UNESCO. *Recomendações de Paris – Recomendações sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular*. 1989.

UNESCO. *Conferência de Nara - Conferência sobre autenticidade em relação à Convenção do Patrimônio Mundial*. 1994.

UNESCO. *Memória do Mundo: Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental*. 2002. Disponível em: <<http://www.unesco.org.uy/ci/fileadmin/comunicacion-informacion/mdm.pdf>>. Acesso em: 17 ago. 2016.

UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. *Relação de ementas Curso: Conservação-Restauração de Bens Culturais Móveis*. Disponível em: <https://www.eba.ufmg.br/graduacao/conservacao/links_textos/EMENTAS.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. *Projeto Político Pedagógico do Curso de Bacharelado em Conservação e Restauração de Bens Culturais*. 2016. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/crbensmoveis/files/2017/03/PPC_3_CeR.pdf>. Acesso em: 03 nov. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Distribuição Curricular – Curso de Graduação em Conservação e Restauração*. 2017. Disponível em: <<https://www.siga.ufrj.br/sira/temas/zire/frameConsultas.jsp%3FmainPage%3D/repositorio-curriculo/6DEFD66A-92A4-F799-60E0-F17AE3EC51CF.html>>. Acesso em: 03 nov. 2017.

UNIVERSITÉ DE ROUEN. *François Gaudin*. Disponível em: <<http://www.univ-rouen.fr/version-francaise/outils/m-gaudin-francois-1104.kjsp>>. Acesso em: 12 set. 2017.

VACCARO, A. M. Reintegration of losses. In: *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 326 – 331.

VACCARO, A. M. Restoration and Anti-Restoration. In: *Historical and philosophical issues in the conservation of cultural heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1996. p. 308 – 313.

VASCONCELLOS, M. M. *Minidicionário conservação e preservação de documentos: apresentação*. 2008. Disponível em: <<https://play.google.com/books/reader%3Fid%3D1ABSBQAAQBAJ%26hl%3Dpt-BR%26printsec%3Dfrontcover%26pg%3DGBS.PA7>>. Acesso em: 07 nov. 2017.

VIOUET-LE-DUC, E. E. *Restauração*. Cotia: Ateliê Editorial, 2000.

WARD, P. *La conservación del patrimonio: carrera contra reloj*. Marina del Rey, California: The Getty Conservation Institute, 1986.

WIKIPÉDIA. *Arts and Crafts movement*. 2016. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Arts_%26_crafts>. Acesso em: 01 nov. 2016.

WIKIPÉDIA. *Garry Thomson from Wikipedia*. 2017. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Garry_Thomson>. Acesso em: 9 jan. 2018.

WIKIPÉDIA. *Gustavo Giovannoni*. 2017. Disponível em: <https://it.wikipedia.org/wiki/Gustavo_Giovannoni>. Acesso em: 29 set. 2017.

WIKIPÉDIA. *Harold Plenderleith*. 2017. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Harold_Plenderleith>. Acesso em: 08 jan. 2018.

WIKIPÉDIA. *Renato Bonelli*. 2017. Disponível em: <https://it.wikipedia.org/wiki/Renato_Bonelli>. Acesso em: 10 set. 2017.

WIKIPÉDIA. *Roberto Pane*. 2017. Disponível em: <https://it.wikipedia.org/wiki/Roberto_Pane>. Acesso em: 20 jan. 2017.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável . *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 25, n. 51, p. 251 – 262, 2006.

Apêndices

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE TEXTOS SOBRE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

OBRAS TERMINOGRÁFICAS

- 1) ALVARES, L.; MANINI, M. *Pequeno Glossário dinâmico da disciplina Conservação e Restauração de Documentos*. Disponível em: <http://lillian.alvarestech.com/Conservacao/glossario.htm>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- 2) ALVES, V. B. A. *Minidicionário Conservação e Preservação de Documentos*. Maceió: Universidade Federal de Alagoas — UFAL, Curso de Biblioteconomia, 2013.
- 3) COBRA, M.J.T.Q. *Pequeno dicionário de conservação e restauração de livros e documentos*. 2. ed. Brasília: Cobra Pages, 2003.

MANUAIS

- 1) ARAÚJO, D. M. P. *Introdução às técnicas de acondicionamento e higienização de livros raros e especiais: atividades da Oficina de Conservação da Divisão de Coleções Especiais*. Belo Horizonte: Sistema de Bibliotecas/UFMG, 2010. 33 f. Disponível em: https://www.bu.ufmg.br/boletim/obrasraras/introdu%E7%E3o_t%E9cnicas_acondicionamento_higieniza%E7%E3o.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.
- 2) BECK, I. *Manual de conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça, Arquivo Nacional, 1985 (Publicações Técnicas, 42)
- 3) BECK, I. *Manual de preservação de documentos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991. (Publicações Técnicas, 46).
- 4) BRITO, F. *Confecção de embalagens para acondicionamento de documentos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Confec%C3%A7%C3%A3o-de-Embalagem-Acondicionamento-de-Documentos-AASP.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.
- 5) CARRASCO, G. L. A. *Manual de conservação de acervos*. Caderno n. 1 — Procedimentos Básicos para a Conservação do Acervo do Arquivo Histórico de Joinville. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville. Disponível em: <http://www.arquivohistoricojoinville.com.br/Cpbc/Manual%201.pdf>. Acesso em: 26 jun 2016.
- 6) CASSARES, N. C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. Arquivo do Estado: Imprensa Oficial, São Paulo, 2000. Disponível

- em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesptexto_pdf_14_Como%20fazer%20conservacao%20preventiva%20em%20arquivos%20e%20bibliotecas.pdf. Acesso em: 21 out. 2016.
- 7) COSTA, M. F. *Noções básicas de conservação preventiva de documentos*. [Rio de Janeiro]: Fundação Oswaldo Cruz, 2003. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/upload/normas_conservacao_fio_cruz_1358966_008.pdf. Acesso em: 28 jul. 2016.
 - 8) GOMES, S. C. *Técnicas alternativas de conservação: um manual de procedimentos para manutenção, reparos e reconstituição de livros, revistas, folhetos e mapas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1992.
 - 9) MARSICO, M. A. V. *Noções básicas de conservação de livros e documentos*. Disponível em <http://simagestao.com.br/wp-content/uploads/2016/05/Nocoas-Basicas-de-Conservacao-de-Livros-e-Documentos.pdf>. Acesso em: 29 Jun. 2016
 - 10) MEIRA, M. S. B. S. et al. *Cuidando de livros e documentos*. Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2.ed, 2005. 16 p.
 - 11) MELLO, P. M. A. C.; SANTOS, M. J. V. C. *Manual de conservação de acervos bibliográficos da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ /SiBI, 2004 (Série Manuais de Procedimentos, 4).
 - 12) PALETTA, F. A. C.; YAMASHITA, M. M.; PENILHA, D. F. *Manual de higienização de livros e documentos encadernados*. São Paulo: Hucitec, 2004.
 - 13) RODRIGUES, M. S. P. *Preservação e conservação de acervos bibliográficos*. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; Sistema Integrado de Bibliotecas — SIBI, abril, 2007.
 - 14) SERIPIERRI, D. et al. *Manual de conservação preventiva de documentos: papel e filme*. São Paulo: EDUSP, 2005.
 - 15) SPINELLI, J.; BRANDÃO, E.; FRANÇA, C. *Manual técnico de preservação e conservação: documentos extrajudiciais*. Disponível em: <https://folivm.files.wordpress.com/2011/04/manual-an-bn-cnj-2011-c3baltima-versc3a3-o-2p-folha.pdf>. Acesso em: 20 out. 2016.
 - 16) SPINELLI JUNIOR., J. *Conservação de acervos bibliográficos e documentais*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997. 90 p. Disponível em: <http://planorweb.bn.br/documentos/ConservacaoAcervosBibliograficosDocumentais.pdf>. Acesso em 7 nov. 2017.

- 17) SPINELLI, J. *Recomendações para higienização de acervos bibliográficos e documentais*. Disponível em: http://www.bn.br/sites/default/files/documentos/producao/recomendacao/recomendacoes-higienizacao-acervos-bibliograficos//recomendacoes_higienizacao_jaime.pdf. Acesso em: 26 jun. 2016.

APOSTILAS E TEXTOS DE CURSOS

- 1) ASSIS, J. *A preservação de obras de arte sobre papel no Museu Nacional de Belas Artes*. 2003. Disponível em: <https://museuvictormeirelles.museus.gov.br/publicacoes/textos-e-artigos/conservacao-de-acervos-de-obras-de-arte-em-suporte-papel/>. Acesso em: 28 jul. 2016. [Texto do Seminário de Conservação Preventiva de Bens Culturais, Museu Victor Meirelles, 2003]
- 2) AUADA, F. M. *Conservação e restauro de documentos*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2006.
- 3) BECK, I. *Conservação preventiva de documentos*. II Seminário de Arquivologia. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- 4) CAMILLO, L. M. S. *Conservação de livros I*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2007.
- 5) CAMILLO, L. M. S. *História da encadernação*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2007.
- 6) CRUZ, M. D. *Tecnologia da obtenção de polpa*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2003.
- 7) DRAGONI, P. *Tecnologia de fabricação do papel - básico*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2004.
- 8) GOMES, M. E. *Conservação e restauração de couro e pergaminho*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, out., 2003.
- 9) MATOS, R. P.; OLIVEIRA, D. L. C. *Apostila de processos de restauração documental e materiais utilizados — TST*. Brasília: Tribunal Superior do Trabalho, 2012. Disponível em: <http://www.tst.jus.br/documents/10157/5827242/Apostila+de+Restaura%C3%A7%C3%A3o+TST.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2016.
- 10) MOTTA, G. C. *História do papel*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2007.
- 11) MOTTA, G. C. *Preservação e conservação de livros e documentos - parte II: material de apoio para aulas práticas*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2006.

- 12) MOTTA, G. C. *Preservação e conservação de livros e documentos: teoria*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2006.
- 13) QUEIROZ, M. O. et al. Congelamento, limpeza e higienização da obra. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M11%20Aulas/M11A1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- 14) QUEIROZ, M. O. et al. Climatologia, prevenção e conservação de acervos — aula 1. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011) Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M6%20Aulas/M6A1.pdf>. Acesso em 29 jun. 2016.
- 15) QUEIROZ, M. O. et al. Climatologia, prevenção e conservação de acervos — aula 2. In: *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M6%20Aulas/M6A2.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.
- 16) QUEIROZ, M. O. et al. Conhecimento dos instrumentos do laboratório. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M10%20Aulas/M10A1.pdf>. Acesso em 29 jul. 2016.
- 17) QUEIROZ, M. O. et al. Desmonte e preparação de banhos químicos. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011) Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M11%20Aulas/M11A2.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- 18) QUEIROZ, M. O. et al. Encadernação prática. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M13%20Aulas/M13A2.pdf>.

- 19) QUEIROZ, M. O. et al. Encadernação. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M13%20Aulas/M13A1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- 20) QUEIROZ, M. O. et al. História do livro. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011) Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M5%20Aulas/M5A1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- 21) QUEIROZ, M. O. et al. História do papel. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M4%20Aulas/M4A1.pdf>. Acesso em 29 jun. 2016.
- 22) QUEIROZ, M. O. et al. Intervenções emergenciais acervos e coleções — Aula 1. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v.2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M7%20Aulas/M7A1.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- 23) QUEIROZ, M. O. et al. Intervenções emergenciais acervos e coleções — Aula 2. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M7%20Aulas/M7A2.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- 24) QUEIROZ, M. O. et al. Preparação de polpa de papel: obturação e velatura manuais. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, edição especial, 2011. (Edição Especial — Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011). Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M12%20Aulas/M12A1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2016.

- 25) QUEIROZ, M. O. et al. Tipos de papel e suas características. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial — Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel — CICRAD 2011) Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M4%20Aulas/M4A2.pdf>. Acesso em: 29 Jun. 2016.
- 26) QUEIROZ, M. O. et al. Tipos de papel e suas características. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação* — ARC. AERPA Editora, v. 2, n. 1, 2011. (Edição Especial - Material didático do Curso de Introdução a Conservação e Restauro de Acervos Documentais em Papel – CICRAD 2011) Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/CICRAD2011/M3%20Aulas/M3A2.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2016.
- 27) SCHÄFER, S. *Desinfestação atóxica de acervos e arquivísticos em atmosfera de anóxia controlada com monitoramento contínuo e implementação de manejo integrado de pragas como método de prevenção*. 13º Curso Informativo sobre Preservação de Acervos Bibliográficos e Documentais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, p 104-108, 2009.
- 28) SOUZA, L. A. C. *Curso de conservação/restauração de documentos gráficos: teoria e prática*. Química Aplicada à Restauração de Papel. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.
- 29) TATSCH, F. G. *História do livro*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2007.

TEXTOS MONOGRÁFICOS (NO TODO OU PARTE)

- 1) ABRUNHOSA, J. J. (Org.) *Coletânea sobre preservação e conservação de acervos em bibliotecas brasileiras*. Nova Friburgo: Êxito, 2008. 67 p.
- 2) ARQUIVO NACIONAL (BRASIL) — Conselho Nacional de Arquivos. *Recomendações para a produção e o armazenamento de documentos de arquivo*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2005.
- 3) BECK, I. *Recomendações para a construção de arquivos*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2000. Disponível em: http://www.conarq.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf. Acesso em 26 jun. 2016.
- 4) BOJANOSKI, S. *Livros e documentos: abordagens e critérios para os procedimentos de conservação e restauração*. In: *Preservação de Patrimônio Cultural*. Porto Alegre: UFRGS, Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Associação de

- Conservadores e Restauradores de Bens Culturais do Rio Grande do Sul, 2013. p. 120-129.
- 5) BRITO, F. *Confecção de embalagens para acondicionamento de documentos*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2010. Disponível em <http://www.sisemsp.org.br/blog/wp-content/uploads/2012/09/Confec%C3%A7%C3%A3o-de-Embalagem-Acondicionamento-de-Documentos-AASP.pdf>. Acesso em: 12 out. 2016.
 - 6) CARVALHO, C. S. R. *O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1998.
 - 7) CASSARES, N.; TANAKA, A. P. H. (Org.) *Preservação de acervos bibliográficos: homenagem à Guita Mindlin*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008. 84 p.
 - 8) CASTELO BRANCO, Z. *Encadernação: história e técnica*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
 - 9) CASTRO, J. *Arte de tratar o livro*. Porto Alegre: Sulina, [1969].
 - 10) CASTRO, J. *Restauração de livros e documentos*. Porto alegre: UFRGS, 1970.
 - 11) COMPANHIA INDUSTRIAL DE PAPEL PIRAHY. *O mundo do papel*. Rio de Janeiro: Companhia Industrial de Papel Pirahy, 1980.
 - 12) CONARQ. *Recomendações para o resgate de acervos arquivísticos danificados por água*. Rio de Janeiro: CONARQ, 2012. 19 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/Recomendacoes__resgate_acervos_completa.pdf. Acesso em: 17 out. 2016.
 - 13) CORUJEIRA, L. A. *Conserve e restaure seus documentos*. Salvador: Itapoá, 1971. (UnB).
 - 14) FONSECA, E. N.; FREYRE, G. *Conservação de bibliotecas e arquivos em regiões tropicais*. Brasília: ABDF, 1975.
 - 15) GIORDANO, P. A.; CASSARES, N. C.; MOTTA, G. C. *Diálogos: conservação de acervos de bibliotecas*. São Paulo: Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, 2008. 68 p. (Cadernos de Estudos; 11). Disponível em: http://www.sibi.usp.br/wp-content/uploads/2013/09/Cadernos_de_Estudos_11_2008.pdf. Acesso em: 27 jul. 2016.
 - 16) GRÜN, R. C.; SANTOS, J. P. *Restauração de documentos e encadernação de livros: noções básicas*. Departamento de Ciências da Informação da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS, Porto Alegre: 2003.

- 17) GUARNIERI, A. C. *Notas sobre o mofo em livros e papéis*. São Paulo: Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo, 1980.
- 18) GUIMARÃES, L.; BECK, I. *Conservação e restauração de documentos em suporte de papel*. In: MAST Colloquia: Conservação de Acervos. Rio de Janeiro: MAST, 2007. p. 45-60. Acesso em 10 abr 2013. Disponível no endereço http://www.mast.br/livros/mast_colloquia_9.pdf>
- 19) GÜTHS, S. *Temperatura, umidade e a cápsula do tempo*. In: Preservação documental: uma mensagem para o futuro. Salvador: Edufba, p 78-92, 2012.
- 20) LUCCAS, L.; SERIPIERRI, D. *Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas*. Brasília: Thesaurus, 1995. 125 p.
- 21) MAST. *Política de segurança para arquivos, bibliotecas e museus*. Museu de Astronomia e Ciências Afins; Museu Villa-Lobos. Rio de Janeiro: MAST, 2006. 122 p. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/politica_de_seguranca_para_arquivos_biblioteca_e_museus.pdf. Acesso em: 27 jun. 2016.
- 22) MESQUITA, S. *Conservação preventiva e reservas técnicas: ainda um desafio para as instituições*. In: Preservação documental: uma mensagem para o futuro. Salvador: Edufba, p 67-78, 2012.
- 23) MORAIS, C. S.; ARAUJO, C. P.; V. E. F. *Grau de refino de fibras para reenfibragem: pesquisa de otimização do restauro de bens culturais por reintegração mecânica*. São Paulo: Escola SENAI “Theobaldo De Nigris”, 2008. 36 p.
- 24) MOTTA, E. S., GUIMARÃES, M. L. *O papel: problema de conservação e restauração*. Petrópolis: Museu de Armas Ferreira da Cunha, 1971.
- 25) OLIVEIRA, A. C. S. et al. *SDPA — Sistema de documentação para preservação de acervos: aplicação do método ao acervo do Museu da Fundação Casa de Rui Barbosa - estudo de caso*. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/texto/FCRB_Sistema_documentacao_preservacao_acervos.pdf. Acesso em: 10 nov. 2016.
- 26) PEDERSOLI JR, J. L. *Princípios científicos aplicados à preservação do papel*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.
- 27) SANTIAGO, M. C.; RIBEIRO, A. M. T. L. *Conservação de documentos*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1994. 56 p.
- 28) SILVA, A. G. Procedimentos para aumentar a durabilidade de materiais perecíveis: papel. In: *Preservação documental: uma mensagem para o futuro*. Salvador: Edufba, p 93-106, 2012.

- 29) SILVA, S. C. A. *Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas.* (Comunicação Técnica 1). Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras — Centro de Memória, 1998.
- 30) SOUZA, M. C. *Noções sobre biodeterioração em acervos bibliográficos e documentais.* Brasília: Superior Tribunal de Justiça, 2003. 22 p.
- 31) SPINELLI, J.; PEDERSOLI JUNIOR, J. L. *Biblioteca Nacional: plano de gerenciamento de riscos, salvaguarda e emergência.* Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 99 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg_plano_risco_por/drg_plano_risco_por.pdf. Acesso em: 29 jul. 2016.

ARTIGOS EM PERIÓDICOS

- 1) ANDRADE, F. M. R. A importância da conservação das obras de arte em suporte papel do Museu de Arte Moderna da Bahia. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v. 3, n. 1, 2011. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/ARC_Vol_3/A%20IMPORTANCIA%20DA%20CONSERVACAO%20DAS%20OBRAS%20DE%20ARTE%20EM%20SUPORTE%20PAPEL%20DO%20MAM%20BAHIA%20francisca%20maria%20de%20andrade.pdf. Acesso em: 27 jun. 2016.
- 2) ANDREOLI, J. C.; FERREIRA, A. W.; GOMES, N. A. Projeto de conservação-restauração da coleção de obras raras da Biblioteca do Senado Federal. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação ARC*, v 1, n 1, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc01pdf/080_JoseCarlosAndreoli.pdf. Acesso em: 26 jun. 2016.
- 3) ARABIDIAN, L. V.; CONSTANTE, S. E. Estudo dos agentes externos no acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Maria. *Encontros Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 25, n. 2, p 91-100, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://www.seer.furg.br/biblos/article/view/2423/1494>. Acesso em: 29 jul. 2016.
- 4) BAHIA, E. M. S. Preservação e conservação documental em acervos de manuscritos. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 7, n. 14, p. 1-8, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-924.2002v7n14p1/5222>. Acesso em: 17 out. 2016.
- 5) BECK, I. Desinfestação de coleções usando anóxia. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n.1, jun., 2010.

- 6) BECK, I. Novas perspectivas para a restauração de documentos no Arquivo Nacional. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, v. 3, n. 2, jul./dez. 1988, p. 67-72.
- 7) BECK, I. Projeto Cooperativo Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1/2, p. 5-34, jan./dez. 1999.
- 8) BOJANOSKI, S. Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1/2, p. 35-74, jan./dez. 1999.
- 9) BOJANOSKI, S. Os papéis japoneses comercializados no Brasil: estudo sobre as suas características. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n. 9, mar., 2013. p. 18-30.
- 10) BORTOLETTO, M. Contaminação fúngica do acervo da Biblioteca de Manginhos da Fundação Oswaldo Cruz: ações desenvolvidas para sua solução. In: *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 7, n. 14, 2002. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2002v7n14p9/5223>. Acesso em: 20 out. 2016.
- 11) CARRASCO, G. L. A. A contaminação de documentos em suporte de papel por inseticidas organoclorados e o ambiente de trabalho. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p.14-17, n.5, fev., 2012.
- 12) CARRASCO, G. L. A. Contaminação do acervo do Arquivo Histórica de Joinville por inseticidas organoclorados. *Revista da APCR — Associação Paulista de Conservadores Restauradores de Bens Culturais*, São Paulo, p. 50-53, 2004.
- 13) CARVALHO, M. C.; FERNANDES, C. A. Conservação de livros raros: relato de uma experiência pedagógica. *Anais da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v 123, p 77-86, 2003.
- 14) CARVALHO, M. C.; FERNANDES, C. Conservação de livros raros: relato de uma experiência pedagógica. *Perspectivas em Ciência da Informação*, Belo Horizonte, v.11, n.1, p. 95-101, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v11n1/v11n1a08.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2016.
- 15) CASTRO, A. A. N. A preservação documental no Brasil: notas para uma reflexão histórica. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 23, n.2, 2010.
- 16) CHRISTO, T. R; BERWANGER, K. I. Restauração de incunábulo: reversão de laminação barrow. *Boletim Informativo da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p. 11, mar./abr./maio, 2001.

- 17) CORADI, J. P.; EGGERT-STEINDEL, G. Técnicas básicas de preservação e conservação de acervo bibliográficos. *Revista ACB — Biblioteconomia em Santa Catarina*, Florianópolis, v. 13, n.2, p. 347-363, Jul-Dez, 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/viewFile/588/693>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- 18) CORUJEIRA, L. A. Métodos de prevenção e eliminação de fungos em materiais bibliográficos. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, v. 1, p. 59-65, jan./jun. 1973.
- 19) ESPINDOLA, C.; SILVA, I. A preservação do DOPS no APERJ. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 115-124, jul/dez. 2010.
- 20) FERRÃO, M. T. S. N. Integridade do papel e a estética na restauração de obras raras. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v. 1, n. 6, p. 349-352, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc06pdf/12_TeresaFerraio.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.
- 21) FLAESCHEN, J. H. F. O método de atmosfera anóxica: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, Rio de Janeiro, n.5, p.18-21, fev., 2012.
- 22) FRANÇA, C. L.; BARBOZA, K. M. Uso da radiação gama com fonte de cobalto 60 na desinfestação de acervos documentais. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v. 3, 2011. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/ARC_Vol_3/USO%20DA%20RADIACAO%20GAMA%20COM%20FONTE%20DE%20COBALTO%2060%20NA%20DESINFESTACAO%20DE%20ACERVOS%20DOCUMENTAIS%20conceicao%20de%20franca%20kleumanery%20barboza.pdf. Acesso em: 26 jun. 2016.
- 23) FRITOLI, C. L.; KRÜGER, E.; CARVALHO, S. K. P. História do papel: panorama evolutivo das técnicas de produção e implicações para sua preservação. *RICI — Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 9, n. 2, . p. 475-202, jul-dez, 2016.
- 24) FROÉS, E. A. Atmosfera anóxica: um método atóxico para a desinfestação de pragas e de preservação do patrimônio documental. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v. 3, 2011. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/ARC_Vol_3/ATMOSFERA_ANOXIA_eduardo_froes.pdf. Acesso em: 28 jul. 2016.
- 25) GATTI, T. H. Conservação de materiais em arte e papel: desafios da arte contemporânea. *Revista Museologia e Interdisciplinaridade*, Brasília, v. 1, n 2, p. 104-113, jul/dez., 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/7907/6035>. Acesso em: 29 jul. 2016.

- 26) GRUN, R. C.; BLANK, V. A. Formação de uma coleção de obras preciosas e/ou raras na Biblioteca do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 123, p 87-94, 2003.
- 27) HANNESCH, O. Resenha: puxando o fio da meada. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, v. 25, n. 2, p. 135-141, jul/dez. 2010.
- 28) HOLLÓS, A. C. Fundamentos da preservação documental no Brasil. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 13-30, jul/dez. 2010.
- 29) HOLLÓS, A. C.; PESSOA, M. A preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação - ARC*, v. 1, n. 3, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc01pdf/011_AdrianaCoxHollos.pdf. Acesso em: 20 out. 2016.
- 30) KRÜGER, E. L; FRITOLI, C. L. Relação entre índices de preservação e degradação de amostras de papel expostas a condições naturais. *Museologia e Interdisciplinaridade*, v. 3, n 5, p 159-169, maio/junho, 2014.
- 31) LINO, L. A. S.; HANNESCH, O.; AZEVEDO, F. C. Política de preservação no gerenciamento de coleções especiais: um estudo de caso no Museu de Astronomia e Ciências Afins. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 123, p 59-76, 2003.
- 32) MACHADO, R. R. Conservação do acervo da Biblioteca de Manguinhos FIOCRUZ: desinfestação de brocas. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, v. 8, n. 16, 2003.
- 33) MARSICO, M. A. Termo de referência para higienização de acervos bibliográficos. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p.2-5, n.2, out., 2010.
- 34) MEIRA, M. S. B. S. O trabalho de preservação documental no Superior Tribunal de Justiça: desafios de uma documentação em diversos suportes Sítio histórico de Olinda. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v.1, n.5, p. 252-255, 2007. Disponível em: <http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/home.html>. Acesso em: 28 jul. 2016.
- 35) MINDLIN, G. Reenfibragem de papel. *Arquivo — Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 11-6, Jan./jun. 1989.
- 36) MINDLIN, G. Um trabalho de restauro. *Arquivo: — Boletim Histórico e Informativo*. São Paulo, v. 10, n. 1, p. 17-8, Jan./jun. 1989.

- 37) MINDLIN, G. A encadernação como fator de conservação do livro. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 52, p. 95-9, jan./dez. 1994.
- 38) MONTES, A. P. S.; MEIRA, A. Projeto Restauração e Conservação de obras de arte — suporte em papel. *Boletim Informativo da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p. 14, mar./abr./maio, 2001.
- 39) MORAIS, C. S. Que pó branco é esse? *Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI*. São Paulo, v.5, n.10, jun. 2011. Disponível em: <<http://revistaeletronica.sp.senai.br/index.php/seer/article/viewFile/193/122>>. Acesso em: 10 abr. 2013.
- 40) PACHECO, R. Higienização do acervo da Biblioteca Monteiro Lobato: relato de experiência. *Revista Percorso*, Universidade Estadual de Santa Catarina, v. 8, n. 2, p. 90-99, jul. /dez. 2007.
- 41) PEREIRA, M. F. C. S. Desacidificação aquosa da celulose em documentos gráficos (banhos restauradores em papel). *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v 1, n 1, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc01pdf/095_Marian_aFCSilvaPereira.pdf. Acesso em: 20.out. 2016.
- 42) ROCHA, S. Política de segurança e fator humano na preservação de acervos. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 123, p 95-104, 2003.
- 43) SANTOS, C. J. O. Elementos de conservação dos arquivos das primeiras prelazias e dioceses brasileiras: diagnóstico. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v 1, n 1, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc01pdf/030_CristianOliveiraSantos.pdf. Acesso em: 20 maio. 2016.
- 44) SCHÄFER, S. Desinfestação com métodos alternativos, atóxicos e manejo integrado de pragas (MIP) em museus, arquivos e acervos & armazenamento de objetos em atmosfera modificada. *Revista da APCR — Associação Paulista de Conservadores e Restauradores de Bens Culturais*. São Paulo: Associação Brasileira de Encadernação e Restauo, 2002.
- 45) SILVA, A. G. Desenvolvimento das indústrias de polpa de celulose e de papel: fatores que influenciaram o aumento da produção e a durabilidade do papel. *Boletim Informativo da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p. 9-13, out./nov., 2004.

- 46) SILVA, A. G.; GOMIDE, J. L. Características de fibra de bananeira para laminação de documentos. *Boletim Informativo da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p. 10, set./out./nov., 1999.
- 47) SILVA, A. G.; et al. O Uso de resina acrílica na conservação de documentos arquivísticos e bibliográficos. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v 1, n 1, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc01pdf/071_AntonioGonsalvesDaSilva.pdf. Acesso em: 20 jun. 2016.
- 48) SILVA, E. M. Conservação e restauração de livros e documentos. *Cadernos FUNDAP*, São Paulo, ano 4, p. 49-55, n. 8, abr, 1984.
- 49) SILVA, M. C. S. M. Segurança em arquivos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 33-45, jan./jun. 1998.
- 50) SLAIBI, T. H. A; AMARO, F. Selos pendentes na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: sua importância histórica, conservação e acondicionamento. *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n. 4, maio, 2011. p. 22-26.
- 51) SOARES, P. B.; CAMARGO, V. A.; SOUZA, L. A. C. Agentes biológicos em arquivos e bibliotecas: insetos xilófagos e bibliófagos. *Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC*, v. 1, n. 1, maio, 2006. Disponível em: http://www.restaurabr.org/siterestaurabr/volumesarc/arc01pdf/086_PedroDeBritoSoares.pdf. Acesso: 21 jun. 2016.
- 52) SPINELLI, J. et al. Conservação de documentos planos: coleção Diogo Barbosa Machado — Mapas do Reino de Portugal. *Boletim Informativo da ABRACOR*, Rio de Janeiro, p. 10, mar./abr./maio, 2001.
- 53) TOLEDO, F. L. Controle ambiental e preservação de acervos documentais nos trópicos úmidos. *Acervo — Revista do Arquivo Nacional*. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 71-76, jul/dez. 2010.
- 54) YAMASHITA, M. M.; PALETTA, F. A. C. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p 172-184, ago./dez. 2006. Disponível em: <http://basessibi.c3sl.ufpr.br/brapci/v/4451>. Acesso em: 26 jun. 2016.
- 55) YAMASHITA, M. M. et al. Desinfestação por atmosfera anóxica: método utilizado pela biblioteca do conjunto das Químicas/USP. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 11, n. 1, jan.-abr. 2013, p. 155-163. Disponível em: <http://www.sbu.unicamp.br/seer/ojs/index.php/rbci/article/view/575>. Acesso em: 29 jul. 2016.

- 56) ZÚÑIGA, S. S. G. de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos e privados. *Registro* — Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, Indaiatuba (SP), v.1, n.1, p.71-89, jul. 2002.

TRABALHOS ACADÊMICOS (TESES, DISSERTAÇÕES, MONOGRAFIAS)

- 1) ANDRADE, G. L. *A tinta ferrogálica sobre o suporte de papel: composição, processos de degradação, tratamentos*. 1999. 97 f. Monografia de final de curso (especialização), Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1999.
- 2) ARANIBAR, S. S. *Terminologia de conservação de papel: uma ferramenta necessária*. 2011. 81 f. Monografia (Bacharelado em Conservação e Restauro de Bens Culturais Móveis) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.
- 3) BARROS, G. S. M. *Restauração de documentos em suporte papel: um estudo de caso no Centro de Documentação da Universidade de Brasília*. 2009. 72 f. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia), Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- 4) BECK, I. *O ensino da preservação documental nos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia: perspectivas para formar um novo profissional*. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Fluminense/ Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, Niterói, 2006.
- 5) BOJANOSKI, S. F. *Estudo sobre as condições de preservação dos acervos documentais brasileiros*. 1999. 78 f. Monografia (Especialização), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1999.
- 6) CALDEIRA, C. C. *Conservação preventiva em bibliotecas públicas da cidade de São Paulo: estudo de campo*. 2004. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- 7) CARVALHO, A. P. C. *Preservação de plantas arquitetônicas: identificação e conservação de cianótipos*. 2011. 165 f. Dissertação (mestrado em Museologia e Patrimônio), UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2011.
- 8) CASTRO, A. A. N. *A trajetória histórica da conservação-restauração de acervos em papel no Brasil*. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

- 9) DINIZ, W. P. P. *Conservação preventiva de coleções em papel e a utilização de parâmetros higrotérmicos em três arquivos brasileiros*. 2009. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2009.
- 10) ELIAS, I. B. *Conservação e restauro de obras de arte em suporte de papel*. 2002. 143 f. Dissertação (Mestrado), Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- 11) EVANGELISTA, F. M. *Incêndios em bibliotecas: a perda da memória patrimonial e os prós e contras dos métodos de prevenção e controle*. 2008. 102 f. Monografia (Bacharel em Biblioteconomia) — Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- 12) FLAESCHEN, J. H. F. *O método de atmosfera anóxica: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos*. 2009. 84 p. Monografia de final de curso (especialização) Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.
- 13) FRITOLI, C. L. *Análise da degradação de amostras de papel expostas a diferentes condições higrotérmicas*. 2012. 133 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- 14) GOMES, N. A. *O ensino de conservação, preservação e restauração de acervos documentais no Brasil*. 2000. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Estudos Sociais Aplicados, Universidade de Brasília, Brasília, 2000.
- 15) GONÇALVES, E. M. *Estudo das estruturas das encadernações de livros do século XIX na Coleção Rui Barbosa: uma contribuição para a conservação-restauração de livros raros no Brasil*. 2008. 125 f. Dissertação (Mestrado em Artes) — Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.
- 16) HANNESCH, O. *Patrimônio arquivístico em museus: reflexões sobre seleção e priorização de conservação-restauração de documentos em suporte papel*. 2013. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/ Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2013.
- 17) HOLLÓS, A. L. C. *Entre o passado e o futuro: limites e possibilidades da preservação documental no Arquivo Nacional do Brasil*. 2006. 105 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

- 18) MACHADO, B. P. *A importância do diagnóstico de conservação para nortear as ações de preservação em arquivos, bibliotecas e museus*. 2015. 57 f. Monografia (Bacharelado em Biblioteconomia), Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- 19) MENEZES, A. A. R. *Fungos em bibliotecas: frequência dos gêneros em livros e elaboração de teste para avaliação de biorreceptividade em papéis*. 2009. 90 f. Tese, Programa de Doutorado em Microbiologia, Instituto de Biomédicas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- 20) PERPETUO, M. S. *Pragas que atacam acervos: métodos de controle e catação manual como alternativa de tratamento emergencial de brocas*. 2015. 64 f., il. Monografia (Bacharelado em Museologia)— Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- 21) SANTOS, A. A. M. *Caracterização para tratamento de conservação do papel translúcido industrial para plantas arquitetônicas encontradas em acervos patrimoniais*. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.
- 22) SPINELLI JR, J. *Guia de preservação e segurança da Biblioteca Nacional*. Brasil. 2009. 99f. Dissertação, Mestrado Profissionalizante em Bens Culturais e Projetos Sociais, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2009.
- 23) TARTAGLIA, A. R. S. *Livro: design e preservação: considerações entre a prática e a conservação*. 2009. 86 f. Monografia de final de curso (especialização) Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro, 2009.
- 24) VALLE, C. A. *Subsídios para uma política de preservação e conservação em acervos de bibliotecas universitárias brasileiras*. 1991. 118 f. Dissertação (Mestrado). Departamento de Biblioteconomia, Universidade de Brasília, Brasília, 1991.
- 25) VIGIANO, D. J. M. *Estudo de caso de degradação química de papéis ácidos*. 2008. 150 f. Monografia. Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2008.
- 26) ZÜÑIGA, S. S. G. *Documentos como objeto de políticas públicas em preservação e o acesso à informação: o caso das bibliotecas e arquivos*. 2005. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

COMUNICAÇÕES EM EVENTOS

- 1) AMARO, F. M. Cápsula do tempo: encontrada no Porto do Valongo a pedra fundamental da Docas D. Pedro II — Rio de Janeiro. Disponível em: https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/poster/capsula-tempo//2encontrolus-o-brasileiroconservrestaur_poster_4fernando.pdf. Acesso em: 20 nov. 2016. [Poster apresentado no 2º Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração, 2013]
- 2) BAPTISTA, A. C. N. Controle de proliferação de agentes biológicos no acervo da Biblioteca Nacional: um relato de atividades. [Rio de Janeiro]: Biblioteca Nacional, 1987. [Apresentado no 1º Seminário sobre Biodeterioração de Bens Culturais, Papel e Madeira]
- 3) CHRISTO, T. R. Conservação do acervo cartográfico da Fundação Biblioteca Nacional e um estudo de caso. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração*, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. p.37-41.
- 4) CHRISTO, T. R.; ALMEIDA, T. H. Projeto Inquisição de Goa Introdução de novas metodologias no tratamento de documentos à tinta ferrogálica no Laboratório de Restauração da Fundação Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*, 25, 2013, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: CBBBD, 2013. p. 5107-5118. Disponível em <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1638/1639>. Acesso em 13 ago. 2016.
- 5) CHRISTO, T. R. Metodologias de encadernação de livros raros restaurados por meio de máquina obturadora de papéis na Fundação Biblioteca Nacional. In: *Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação*, 25, 2013, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: CBBBD, 2013. p. 4224-4228. Disponível em <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1569> . Acesso em 13 ago. 2016.
- 6) ELISQUE, M.; FRONER, Y. Trilhos e memória: preservação do acervo documental do patrimônio ferroviário. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração*, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. p.50-52.
- 7) GONÇALVES, E. M. Intervenções em livros raros: a necessidade de especialista. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração*, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. p. 20-28.
- 8) GONÇALVES, E. M.; TARTAGLIA, A. R. Estudo das encadernações de livros do século XIX na Coleção Rui Barbosa: programa de Incentivo à Produção do

- Conhecimento Técnico e Científico na Área da Cultura /2009-2011. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração*, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. p.80-82.
- 9) MACHADO, M. A. P. Contribuição para o estudo dos fatores que influem na durabilidade e conservação do papel. In: *Congresso de Arquivologia — Seminário Brasileiro de Preservação e Restauração de Documentos*, 2, 1976, Rio de Janeiro. 28 p.
- 10) MONT-MOR, J. Preservação e restauração de documentos na Biblioteca Nacional. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, s.d. [apresentado no 2.º Congresso Brasileiro de Arquivologia].
- 11) MORAIS, C. S.; BAKIEWICZ, G. M.; AUADA, F. M. Nova tecnologia em biocelulose para preservação. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração*, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. p.26-27.
- 12) SILVA, A. G. A cápsula do tempo e o uso da radiação ionizante na conservação de acervo documental. In: *Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração*, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFMG, 2013. p.241-251.

APÊNDICE B – LISTA DOS TEXTOS QUE CONFORMAM O *CORPUS* DE ESTUDO, ORGANIZADOS A PARTIR DOS CÓDIGOS ESTABELECIDOS NO TRABALHO TERMINOLÓGICO

- 1) AA1988_7_pap — MIRANDA, V. C. SANTOS, R. H. G. Gravuras em metal: restauração e acondicionamento — RJ. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 4., 1988, Gramado. Anais - v. 1. [S.l]: [ABRACOR], 1988. p. 44 – 56.
- 2) AA1988_9_pap — HAMACHER, M. E. et al. Preservação de bens culturais por técnicas nucleares — RJ. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 4., 1988, Gramado. Anais - v. 1. [S.l]: [ABRACOR], 1988. p. 65 – 73.
- 3) AA1988_15_pap — ROSAS, F. J.; MENDES, D. A. Resgatando Olinda. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 4., 1988, Gramado. Anais - v. 1. [S.l]: [ABRACOR], 1988. p. 115 – 124.
- 4) AA1990_14_pap — BECK, I. O desenvolvimento de materiais para a conservação de documentos. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 5., 1990, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p. 71 – 73.
- 5) AA1990_15_pap — SILVA, A. G. Tingimento de fibras para reintegração de documentos. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 5., 1990, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p. 74 – 80.
- 6) AA1990_16_pap — MÉSSI, C. “Coleção Martius” — recuperação de obras raras do século XVI. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 5., 1990, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p.81–87.
- 7) AA1990_17_pap — OLIVEIRA, E. L. Experiência de estágio no Canadá e França e o uso da espátula de bambu na descolagem de obras de arte em suporte de papel. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 5, 1990, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p. 88–90.
- 8) AA1990_18_pap — SILVA, A. M. V. L. A. Acervo de obras de arte em papel dos museus do Estado da Bahia — DEPAM: uma intervenção. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 5., 1990, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p. 91–95.
- 9) AA1990_19_pap — VILLAÇA, A. P. F. Plano Nacional de Restauração de Obras Raras / PLANOR: seus objetivos e finalidades. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 5., 1990, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: UFRJ, 1990. p. 96–105.
- 10) AA1992_5_pap — RESENDE, V. L. et al. Papéis especiais para a conservação e restauração produzidos no Arquivo Nacional: determinação das condições

- de durabilidade e estabilidade pelo processo de envelhecimento acelerado. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 6., 1992, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1992. p. 66 – 77.
- 11) AA1992_6_pap — VIANA, S. A.; BECK, I. Informe sobre novas soluções para a laminação de documentos. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 6., 1992, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1992. p. 78–97.
- 12) AA1992_7_pap — SILVA, A. G. et al. Remoção de laminação de documentos com solventes não convencionais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 6., 1992, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1992. p. 98 – 117.
- 13) AA1992_8_pap — HOLLÓS, A. C.; SILVA, A. G.; BORGES, L. P. A redução de reserva alcalina durante o processo de reintegração mecânica do documento. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 6., 1992, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1992. p. 118–128.
- 14) AA1992_12_pap — HANNESCHE, O. A conservação de bens culturais móveis. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA ABRACOR, 6, 1992, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1992. p. 151 – 174.
- 15) AA1994_2_pap — ARAÚJO, T. Política de Preservação: relato de experiência. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 7 – 10.
- 16) AA1994-3_pap — ASSIS, J.; GRAÇA, M. C. S. Recomposição estrutural e reintegração estética de obras de arte em papel: reinterpretação de um método. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 11–13.
- 17) AA1994_14_pap — FREITAS, N. D. Controle entomológico para acervos infestados por annobiidae pelo método de congelamento profundo. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 67–70.
- 18) AA1994_16_pap — HANNESCH, O.; ROCHA, S. Climatização de acervos: um estudo de caso. In: In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 75–81.
- 19) AA1994_19_pap — JÓLY, M. C. Reintegração do suporte: um trabalho de aperfeiçoamento profissional em Munique. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 92.

- 20) AA1994_42_pap — ROCHA, S. Higienização ambiental de acervo. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 198–200.
- 21) AA1994-46_pap — SAETA, T.; BECK, I. Revitalização do Arquivo Histórico, Biblioteca e Mapoteca do Itamaraty: informatização e conservação preventiva. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 217–220.
- 22) AA1994_48_pap — SANTOS, F. H.; MARSICO, M. A. V. Restauração de mapas de grande formato: problemas e soluções. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 229–234.
- 23) AA1994_49_pap — SANTOS, R. H. G.; JOLY, M. C. Máquina obturadora de papel. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 235–236.
- 24) AA1994-55 — SILVA, S. C. A. Mapa jesuítico: análise e restauração. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 266–267.
- 25) AA1994-58 — VELOSO, B. R.; MALAFAIA, A. P. R. S. Restauração do mapa de Belo Horizonte – capital de Minas Gerais. In: SEMINÁRIO DA ABRACOR, 7., 1994, Petrópolis. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1994. p. 283–286.
- 26) AA1996_9_pap — OLIVEIRA, G. C. Plano de ação para o gerenciamento e melhoria da qualidade nos serviços de preservação do acervo documental do Núcleo de Documentação da Universidade Federal Fluminense. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 51–53.
- 27) AA1996_10_pap — SILVA FILHO, J. T. da. Diagnóstico do acervo de obras raras e antigas das bibliotecas da UFRJ: propostas para um programa de conservação. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 55–59.
- 28) AA1996_11_pap — SERIPIERI, D.; LUCCAS, L. A. O processo de implantação de um plano de preservação nas bibliotecas da Universidade de São Paulo. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 61–63.
- 29) AA1996_13_pap — MÉSSI, M. C. T. FUNARTE, Coleção “Cenários e figurinos”: um projeto de preservação. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 71–75.

- 30) AA1996_19_pap — COCCO, B. B. M. IV Curso Internacional de Conservação de Papel japonês – ICCROM. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 107–112.
- 31) AA1996_43 — MOTTA, G. C. Conservação de livros: critérios, problemas de tratamento e soluções adotadas. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 255–259.
- 32) AA1996_44 — HOLLÓS, A. L. C. O processo de reintegração mecânica com reforço. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 8., 1996, Ouro Preto. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1996. p. 261–265.
- 33) AA1998_1_pap — COSTA, M. F. Contaminação por microrganismos (Fungos) no acervo da Biblioteca de Manguinhos/FIOCRUZ. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 9., 1998, Salvador. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1998. p. 13–17.
- 34) AA1998_13_pap — TOLEDO, M. S.; CASSARES, N. C. Treinamento profissional: critérios e técnicas de intervenção em obras raras e especiais. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 9., 1998, Salvador. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1998. p. 73–76.
- 35) AA1998_29_pap — GUIMARÃES, L. Conservação e restauração de croqui em papel vegetal com os nomes dos inconfidentes inscritos em bloco de pedra no Museu da Inconfidência — Ouro Preto – MG. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 9., 1998, Salvador. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1998. p. 163–168.
- 36) AA1998_30_pap — D'ALMEIDA, M. L. O.; AUADA, F. M. A influência dos banhos de limpeza e da reencolagem nas propriedades do papel. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 9., 1998, Salvador. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1998. p. 169–173.
- 37) AA1998_31_pap — MÁRSICO, M. A. V. Velatura e planificação de obras de arte sobre papel: práticas do Ocidente e do Oriente. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 9., 1998, Salvador. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 1998. p. 174–177.
- 38) AA2000_3_pap — ALBUQUERQUE, C. L. C. O Corpus Júris Civilis, de 1478: da historicidade do incunábulo à salvaguarda da memória impressa os papéis da restauração. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 21–26.
- 39) AA2000_13 — RAMOS, C. M.; MELO, L. L. P. Diagnóstico da documentação arquivística do setor energético paulista: avaliação e perspectivas. In: CON-

- GRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 70–86.
- 40) AA2000_19_pap — VEIGA, C. Restauração de obra de arte sobre papel com pigmento de baixa estabilidade: aquarela. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 109–113.
- 41) AA2000_21_pap — ANDRADE, G. L. A corrosão do suporte celulósico pela tinta ferrogálica. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 120–125.
- 42) AA2000_22_pap — D'ALMEIDA, M. L. O. et al. Influência de tratamentos de alcalinização na permanência do papel ácido. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 126–130.
- 43) AA2000_23_pap — SILVA, A. G.; GONÇALVES, A. S.; NUNES, A. J. Desacidificação de documentos impressos em papéis de pasta mecânica. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 131–135.
- 44) AA2000_33_pap — THOMÉ, L. E. Mapeamento e diagnóstico das obras sobre papel do MAC-USP. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 191–195.
- 45) AA2000_42_post_pap — CONCENTINO, C. R. O Núcleo de Conservação do Centro de Memória da Academia Brasileira de Letras. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 220.
- 46) AA2000_49_post_pap — ALDROVANDI, C. E.V.; BATISTA, C. L. V. A conservação das coleções de paramentos, livros raros e manuscritos do MAS: acondicionamento e armazenagem em área de reserva técnica. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 228.
- 47) AA2000_51_post_pap — CARVALHO, A. P. C. Restauração de obras raras da Biblioteca Barbosa Rodrigues. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 230.
- 48) AA2000_52_post_pap — SOARES, M. L.; GONÇALVES, E. M.; GRÜNER, A. Le Dieu noir et le Diable Blond: Um Trabalho de Restauração. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 231-232.

- 49) AA2000_53_post_pap — GHIZONI, V. R. Resistência e durabilidade das tintas modernas de impressão aos processos de restauração. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 233.
- 50) AA2000_54_post_pap — MARSICO, M. A. V. Gore-Tex: remoção de cartões por umidificação. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 234.
- 51) AA2000_58_post_pap — FREITAS, M. C. V. Fundação Cultural Calmon Barreto de Araxá: diagnóstico de acervo. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 238.
- 52) AA2000_64_post_pap — BUSNARDO, V. L. Do papel trapo às diretrizes para a produção de papéis mais duráveis e mais permanentes. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 246.
- 53) AA2000_65_post_pap — BUSNARDO, V. L.; PENTEADO, J. Biblioteca Pública do Paraná: projeto voluntário emergencial de higienização do acervo com infestação microbiológica. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 247.
- 54) AA2000_67_post_pap — FRITOLI, C. L. A investigação de fibras de palmáceas para produção de papéis que sirvam à conservação e/ou restauração. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 249.
- 55) AA2000_68_post_pap — CASSARES, N. C. Estratégia de tratamento em massa de acervo intensamente atacado por agentes biológicos e partículas poluentes. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 250.
- 56) AA2000_69_post_pap — WOLF, G. Preservação e comunidade: uma experiência no acervo bibliográfico do Mosteiro de São Bento da Bahia. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 251-252.
- 57) AA2000_90_post_pap — OLIVEIRA, T. C. Conservação e restauração de um mapa em aquarela sobre papel. In: Congresso da ABRACOR, 10., 2000, São Paulo. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p.273.
- 58) AA2002_4_pap — BECK, I. Pesquisa das condições de preservação do conjunto documental "Licença para Obras", do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro,

- usando a metodologia de amostragem aleatória. In: Congresso da ABRACOR, 11., 2002, Rio de Janeiro. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2002. p. 33-41.
- 59) AA2006-51_pap — SILVA, A. G.; D'ALMEIDA, M. L. O. Estudo comparativo entre métodos de desacidificação. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 273-276.
- 60) AA2006-53_pap — ELIAS, I. B.; D'ALMEIDA, M. L. O. A eficácia dos tratamentos aquosos para o clareamento da celulose. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 282-288.
- 61) AA2006-55_pap — CARRASCO, G. L. A.; HANNESCH, O.; VILELA, A. A tinta ferrogálica sobre o suporte celulósico e sua conservação. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 293-296.
- 62) AA2006-57_pap — ELIAS, I. B.; D'ALMEIDA, M. L. O. A eficácia dos tratamentos aquosos para a desacidificação da celulose. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 302-306.
- 63) AA2006-58_pap — D'ALMEIDA, M. L. O. et al. Fungos no acervo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 307-311.
- 64) AA2006-61_pap — TOLEDO, F. et al. O gabinete de papéis do espaço cultural casa das onze janelas e a conservação de obras de arte. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 325-329.
- 65) AA2006-62_pap — ANDREOLI, J. C. et al. Gerenciamento de programa de conservação da coleção de manuscritos da Biblioteca Central da Universidade de Brasília — UNB. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 330-333.
- 66) AA2006-64_pap — MATTOS, L. Conservação preventiva das obras raras e valiosas da biblioteca pública do Estado do Rio Grande do Sul. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 344-346.
- 67) AA2006-68_pap — MAEKAWA, S.; CARVALHO, C.S. R.; TOLEDO, F. Instalação de sistema para controle ambiental na Biblioteca Rui Barbosa. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 364-368.

- 68) AA2006-69_pap — COSCIA, V. L. Introdução da conservação preventiva nos arquivos da Fundação Pró-Memória de São Carlos/SP. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 369–372.
- 69) AA2006-74_pap — AUADA, F. M.; SOARES, E. V. Restauração de papéis: controle do processo de reenfibragem. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 392–395.
- 70) AA2006-75_pap — BECK, I. A restauração do Vingboons Atlas. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 396–400.
- 71) AA2006-85-post_pap — MESSI, C.; SOARES, M. L. Projeto Oswaldo Teixeira recuperação de obras de arte sobre papel. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 440–443.
- 72) AA2006-94_post_pap — SILVA, M. L. Santos Dumont: manuscrito com registro de nascimento e batismo. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 475–478.
- 73) AA2006-95_post_pap — GONÇALVES, E. M. Uso de gás inerte em câmara hermética de fumigação: tratamento de acervos atacados por pragas. Um estudo de caso. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 479-482.
- 74) AA2006-98_post_pap — CHRISTO, T. R. Modelo espinosa como alternativa de encadernação flexível em pergaminho de obras raras da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 492–494.
- 75) AA2006-101_post_pap — YAMASHITA, M. M.; PALETTA, F. A. C.; CAMPOS, E. M. Preservação do acervo da DBDCQ / USP: implantação da oficina de pequenos reparos. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 506–509.
- 76) AA2006_105_post_pap — MENEZES, F. A. Clareamento com luz artificial. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 525–527.
- 77) AA2006-107_post_pap — VIGIANO, D. M.; SOUZA, L. A. C. Estudos da degradação química dos papeis ácidos produzidos a partir de 1850. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 534–538.

- 78) AA2006-109_post_pap — PALHARES, M. M. Labirinto cultural: o setor de coleções especiais da Biblioteca Central da Uniube — Uberaba (MG). In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 543–545.
- 79) AA2006-111_post_pap — FANAIA, L. L. Restauração de documentos gráficos – mapa faceamento e laminação a vácuo e calor. In: Congresso da ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 548–550.
- 80) AA2009_30_pap — ARAVANIS, E.; BREITSAMETTER, S. M. J. MCSHJC e AHRS: Relato de experiências nas áreas de conservação e restauração de documentos manuscritos e impressos. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 187–191.
- 81) AA2009_31_pap — BECK, I. Desinfestação do acervo da Biblioteca Barbosa Rodrigues, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 193–198.
- 82) AA2009_32_pap — CHRISTO, T. R. A adoção da encadernação flexível em pergaminho em obras raras restauradas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 199–200.
- 83) AA2009_33_pap — GONÇALVES, E. M.; FRONER, Y.; SOUZA, L. A. C. Estruturas de encadernações “brasileiras” do século XIX na Coleção Rui Barbosa: um estudo para a preservação de acervos raros. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 201–205.
- 84) AA2009_34_pap — CORRÊA, H. R.; GIORDANO, P. A. Restauração de livros do século XVII da Faculdade de Direito da USP: critérios. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 207–210.
- 85) AA2009_37_pap — SILVA, A. G. et al. Desacidificação de documentos impressos em papéis de pasta mecânica parte II: propriedades físico mecânica. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 223–228.
- 86) AA2009_46_pap — MAEKAWA, S. et al. Sistema de controle climático para a Biblioteca Rui Barbosa: preservação da coleção e melhoria das condições de conforto dos visitantes. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais ... Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 281–285.

- 87) AA2009_63_pap — ALMEIDA, T. H.; BOJANOSKI, S. Tratamentos químicos aplicados à biodeterioração de acervos documentais na cidade do Rio de Janeiro. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. Anais . . . Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 387–393.

APÊNDICE C – PERIÓDICOS E INSTITUIÇÕES COM PUBLICAÇÕES DE ARTIGOS DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

Tabela 5 – Identificação de periódicos e revistas com publicações de artigos em Conservação e Restauração de obras em papel

Vínculo do periódico	Nome do Periódico	Instituição	N.º de artigos
Grupos profissionais	Boletins da ABRACOR	ABRACOR, RJ	11
	Revista da APCR	Associação Paulista de Conservadores e Restauradores, SP	2
	Revista Brasileira de Arqueometria, Restauração e Conservação — ARC	Agência de Estudos e Restauo do Patrimônio — AERPA, PE	10
	Arquivo & Administração	Associação dos Arquivistas Brasileiros, RJ	3
	Revista ACB — Biblioteconomia em Santa Catarina	Associação Catarinense de Bibliotecários, SC	1
Instituições	Revista Acervo	Arquivo Nacional, RJ	6
	Anais da BN	Biblioteca Nacional, RJ	4
	Revista CPC	USP	1
	Arquivo — Boletim Histórico e Informativo	Arquivo do Estado de São Paulo, SP	2

Vínculo do periódico	Nome do Periódico	Instituição	N.º de artigos
	Revista da Biblioteca Mário de Andrade	Prefeitura Municipal de São Paulo, SP	1
	Revista Eletrônica de Educação e Tecnologia do SENAI	SENAI, São Paulo, SP	1
	Cadernos FUNDAP	Fundação do Desenvolvimento Administrativo,, SP	1
	Registro	Arquivo Público Municipal de Indaiatuba, SP	1
Áreas acadêmicas	Revista Encontros Biblos	Instituto de Ciências Humanas e da Informação, FURG, RS	1
	Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	UFSC, SC	3
	Perspectivas em Ciência da Informação	Escola de Ciências da Informação, UFMG, MG	1
	Revista de Biblioteconomia de Brasília	Departamento de Ciência da Informação e Documentação, UNB, DF	1
	RICI — Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	Faculdade de Ciência da Informação, UNB, DF	1

Vínculo do periódico	Nome do Periódico	Instituição	N.º de artigos
	Revista Museologia e Interdisciplinaridade	Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, UNB, DF	2
	Revista Percurso	Programa de Pós-graduação em Geografia, UEM, PR	1
	Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação	UNICAMP, SP	1
	Arquivística.net	(Instituição não identificada)	1

Elaborado pela autora

APÊNDICE D – LISTA DE TEMAS QUE CONSTAM DO *PAPER CONSERVATION CATALOG*, ELABORADO PELO *BOOK AND PAPER GROUP* — BPG

Chapter 1 - *Fiber Identification*

Chapter 3 — *Media problems*

Chapter 4 - *Support problems*

Chapter 5 - *Written documentation*

Chapter 6 - *Visual examination*

Chapter 10 - *Spot tests*

Chapter 12 - *Mold*

Chapter 13 - *Foxing*

Chapter 14 - *Surface cleaning*

Chapter 15 - *Hinge, tape and adhesive removal*

Chapter 16 - *Washing*

Chapter 17 - *Sizing & resizing*

Chapter 18 - *Parchment*

Chapter 19 - *Bleaching*

Chapter 20 - *Alkalization and neutralization*

Chapter 22 - *Humidification*

Chapter 23 - *Consolidation/fixing/facing*

Chapter 24 - *Backing removal*

Chapter 25 - *Mending*

Chapter 26 - *Filling of losses*

Chapter 28 - *Drying and flattening*

Chapter 29 - *Lining*

Chapter 30 - *Inpainting*

Chapter 40 - *Matting and framing*

Chapter 46 - *Adhesives*

APÊNDICE E – EMENTAS DE DISCIPLINAS CONSULTADAS PARA A ELABORAÇÃO DA ÁRVORE DE DOMÍNIO DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

UFMG

- **Conservação de Papel I** — História e tecnologia da fabricação de papel. Preservação, conservação e restauração de livros, documentos e obras sobre papel. Política de preservação de acervos. Embalagem, acondicionamento, manuseio e montagens para arquivamento, exposição e transporte de obras de valor artístico ou histórico.
- **Conservação de Papel II** — Tratamentos de massa. Limpeza mecânica. Planificação. Remoção de manchas de livros e documentos. Marcas de fabricação, marcas técnicas e marcas irreversíveis.
- **Restauração de livros e documentos** — Desencadernação, desmontagem e encadernação de livros e documentos. Tratamento químico aquoso: desacidificação. Reconstituição do suporte de livros e documentos. Planificação e montagem de livros e documentos.
- **Restauração de Obras de arte em papel** — Desmontagem de obras de arte. Limpeza mecânica e remoção de manchas de obras de arte. Tratamento químico aquoso e não aquoso: desacidificação e clareamento. Reconstituição do suporte e planificação de obras de arte sobre papel. Reintegração cromática. Montagem adequada para conservação.

UFPEL

- **Conservação e Restauração de Papel I** — Caracterização das diferentes utilizações do papel como suporte para bens culturais, tais como em documentos, livros e obras de arte. Aplicação dos conceitos de conservação preventiva, conservação e restauração direcionados aos acervos bibliográficos e documentais. Processos intrínsecos e extrínsecos de deterioração do papel. Identificação dos elementos sustentados e dos processos de fixação da informação no suporte papel. Diagnóstico de conservação de acervos com suporte em papel. Guarda de acervos em papel: recomendações de mobiliário, movimentação, manuseio e exposição de livros, documentos e obras de arte em papel.

- **Conservação e Restauração de Papel II** — Diagnóstico das degradações de bens culturais em papel. Aplicação dos princípios da conservação e da restauração internacionalmente reconhecidos e divulgados pelos documentos internacionais, tais como a retratabilidade, mínima intervenção, respeito aos materiais e às técnicas, à história e ao valor cultural dos objetos, documentação dos processos de restauração. Execução de procedimentos de restauração dos bens culturais em papel. Reconhecimento e aplicação de medidas de segurança no trabalho, de organização do laboratório e de execução de restaurações.
- **Introdução à Conservação e Restauração de Livros e Encadernações** — História das encadernações. Caracterização da estrutura do livro e dos materiais e técnicas das encadernações. Mobiliário e equipamentos de uma oficina de encadernação. Análise dos danos mais frequentes em livros. Recomendações de conservação, incluindo manuseio, acondicionamento e exposição de livros. Produção de protótipo de livro.

UFRJ

- **Conservação Restauração Papel I** — O processo estrutural dos diferentes materiais nas diferentes coleções. Tramas sociais que determinam processos de eleição e/ou descarte dos objetos como fonte documental e as normas culturais de conservação. Critérios de intervenções dos conservadores-restauradores sobre diferentes óticas sociais. Análise das técnicas tradicionais e contemporâneas de conservação e restauro de documentos gráficos. Teoria e prática, acondicionamentos, montagem e molduras.
- **Conservação Restauração Papel II** — Abordagem teórico-prática das metodologias de preservação, conservação e restauração de conjuntos patrimoniais e de acervos (gráficos e bibliográficos). Museus, bibliotecas e Arquivos. Conservação de Coleções. Tratamentos de Conservação e Restauração de obras de arte e acervo documental sobre papel nas suas fases avançadas que incluem tratamentos mais invasivos e decisões estéticas.

APÊNDICE F – EXEMPLO DE UMA FICHA DE TRABALHO TERMINOLÓGICA USADA NA ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO

Figura 15 – Ficha terminológica referente ao termo *banho*

Ficha Terminológica - Conservação e Restauração

ID 1 **Termo** banho

Pontuação/TermoStat SG.6 **Classificação** 334

Ver também banho de imersão; banho de flutuação

Outras denominações banho de limpeza; banho aquoso

Contexto 1 Nos banhos as folhas foram acondicionadas entre telas de náilon e após estes colocadas sobre telas para secarem ao ar livre.

Código Fonte Contexto 1 AA1998_30_pap

Contexto 2 Lavagem do papel: Ao se realizar um banho no papel com água, o que se obtém é a solubilização de compostos presentes em sua estrutura que sejam solúveis em água. Assim, sujidade e produtos de degradação (por oxidação, hidrólise etc.) da celulose e demais constituintes, em sua maioria substâncias polares e de baixo peso molecular, são removidos do papel. Substâncias de natureza ácida, como ácidos aromáticos originados da oxidação da lignina, também são removidos do papel, o que demonstra um aspecto positivo no tratamento, pois, uma vez que tais compostos são eliminados do papel, o valor do pH aumenta, desfavorecendo, assim, o mecanismo de degradação de hidrólise catalisada por ácido. A remoção de compostos de degradação coloridos também presentes no papel, como, por exemplo, produtos originados da oxidação da lignina, é outro aspecto positivo do tratamento, levando a um aumento significativo de sua alvura. No tratamento aquoso também pode ser observado muitas vezes um aumento significativo na resistência física de um papel envelhecido. Estes são apenas alguns pontos positivos da presença de água no papel. Por outro lado, pode ocorrer a solubilização indesejada de substâncias benéficas presentes no papel, como sais de cálcio e magnésio.

Código Fonte Contexto 2 AA2000_19_pap

Contexto 3 Na metodologia empregada no Arquivo Nacional, é utilizada água quente, que facilita sua penetração no interior das fibras pela redução das suas propriedades físicas, como a tensão superficial e a viscosidade, removendo, assim, mais facilmente os produtos de degradação da celulose, das hemiceluloses e os fragmentos de lignina oxidada. Nesta, o final do banho de limpeza ocorre quando a diferença entre a condutividade elétrica inicial e a final das águas residuais dos banhos de limpeza é inferior ou igual a 10 µmho. Geralmente esse índice é obtido após quatro banhos de limpeza. Posteriormente é realizada a desacidificação com a adição da solução aquosa de Hidróxido de Cálcio a 0,02%, finalizando o tratamento.

Código Fonte Contexto 3 AA2006_51_pap

Definição tratamento de limpeza no qual uma obra em papel ou as folhas de um documento são imersas ou saturadas com água, com o objetivo de dissolver e remover sujidades e produtos solúveis de degradação do papel.

Notas Existem várias técnicas de banhos e a decisão do método a ser aplicado depende das características e do estado de conservação das obras em papel. Por tratar-se de um tratamento irreversível a execução dos banhos deve ser avaliada cuidadosamente e precedido de testes para identificar a capacidade de absorção e de resistência do papel e das tintas. Os pontos positivos do banho são o aumento da alvura, da flexibilidade e da resistência dos papéis envelhecidos. Os pontos negativos são a possibilidade de solubilização de substâncias benéficas presentes no papel, como sais de cálcio e magnésio, o risco de solubilização dos elementos como as tintas e pigmentos, alteração das dimensões e da textura da folha e rasgos.

Outras consultas Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998e; Clavain, 2009, p. 91-114; Muñoz Viñas, 2010, p. 135-149; Book and Paper Group Wiki, 2017f.

Notas complementares Na bibliografia em inglês aparece o termo washing e na bibliografia em espanhol o termo é lavado.

Elaborado pela autora

APÊNDICE G – LISTA DA DOCUMENTAÇÃO DE APOIO AOS ESTUDOS TERMINOLÓGICOS

OBRAS TERMINOGRÁFICAS DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

- AIC Wiki. *Lexicom Terms*. [online] Disponível em: http://www.conservation-wiki.com/wiki/Lexicom_Terms. 2016. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL DA VENEZUELA. *Glossário de términos de Preservación de Papel*. [online] Disponível em: <http://www.bnv.gob.ve/sites/default/files/files/pdf/glosariopreservacion2014.pdf>. 2014. Acesso em: 15 fev 2017. p. 2.
- BOOK and Paper Group Wiki. *BPG Glossary of Terms* [online]. Disponível em: http://www.conservation-wiki.com/wiki/BPG_Glossary_of_Terms. 2017. Acesso em: 02 jun. 2017.
- CALVO, A. *Conservación y restauración: materiales, técnicas y procedimientos de la A a la Z*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997.
- CAMEO. Conservation & Art Materials Encyclopedia Online. Disponível em: http://cameo.mfa.org/wiki/Category:Materials_database. 2016. Acesso em: 03 jun. 2017.
- FARIA, M. I.; PERICÃO, M. da G. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FARIA, M. I.; PERICÃO, M. da G. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- GIANNINI, C.; ROANI, R. *Diccionario de restauración y diagnóstico*. Editorial Nerea, 2008.
- MUÑOZ VIÑAS, S.; PONS, J.O.; SARRIÓ, I.G. *Diccionario Técnico Akal de materiales de restauración*. Madri: Ediciones Akal, 2014.
- ROBERTS, Matt T. ETHERINGTON, D. *Bookbinding and the Conservation of books: a Dictionary of Descriptive Terminology*. [online]. Disponível em: <http://cool.conservation-us.org/don/>. 2017. Acesso em: 03 jul. 2017.
- SLAIBI, T. H de A.; MENDES, M.; GUIGLEMETI, D. O.; GUIGLEMETI, W. A. (org.). *Materiais empregados em Conservação e Restauração de Bens Culturais*. 2.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: ABRACOR, 2011.

- SANDU, I. C. A.; SPIRIDON, P.; SANDU, I. Current studies and approaches in the field of cultural heritage Conservation Science: harmonizing the terminology in an interdisciplinary context. In: *International Journal of Conservation Science*, V. 7, n. 3, Jul-set, 2016. p. 591-606.
- THE AUSTRALIAN Institute for the Conservation of Cultural Material. *Visual Glossary* [online]. Disponível em <https://aiccm.org.au/conservation/visual-glossary>. Acesso em: 03 jun. 2017.
- THE FINE ARTS Conservancy. *Glossary for Works on paper*. [online]. Disponível em: http://www.art-conservation.org/?page_id=1189. Acesso em: 21 jun. 2017.

OBRAS LEXICOGRÁFICAS

- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

MANUAIS DE TERMINOLOGIA

- BARROS, L. A. *Curso básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CABRÉ, M. T. *La terminologia: teoria, metodologia, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Empúries, 1993.
- _____ *La Terminología: representación y comunicación - elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Girona: Documenta Universitaria, 2005.
- KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2004.

APÊNDICE H – GLOSSÁRIO DE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Instituto de Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural



Glossário de Conservação de obras em papel

Silvana de Fátima Bojanoski

Pelotas, 2018

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
GUIA DO USUÁRIO	5
GLOSSÁRIO	6
CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS	38
ÁRVORE DE DOMÍNIO	44
BIBLIOGRAFIA TERMINOLÓGICA E LEXICOGRÁFICA CONSULTADA PARA A ELABORAÇÃO DO FLOSSÁRIO	45
BIBLIOGRAFIA TERMINOLÓGICA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL CONSULTADA PARA A ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO	45
BIBLIOGRAFIA SUGERIDA SOBRE CONSERVAÇÃO DE OBAS EM PAPEL	46

INTRODUÇÃO

A elaboração de dicionários especializados é uma etapa fundamental para a consolidação de uma área de conhecimento, que além de estabelecer seus pressupostos teóricos, definir seu objeto e delimitar o campo de atuação de seus profissionais, também exige a construção de um vocabulário próprio.

O *Glossário de Conservação de Obras em Papel* aqui apresentado é resultado de pesquisa de doutorado, que teve como objetivo elaborar um produto terminográfico voltado para os estudantes dos cursos de graduação em Conservação e Restauração. A recente implantação dos cursos nas universidades brasileiras e a carência de publicações que possam ser usadas nos processos de ensino e aprendizagem e de formação profissional justificam a sua elaboração.

Este Glossário foi elaborado a partir dos pressupostos da Terminologia e da metodologia definida pela Terminografia. Como resultados apresentamos um glossário com algumas características específicas, como a preocupação em indicar os termos que são de fatos usados pelos profissionais, a inclusão de definições acessíveis para estudantes em processo de formação e a apresentação em um formato que permite acessar vários níveis de informações sobre a conservação e restauração dos bens culturais em papel.

Os termos que fazem parte do Glossário foram coletados e analisados a partir de uma estrutura de conhecimentos, organizada a partir de cinco grandes tópicos relacionados à área:

- CONTEXTUALIZAÇÃO/IDENTIFICAÇÃO
- DIAGNÓSTICO
- CONSERVAÇÃO/RESTAURAÇÃO
- PRODUTOS
- EQUIPAMENTOS/INSTRUMENTOS

Além da apresentação dos termos em ordem alfabética, eles também podem ser acessados de outros dois modos: a) pela lista de classificação dos termos feita a partir desta estrutura; b) pela árvore de domínio que representa a estrutura de conhecimento usada na elaboração do Glossário. Estas várias formas de apresentação dos termos têm como objetivo facilitar o seu acesso e sua compreensão

sobre a localização de cada termo dentro da estrutura de conhecimento e mostrar como a área da Conservação de obras em papel se organiza.

Trata-se de um trabalho em desenvolvimento. A estrutura de conhecimento proposta ainda está incompleta e necessita de outros desdobramentos para incluir mais termos, o que será feito na medida em que os estudos terminológicos sejam aprofundados.

Como o glossário é destinado ao público universitário, nos verbetes, foram inseridos, quando possível e necessário, três outros campos: as “*Notas*”, com informações que permitem complementar ou aprofundar a definição; “*Outras consultas*”, que remetem a uma literatura complementar; as “*Notas complementares*”, que fazem alguma recomendação em relação o uso do termo. Neste último campo, quando foi possível, incluiu-se a tradução para outras línguas, como o inglês (en), francês (fr) e espanhol (es).

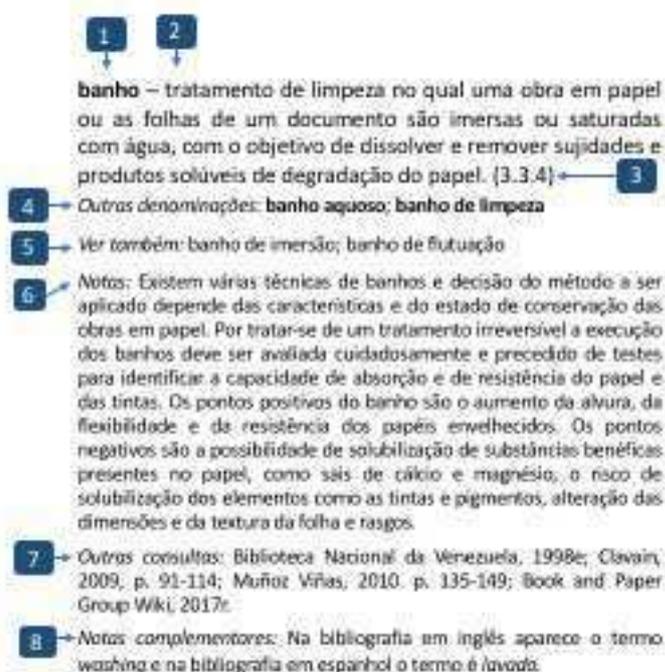
As obras indicadas no campo “*Outras consultas*” contêm apenas o nome do autor e ano da obra citada, informações estas que remetem para a *Bibliografia sugerida sobre Conservação de obras em papel*, que se encontra no final do Glossário. Ali estão listados alguns textos de fácil acesso aos estudantes, por estarem disponíveis nas bibliotecas universitárias ou na internet.

As relações entre os termos que fazem parte do Glossário estão estabelecidas a partir de dois campos: *Outras denominações* e *Ver também*. No primeiro estão os sinônimos, ou seja, termos com formas diferentes, mas que possuem o mesmo sentido e significado do termo de entrada. O segundo indica outros termos relacionados.

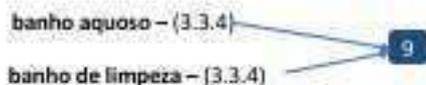
O Guia do Usuário, apresentado na próxima página, permite visualizar as funções de cada campo do Glossário.

Esperamos que este Glossário seja uma ferramenta útil para os alunos dos cursos de graduação em Conservação e Restauração. Mas, para além disso, entendemos que ele tem o potencial de estimular discussões terminológicas importantes para o desenvolvimento da área e para a harmonização da terminologia usada pelos profissionais da Conservação de obras em papel.

GUIA DO USUÁRIO



1. **Entrada** – termo
2. **Definição** – significado(s) atribuído(s) ao termo
3. **Classificação** – código do termo na árvore de domínio
4. **Outras denominações** – outros termos com o mesmo significado (sinônimos)
5. **Ver também** – outros termos correlacionados ao tema
6. **Notas** – informações complementares sobre a definição do termo.
7. **Outras consultas** – indicações de bibliografia complementar, que consta ao final do glossário
8. **Notas complementares** – observações ou recomendações sobre o uso do termo.
9. **Entrada dos sinônimos**, indicados no campo *Outras denominações*



GLOSSÁRIO

abrasão – dano ocasionado pela fricção entre os materiais ou com algum material abrasivo, como a poeira, que resulta no desgaste das superfícies dos bens culturais. (2.4.1.1)

Notas: A abrasão, em geral, é resultado de manuseio inadequado e falta de limpeza nos locais de guarda. A poeira depositada sobre as superfícies, por exemplo, funciona com uma lixa durante a movimentação de livros.

acetato de etila – produto líquido muito inflamável e de toxicidade moderada, usado como solvente para a retirada de adesivos e fitas adesivas de obras em papel. (4.4.1)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 21; Slaibi et al., 2011. p. 92.

acetona – produto líquido muito volátil, inflamável e moderadamente tóxico, usado como solvente para a retirada de fitas adesivas de obras em papel. (4.4.2)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 23; Slaibi et al., 2011. p. 93.

acidez – processo de degradação química do papel, que em meio ácido torna-se amarelado, quebradiço e frágil. Resulta na ruptura das ligações poliméricas que unem as moléculas de celulose, que ocorre em um pH abaixo de 7. (2.2.1)

Notas: A acidez é um dos principais fatores de degradação dos papéis, especialmente dos papéis modernos ou industrializados, feitos a partir da celulose obtida da madeira. As fontes da acidez no papel são múltiplas, podendo-se citar a presença de lignina degradada, encolagem ácida e resíduos de agentes oxidantes presentes na fabricação do papel. A exposição à luz, calor e umidade tendem a acelerar o processo de acidez nos papéis.

acondicionamento – conjunto de operações de conservação voltadas para a proteção do bem cultural durante a guarda ou transporte, com o uso de embalagens adequadas, confeccionadas com materiais de boa qualidade e inócuos. (3.2.2)

Notas: O acondicionamento de livros e documentos funciona como uma barreira contra danos causados pela luz, poluentes, poeira e variação de temperatura e umidade. São exemplos de embalagens frequentemente usadas em acervos documentais: *folders*, envelopes, pastas, caixas, jaquetas, sobrecapas.

Outras consultas: Cassares, 2000; Ogden, 2001b.

adesivos – produtos com capacidade de unir dois materiais, mediante a adesão química ou mecânica entre as suas superfícies. (4.5)

Outras denominações: **colas**.

Ver também: cola de amido; carboximetilcelulose; carboximetilcelulose de sódio; CMC; metilcelulose.

Notas: o termo *adesivo* abrange uma ampla gama de produtos que são usados em procedimentos de conservação e restauração. No Brasil, em obras em papel, os adesivos mais usuais são os sintéticos, como os éteres de celulose (metilcelulose e carboximetilcelulose), e os naturais, como a cola de amido.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 169-171; Muñoz Viñas, 2014, p. 26-27; Clavain, 2009, p. 278-287; Book and Paper Group, 2017a.

agentes de colagem – produtos usados na fabricação do papel com a finalidade de controlar a sua resistência à penetração de líquidos. (1.3.1.1.1.5)

Notas: Os agentes de colagem são fundamentais para os papéis de escrita. Existem dois tipos de colagem: a ácida, que é feita com materiais como o breu e o sulfato de alumínio, e a alcalina, que usa o alquiceteno (AKD).

agentes de deterioração – constituem em ameaças aos bens culturais, que na abordagem integrada de Conservação são definidos em 10 agentes, que representam os principais riscos: forças físicas, roubo e vandalismo, fogo, água, pragas, poluentes, luz, temperatura incorreta, umidade relativa incorreta, dissociação. (2.3.1)

Notas: O *Canadian Conservation Institute* (CCI) sistematizou os 10 principais agentes, assim como as ações necessárias para a preservação dos bens culturais, que são as seguintes: evitar, bloquear, detectar, responder e recuperar. A tradução dos textos em inglês para o espanhol e o francês estão disponíveis no site do CCI.

Outras consultas: Canadian Conservation Institute, 2009.

água (1) – agente de deterioração relacionado aos incidentes em bens culturais originados em eventos naturais, acidentais ou negligência humana, tais como chuvas, inundações, vazamentos, infiltrações, goteiras, etc. (2.3.1.4)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Tremain, 2009a.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *água*: *water* (en); *eau* (fr); *agua* (es).

água (2) – substância considerada solvente universal, é um produto largamente usado em conservação e restauração para inúmeros fins, como por exemplo, nos procedimentos de banho, umidificação, planificação e preparo de adesivos. (4.1.2)

Ver também: água destilada; água deionizada.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 31-32.

água deionizada – água que passa por um processo de purificação por meio de um equipamento denominado deionizador, que elimina os íons positivos (cátions) e negativos (ânions) existentes na água comum. (4.1.2.2)

Outra denominação: **água desmineralizada**

Ver também: água, água destilada; deionizador.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 31-32, 34.

água desmineralizada – (4.1.2.2)

Outra denominação: **água deionizada**.

água destilada – água com alto grau de pureza, que passa por um processo de destilação, no qual a água é fervida e depois condensada, voltando ao seu estado líquido. (4.1.2.1)

Ver também: água; água deionizada.

Notas: A água destilada tem um teor de pureza mais alto do que a água deionizada. Mas como o processo de destilação é mais custoso, não é muito usada nos laboratórios de conservação e restauração de obras em papel.

água oxigenada – (4.2.3)

Outra denominação: **peróxido de hidrogênio**.

álcool etílico – (4.1.1)

Outra denominação: **etanol**.

amarelecimento – alteração da cor do papel, em geral em decorrência da degradação da lignina e do processo de acidificação do papel. (2.4.1.2)

Ver também: acidez, lignina.

análise microscópica – exame feito com microscópio, estereomicroscópios ou microscópios digitais, que permitem examinar detalhes de uma obra ou documento, como por exemplo, as fibras de celulose ou marcas de impressão no papel. (2.6.1.5)

anóxia – tratamento de desinfestação e desinfecção de obras em papel contaminadas por insetos e microrganismos, realizado em câmaras ou bolsas hermeticamente fechadas e com total ausência de oxigênio. (3.2.3.1)

Ver também: desinfestação; desinfecção.

Notas: Existem variações de métodos de anóxia, como o uso de absorvedores de oxigênio, de injeção de gases inertes como o argônio e o nitrogênio, ou de gás carbônico.

Outras consultas: Valentin e Preusser, 2001, p. 35-44; Beck, 2009, p. 193-198; Flaeschen, 2013.

armazenagem – (3.1.5)

Outra denominação: **armazenamento**.

armazenamento – procedimento de Conservação relacionado com a organização e guarda do acervo em local e mobiliário adequados. (3.1.5)

Outra denominação: armazenagem.

Outras consultas: Ogden, 2001b.

ataque biológico – danos ocasionados pela ação de microrganismos, insetos, roedores, dentre outros, que resultam em manchas, perfurações, cavidades, desgastes superficiais, etc. em documentos e livros. (2.4.1.3)

Ver Também: desinfestação; desinfecção; anóxia; congelamento; radiação gama.

Notas: A observação dos sinais característicos dos danos e dos detritos permite identificar o agente biológico e se ele está ativo ou inativo. Este tipo de identificação é importante para definir as ações a serem adotadas nos acervos infestados ou contaminados.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998b; Ogden, 2001e, p. 17-24; Price, 2001, p. 25-34; Valentin e Preusser, 2001, p. 35-44; Vaillant Callol, 2013; Book and Paper Group Wiki, 2017n.

banho – tratamento de limpeza no qual uma obra em papel ou as folhas de um documento são imersas ou saturadas com água, com o objetivo de dissolver e remover sujidades e produtos solúveis de degradação do papel. (3.3.4)

Outras denominações: **banho aquoso; banho de limpeza**

Ver também: banho de imersão; banho de flutuação

Notas: Existem várias técnicas de banhos e a decisão do método a ser aplicado depende das características e do estado de conservação das obras em papel. Por tratar-se de um tratamento irreversível e de risco, a execução dos banhos deve ser avaliada cuidadosamente e precedida de testes para identificar a capacidade de absorção e de resistência do papel e das tintas. Os pontos positivos do banho são o aumento da alvura, da flexibilidade e da resistência dos papéis envelhecidos. Os pontos negativos são a possibilidade de solubilização de substâncias benéficas presentes no papel, como sais de cálcio e magnésio, o risco de solubilização dos elementos como as tintas e pigmentos, alteração das dimensões e da textura da folha e rasgos.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998e; Clavain, 2009, p. 91-114; Muñoz Viñas, 2010, p. 135-149; Book and Paper Group Wiki, 2017r.

Notas complementares: Na bibliografia em inglês aparece o termo *washing* e na bibliografia em espanhol o termo é *lavado*.

banho aquoso – (3.3.4)

Outras denominações: **banho; banho de limpeza.**

banho de flutuação – tratamento de banho no qual as obras em papel são mantidas sobre a superfície da água, sem submergir, apoiadas em um suporte rígido de plástico ou acrílico.

Ver também: banho; banho de imersão. (3.3.4.2)

Notas: É uma técnica de banho caracterizada como um método passivo, durante o qual os produtos de degradação são solubilizados lentamente em contato com a água. É recomendado para documentos mais fragilizados, que não suportam um banho de imersão.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998e; Book and Paper Group Wiki, 2017r.

banho de imersão – tratamento de banho no qual as obras em papel são colocadas entre suportes flexíveis, como por exemplo as telas de nylon, e imersas de forma controlada em uma cuba contendo água. (3.3.4.1)

Ver também: banho, banho de flutuação; tela; tela de nylon.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998e; Book and Paper Group Wiki, 2017r.

banho de limpeza – (3.3.4)

Outras denominações: **banho; banho aquoso.**

bicarbonato de cálcio – produto empregado nos procedimentos aquosos de desacidificação de obras em papel, preparado a partir da dissolução de carbonato de cálcio em água com dióxido de carbono (CO₂). (4.3.1)

Ver também: desacidificação; reserva alcalina.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 202-204; Muñoz Viñas, 2014, p. 66-67; Slaibi et al, 2011, p. 138.

bicarbonato de magnésio – produto empregado nos procedimentos aquosos de desacidificação de obras em papel, preparado a partir da dissolução do hidróxido de magnésio em água com dióxido de carbono (CO₂). (4.3.2)

Ver também: desacidificação; reserva alcalina.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 67.

bisturi – instrumento cirúrgico com lâmina muito afiada utilizado em diversos procedimentos, como por exemplo, na etapa de limpeza de obras para a retirada meticulosa de sujidades incrustadas nas fibras do papel. (5.4.1)

borracha – material elástico e abrasivo, usado nos procedimentos de limpeza superficial de documentos planos e de grande porte, como os mapas. (5.4.2)

Ver também: pó de borracha; limpeza mecânica.

Notas: O uso da borracha deve ser criteriosamente avaliado. É um material abrasivo que pode apagar informações a grafite ou com tintas sensíveis ou eliminar camadas originais do papel. O seu manuseio inadequado durante a limpeza pode ocasionar alterações na superfície dos papéis, rasgos e rompimentos. Também é preciso identificar a composição da borracha com os fabricantes e evitar produtos que possam provocar degradações nos bens culturais.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 69-73; Muñoz Viñas, 2014, p. 156-157.

cadarço de algodão – material confeccionado em algodão, sem tingimento, em formato de tiras, utilizado para fechar caixas de acondicionamento ou para uma contenção imediata de livros com as capas desprendidas. (5.4.3)

câmara de umectação – equipamento que cria de forma controlada um ambiente com umidade alta, empregado para umedecer e relaxar documentos enrolados ou muito ressecados. (5.2.1)

Ver também: umidificação

Notas: Existem no mercado modelos que consistem de uma bolha de acrílico com inserção constante e controlada da umidade. Mas também é possível viabilizar uma câmara de umectação mais simples, utilizando recipientes grandes fechados com alguma fonte de umidade.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 150; Ogden, 2001d.

capela de exaustão – equipamento dotado de sistema de exaustão, que permite manipular produtos com algum nível de volatilidade e toxicidade com

maior segurança. Em conservação e restauração de obras em papel, em geral, é utilizada para a aplicação de solventes nos procedimentos de retirada de adesivos. (5.2.2)

carbonato de cálcio – produto mineral empregado como carga na fabricação de papéis alcalinos e nos procedimentos de desacidificação de papéis. (4.3.3)

Ver também: carga, desacidificação; hidróxido de cálcio; reserva alcalina.

Notas: Nos procedimentos de desacidificação por processos aquosos, o carbonato de cálcio (CaCO_3) não pode ser aplicado diretamente ao papel porque é insolúvel em água. Por isso usa-se o hidróxido de cálcio $\text{Ca}(\text{OH})_2$, o qual ao combinar-se com o dióxido de carbono do ar, forma carbonato de cálcio dentro das fibras do papel através de uma reação química denominada carbonatação.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 126; Muñoz Viñas, 2010, p. 198-199; Slaibi et al., 2011, p. 142; Muñoz Viñas, 2014, p. 81-82.

carboximetilcelulose – adesivo sintético resultante de um processo de modificação da celulose (eterificação), que tem inúmeros usos na Conservação e Restauração de obras em papel, como por exemplo, adesivo, agente de reencolagem, veículo para aplicação de solventes, na remoção de intervenções anteriores, dentre outros. (4.5.2)

Outra denominação: **carboximetilcelulose de sódio; CMC.**

Ver também: adesivo; metilcelulose

Notas: A reação de eterificação forma os éteres de celulose, nos quais os grupos hidroxilos dos carbonos, que formam a cadeia de moléculas de celulose são substituídos por outros grupos. No caso da carboximetilcelulose de sódio (CMC) os grupos hidroxilos da cadeia de celulose são substituídos por sais de sódio. Os éteres de celulosas apresentam-se em forma de grânulos finos ou pó, são inodoros e inócuos para as pessoas. Além disso, possuem características importantes para a restauração, como solubilidade em água, reversibilidade, estabilidade química, resistência ao ataque de insetos, facilidade de preparo.

Outras consultas: Baker, 1982; García, 2010.

Notas complementares: É frequente o uso dos termos carboximetilcelulose e metilcelulose como sinônimos; no entanto são produtos com formulações químicas diferentes, com características distintas em relação, por exemplo, à viscosidade e adesividade.

carboximetilcelulose de sódio – (4.5.2)

Outra denominação: **carboximetilcelulose; CMC**

cargas – substâncias minerais acrescentadas ao papel no processo de fabricação, especialmente do papel de escrita, com a finalidade de melhorar o seu acabamento e propiciar uma superfície mais lisa e branca. (1.3.1.1.4)

Notas: As cargas usadas na fabricação do papel de escrita são o carbonato de cálcio, caulim, dióxido de titânio, diatomita, cálcio.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 33-34; Muñoz Viñas, 2014, p. 83.

celulose – polímero de carboidratos encontrada nas paredes celulares de todos os vegetais. As fibras de celulose são os principais componentes do papel. (1.3.1.1.1)

Ver também: hemicelulose; lignina; papel.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 32; Muñoz Viñas, 2014, p. 89-90.

CIP – (3.1.3)

Outra denominação: **controle integrado de pragas; controle de pragas;**

clareamento – tratamento químico aplicado nas obras em papel para eliminar ou suavizar manchas, amarelecimento e escurecimento decorrente do envelhecimento. (3.3.7)

Ver também: peróxido de hidrogênio; hipoclorito de sódio; hipoclorito de cálcio.

Notas: O clareamento é um tratamento polêmico, em geral aplicado por questões estéticas, mas que resulta na degradação físico-química do papel. Existe uma ampla lista de produtos tradicionalmente empregados pelos restauradores em clareamentos, mas nem todos são viáveis ou seguros para serem utilizados nos laboratórios de restauração. Também podem ser realizados clareamentos que não utilizam produtos químicos, como com a luz solar ou artificial.

Outras consultas: Calvo, 1997, p. 42-43; Clavain, 2009, p. 112-121; Elias e D'Almeida, 2006, p. 282-283; Muñoz Viñas, 2010, p. 221-233; Book and Paper Group Wiki, 2017c.

Notas complementares: Na literatura em inglês o termo é *bleaching*.

climatização – ação de conservação preventiva para controlar a temperatura e a umidade relativa dos ambientes de guarda de acervos feitas com equipamentos, como umidificadores, desumidificadores e aparelhos ou centrais de ar condicionado. (3.1.2.1)

Ver também: controle ambiental; controle climático.

CMC – (4.5.2)

Outra denominação: **carboximetilcelulose; carboximetilcelulose de sódio.**

cola de amido – adesivo preparado através da imersão em água e posterior cozimento do amido proveniente das raízes ou grãos de alguns vegetais. Nos procedimentos de conservação e restauração de obras em papel geralmente são usados os amidos provenientes do arroz, milho e trigo. (4.5.1)

Notas: Os adesivos de amido são considerados materiais de uso tradicional, sendo conhecidos desde a Antiguidade. Em geral, apresentam estabilidade ao longo do tempo e boa capacidade adesiva. Como o amido é um polímero similar à celulose, é muito usado em conservação e restauração de obras em papel. No entanto, considera-se que em climas tropicais-úmidos seja mais suscetível aos insetos e microrganismos. Diante disso, apesar de apresentar boas qualidades como adesivo, no Brasil muitos conservadores-restauradores preferem usar os adesivos à base de celuloses modificadas.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 41-43; BOOK and Paper Group Wiki, 2017a.

colas – (4.5)

Outra denominação: **adesivos**

condutímetro – equipamento empregado para medir a condutividade elétrica da água durante os procedimentos de banho por imersão aplicados aos documentos. (5.3.1)

Notas: É usado para avaliar o nível de sais existentes, por exemplo, na água de antes e depois de cada banho. O número de banhos a serem aplicados aos documentos pode ser definido pela medição da condutividade da água.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 108.

congelamento – tratamento de desinfestação de obras contaminadas por insetos, no qual as obras são mantidas em baixíssimas temperaturas por determinado período de tempo. (3.2.3.2)

Ver também: desinfestação; desinfecção; anóxia, radiação gama.

Notas: Como não emprega produtos químicos, é considerado um tratamento que não coloca em risco a saúde de profissionais e do público das instituições. O congelamento deve seguir determinados parâmetros de tempo e temperaturas para garantir a extinção dos insetos em todas as suas fases de desenvolvimento. Após o congelamento, os materiais devem ser mantidos em locais adequados e ser monitorados, assegurando que não haja novas infestações.

Outras consultas: Ogden, 2001c, p. 13-14.

conservação (1) – denominação da área de conhecimento que abrange a conservação, a restauração e a conservação preventiva.

Notas: O termo usado para definir a área, com o sentido mais amplo, foi estabelecido pelo Comitê de Conservação do Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC).

Outras consultas: ICOM-CC, 2008a; 2008b.

Notas complementares: Na árvore de domínio o termo aparece escrito com a letra inicial maiúscula (Conservação), como forma de diferenciar do termo conservação (2).

conservação (2) – procedimentos que visam estabilizar os processos de deterioração ou degradação dos bens culturais. (3.2)

Ver também: conservação preventiva; restauração.

Notas: São exemplos de procedimentos de conservação a higienização de acervos e o acondicionamento.

Notas complementares: A terminologia definida pelo Comitê de Conservação de Conselho Internacional de Museus (ICOM-CC) propõe o uso do termo *remedial conservation*, que pode ser traduzido como *conservação curativa*. Contudo, este ainda é um termo pouco usual entre os profissionais conservadores-restauradores brasileiros.

conservação preventiva – ações e procedimentos que visam prevenir os processos de deterioração ou degradação dos bens culturais. (3.1)

Ver também: conservação (2); restauração

controle ambiental – (3.1.2)

Outra denominação: controle climático.

Ver também: climatização.

controle climático – procedimentos de conservação preventiva para controlar as condições ambientais das áreas de guarda e de exposição de bens culturais, incluindo o monitoramento e a adequação da temperatura, umidade relativa, luz e exclusão de poluentes. (3.1.2)

Outra denominação: **controle ambiental.**

Ver também: climatização.

controle de pragas – (3.1.3)

Outras denominações: **controle integrado de pragas; CIP.**

controle integrado de pragas – conjunto de ações e procedimentos de conservação preventiva que utiliza primeiramente os meios não-químicos para controlar o ataque de pragas em acervos, como o controle do ambiente, das fontes de alimentação e dos pontos de entrada das pragas no prédio e o monitoramento de vestígios de pragas e das infestações ou contaminações. (3.1.3)

Outra denominação: **controle de pragas; CIP**

Outras consultas: Ogden, 2001c, p. 7-16; Vaillant Callol, 2013.

corrosão – dano ocasionado no papel pela degradação das tintas ferrogálicas ou metaloácidas, identificado numa etapa inicial pela formação de halos em volta da escrita, que posteriormente tornam-se marrons e, em um estágio mais avançado, ocasionam a perda de suporte. (2.4.2.1)

Ver também: tinta ferrogálica; tinta metaloácida

Outras consultas: Andrade, 2000, p. 120-125; Carrasco, Hannesch e Vilela, 2006, p. 293-296; *The Iron Ink Web Site*, 2011.

danos – alterações e deformações resultantes dos processos de deterioração ou de degradação dos bens culturais, podendo ter origem química, física ou biológica. (2.4)

Notas: Os danos, em geral, podem ser observados a olho nu, sendo que a sua correta identificação depende da experiência e conhecimentos sobre os materiais constituintes e de seus processos de deterioração e de degradação. Na avaliação do estado de conservação é preciso documentar na ficha de diagnóstico todos os danos existentes em cada componente do bem cultural.

datalogger – equipamento eletrônico de monitoramento do ambiente, que coleta e registra dados de temperatura e umidade relativa do ar em intervalos programados de tempo. (5.3.2)

Ver também: termohigrômetro; termohigrógrafo; psicrômetro.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 114.

deionizador – equipamento que realiza o processo de deionização, no qual os sais minerais presentes na água comum são removidos ao passarem por colunas contendo resinas de trocas iônicas. (5.2.3)

Ver também: água deionizada.

desacidificação – tratamento químico realizado com a aplicação de produtos que neutralizam a acidez do papel e inserem uma carga alcalina entre as fibras. (3.3.5)

Ver também: acidez; reserva alcalina, carbonato de cálcio; hidróxido de cálcio.

Notas: A reserva alcalina inserida entre as fibras funciona como uma substância tampão, que protege o papel dos processos de degradação ácida da celulose. A desacidificação não reverte a deterioração já produzida pelo processo de acidez. Pode ser aplicada preventivamente para evitar futuras deteriorações, mesmo em papéis que ainda não tenham os sinais visíveis de degradação. Ainda que seja considerado um tratamento benéfico ao papel, sua aplicação deve ser avaliada cuidadosamente, uma vez que existe o risco de alteração das cores das tintas, escurecimento dos papéis com altos níveis de lignina e deterioração química da celulose por hidrólise alcalina. O tratamento de desacidificação individual de documentos faz parte dos tratamentos aquosos, sendo realizado junto com os banhos e a reencolagem. Também podem ser realizados tratamentos de desacidificação não aquosos, com a aplicação de produtos vendidos comercialmente, como por exemplo, o *Wei T'o®*.

Outras consultas: Silva et al., 2006; Silva et al., 2009; BOOK and Paper Group Wiki, 2017b.

descoloração – dano que resulta na perda ou alteração da cor, tanto do papel como das tintas. (2.4.1.4)

Notas: Pode ser ocasionado por diversos fatores como a exposição à luz, produtos químicos, ação de fungos, dentre outros.

Outras consultas: Book and Paper Group Wiki, 2017e.

desinfecção – tratamento aplicado em obras para eliminar ou controlar microrganismos, como fungos e bactérias. Os tratamentos podem ser pontuais, com o uso de fungicidas, ou na obra como um todo, como a anóxia e a aplicação de raios gama. (3.2.4)

Ver também: desinfestação; anóxia; congelamento; radiação gama.

Outras consultas: Ogden, 2001e; Price, 2001.

Notas complementares: Os termos *desinfecção* e *desinfestação* frequentemente são empregados como sinônimos, no entanto, possuem significados distintos e específicos. O primeiro é associado à eliminação de microrganismo, e o segundo, ao extermínio de insetos.

desinfestação – tratamentos aplicados em acervos para erradicar infestações de pragas, como por exemplo, as térmitas. (3.2.3)

Ver também: desinfecção; anóxia; congelamento; radiação gama.

Outras consultas: Valentin; Preusser, 2001.

Notas complementares: Os termos *desinfecção* e *desinfestação* frequentemente são empregados como sinônimos, no entanto, possuem significados distintos e específicos. O primeiro é associado à eliminação de microrganismo, e o segundo, ao extermínio de insetos.

diagnóstico – observação, análise e registro para identificar o estado de conservação de um acervo como um todo (conservação preventiva) ou de um objeto específico (conservação e restauração). (3.1.1)

Notas: O diagnóstico é uma etapa fundamental da metodologia de conservação e restauração, a partir da qual são definidas as prioridades, ações e tratamentos a serem realizados nos acervos ou nos bens culturais.

dissociação – agente de deterioração caracterizado pela tendência natural dos sistemas organizados a se desorganizarem ao longo do tempo, provocando a perda de informações, dos objetos e da capacidade de recuperar e associar os objetos com a informação. (2.3.1.10)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Waller e Cato, 2009.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *dissociação*: *dissociation* (In); *dissociation* (Fr); *disociación* (Es).

dobradeira – (5.4.4.1)

Outra denominação: **espátula de osso**

dobras – dano caracterizado pela deformação da superfície do papel, em geral decorrente de manuseio ou acondicionamento inadequado, que ocasiona o rompimento ou deformação das fibras de celulose, criando uma área de fragilidade no documento. (2.4.1.5)

documentação – conjunto de informações registradas sobre um bem cultural ou acervo, indicando o estado de conservação, os resultados das investigações históricas, de análises científicas e testes, os tratamentos propostos e realizados, os produtos e técnicas utilizadas, etc. (2.5)

Ver também: ficha de diagnóstico; documentação fotográfica; relatórios.

Notas: A documentação é etapa obrigatória na rotina de trabalho, fazendo parte das obrigações éticas e legais da profissão do conservador-restaurador. Inclui uma variada tipologia de documentos, como por exemplo, ficha de diagnóstico, documentação fotográfica, gráficos, resultados de exames, relatórios finais, dentre outros.

Outras consultas: Código de Ética do Conservador-Restaurador, 2005; AIC Wiki, 2017.

documentação fotográfica – registro fotográfico que faz parte da documentação de conservação e restauração, realizado para documentar visualmente as características da obra antes e depois de intervenções, assim como as etapas dos tratamentos realizados. (2.5.2)

Ver também: documentação; ficha de diagnóstico.

Notas: Em geral a documentação fotográfica está inserida ou vinculada à ficha de diagnóstico.

Outras consultas: Código de Ética do Conservador-Restaurador, 2005; AIC Wiki, 2017.

enxerto – procedimento de reintegração manual, que consiste na adição de um papel novo nas áreas faltantes de um documento. (3.3.12.1)

Notas: O novo material, que pode ser o papel japonês ou um papel artesanal, é recortado na forma a mais exata possível da área faltante, colado e justaposto a partir de uma sobreposição milimétrica sobre o documento original. O resultado adequado e satisfatório depende do uso do papel de enxerto similar à espessura, cor e orientação das fibras do papel original. Na reconstituição de capas de livros também podem ser feitos enxertos de couro.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 175-193; Book and Paper Group Wiki, 2017g.

EPI – (5.1)

Outra denominação: **equipamento de proteção individual**

equipamento de proteção individual – dispositivos de uso individual destinados à proteção contra possíveis riscos à saúde e segurança do trabalhador. (5.1)

Notas: O uso de EPIs é obrigatório nos procedimentos que colocam em risco a saúde do profissional, como no uso de solventes, durante a higienização ou no manuseio de materiais contaminados, por exemplo, com fungos. Em conservação e restauração de obras em papel os EPIs geralmente usados são as máscaras, luvas, jalecos, óculos e toucas.

Outra denominação: **EPI.**

escurecimento – dano caracterizado pela alteração da cor do papel, em geral resultado do acúmulo de sujidades ou pelo processo avançado de acidez. (2.4.1.6)

esmaecimento – dano ocasionado pela alteração nos pigmentos das tintas, que resulta na perda de cor e diminuição da legibilidade da escrita nos documentos. (2.4.2.2)

espátulas – ferramentas empregadas na execução de inúmeros procedimentos de conservação e restauração. Existem vários tipos de espátulas, as mais comuns as de inox originalmente usadas em procedimentos odontológicos, podendo ser também de osso, bambu e teflon. (5.4.4)

Ver também: espátula de osso; dobradeira.

espátula de osso – ferramenta feita de osso de boi, muito utilizada em conservação e restauração de papel e na encadernação, para, por exemplo, alisar vincos, uniformizar a superfície de um enxerto e vincar o papel na produção de embalagens para acondicionamento. (5.4.4.1)

Outra denominação: **dobreira.**

Ver também: espátulas.

espátula térmica – instrumento com ponteiros metálicas ou em formato de pequeno ferro de passar, aquecida por uma resistência elétrica, que permite aplicar calor em pequenas áreas dos papel. (5.3.3)

Notas: A espátula térmica é usada para acelerar a secagem de adesivos à base de água, fazer planificações de áreas pequenas, amolecer e auxiliar na retirada de adesivos envelhecidos. Alguns modelos possuem termostato, o que permite maior controle da temperatura aplicada nas superfícies em tratamento.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 133-134.

estado de conservação – conjunto de informações que permitem descrever, identificar e avaliar o estado de integridade física em que se encontra um bem cultural, em um determinado momento e em uma situação concreta. (2.1)

etanol – substância líquida, incolor, volátil e inflamável, com várias aplicações em conservação e restauração de obras em papel. (4.1.1)

Outra denominação: **álcool etílico.**

Notas: São exemplos do uso do etanol: acelerar o processo de umidificação e aumentar a capacidade de penetração da água nas fibras de celulose; reduzir a tensão superficial da água dos banhos; como solvente, inclusive misturados a outros solventes, como a água e acetona; como fungicida, aplicado pontualmente nas superfícies atacadas por fungos; na limpeza dos locais de guarda e mobiliário. Por sua ação como solvente, deve ser testado previamente aos tratamentos para avaliar a resistência das tintas e pigmentos.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 37.

Notas complementares: É frequente o uso do termo genérico *álcool*, ainda que o mais usado em conservação e restauração seja especificamente o álcool etílico ou etanol.

exame com lentes de aumento – exame visual realizado sobre a superfície do documento com o auxílio de equipamentos com lentes de aumento, como lupas, conta-fios e estereomicroscópios, para observar características, detalhes e danos que o olho humano não visualiza. (2.6.1.2)

Ver também: exames visuais.

Outras consultas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 1998a, p. 12 e 24.

exame com luz normal – exame visual realizado sobre a superfície do documento com uma fonte de luz, natural ou artificial, com intensidade e distribuição regular, para identificar características, detalhes e danos. (2.6.1.3)

Ver também: exames visuais.

Notas: Em geral o exame com luz normal está associado ao registro fotográfico.

Outras consultas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 1998a, p. 23.

exame com luz rasante – exame visual realizado com uma fonte de luz colocada em um ângulo baixo, na lateral do documento, projetando sombras que permitem melhor visualizar a textura, relevo, irregularidades e deformações do papel. (2.6.1.4)

Ver também: exames visuais.

Notas: Em geral o exame com luz rasante está associado ao registro fotográfico (fotografia com luz rasante).

Outras consultas: Calvo, 1997, p. 102; Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998a, p. 23.

exame com luz transmitida – exame visual realizado com uma fonte de luz por trás do documento, como por exemplo a mesa de luz, que atravessa o papel e permite visualizar o método de manufatura, variações de espessura e de opacidade, marcas d'água, dentre outras características. (2.6.1 5)

Ver também: exames visuais.

Notas: Em geral o exame com luz transmitida está associado ao registro fotográfico (fotografia com luz transmitida).

Outras consultas: Calvo, 1997, p. 102; Biblioteca Nacional de Venezuela, 1998a, p. 23-24.

exames visuais – métodos de exames que utilizam uma variedade de fontes e técnicas de iluminação para realizar a observação direta ou ampliada do papel em um nível superficial ou dos estratos internos e dos meios de registro da informação. Permitem identificar características de manufatura, danos e alterações existentes no documento. (2.6.1)

Ver também: exame com luz normal, exame com luz rasante; exame com luz transmitida; observação direta; exame com lentes de aumento.

Notas: Os exames visuais, em geral, são realizados junto com o registro fotográfico do documento.

Outras consultas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 1998a.; Book and Paper Group Wiki, 2017q

ficha de diagnóstico – ficha que faz parte da documentação de conservação e restauração, com a finalidade de registrar e documentar para usos futuros as características físicas, condições de conservação, resultados de testes e exames, assim como todos os procedimentos propostos e realizados em cada bem cultural. (2.5.1)

Ver também: documentação; documentação fotográfica.

Notas: As fichas de diagnóstico são elaboradas e adaptadas para as necessidades de cada instituição ou acervo. Pode ter um formato de *checklist*, onde os campos com informações são previamente definidos e estandardizados, a partir das características do acervo ou da tipologia do bem cultural, ou ter um formato descritivo, o que permite uma descrição mais detalhada de cada bem cultural. Em geral recomenda-se que constem os seguintes tópicos nas fichas de diagnóstico: 1) identificação da obra; 2) características físicas; 3) estado de conservação; 4) identificação dos danos e processos de deterioração e de degradação; 5) resultados de testes e exames; 6) tratamentos propostos e realizados, incluindo os materiais empregados; 6) registro fotográfico; 7) identificação do técnico e data de preenchimento. Atualmente, as fichas de diagnóstico tender a ser informatizadas, criando-se banco de dados com informações sobre as obras e acervos.

Outras consultas: AIC Wiki, 2017.

filme de poliéster – película plástica transparente e flexível, empregada no acondicionamento de livros e documentos, como sobrecapas de livros, jaquetas para alguns tipos de fotografias, encapsulamento de documentos, especialmente os de grande porte, como mapas. (5.4.5)

Notas: Fornecedores de produtos importados vendem o filme de poliéster com os nomes comerciais de Mylar® e Melinex®. No Brasil o fabricante é a Terphane®. Um dos tipos mais

comuns de embalagens com o filme de poliéster é o encapsulamento, feito com uma seladora ou com o uso de fita dupla face para fechar o invólucro.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 246; Slaibi et al., 2011, p. 258.

fogo – agente de deterioração relacionado à ação do fogo, que pode provocar danos severos ou perda total do edifício, das coleções e das rotinas e serviços desenvolvidos pela instituição. Pode ocasionar ainda o risco de morte das pessoas. (2.3.1.3)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Stewart, 2009.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *fogo*: *fire* (en); *incendie* (fr); *fuego* (es).

forças físicas – agente de deterioração caracterizado por qualquer tipo de força que se aplique ao bem cultural e que possa ocasionar compressões, punções, amassados, quebras, rachaduras, lascas, arranhões ou abrasões. Os danos podem ser decorrentes dos seguintes efeitos: impacto, choque, vibração, pressão e abrasão. (2.3.1.1)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Stewart, 2009.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *forças físicas*: *physical forces* (en); *forces physiques* (fr); *fuerzas físicas* (es).

fotômetro – instrumento que mede a intensidade de uma fonte de luz através de parâmetros fotográficos, usado para identificar a incidência da luz nos locais de guarda ou exposição de acervos. (5.3.4)

Ver também: luxímetro.

Notas: O fotômetro faz uma leitura em *footcandle*, medida que equivale a 11 lux (cada lux corresponde a 1 lúmen por metro quadrado).

foxing – dano ocasionado por manchas pontuais de cor marrom que se espalham pela superfície do papel. (2.4.1.7)

Notas: Não existe estudo conclusivo sobre a origem do *foxing*, mas pode estar relacionada a múltiplas causas, como a ação de microrganismos, substâncias presentes na manufatura do papel e ação da umidade.

Outras consultas: Calvo, 1997, p. 103; Muñoz Viñas, 2010, p. 99-101; Book and Paper Group Wiki, 2017h.

gramatura – propriedade do papel que define o peso em gramas de um metro quadrado de papel (g/m²). (1.3.1.1.3.1)

Notas: A gramatura de uma folha de papel é obtida com a fórmula $G = (\text{peso do papel em gramas}) / \text{dividida pela sua área em m}^2$.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 29-31.

hemicelulose – substância componente das paredes dos vegetais, muito similar à celulose, porém suas estruturas moleculares são menores por possuírem menor grau de polimerização. (1.3.1.1.1.2)

Ver também: celulose; lignina.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 89-90.

hidrólise ácida – reação química na qual ocorre a quebra das ligações das moléculas em presença de água, catalisada em meio ácido e que resulta em um processo de degradação do papel. (2.2.2)

Ver também: acidez; processos de degradação.

Notas: A hidrólise ácida é um dos principais processos de degradação das cadeias de celulose.

hidróxido de cálcio – produto empregado nos procedimentos aquosos de desacidificação de papel. (4.3.4)

Ver também: carbonato de cálcio; desacidificação.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 166-167; Muñoz Viñas, 2010, p. 198-201.

higienização – procedimento de limpeza realizado em obras, acervos ou nos ambientes de guarda de acervos para a retirada de componentes que comprometem a conservação dos bens culturais. (3.2.1)

Outra denominação: **limpeza (1)**

Ver também: limpeza; limpeza mecânica.

Outras consultas: Cassares, 2000, p. 26-33.

Notas complementares: Os termos *higienização* e *limpeza* são usados frequentemente como sinônimos e podem referir-se ao procedimento realizados tanto nos ambientes, nos acervos ou especificamente em cada obra. No entanto, em relação às obras, o termo *higienização* é o mais usado para o procedimento de limpar um livro ou documento, folha a folha, com uma trincha macia, na mesa de higienização.

hipoclorito de cálcio – produto utilizado como agente branqueador nos tratamentos de clareamento de papel. (4.2.1)

Ver também: clareamento.

Outras consultas: Elias e D'Almeida, 2006; Muñoz Viñas, 2014, p. 168-169.

hipoclorito de sódio – produto utilizado como agente branqueador nos tratamentos de clareamento de papel. (4.2.2)

Ver também: clareamento.

Outras consultas: Calvo, 1997, p. 115; Elias e D'Almeida, 2006; Muñoz Viñas, 2014, p. 169.; Slaibi et al., 2011, 172.

irradiação por raios gama – técnica de desinfestação ou desinfecção de acervos que emprega radiações ionizantes de natureza eletromagnética de alta frequência. (3.2.3.3)

Notas: As radiações gama possuem elevada energia e podem penetrar a matéria em profundidade. Por ser uma radiação eletromagnética, apresentam a vantagem de não deixar resíduos nos materiais irradiados e de não os transformarem em materiais radioativos. No entanto, ainda são realizadas investigações sobre os efeitos da aplicação de radiações nos materiais, especialmente, sobre a quantidade de radiação necessária para cada material a ser tratado.

Outras consultas: Rela et al., 2007; Calvo e Miranda, 2016.

laminação – procedimento de consolidação de obras em papel no qual adere-se ao documento, em uma ou nas duas faces, um reforço fino e transparente. (3.3.11)

Outra denominação: **velatura**.

Notas: Tradicionalmente já foram usados vários materiais como reforço e diferentes tipos de adesivos, que, ao longo do tempo, apresentaram problemas. Atualmente a laminação é feita com papéis japoneses e adesivos reversíveis. Também pode ser realizada com papéis japoneses impregnados com adesivos termofusíveis, que são ativados com o calor de espátula térmica ou na mesa térmica. Por ser um tipo de intervenção bastante invasiva, a laminação somente deve ser feita em documentos cujo estado extremo de fragilidade impede o seu manuseio e consulta.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 183-192; Muñoz Viñas, 2010, p. 211-219; Book and Paper Group, 2017l.

lignina – substância componente das paredes dos vegetais que confere rigidez às plantas. É encontrada em abundância nas madeiras, principal fonte de celulose para a fabricação do papel moderno. (1.3.1.1.1.3)

Ver também: celulose; hemicelulose; acidez.

Notas: A presença de resíduos de lignina é uma das principais causas de degradação do papel no processo de acidez. A degradação da lignina gera componentes ácidos, que por sua vez degradam a celulose. Quando exposta à luz a lignina forma substâncias cromóforas, que tornam o papel amarelado.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 190.

limpeza (1) – (3.2.1)

Outra denominação: **higienização**

limpeza (2) – procedimento para remover as sujidades e componentes que comprometam a conservação e integridade da obra em papel. (3.3.1)

Ver também: higienização, sujidades, limpeza mecânica, banho.

Notas: Dentre os tipos de limpeza possíveis em obras de papel, pode-se citar os métodos realizados a seco, com o uso de borracha, ou os aquosos, como os banhos.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998c; Clavain, 2009, p. 62-80; Book and Paper Group Wiki, 2017q.

Notas complementares: Também é usado como sinônimo de *higienização*. Cf. as notas complementares de *higienização*.

limpeza mecânica – procedimento realizado a seco para retirar sujidades depositadas ou incrustadas nos bens culturais e que possam comprometer a sua conservação ou sua integridade original. (3.3.1.1)

Ver também: higienização; limpeza; bisturi; trinchas, pó de borracha.

Notas: Na limpeza mecânica, são utilizadas trinchas macias, bisturi, borracha e pó de borracha e aspirador. É um procedimento delicado que exige avaliação criteriosa sobre os materiais constituintes do bem cultural e domínio das técnicas a serem aplicadas.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998c; Clavain, 2009, p. 62-80; Book and Paper Group, 2017q.

lupas – instrumento ótico constituído de uma lente que amplia as imagens e permite examinar com minúcia e precisão as obras em tratamento. (5.3.5)

Ver Também: exames visuais.

Notas: são exemplos de lupas usadas no exame de obras em papel as lupas simples, contafios, lupas de mesa com iluminação e as lupas binoculares.

luxímetro – equipamento que mede a intensidade de luz visível (lúmen) que incide em uma superfície, usado para identificar e monitorar a incidência da luz nos locais de guarda ou exposição de acervos. (5.3.6)

Ver também: fotômetro.

Notas: O luxímetro faz uma leitura em lux, que corresponde a 1 lúmen por metro quadrado.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 191.

luz visível, ultravioleta e infravermelho – agentes de deterioração que ocasionam danos aos bens culturais que apresentem sensibilidade à ação da luz visível, radiações ultravioleta (UV) e infravermelha (IV); podem ocasionar, por exemplo, perda ou alteração da cor, perda da coesão e desintegração. (2.3.1.7)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Michalski, 2009c.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *luz visível, ultravioleta e infravermelho*: *light, ultraviolet and infrared* (en); *lumière, ultraviolet et infrarouge* (fr); *luz visible, radiación ultravioleta e infrarroja* (es).

manchas – dano que se manifesta pela alteração da cor original em determinadas áreas dos documentos, ocasionada por elementos externos ao papel. (2.4.1.8)

Ver também: mancha de adesivo; mancha d'água; mancha de cola

Notas: o termo *manchas* é genérico e, por isto, em um diagnóstico, é preciso especificar a sua causa, indicando se é resultado da ação de fungos, de adesivos degradados, de objetos enferrujados (grampos, cliques), dejetos de insetos, resíduos de tintas, óleos e gorduras, dentre tantas outras possibilidades.

mancha d'água – dano ocasionado pelo contato do papel com água ou com umidade, que arrasta substâncias solúveis e produtos de degradação por

capilaridade, ocasionando uma mancha escura, delimitada por uma linha irregular. (2.4.1.8.1)

mancha de adesivo – dano ocasionado pela degradação de materiais colados aos documentos, como por exemplo, as fitas adesivas, que resultam em manchas escuras de difícil remoção. (2.4.1.8.2)

Outra denominação: **mancha de cola.**

mancha de cola – (2.4.1.9.2)

Outra denominação: **mancha de adesivo.**

manuseio – procedimentos que garantem a segurança e integridade do bem cultural ao ser movimentado, analisado ou utilizado, para consulta, exposição ou tratamento. (3.1.6)

Notas: Como ação de conservação o manuseio correto inclui o treinamento dos técnicos, uso de equipamentos que ajudam na movimentação e estabilização do objeto, acondicionamento adequado e orientações aos usuários sobre como consultar as obras.

Outras consultas: Ogden, 2001, p. 7-43.

Notas complementares: O manuseio também pode ser inadequado, quando a movimentação e consulta das obras forem feitas de maneira indevida ou descuidada, sendo então a causa de inúmeros danos e riscos aos acervos.

máquina obturadora de papel – equipamento usado para fazer a reintegração mecânica de documentos com perda do suporte. Consiste basicamente de um sistema de dois tanques, que ao se encherem e esvaziarem, reproduzem o processo de fabricação do papel, preenchendo as áreas de perdas de suporte dos documentos com a polpa de celulose suspensa na água. (5.2.4)

Outras denominações: **MOP; máquina reintegradora de papel.**

Ver também: reintegração mecânica.

máquina reintegradora de papel – (5.2.4)

Outra denominação: **máquina obturadora de papel; MOP.**

medição de pH – teste prévio realizado para avaliar se o pH do papel é ácido, neutro ou alcalino. (2.6.2.2)

Outra denominação: **teste de pH.**

Ver também: pH; pHmetro.

Notas - As normas Tappi 428 e 509 para a medição de pH de papel indicam a imersão de pequenos pedaços do papel em água para realizar a leitura do pH da solução. Como este procedimento não pode ser aplicado em documentos por ser um exame destrutivo, em conservação e restauração de obras em papel são feitas medições com o pHmetro de superfície ou com as tiras de pH, ainda que os seus resultados não sejam exatos. Para testes em outros papéis, como por exemplo, os papéis para o acondicionamento, são usados os vários modelos de pHmetro, como o de bancada, portátil, de bolso ou digital, para medir o pH

da solução. A medição de pH também pode ser feita na água usada nos procedimentos de banho, para avaliar pH no início e no final de cada banho.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 26.

mesa de higienização – equipamento utilizado nos procedimentos de higienização de livros, documentos e obras de arte em papel. Constitui-se de uma câmara, onde o técnico realiza a limpeza mecânica, acoplada a um sistema de sucção com filtros, para coletar as sujidades. (5.2.5)

Notas: As mesas de higienização são fundamentais para proteger o técnico que realiza a higienização de livros e documentos e para evitar que os resíduos se dispersem no ambiente. No mercado brasileiro existem mesas de higienização para um ou mais operadores, com filtro de água ou de tecido poliéster, e com rodízios, o que permite movimentar a mesa e realizar a higienização dentro das áreas de guarda dos acervos.

mesa de luz – equipamento contendo uma caixa com uma fonte de luz fluorescente fechada por uma placa de vidro ou de acrílico translúcido. Pode ser usada nos exames de luz transmitida e para realizar as reintegrações manuais. (5.2.6)

Ver também: exame de luz transmitida.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 291.

mesa de sucção – equipamento contendo uma placa de alumínio com perfurações acoplada a um sistema de sucção. Ao ser ligada cria-se um vácuo que mantém a obra fixa e em posição plana. (5.2.7)

Outra denominação: **mesa de vácuo.**

Notas: Podem ser realizados tratamentos pontuais na mesa de sucção como, por exemplo, a redução de manchas, uma vez que a sucção reduz a chance de que os produtos empregados se espalhem pela superfície do documento.

mesa de vácuo – (5.2.7)

Outra denominação: **mesa de sucção.**

metilcelulose – produto sintético resultante de um processo de modificação da celulose (eterificação), que tem inúmeros usos como, por exemplo, adesivo, agente de reencolagem e veículo para aplicação de solventes, na remoção de intervenções anteriores, dentre outros. (4.5.3)

Outra denominação: **tylose®.**

Ver também: adesivo; carboximetilcelulose.

Notas: A reação de eterificação forma os éteres de celulose, nos quais os grupos hidroxilos dos carbonos, que formam a cadeia de moléculas de celulose, são substituídos por outros grupos. No caso da metilcelulose os grupos hidroxilos são substituídos por grupos metil. Os éteres de celuloses apresentam-se em forma de grânulos finos ou pó, são inodoros e inócuos para as pessoas. Além disso, possuem características importantes para a restauração, como solubilidade em água, reversibilidade, estabilidade química, resistência ao ataque de insetos, facilidade de preparo.

Outras consultas: Baker, 1982; Calvo, 1997, p. 144; García, 2010; Muñoz Viñas, 2014, p.136-139 e 202-203; Slaibi et al., 2011, p. 64.

Notas complementares: É frequente o uso dos termos metilcelulose e carboximetilcelulose como sinônimos; no entanto são produtos com formulações químicas diferentes, com características distintas em relação, por exemplo, à viscosidade e adesividade.

migração da acidez – dano ocasionado pelo contato direto do bem cultural com um papel ou cartão ácido, ocorrendo a transferência da acidez de um para outro. (2.4.1.9)

Ver também: acidez; hidrólise ácida.

migração da tinta – dano ocasionado pela transferência da tinta para o verso da folha de um documento ou para outra superfície.(2.4.2.3)

Ver também: tinta ferrogálica; tinta metaloácida; oxidação

Notas: Especificamente em relação à tinta ferrogálica (tinta metaloácida), a observação de migração para o verso é empregada para avaliar o seu nível de degradação.

MOP – (5.2.4)

Outras denominações: **máquina obturadora de papel; máquina reintegradora de papel.**

observação direta – exame visual do documento usando apenas o olho humano e uma fonte de luz visível. (2.6.1.1)

Ver também: exames visuais.

Notas: A observação direta é o exame inicial e precede os exames posteriores com uso de equipamentos. Permite identificar características do documento, como a estrutura e cor do papel, indicativos da idade, danos, restaurações anteriores, marcas de exibição e de armazenamento, etc.

Outras consultas: Biblioteca Nacional de Venezuela, 1998a.

obturação – técnica de reintegração manual que consiste na adição de polpa de papel em pequenas áreas de perda do suporte original. (3.3.12.2)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 175-193; Book and Paper Group Wiki, 2017g.

ondulações – dano físico de alteração da superfície do papel, no qual uma grande área ou várias áreas menores formam ondas. (2.4.1.10)

Notas: Em geral, as ondulações são ocasionadas por condições inadequadas de acondicionamento e de variações das condições ambientais, especialmente da umidade.

oxidação – reação química das substâncias ou materiais. Nas obras em papel, desencadeia um processo de degradação do papel ou das tintas. (2.2.3)

Ver também: processos de degradação.

Notas: No papel, a oxidação está associada ao processo de envelhecimento da celulose, convertendo-a em oxixelulose, um processo irreversível. As tintas metaloácidas, que em sua composição possuem elementos metálicos como, por exemplo o Ferro, são extremamente suscetíveis aos processos de oxidação.

Outras consultas: Calvo, 1997, p. 161-162.; Figueiredo Jr., 2012, p. 94-96.

papel – material laminar formado por fibras de celulose entrelaçadas, que dentre seus inúmeros usos, destaca-se como o principal suporte para a escrita. (1.3.1.1)

Ver também: suporte; papiro; pergaminho; celulose; papel de trapo; papel moderno.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 23-35.

papel de trapo – papel fabricado artesanalmente no mundo Ocidental até meados do século XIX, cuja fonte de celulose eram os tecidos de algodão, cânhamos e linho. (1.3.1.1.2.2.1)

Ver também: suporte; papel; papel moderno.

Notas: Em geral, os livros e documentos feitos com papel de trapo apresentam maior durabilidade e longevidade, especialmente quando comparados com os papéis modernos. Isso é resultado do processo de fabricação tradicional, que usava produtos alcalinos, assim como da qualidade da celulose proveniente do linho, algodão e cânhamo.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 48-49.

papel japonês – papel de fabricação japonesa, tradicionalmente feito a partir das fibras de arbustos (koso, mitsumata e gampi), muito usado na conservação e restauração de obras em papel por suas características e qualidades, como a transparência e resistência. (5.4.6)

Outra denominação: **washi**.

Outras consultas: Bojanoski, 2010; Muñoz Viñas, 2014, p. 226-227.

papel mata-borrão – papel com pouca encolagem e com alta capacidade de absorção de líquidos. (5.4.7)

Notas: É um material muito utilizado em vários procedimentos de conservação e restauração de obras em papel como, por exemplo, nas etapas de secagem e planificação, quando o documento é colocado entre telas de nylon e folhas de papel mata-borrão, sob pressão controlada.

papel moderno – papel fabricado por processos industriais a partir de meados do século XIX, cuja fonte de celulose é a madeira. (1.3.1.1.2.2.2)

Ver também: suporte; papiro; pergaminho; celulose; papel de trapo.

papiro – suporte de escrita produzido a partir da planta denominada papiro, que nasce às margens do Rio Nilo. Na sua produção as lâminas finas do caule da planta são dispostas umas sobre as outras, prensadas e colocadas para secar, formando uma folha. Foi o suporte de escrita mais importante na Antiguidade, sendo substituído pelo pergaminho e posteriormente, pelo papel. (1.3.1.2)

Ver também: suporte; papel; pergaminho.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 35-38.

pequenos reparos – procedimentos de conservação, com o objetivo de resolver danos iniciais e manter o acervo em uso, como, por exemplo, colar um rasgo ou costurar um caderno solto de um livro. (3.2.4)

Notas: É um procedimento geralmente realizado em obras dos acervos bibliográficos e arquivísticos correntes, ou seja, que não possuem valor de obra rara.

Outras consultas: Milevski, 2001.

perda de suporte – dano caracterizado pela perda de áreas do papel, que podem ser decorrentes de manuseio inadequado, ação de insetos e outros animais, reação das tintas ferrogálicas, dentre outras causas. (2.4.1.11)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 103-106.

perfuração – dano físico que resulta em perda de suporte de pequenas áreas circulares, em geral decorrente do ataque de insetos. (2.4.1.12)

Notas: Frequentemente, as perfurações são resultado do ataque de insetos, especialmente os *anóbios* (brocas) que atravessam o miolo dos livros, formando túneis.

pergaminho – suporte de escrita produzido a partir da pele de animais, que passa por um processo alcalino de limpeza, estiramento e secagem. Foi o principal suporte de escrita na Antiguidade ocidental, mas especialmente na Idade Média, convivendo em um período com o papiro e sendo posteriormente substituído pelo papel. Também é encontrado nos acervos como revestimento das encadernações. (1.3.1.3)

Ver também: suporte; papiro; pergaminho; celulose; papel de trapo; papel moderno.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 38-41.

peróxido de hidrogênio – produto utilizado como agente branqueador nos tratamentos de clareamento de papel. (4.2.3)

Outra denominação: água oxigenada.

Ver também: clareamento.

Notas: Diluído em água, o peróxido de hidrogênio tem o poder de oxidação por possuir na sua formulação grande quantidade de oxigênio. Em papel e tecidos, é usado em concentrações baixas em um banho para clareamento. Como atua com um efeito oxidante, tende a deteriorar a celulose, devendo ser usado com cautela.

Outras consultas: Slaibi et al., 2011, p. 179; Muñoz Viñas, 2014, p. 35; Calvo, 1997, p. 17; Elias e D'Almeida, 2006. p. 282-288.

pH – medida que indica a concentração dos íons hidroxônio (potencial hidrogeônico) em uma solução aquosa, numa escala de 0 (ácidos fortes) a 14 (álcalis fortes), onde o 7 é neutro. (2.6.2.2.1)

Ver também: medição de pH, teste de pH; pHmetro.

pHmetro – equipamento utilizado para medir o potencial hidrogeônico (pH), que indica o grau de acidez ou alcalinidade de uma solução. (5.3.7)

pincéis – instrumento formado por um cabo e tufo de cerdas, que podem ser naturais ou sintéticas, utilizados em inúmeros procedimentos. Podem ser usados nas etapas de higienização, para espalhar uniformemente os adesivos,

realizar a reintegração pictórica de um enxerto, aplicar pontualmente os solventes. (5.4.8)

Notas: Existem no mercado muitos modelos e tipos de pincéis. É preciso observar quais são os pincéis mais adequados para cada procedimento. A limpeza e a guarda correta, após o uso, são fundamentais para garantir a sua longevidade e boas condições de uso.

planificação – procedimento realizado para eliminar ondulações e deformações do papel, geralmente realizado junto com a umidificação. (3.3.10)

Ver também: umidificação; secagem.

Notas: O procedimento pode ser feito por pressão (entre telas de nylon, papel mata-borrão, placas e pesos, por exemplo) ou por tensão (empregando técnicas em que as bordas do documento são presas em uma superfície).

Outras consultas: Ogden, 2001d, p. 7-9; Muñoz Viñas, 2010, p. 155-169; Book and Paper Group Wiki, 2017f.

Notas complementares: o termo *aplanamento* pode ser alternativo para *planificação*, por ter um sentido mais correto na língua portuguesa. Contudo, ainda é pouco adotado pelos profissionais e deve ser melhor discutido.

pó de borracha – produto feito com a borracha branca plástica triturada ou ralada, usado na limpeza das superfícies dos documentos. (5.4.9)

Ver também: borracha; limpeza mecânica.

Notas: Cf. as Notas sobre o termo *borracha*. O uso do pó de borracha deve ser criteriosamente avaliado, considerando seu efeito abrasivo e especialmente, o problema dos resíduos que ficam entre as fibras do papel. Em geral é usada na limpeza de capas de livros e em documentos de grande porte como, por exemplo, os mapas. Não é recomendado o seu uso nas folhas de livros porque pode se depositar entre as costuras, sendo difícil remover os resíduos que se depositam entre os cadernos.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998c, p. 21-23.

poluentes – agente de deterioração relacionado às substâncias presentes nos ambientes e que apresentam efeitos adversos aos bens culturais. Podem ser de origem natural ou de atividades humana e apresentarem-se como gases, aerossóis, líquidos ou sólidos. Os poluentes podem ser transportados pelo ar, transferido entre os materiais que estejam em contato, existir como parte do material que compõe o objeto, ou ainda podem se formar durante reações químicas intrínsecas. (2.3.1.6)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Tétreault, 2009.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *poluentes*: *pollutants* (en); *polluants* (fr); *contaminantes* (es).

pragas – agente de deterioração relacionado aos organismos vivos capazes de deformar, danificar e destruir os bens culturais. Os maiores riscos, em geral, estão associados a algumas espécies de microrganismos, de insetos e roedores. No entanto, em algumas situações específicas, outras espécies, como morcegos, aves, dentre outros, também podem ocasionar problemas aos acervos. (2.3.1.5)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Strang e Kigaw, 2009.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *pragas*: *pests* (en); *ravageurs* (fr); *plagas* (es).

prensa – equipamento empregado em etapas de tratamentos que exigem algum tipo de pressão sobre o papel, como por exemplo, a planificação ou secagem. (5.2.8)

Notas: Existem vários tipos de prensas, mas o mais usual nos laboratórios de conservação e restauração são as prensas manuais, feitas de duas superfícies planas de ferro, sendo uma delas presa a uma rosca vertical, que permite dosar a pressão necessária para cada tipo de tratamento ou condições e características dos documentos.

processos de degradação – processos que ocasionam alterações e destruição dos bens culturais, afetando a natureza dos seus materiais constituintes, relacionados a fatores químicos, biológicos, térmicos etc., a partir de uma ou múltiplas causas. (2.2)

Ver também: processos de deterioração.

Notas complementares: Observa-se que frequentemente os termos *processo de degradação* e *processo de deterioração* são usados como sinônimos. No entanto, são termos com significados distintos. São exemplos de degradação do papel os processos de oxidação e de hidrólise ácida.

processos de deterioração – processos que ocasionam alterações e destruição dos bens culturais, afetando o estado físico, estrutural e funcional dos objetos, a partir de uma ou de múltiplas causas físicas. (2.3)

Ver também: processos de degradação.

Notas: Observa-se que frequentemente os termos *processo de degradação* e *processo de deterioração* são usados como sinônimos. No entanto, são termos com significados distintos. São exemplos de deterioração os rasgos e perda de suporte, ocasionados, por exemplo, pelo manuseio e acondicionamento inadequado.

psicrômetro – equipamento contendo dois termômetros dispostos paralelos, um com o bulbo seco e outro com o bulbo molhado, sendo que o segundo é envolvido por uma mecha de algodão úmida. Ao movimentar o psicrômetro, a leitura da umidade relativa é dada pela diferença de temperatura medida entre os dois termômetros. (5.3.8)

Ver também: *datalogger*, termohigrômetro, termohigrógrafo.

Notas: O psicrômetro é considerado um equipamento de precisão, que pode ser usado para calibrar outros equipamentos de medição de umidade relativa.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p.258-259; Calvo, 1997, p. 180.

pulverizador – aparelho que projeta líquidos sob pressão, dispersando uma fina nuvem de gotículas sobre os documentos. Pode ser utilizado em procedimentos de umidificação do papel ou em reencolagens por aspersão. (5.4.10)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 259-260.

rasgos – dano resultante do rompimento do papel por tensão, deixando as fibras do papel expostas. (2.4.1.13)

Notas: Em um diagnóstico, é preciso diferenciar os rompimentos ocasionados por rasgos ou por cortes (quando as fibras são separadas pela ação de um instrumento, como a tesoura, por exemplo). Nos rasgos, quando as fibras estão expostas, muitas vezes pode-se unir as duas partes apenas com adesivos. Nos cortes, não existem fibras expostas que possam ser unidas, exigindo necessariamente aplicar um reforço, em geral de papel japonês, para unir as superfícies.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 102.

reconstituição – (3.3.12)

Outra denominação: **reintegração**.

reencolagem – procedimento para repor a encolagem do papel perdida durante os banhos, com a aplicação de um adesivo muito diluído, usando aspersão, com trinchas, ou por imersão no último banho. (3.3.6)

Notas complementares: Observa-se que, por vezes, os termos *encolagem* e *reencolagem* são usadas como sinônimos. No entanto, a *encolagem* está relacionada à fabricação do papel e refere-se à etapa de inserção de um material, geralmente um adesivo, na polpa do papel (encolagem interna), ou de aplicação do adesivo no final da fabricação do papel (encolagem externa ou superficial). A encolagem dá ao papel determinadas propriedades físicas como, por exemplo, resistência controlada à entrada de líquidos, importante para os papéis de escrita e de impressão. Na etapa de restauração do papel busca-se repor a encolagem perdida, o que justifica o uso do termo *reencolagem*.

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998f; Book and Paper Group Wiki, 2017o.

reenfibragem – (3.3.12.3)

Outra denominação: **reintegração mecânica**.

Ver também: máquina obturadora de papel; MOP; máquina reintegradora de papel

reintegração – ações para reconstituir as partes faltantes de um bem cultural. Em conservação e restauração de obras em papel são realizadas reintegrações mecânicas ou manuais, com a inserção de polpas de celulose ou um papel novo nas áreas de perda. (3.3.12)

Outra denominação: **reconstituição**.

Ver também: reintegração manual; reintegração mecânica; enxerto; obturação.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 175-193; Book and Paper Group Wiki, 2017g.

reintegração mecânica – procedimento de reconstituição de áreas de perda do suporte realizado na máquina obturadora de papel (MOP), que se utiliza do princípio da formação da folha de papel, no qual a polpa em suspensão na água, ao passar pelo documento colocado sobre uma tela de nylon, tende a se depositar nas áreas faltantes. (3.3.12.3)

Outra denominação: **reenfibragem**;

Ver também: máquina obturadora de papel; MOP; máquina reintegradora de papel.

Notas: A reintegração mecânica é útil em reconstituição de grandes áreas de perda ou em documentos muito danificados por insetos, impossíveis de serem reconstituídos com as técnicas manuais de reintegração. Apesar do funcionamento da máquina obturadora de papel ser simples, o procedimento de reintegração mecânica é complexo e depende, por exemplo, de cálculos exatos das áreas de perda de suporte e da quantidade de fibras a ser usada para que não haja sobreposição ou falhas nas áreas faltantes.

Outras consultas: Hollós et al., 1992, p. 118-128.; Hollós, 1996, p. 53-54; Auada e Soares, 2006. p. 392-395; Muñoz Viñas, 2010, p. 175-193; Book and Paper Group Wiki, 2017g.

relatório técnico – conjunto de informações apresentadas em formato de relatório referentes ao processo de restauração de uma obra, incluindo diagnóstico, resultados de exames realizados, tratamentos propostos e descrição detalhada dos procedimentos e produtos utilizados. (2.5.3)

Ver também: documentação.

remoção de adesivos – procedimentos realizados para remover materiais que estejam colados nos documentos e que comprometam o seu estado de conservação como, por exemplo, fitas adesivas, etiquetas, adesivos envelhecidos. (3.3.2)

Outras consultas: Biblioteca Nacional da Venezuela, 1998d; Clavain, 2009, p. 84-88; Book and Paper Group Wiki, 2017i.

remoção de manchas – procedimentos de restauração realizados para remover manchas dos documentos, com a aplicação pontual de produtos, como água, álcool ou solventes. (3.3.3)

Notas: É um tratamento que deve ser criteriosamente avaliado, uma vez que os produtos aplicados, como os solventes, são agressivos ao papel.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 88-91.

Notas complementares: O termo *remoção de manchas* é o mais usual entre os profissionais; no entanto, deveria ser melhor avaliado, uma vez que os tratamentos aplicados dificilmente removem totalmente as manchas dos documentos. O termo *redução de manchas* é mais adequado aos objetivos e resultados dos tratamentos de conservação e restauração de obras em papel.

reserva alcalina – percentual de carbonato de cálcio que permanece entre as fibras do papel após o tratamento de alcalinização. (3.3.5.1)

Ver também: desacidificação; carbonato de cálcio, hidróxido de cálcio; bicarbonato de magnésio; bicarbonato de cálcio.

restauração – procedimentos que visam recuperar as características ou partes perdidas de um bem cultural. (3.3)

Ver também: conservação (2); conservação preventiva.

Notas: são exemplos dos procedimentos de restauração os banhos, laminação e reintegração.

roubo e vandalismo – agentes de deterioração caracterizados por ações relacionadas à extração ilegal (roubo) ou aos danos que possam desfigurar ou

destruir (vandalismo), infligidos aos bens culturais de forma premeditada e intencional. (2.3.1.2)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Tremain, 2009b.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *roubos e vandalismo*: *thieves and vandals* (en); *vol et vandalisme* (fr); *robos y vandalismo* (es).

rugas – dano caracterizado pela deformação da superfície do papel em pequenas áreas, formando pequenas pregas, em geral ocasionadas por manuseio ou acondicionamento inadequados. (2.4.1.14)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 101.

secadora – equipamento usado para a secagem do papel após os tratamentos aquosos. (5.2.9)

Ver também: secagem.

Notas: Nos modelos vendidos pelos fornecedores brasileiros, as secadoras são formadas por uma estrutura de alumínio onde se encaixam várias grades vazadas em sistema de gavetas.

secagem – procedimento de restauração realizado ao final dos tratamentos aquosos para retirar a umidade do papel. (3.3.8)

Ver também: secadora.

Notas: A secagem deve ser feita de forma lenta e gradual, para que não haja rompimentos e distorções nos papéis. Pode ser feita entre papéis mata-borrão ou ao ar livre, dispostos nas secadoras.

Outras consultas: Book and Paper Group Wiki, 2017f.

segurança – conjunto de medidas de conservação preventiva voltadas para a salvaguarda e proteção dos bens culturais contra todas as situações de risco, incluindo também os aspectos de proteção da instituição e das pessoas que trabalham ou circulam no local e o resgate de acervos em situações de emergência. (3.1.4)

Outras consultas: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006.

sentido da fibra – propriedade do papel associada ao processo de fabricação industrial, no qual o movimento da tela na máquina de papel define um alinhamento das fibras no sentido longitudinal. (1.3.1.1.3.2)

Notas: A identificação do sentido da fibra é necessária em alguns procedimentos, especialmente quando dois papéis diferentes são colados. Se não se observar o sentido da fibra, pode haver deformações, rugas e ondulações.

sujidades – danos ocasionados por materiais depositados ou incrustados na superfície dos documentos, nas capas e nas partes internas dos livros, como poeira, poluentes particulados, detritos de insetos, alimentos, pele, etc. Esses materiais são considerados agentes agressores, que comprometem a

conservação dos bens culturais e devem ser retirados no processo de higienização ou limpeza. (2.4.1.15)

Outra denominação: **sujidade superficial**.

Ver também: higienização; limpeza.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 62-63.

sujidades superficiais – (2.4.1.15)

Outra denominação: **sujidade**.

suporte de acrílico – material em formato de colmeia usado para sustentar os documentos durante os procedimentos aquosos como, por exemplo, no banho de flutuação. (5.4.11)

Ver também: telas de nylon.

Notas: Em vários tratamentos, especialmente nos aquosos, é preciso usar algum tipo de suporte para movimentar as folhas de papel com maior segurança. Em geral são usados os suportes flexíveis (como as telas de nylon) ou os suportes rígidos (como os de acrílico). Os suportes de acrílico têm formato de colmeias e são vazados, para permitir a passagem da água.

suporte quebradiço – dano caracterizado pelo estado avançado de fragilidade e friabilidade do papel, que se mostra ressecado e fragmentado. É um dano associado ao processo de acidez do papel, mas também é decorrente à exposição à luz e à variação de temperatura e umidade. (2.4.1.16)

Ver também: acidez

swab – instrumento constituído de uma haste de madeira com pequeno chumaço de algodão na ponta, similar ao cotonete. Na área da restauração de papel é usado em procedimentos de limpeza, aplicação pontual de solventes e nos testes de solubilidade. (5.4.12)

tela – (5.4.13)

Outra denominação: **tela de nylon**

tela de nylon – material sintético usado como suporte flexível para sustentar o papel em vários procedimentos de restauração como, por exemplo, nos banhos, em que o documento fica contido entre duas telas. (5.4.13)

Outra denominação: **tela**.

Ver também: suporte de acrílico.

Notas: A tela de nylon é um dos materiais mais empregados como suporte flexível porque é resistente, durável e não se deforma. Também podem ser usados os *tecidos não tecidos*, como o Reemay® e Pellon®. No entanto, no Brasil, a compra destes materiais importados não é acessível para a maioria dos laboratórios de conservação e restauração. Para substituir estes materiais importados podem ser usadas entretelas sem goma.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2010, p. 140-141; Muñoz Viñas, 2014, p. 293.

temperatura incorreta – agente de deterioração relacionado à ação da temperatura do ambiente que, quando se apresenta muito alta ou com flutuações, acelera os processos de degradação e ocasiona danos físicos aos bens culturais. (2.3.1.8)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Michalski, 2009b.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *temperatura incorreta*: *incorrect temperature* (en); *température inadéquate* (fr); *temperatura incorrecta* (es).

termohigrógrafo – equipamento de monitoramento ambiental que mede e registra as variações de temperatura e umidade relativa de um ambiente. (5.3.9)

Ver também: *datalogger*, psicrômetro, termohigrômetro.

Notas: Os termohigrógrafos analógicos fazem o registro contínuo de dados em um rolo de papel com escalas numeradas através de canetas a tinta. Apesar da sua precisão, atualmente são pouco usados e tendem a ser substituídos pelos *dataloggers*, que registram os dados em formato digital.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 297-298; Calvo, 1997, p. 216.

termohigrômetro – equipamento de monitoramento que mede a temperatura e umidade relativa de um ambiente. (5.3.10)

Ver também: *datalogger*, psicrômetro, termohigrógrafo.

Notas: O termohigrômetro permite uma leitura visual da temperatura e da umidade relativa, mas não registra os dados, como fazem os termohigrógrafos e os *dataloggers*.

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 298; Calvo, 1997, p. 216.

teste de pH – (2.6.2.2)

Outra denominação: **medição de pH.**

teste de solubilidade – teste pontual realizado previamente aos tratamentos em todas as tintas e pigmentos de um documento para avaliar a resistência aos produtos propostos no tratamento. (2.6.2.1)

Ver também: testes químicos

Notas: Para realizar o teste coloca-se uma pequena gota do produto a ser testado em uma área discreta do documento, aguarda-se alguns segundos e seca-se com um pedaço de papel mata-borrão, observando se existe vestígio de solubilidade da tinta. Outra possibilidade, ou como segunda etapa, pode-se rolar levemente um *swab* umedecido com o produto de teste sobre a tinta e então observar vestígios da tinta no *swab*.

Outras consultas: Clavain, 2009, p. 24-25.

testes químicos – testes prévios aplicados em pequenas áreas dos documentos, para analisar componentes do papel e tintas, a reatividade, sensibilidade ou vulnerabilidade do suporte, tintas, pigmentos e adesivos. (2.6.2)

Ver também: teste de solubilidade; medição de pH.

Outras consultas: Book and Papers Group Wiki, 2017p.

tinta ferrogálica – tinta de escrita composta basicamente por sulfato de ferro (vitriolo), taninos, goma arábica e água. (1.3.2.2.1)

Outra denominação: **tinta metaloácida**

Ver também: corrosão.

Notas: Conhecida desde a Antiguidade, a tinta ferrogálica foi muito usada na Idade Média em substituição às tintas à base de carbono. É encontrada até meados do século XX, sendo muito comum em textos manuscritos, mas também foi popular entre artista que a utilizavam em desenhos. O processo de degradação da tinta ferrogálica, definido como corrosão, é uma das principais causas de danos aos documentos em arquivos. Este processo caracteriza-se inicialmente pela formação de halos em torno da escrita e depois, na migração da tinta para o verso da página e páginas vizinhas. Em estado mais avançado, resulta no enfraquecimento e perda total do suporte nas áreas da escrita.

Outras consultas: Andrade, 2000, p. 120-125.; Carrasco, Hannesch e Vilela, 2006, p. 293-296; Chaves, 2009b; *The Iron Ink*, 2011.

Notas complementares: Apesar dos termos *tinta ferrogálica* e *tinta metaloácida* serem usadas como sinônimos entre os profissionais, existem diferenças entre eles. A tinta ferrogálica tem na sua composição o sulfato de ferro. Contudo, vários outros metais foram usados nas receitas deste tipo de tinta. Portanto, o termo *tinta metaloácida* é um termo mais genérico que inclui todas as tintas com as características indicadas na definição. A identificação dos metais que compõem a tinta pode ser realizada com testes químicos.

tinta metaloácida – (1.3.2.2.1)

Outra denominação: **tinta ferrogálica.**

transporte de acervos – medidas de conservação preventiva relacionadas à movimentação dos bens culturais, como em rotinas de circulação dentro da instituição, situações de mudanças ou de empréstimos. (3.1.9)

Notas: O transporte de acervos é um tema amplo que inclui questões como a segurança do acervo, documentação de controle para a movimentação, treinamento do pessoal técnico, uso de equipamentos de apoio (carrinhos para o transporte de obras das áreas de guarda para as áreas de consulta, por exemplo), características de embalagens e cuidados de manuseio.

trincha – tipo de pincel largo com cerdas macias, usados na higienização de livros e documentos. (5.4.14)

tylose® – (4.5.3)

Outra denominação: **metilcelulose.**

ultraviômetro – equipamento para a medição da intensidade das radiações ultravioletas. (5.3.11)

Outras consultas: Muñoz Viñas, 2014, p. 307.

Notas complementares: O termo *ultraviômetro* foi identificado na literatura de conservação e restauração. Contudo, os fabricantes do equipamento utilizam o termo *medidor de luz UV*. Esta segunda opção é mais interessante, na medida em que facilita a comunicação com os fornecedores.

umidade relativa incorreta – agente de deterioração relacionado à ação da umidade relativa do ar, que ao apresentar-se muito alta, muito baixa ou com flutuações, acelera os processos de degradação, ocasiona danos físicos aos bens culturais e propicia um ambiente adequado para o desenvolvimento de microrganismos. (2.3.1.9)

Ver também: agentes de deterioração.

Outras consultas: Michalski, 2009a.

Notas complementares: Os textos sobre os agentes de deterioração, originalmente escritos em inglês, têm tradução para o francês e espanhol. Equivalências para o termo *umidade relativa incorreta*: *incorrect relative humidity* (en); *humidité relative inadéquate* (fr); *humedad relativa incorrecta* (es).

umidificação – procedimento realizado com a aplicação de umidade controlada sobre o papel, mediante pulverização, com trinchas, por contato com outro material umedecido ou em câmaras de umectação, para torná-lo mais flexível, especialmente se estiver enrolado, ressecado e friável. (3.3.9)

Notas: Em geral aplica-se a umidificação antes de se fazer uma planificação, para corrigir deformações, como dobras, ondulações e vincos. Também é realizada antes dos banhos, para amenizar o contato abrupto do papel seco com a água.

Outras consultas: Ogden, 2001d, p. 7-9; Book and Paper Group Wiki, 2017j.

velatura – (3.3.11)

Outra denominação: **laminação.**

vincos – dano físico ocasionado pela dobra do papel, criando uma linha com micro rompimento das fibras de celulose. O vinco resulta em uma área de fragilidade no papel, que pode posteriormente romper-se. (2.4.1.17)

washi – (5.4.6)

Outra denominação: **papel japonês**

CLASSIFICAÇÃO DOS TERMOS

PATRIMÔNIO

PRESERVAÇÃO

CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

1. CONTEXTUALIZAR / IDENTIFICAR

1.1 Caracterização dos acervos de obras em papel

1.2 Teoria, conceitos e princípios éticos aplicados à C&R de obras em papel

1.3 História das técnicas e materiais

1.3.1 *Suportes*

1.3.1.1 papel

1.3.1.1.1 Composição do papel

1.3.1.1.1.1 celulose

1.3.1.1.1.2 hemicelulose

1.3.1.1.1.3 lignina

1.3.1.1.1.4 cargas

1.3.1.1.1.5 agentes de colagem

1.3.1.1.2 História do papel

1.3.1.1.2.1 No Oriente

1.3.1.1.2.2 No Ocidente

1.3.1.1.2.2.1 papel de trapo

1.3.1.1.2.2.2 papel moderno

1.3.1.1.3 Propriedades do papel

1.3.1.1.3.1 gramatura

1.3.1.1.3.2 sentido da fibra

1.3.1.1.4 Tecnologia da fabricação do papel

1.3.1.2 papiro

1.3.1.3 pergaminho

1.3.2 *Meios de registro da informação*

1.3.2.1 tintas e pigmentos

1.3.2.1.1 tinta ferrogálica / tinta metaloácida

1.3.2.2 técnicas de impressão

2. DIAGNOSTICAR

2.1 Estado de conservação

2.2 Processos de degradação

2.2.1 *acidez*

2.2.2 *hidrólise ácida*

2.2.3 oxidação

2.3 Processos de deterioração

2.3.1 agentes de deterioração

- 2.3.1.1 forças físicas
- 2.3.1.2 roubo e vandalismo
- 2.3.1.3 fogo
- 2.3.1.4 água (1)
- 2.3.1.5 pragas
- 2.3.1.6 poluentes
- 2.3.1.7 luz visível, ultravioleta e infravermelha.
- 2.3.1.8 temperatura incorreta
- 2.3.1.9 umidade relativa incorreta
- 2.3.1.10 dissociação

2.4 Danos

2.4.1 suporte

- 2.4.1.1 abrasão
- 2.4.1.2 amarelecimento
- 2.4.1.3 ataque biológico
- 2.4.1.4 descoloração
- 2.4.1.5 dobras
- 2.4.1.6 escurecimento
- 2.4.1.7 foxing
- 2.4.1.8 manchas
 - 2.4.1.8.1 mancha d'água
 - 2.4.8.1.2 mancha de adesivo/mancha de cola
- 2.4.1.9 migração da acidez
- 2.4.1.10 ondulações
- 2.4.1.11 perda de suporte
- 2.4.1.12 perfuração
- 2.4.1.13 rasgo
- 2.4.1.14 rugas
- 2.4.1.15 sujidade /sujidade superficial
- 2.4.1.16 suporte quebradiço
- 2.4.1.17 vincos

2.4.2 tintas

- 2.4.2.1 corrosão
- 2.4.2.2 esmaecimento
- 2.4.2.3 migração da tinta

2.5 Documentação

2.5.1 ficha de diagnóstico

2.5.2 documentação fotográfica

2.5.3 relatório técnico

2.6 Exames e testes

2.6.1 exames visuais

- 2.6.1.1 observação direta*
- 2.6.1.2 exame com lentes de aumento*
- 2.6.1.3 exame com luz normal*
- 2.6.1.4 exame com luz rasante*
- 2.6.1.5 exame com luz transmitida*
- 2.6.1.6 análise microscópica*

2.6.2 testes químicos

- 2.6.2.1 teste de solubilidade*
- 2.6.2.2 medição de pH / teste de pH*
 - 2.6.2.2.1 pH*

3. CONSERVAR / RESTAURAR

3.1 Conservação Preventiva

- 3.1.1 diagnóstico*
- 3.1.2 controle climático /controle ambiental*
 - 3.1.2.1 climatização*
- 3.1.3 controle de pragas /controle integrado de pragas*
- 3.1.4 segurança*
- 3.1.5 armazenamento /armazenagem*
- 3.1.6 manuseio*
- 3.1.7 transporte de acervos*

3.2 Conservação (2)

- 3.2.1 higienização / limpeza (1)*
- 3.2.2 acondicionamento*
- 3.2.3 desinfestação*
 - 3.2.3.1 anóxia*
 - 3.2.3.2 congelamento*
 - 3.2.3.3 irradiação gama*
- 3.2.4 desinfecção*
- 3.2.5 pequenos reparos*

3.3 Restauração

- 3.3.1 limpeza*
 - 3.3.1.1 limpeza mecânica*
- 3.3.2 remoção de adesivos*
- 3.3.3 remoção de manchas*

- 3.3.4 *banho / banho de limpeza /banho aquoso*
 - 3.3.4.1 *banho de imersão*
 - 3.3.4.2 *banho de flutuação*
- 3.3.5 *desacidificação*
 - 3.3.5.1 *reserva alcalina*
- 3.3.6 *reencolagem*
- 3.3.7 *clareamento*
- 3.3.8 *secagem*
- 3.3.9 *umidificação*
- 3.3.10 *planificação*
- 3.3.11 *laminação / velatura*
- 3.3.12 *reintegração / reconstituição*
 - 3.3.12.1 *enxerto*
 - 3.3.12.2 *obturação*
 - 3.3.12.3 *reintegração mecânica /reenfibragem*

4. PRODUTOS

4.1 Produtos usados em diversos procedimentos

- 4.1.1 *etanol / álcool etílico*
- 4.1.2 *água (2)*
 - 4.1.2.1 *água destilada*
 - 4.1.2.2 *água deionizada /água desmineralizada*

4.2 Produtos usados em clareamentos

- 4.2.1 *hipoclorito de cálcio*
- 4.2.2 *hipoclorito de sódio*
- 4.2.3 *peróxido de hidrogênio /água oxigenada*

4.3 Produtos usados em desacidificação

- 4.3.1 *bicarbonato de cálcio*
- 4.3.2 *bicarbonato de magnésio*
- 4.3.3 *carbonato de cálcio*
- 4.3.4 *hidróxido de cálcio*

4.4 Solventes

- 4.4.1 *acetato de etila*
- 4.4.2 *acetona*

4.5 Adesivos /colas

- 4.5.1 *cola de amido*

4.5.2 *carboximetilcelulose / carboximetilcelulose de sódio / CMC*

4.5.3 *metilcelulose /tylose*

5. EQUIPAMENTOS, INSTRUMENTOS E FERRAMENTAS

5.1 equipamentos de proteção individual / EPI

5.2 equipamentos de laboratório

5.2.1 *câmara de umectação*

5.2.2 *capela de exaustão*

5.2.3 *deionizador*

5.2.4 *máquina obturadora de papel /máquina reintegradora de papel /MOP*

5.2.5 *mesa de higienização*

5.2.6 *mesa de luz*

5.2.7 *mesa de sucção / mesa de vácuo*

5.2.8 *prensa*

5.2.9 *secadora*

5.3 Instrumentos

5.3.1 *condutivímetro*

5.3.2 *datalogger*

5.3.3 *espátula térmica*

5.3.4 *fotômetro*

5.3.5 *lupas*

5.3.6 *luxímetro*

5.3.7 *pHmetro*

5.3.8 *psicrômetro*

5.3.9 *termohigrógrafo*

5.3.10 *termohigrômetro*

5.3.11 *ultraviômetro*

5.4 Outros materiais

5.4.1 *bisturi*

5.4.2 *borracha*

5.4.3 *cadarço de algodão*

5.4.4 *espátulas*

5.4.4.1 *espátula de osso /dobradeira*

5.4.5 *filme de poliéster*

5.4.6 *papel japonês / washi*

5.4.7 papel mata-borrão

5.4.8 pincéis

5.4.9 pó de borracha

5.4.10 pulverizador

5.4.11 suporte de acrílico

5.4.12 swab

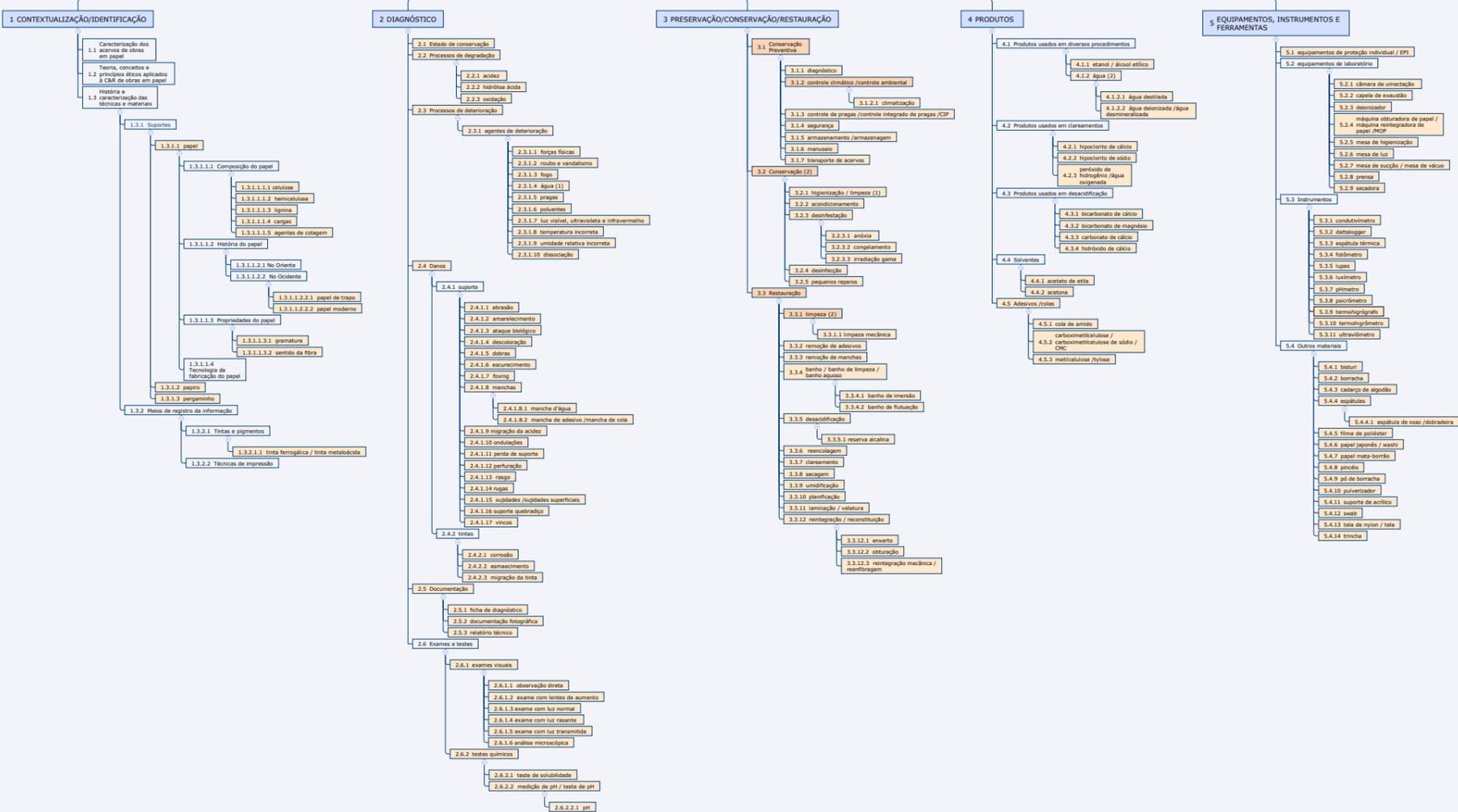
5.4.13 tela de nylon / tela

5.4.14 trincha

PATRIMÔNIO

PRESERVAÇÃO

Conservação (1) de obras em papel



BIBLIOGRAFIA TERMINOLÓGICA E LEXICOGRÁFICA CONSULTADA PARA A ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO

- BARROS, L. A. *Curso Básico de Terminologia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CABRÉ, M. T. *La terminología: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Empúries, 1993.
- _____. *La Terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Girona: Documenta Universitaria, 2005.
- FAULSTICH, E. A socioterminologia na comunicação científica e técnica. *Ciência e Cultura*, 58 (2): 27-3. 2006.
- FERREIRA, A. B. H. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3.ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GAUDIN, F. Socioterminologia: um itinerário bem-sucedido. *As Ciências do Léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*, 7: 293-309. 2014.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.
- KRIEGER, M. G.; FINATTO, M. J. B. *Introdução à Terminologia: teoria e prática*. Primeira. São Paulo: Contexto, 2004.
- PEARSON, J. Como ter acesso a elementos definitórios nos textos especializados. *Cadernos de Tradução*, 17, out-dez. 51-66. 2004.

BIBLIOGRAFIA TERMINOLÓGICA DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL CONSULTADA PARA A ELABORAÇÃO DO GLOSSÁRIO

- AIC Wiki. *Lexicom Terms*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Lexicom_Terms>. 2016. Acesso em: 03 jun. 2017.
- BIBLIOTECA NACIONAL DA VENEZUELA. *Glossário de términos de Preservación de Papel*. Disponível em: <<http://www.bnv.gob.ve/sites/default/files/files/pdf/glosariopreservacion2014.pdf>>. 2014. Acesso em: 15 fev 2017.
- BOOK and Paper Group Wiki. *BPG Glossary of Terms*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/BPG_Glossary_of_Terms>. 2017. Acesso em: 02 jun. 2017.
- CALVO, A. *Conservación y restauración: materiales, técnicas y procedimientos de la A a la Z*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1997.
- CAMEO. *Conservation & Art Materials Encyclopedia Online*. Disponível em: <http://cameo.mfa.org/wiki/Category:Materials_database>. 2016. Acesso em: 03 jun. 2017.
- FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- FARIA, M. I.; PERICÃO, M. G. *Dicionário do Livro: da escrita ao livro eletrônico*. Coimbra: Edições Almedina, 2008.
- GIANNINI, C.; ROANI, R. *Diccionario de restauración y diagnóstico*. Editorial Nerea, 2008.
- MUÑOZ VIÑAS, S.; PONS, J.O.; SARRIÓ, I.G. *Diccionario Técnico Akal de materiales de restauración*. Madri: Ediciones Akal, 2014.
- ROBERTS, M. T.; ETHERINGTON, D. *Bookbinding and the Conservation of books: a Dictionary of Descriptive Terminology*. Disponível em: <<http://cool.conservation-us.org/don/>>. 2017. Acesso em: 03 jul. 2017.

SLAIBI, T. H de A.; MENDES, M.; GUIGLEMETI, D. O.; GUIGLEMETI, W. A. (org.). *Materiais empregados em Conservação e Restauração de Bens Culturais*. 2. ed. rev. amp. Rio de Janeiro: ABRACOR, 2011.

SANDU, I. C. A.; SPIRIDON, P.; SANDU, I. Current studies and approaches in the field of cultural heritage Conservation Science: harmonizing the terminology in an interdisciplinary context. In: *International Journal of Conservation Science*, v. 7, n. 3, Jul-set, 2016. p. 591-606.

THE AUSTRALIAN Institute for the Conservation of Cultural Material. *Visual Glossary*. Disponível em: <<https://aiccm.org.au/conservation/visual-glossary>>. Acesso em: 03 jun. 2017.

THE FINE ARTS Conservancy. *Glossary for Works on paper*. Disponível em: <http://www.art-conservation.org/?page_id=1189>. Acesso em: 21 jun. 2017.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA SOBRE CONSERVAÇÃO DE OBRAS EM PAPEL

AIC Wiki. *Emergency Preparedness & Response*. Disponível em <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Emergency_Preparedness_%26_Response>. 2017. Acesso em: 02 jun. 2017.

AIC Wiki. *Written Documentation (PCC)*. Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Written_Documentation_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Written_Documentation_(PCC))>. 2017. Acesso em 05 mar. 2017.

ANDRADE, G. L. de. A. corrosão do suporte celulósico pela tinta ferrogálica. In: CONGRESSO DA ABRACOR - Desafios da preservação do patrimônio cultural, 10., 2000, São Paulo. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2000. p. 120-125.

AUADA, F. M.; SOARES, E. V. Restauração de papéis: controle do processo de reenfibragem. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 392-395.

BAKER, C. *Methylcellulose & Sodium Carboxymethylcellulose: uses in paper conservation*. [Book and Paper Group, 1982]. Disponível em <<http://cool.conservation-us.org/coolaic/sg/bpg/annual/v01/bp01-04.html>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

BECK, I. Desinfestação do acervo da Biblioteca Barbosa Rodrigues, do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. In: Congresso da ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 193-198.

BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. *Catálogo de Conservación de Papel del American Institute for Conservation: examen visual*. Caracas: Biblioteca Nacional; Centro Nacional de Conservación de Papel, 1998a. [CONSERVAPLAN, 1]

BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. *Catálogo de Conservación de Papel del American Institute for Conservation: hongos*. Caracas: Biblioteca Nacional; Centro Nacional de Conservación de Papel, 1998b. [CONSERVAPLAN, 2]

BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. *Catálogo de Conservación de Papel del American Institute for Conservation: limpieza de la superficie*. Caracas: Biblioteca Nacional; Centro Nacional de Conservación de Papel, 1998c. [CONSERVAPLAN, 3]

BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. *Catálogo de Conservación de Papel del American Institute for Conservation: remoción de bisagras, cinta adhesiva y otros adhesivos*. Caracas: Biblioteca Nacional; Centro Nacional de Conservación de Papel, 1998d. [CONSERVAPLAN, 4]

BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. *Catálogo de Conservación de Papel del American Institute for Conservation: lavado*. Caracas: Biblioteca Nacional; Centro Nacional de Conservación de Papel, 1998e. [CONSERVAPLAN, 5].

BIBLIOTECA NACIONAL DE VENEZUELA. *Catálogo de Conservación de Papel del American Institute for Conservation: apresto/reapresto*. Caracas: Biblioteca Nacional; Centro Nacional de Conservación de Papel, 1998f. [CONSERVAPLAN, 6]

BOJANOSKI, Silvana. Os papéis japoneses comercializados no Brasil: estudo sobre as suas características. In: *Boletim Eletrônico da ABRACOR*, n. 9, jul. 2010.

BOOK and Paper Group Wiki. *Adhesives for paper*. Disponível em <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Adhesives_for_Paper>. 2017a. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Alkalization and neutralization*. Disponível em <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Alkalization_and_Neutralization>. 2017b. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Bleaching (PCC)*. Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Bleaching_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Bleaching_(PCC))>. 2017c. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Consolidation/Fixing/Facing*. Disponível em: <<http://www.conservation-wiki.com/wiki/Consolidation/Fixing/Facing>>. 2017d. Acesso em: 2 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Discoloration*. Disponível em: <<http://www.conservation-wiki.com/wiki/Discoloration>>. 2017e. Acesso em: 17 fev. 2017

BOOK and Paper Group Wiki. *Drying and flattening paper*. Disponível em <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Drying_and_Flattening_Paper#fn1>. 2017f. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Filling of losses*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Filling_of_Losses>. 2017g. Acesso em: 2 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Foxing (PCC)*. Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Foxing_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Foxing_(PCC))>. 2017h. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Hinge, tape and adhesive removal*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Hinge,_Tape_and_Adhesive_Removal>. 2017i. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Humidification (PCC)*. 2017j. Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Humidification_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Humidification_(PCC))>. Acesso em: 09 fev 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Inpainting (PCC)*. Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Inpainting_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Inpainting_(PCC))>. 2017k. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Lining*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Lining>>. 2017l. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Mending (PCC)*. Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Mending_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Mending_(PCC))>. 2017m. Acesso em: 2 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Mold*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Paper_Conservation_Catalog_-_Mold>. 2017n. Acesso em: 2 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Sizing & resizing*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Sizing_%26_Resizing>. 2017o. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Spot tests* (PCC). Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Spot_Tests_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Spot_Tests_(PCC))>. 2017p. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Surface cleaning*. Disponível em: <http://www.conservation-wiki.com/wiki/Surface_Cleaning>. 2017q. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Visual examination* (PCC). Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Visual_Examination_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Visual_Examination_(PCC))>. 2017q. Acesso em: 02 jun. 2017.

BOOK and Paper Group Wiki. *Washing* (PCC). Disponível em: <[http://www.conservation-wiki.com/wiki/Washing_\(PCC\)](http://www.conservation-wiki.com/wiki/Washing_(PCC))>. 2017r. Acesso em: 02 jun. 2017.

CALVO, A. M.; MIRANDA, M. V. Uso de la radiación gamma como método de conservación del patrimonio cultural em soporte papel. In: *CONVERSA – Vozes en la Conservación*, n. 6, abr, 2016. Disponível em: <<http://conversaonline.wix.com/conversa#!uso-de-la-radiacion-gamma/n6tzx>>. Acesso em: 26 abr. 2016.

CANADIAN Conservation Institute. *Agents of Deterioration*. Disponível em: <<http://canada.pch.gc.ca/eng/1444330943476>>. 2009. Acesso em: 21 jun. 2017.

CARRASCO, G. L. A.; HANNESCH, O., VILELA, A. A tinta ferrogálica sobre o suporte celulósico e sua conservação. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 293-296.

CASARES, N. C. *Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa oficial, 2000.

CLAVAÍN, Javier Tacón. *La restauración em libros y documentos: técnicas de intervención*. Madrid: Ollero y Ramos, 2009.

Código de Ética do Conservador-restaurador. 2005. Disponível em: <<http://www.apcr-sp.com.br/quemsomos/arquivos/APCR-CodigoEtica.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

ELIAS, I. B.; D'ALMEIDA, M. L. O. A eficácia dos tratamentos aquosos para o clareamento da celulose. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 282-288.

FIGUEIREDO JR, J. C. D. *Química aplicada à conservação e restauração de bens culturais: uma introdução*. Belo Horizonte: São Jerônimo, 2012.

FLAESCHEN, J. H. F. O método de atmosfera anóxica: tratamento atóxico para a desinfestação de acervos bibliográficos. In: Encontro Luso-Brasileiro de Conservação e Restauração, 2, 2013, São João del Rei. *Anais ...* São João del Rei: PPGA-EBA-UFGM, 2013. p. 209-220.

GARCÍA, J. A. *Los éteres de celulosa*. Disponível em: <<http://www.adabi.org.mx/content/Notas.jsfx?id=309>>. 2010. Acesso em: 28 fev 2017. [ADABI – Apoyo al Desarrollo de Archivos y Bibliotecas de México]

HANNESCH, O. A conservação de bens culturais móveis. In: Seminário Nacional da ABRACOR, 6, 1992, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: [ABRACOR], 1992. p. 151-174.

MARCON, P. *Fuerzas físicas*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_1.pdf>. 2009. Acesso em: 10 maio 2017.

MICHALSKI, S. *Humedad relativa incorrecta*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_10.pdf>. 2009a. Acesso em: 10 maio 2017.

MICHALSKI, S. *Temperatura incorrecta*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_9.pdf>. 2009b. Acesso em: 10 maio 2017.

MICHALSKI, S. *Luz visible, radiación ultravioleta e infrarroja*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_8.pdf>. 2009c. Acesso em: 10 maio 2017.

MILEVSKI, J. R. *Manual de pequenos reparos em livros*. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 13].

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS; Museu Villa-Lobos. *Política de Segurança para Arquivos, Bibliotecas e Museus*. Rio de Janeiro: MAST, 2006.

MUÑOZ VIÑAS, S. *La restauración del papel*. Madrid: Editorial Tecnos, 2010.

OGDEN, S. Meio ambiente. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001a. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 14-17]

OGDEN, S. Armazenagem e manuseio. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001b. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 1-9]

OGDEN, S. Controle integrado de pragas. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001c. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 26-29].

OGDEN, S. Procedimentos de Conservação. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001d. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 10-12].

OGDEN, S. A proteção de livros e papel contra o mofo. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001e. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 26-29].

OGDEN, S. Limpieza superficial em obras de papel. In: *El Manual de Preservación de bibliotecas y archivos del Northeast Document Conservation Center*. 3.ed. Santiago de Chile: Centro Nacional de Conservación y Restauración, 2000.

PRICE, L. O. Como lidar com uma contaminação de mofo: instruções em resposta a uma situação de emergência. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. p. 25-34 [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 26-29).

RELA, P. R.; GOMES, F. F.; THOMÉ, L. H.; KODAMA, Y. Recuperação de um acervo: uso da Radiação Gama (Cobalto 60) na descontaminação de objetos do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros – USP. In: *Revista do IEB*, n. 45, set. 2007, p. 291-292.

SILVA, A. W. et al. Desacidificação de documentos impressos em papéis de pasta mecânica parte II: propriedades físico mecânica. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 223-228.

SILVA, A. G.; D'ALMEIDA, M. L. O. Estudo comparativo entre métodos de desacidificação. In: CONGRESSO DA ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. *Anais ...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2006. p. 273-276.

STEWART, D. *Fuego*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_4.pdf>. 2009. Acesso em: 10 maio 2017.

STRANG, T. KIGAW, R. *Combatiendo las plagas del patrimonio cultural*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_6.pdf>. 2009. Acesso em: 10 maio 2017.

TÉTREAU, J. *Contaminantes*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_7.pdf>. 2009. Acesso em: 10 maio 2017.

THE IRON Ink Web Site. Disponível em: <https://irongallink.org/igi_index.html>. 2011. Acesso em: 02 jun. 2017.

TREMAIN, D. *Agua*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_5.pdf>. 2009a. Acesso em: 10 maio 2017.

TREMAIN, D. *Robos y vandalismo*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_2.pdf>. 2009b. Acesso em: 10 maio 2017.

VAILLANT CALLOL, M. *Biodeterioração do patrimônio histórico documental: alternativas para eliminação e controle*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins; Fundação Casa de Rui Barbosa, 2013. Disponível em: http://www.mast.br/pdf/livro_millagros_portugues.pdf. Acesso em: 27 fev. 2017.

VALENTIN, N.; PREUSSER, F. Controle de insetos por meio de gases inertes em arquivos e bibliotecas. 2 ed. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos; Arquivo Nacional, 2001. p. 35-44. [Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, 26-29). 35-44].

WALLER, R. R.; CATO, P. S. *Disociación*. Disponível em: <http://www.cncr.cl/611/articles-56474_recurso_3.pdf>. 2009. Acesso em: 10 maio 2017.